



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 889

Segunda-feira - 19 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | |
|-----------------------------|-----|
| Água Doce..... | 1 |
| Antônio Carlos | 6 |
| Arroio Trinta..... | 10 |
| Ascurra..... | 12 |
| Braço do Trombudo | 14 |
| Caçador..... | 25 |
| Camboriú..... | 26 |
| Campo Alegre | 27 |
| Campos Novos | 34 |
| Canoinhas..... | 52 |
| Capinzal | 52 |
| Chapadão do Lageado | 53 |
| Concórdia | 57 |
| Cordilheira Alta | 59 |
| Coronel Martins..... | 60 |
| Forquilha..... | 63 |
| Fraiburgo..... | 64 |
| Garopaba..... | 137 |
| Gaspar | 148 |
| Guaramirim..... | 150 |
| Herval do Oeste | 150 |
| Imbituba | 156 |
| Iomerê | 174 |
| Irineópolis | 174 |
| Itapoá | 196 |
| Joaçaba..... | 198 |
| Lages | 201 |
| Leoberto Leal..... | 202 |
| Lindóia do Sul | 203 |
| Luzerna | 219 |
| Maracajá | 220 |
| Massaranduba..... | 220 |
| Meleiro | 220 |
| Monte Carlo | 221 |
| Morro da Fumaca | 226 |
| Navegantes..... | 232 |
| Nova Trento..... | 233 |
| Novo Horizonte | 233 |
| Palhoça | 234 |
| Passo de Torres..... | 237 |
| Paulo Lopes | 241 |
| Porto União..... | 253 |
| Rio do Sul..... | 255 |
| São Bento do Sul..... | 256 |
| São Lourenço do Oeste..... | 261 |
| São Pedro de Alcântara..... | 263 |
| Schroeder..... | 267 |
| Siderópolis..... | 275 |
| Timbó | 275 |
| Tunápolis..... | 306 |

| | |
|---------------------|-----|
| Turvo | 307 |
| Vargeão..... | 307 |
| Videira..... | 307 |
| Vitor Meireles..... | 323 |

Associações

| | |
|--------------|-----|
| AMMVI | 328 |
| AMURES | 330 |

Consórcios

| | |
|-------------|-----|
| CINCO | 332 |
| CITMAR..... | 333 |

Água Doce

PREFEITURA

Lei n 2.044/2011

LEI Nº 2.044/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar financeiramente a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE - Escola de Educação Especial Mário Antonio Sartori, inscrita no CNPJ/MF sob n. 78.487.238/0001-80, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. A transferência financeira será formalizada mediante celebração de convênio e se dá a título de auxílio financeiro para manutenção das finalidades estatutárias da entidade beneficiada, a qual deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão pagos por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente à época da transferência.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam se as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Lei Nº 2.045/2011

LEI Nº 2.045/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0048.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
4.4.90.00.0.1.0000.0/114 Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES
4.4.90.00.00.0.1.0000.0/144 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 14.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0048.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO
3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/152 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 14.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.046/2011

LEI Nº 2.046/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR EQUIPAMENTOS PARA ENTIDADE QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer doação para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

DE ÁGUA DOCE - APAE - Escola de Educação Especial Mário Antonio Sartori, inscrita no CNPJ sob o nº 78.487.238/0001-80, de um veículo VW/Kombi Lotação, ano/modelo 2008/2009, placas MGA-8153 (Água Doce-SC), chassi nº 9BWMF07X49P019261, cor branca, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce-SC, avaliada em R\$ 32.974,00 (trinta e dois mil novecentos e setenta e quatro reais).

Artigo 2º. O bem objeto da presente Lei é inalienável sob qualquer forma dentro do prazo de 5 (cinco) anos, assim como retornará ao patrimônio municipal de forma automática se a beneficiária não promover as benfeitorias de conservação e manutenção garantindo o pleno funcionamento e serventia à Entidade.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Lei Nº 2.047/2011

LEI Nº 2.047/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL E ADITAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ESTUDANTES DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social e aditar o convênio firmado com a Associação Amigos dos Estudantes de Água Doce, com o objetivo de disponibilizar transporte coletivo aos estudantes água-docenses inscritos nos cursos universitários da UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba - SC e secundaristas de cursos técnicos que estudam no SENAI, SENAC e CENEC.

Art. 2º. O valor de que trata o artigo 1º é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) os quais serão repassados até o dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão empenhadas para pagamento por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 - SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
01 - DEPTO. DE ENSINO
12.364.0030.2.028 - MAN. DE ENSINO DE 3º GRAU E PROFISSIONALIZANTE
3.3.50.00.0.1.0000/76 - Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento da parcela, bem como prestar contas na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Lei Nº 2.048/2011

LEI Nº 2.048/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro, a título de contribuição, às Associações de Agricultores a seguir relacionadas, nos seguintes valores:

I - R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para a Associação de Agricultores Nova Olinda, inscrita no CNPJ sob nº 04.641.162/0001-60, com sede na comunidade de Linha Olinda;

II - R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Retiro, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.469/0001-00, com sede na comunidade de Linha Zona Nova;

III - R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Rio Água Doce, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.478/0001-09, com sede na comunidade de Linha Santa Catarina;

IV - R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Estreito, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.468/0001-65, com sede na comunidade de Linha Paiol de Telhas;

V - R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para Associação de Assentados Conquista da Luta, inscrita no CNPJ sob nº 08.631.629/0001-41, com sede no Assentamento Olaria.

Parágrafo único. A transferência financeira será formalizada mediante celebração aditivo ao convênio celebrado com as entidades, no exercício de 2011, e se dá a título de auxílio financeiro para manutenção das finalidades estatutárias das entidades beneficiadas, as quais deverão prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão pagos por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.017 - PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO
3.3.50.00.0.1.0000.0/42 - Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento dos valores.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.049/2011

LEI Nº 2.049/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A SOCIEDADE CULTURAL FREI SILVANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder

subvenção social, a título de auxílio financeiro, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), para a SOCIEDADE CULTURAL FREI SILVANO, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.223/0001-17, do Município de Água Doce, com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social.

Art. 2º. O valor da subvenção social de que trata o artigo 1º será repassado em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 600,00 (seiscientos reais) cada, com vencimento até o dia 5 (cinco) dos meses de janeiro a dezembro de 2012.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão empenhadas para pagamento por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 - SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

01 - DEPTO. DE ENSINO

12.362.0028.2.026 - MANUT. ENSINO MÉDIO C.E.A.

3.3.50.00.0.1.0000/73 - Transferências Instit. Privadas s/Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento das parcelas, bem como prestar contas no prazo de trinta dias do recebimento de cada prestação, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.050/2011

LEI Nº 2.050/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 206.800,00 (cento e noventa e quatro mil e trezentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para repasse de Subvenções Sociais às Associações de Agricultores, Associações de Estudantes e para Manutenção das Secretarias de Administração e Fazenda, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo e Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas a seguintes especificados com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.0.1.0000.0/17 Aplicações Diretas R\$ 26.300,00

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO
3.3.50.00.0.1.0000.0/42 Transferências a Instituições Privadas
Sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO. DE ENSINO
12.364.0030.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3º GRAU E
PROFISSIONALIZANTE
3.3.50.00.0.1.0000.0/76 Transferências a Instituições Privadas
Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO
DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.0.1.0001.0/183 Aplicações Diretas R\$ 123.000,00

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO
3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPTO. DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/152 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 206.800,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos de impostos - educação e recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Lei Nº 2.051/2011

LEI Nº 2.051/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPTO. DE ENSINO
12.361.0025.1.010 CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.0.1.0001.0/50 Aplicações Diretas R\$ 2.660,00
TOTAL R\$ 2.660,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPTO. DE ENSINO
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO
3.3.90.00.0.1.0001.0/59 Aplicações Diretas R\$ 2.660,00

TOTAL R\$ 2.660,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.052/2011

LEI Nº 2.052/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR E CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce(SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir uma máquina de costura reta industrial mecânica, bem como celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Público Móvel com MITRA DIOCESANA DE JOACABA - PAROQUIA N SRA DA PAZ DE AGUA DOCE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.226.506/0003-02, que terá como objeto a cessão de uso da máquina adquirida, em razão da necessidade para as atividades da entidade que aplicará em favor da Pastoral da Criança.

Art. 2º. O prazo da cessão de uso do equipamento, objeto da presente Lei será de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Parágrafo único. O bem deverá ser restituído ao Município imediatamente após o decurso do prazo da cessão.

Art. 3º. A Cessão de Uso de bens públicos firmada através da presente Lei é dispensada de licitação em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto-Lei 9.760/46, Decreto-Lei 178/67, com suas alterações posteriores, em razão das peculiaridades do caso clínico do usuário.

Art. 4º. A Cessão de Uso do bem público descrito será formalizada mediante Termo específico.

Art. 5º. Os direitos e obrigações sobre a Cessão de que trata a presente Lei são intransferíveis.

§ 1º. A presente Cessão de Uso se formalizará mediante Termo de Cessão de Uso, no qual constarão obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I - Deverá a Cessionária utilizar o bem exclusivamente para os fins a que se destina, em benefício da entidade pelo prazo estabelecido;

II - Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessário para a operação e boa conservação do equipamento;

III - A Cessionária arcará com os custos de manutenção do equipamento;

IV - Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição, atendendo ao Manual do Usuário do equipamento;

§ 2º. É de inteira responsabilidade da Cessionária eventuais

prejuízos próprios ou que venham a ser causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento.

Art. 6º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal .

Art. 7º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal na celebração do respectivo Termo de Cessão de Uso.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Lei Nº 2.053/2011

LEI Nº 2.053/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, aos Conselheiros Tutelares, às diárias, às funções gratificadas e funções de confiança.

Art. 2º. O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei será de 3,30% (três vírgula trinta por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, durante o período março de 2011 a novembro de 2011.

Art. 3º. O disposto nesta Lei aplica-se aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente no respectivo exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Decreto Nº 145/2011

DECRETO Nº 145/2011- DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Transportes e Infra-estrutura Rural.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA- ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-
ESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.3.0110.0/188 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado superávit identificado na rubricas do de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 146/2011

DECRETO Nº 146/2011- DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.533,00 (dois mil quinhentos e trinta e três reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda e Departamento de Esportes.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.007 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
3.3.90.00.0.1.0000.0/19 Aplicações Diretas R\$ 1.492,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0040.2.037 MANUTENÇÃO DA C.M.E.
3.3.90.00.0.1.0000.08/104 Aplicações Diretas R\$ 1.041,00
TOTAL R\$ 2.533,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação identificado na rubricas do de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 147/2011

DECRETO Nº 147/2011 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"FIXA O VALOR DE REFERENCIA MUNICIPAL - VRF, DEFINE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, DA TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ISS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e na forma do artigo 445 e seguintes da Lei Complementar nº 026/02 de 26/12/02 e demais normas legais aplicáveis a matéria:

DECRETA:

Art. 1º O valor do VRF - Valor de Referência Municipal, para o ano de 2012 será reajustado em 5,80% (cinco vírgula oitenta por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses, sendo fixada em R\$ 49,37 (quarenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º. O Imposto Predial e Territorial Urbano de que trata o Código Tributário Municipal será reajustado em 5,80% (cinco vírgula oitenta por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses para o exercício de 2012.

Art. 3º. As datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU serão as seguintes:

| | |
|----------------|------------|
| Parcela Única: | 09/03/2012 |
| 1ª Parcela: | 09/03/2012 |
| 2ª Parcela: | 10/04/2012 |
| 3ª Parcela: | 10/05/2012 |

Parágrafo único: Para o pagamento em cota única será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 4º. O valor mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício de 2012 será de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 5º. O pagamento da Taxa de Alvará de Funcionamento e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS fixo para o exercício de 2012, terá vencimento em 09/03/2012.

Art. 6º. Para fazer face as despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão usadas dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2012.

Art. 8º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de Dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Decreto Nº 148/2011

DECRETO Nº 148/2011- DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no

artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo de Infância e Adolescência.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.243.0045.2.039 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
4.4.90.00.0.1.0000.0/112 Aplicações Diretas R\$ 1.080,00
TOTAL R\$ 1.080,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação identificado na rubricas do de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 154/2011

DECRETO Nº 154/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.154,22 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.020-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária 3.908,12
11.01.10.301.0005.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária 4.246,10

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.034,46
11.01.10.301.0005.2.020-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

a Instituições Privadas sem Fins Lu 3.908,12
11.01.10.301.0005.2.022-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 211,64

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 155/2011

DECRETO Nº 155/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento
Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 141.063,64 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 82.642,00

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.495,79

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 6.869,27

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 7.790,74

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 2.843,10

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.653,63

08.01.27.812.0004.2.019-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 450,11

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0009.0.005-3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu 3.319,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 141.063,64.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 156/2011

DECRETO Nº 156/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento
Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 65.597,21 para as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.800,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 17.600,00

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 7.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.900,00

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.000,00

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.460,00

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 6.520,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.560,00

05.03.08.244.0006.2.030-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.000,00

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

08.02.23.695.0008.2.037-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 757,21

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.002-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.800,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 24.600,00

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 15.360,00

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 19.520,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.030-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.000,00

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.560,00

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
08.02.23.695.0008.2.037-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Di-
retas 155,21
08.02.23.695.0008.2.037-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Di-
retas 602,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal
de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 437/2011

PORTARIA Nº 437/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, HENRIQUE DAGOSTIN DE
ARJONA, do Cargo temporario de MEDICO - 20H, a partir de 16
de Dezembro de 2011

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de
2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de
Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 438/2011

PORTARIA Nº 438/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores contratados por tempo de-
terminado, do Cargo de PROFESSOR III - 20H, a partir de 16 de
Dezembro de 2011, conforme relação abaixo:

ALESSANDRA BASEI SILVEIRA - MATRICULA 1107
ALESSANDRA BASEI SILVEIRA - MATRICULA 1129
LIDIANE VENTURA - MATRICULA 1102
APARECIDA L. DA SILVEIRA GOEDERT - MATRICULA 1099
BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ - MATRICULA 1103
BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ - MATRICULA 1108
CRISTIANE DIONE DA SILVA - MATRICULA 1100
HELENA SCHERER - MATRICULA 1105
HILTON LUIZ SCHMITZ - MATRICULA 1111

JOAO ERNESTO LEITE - MATRICULA 1104
KELLY CRISTINA KOCH - MATRICULA 1130
LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF - MATRICULA 1122
MATILDE GOMES INACIO JUNKES - MATRICULA 1109
SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER - MATRICULA 1101
TATIANA PETRI - MATRICULA 1139
TEREZINHA ANA SCHMITT KREMER - MATRICULA 1106

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de
2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de
Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 439/2011

PORTARIA Nº 439/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores contratados por tempo de-
terminado, do Cargo de PROFESSOR I - 20H, a partir de 16 de
Dezembro de 2011, conforme relação abaixo:

LEILA SIMONES GUESSER - MATRICULA 1090
ANA PAULA RICHARTZ - MATRICULA 1127
MIRELLE CRISTINA DOS SANTOS PAULI - MATRICULA 1093
NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER - MATRICULA 1092
TANIA REGINA MARTENDAL SCHMITT - MATRICULA 1125
THAYZE GUESSER MANNES - MATRICULA 1091

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de
2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de
Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 440/2011

PORTARIA Nº 440/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores contratados por tempo

determinado, do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 16 de Dezembro de 2011, conforme relação abaixo:

JANAINA PAZ DARUI - MATRICULA 1086
ESTERIA KOCH DECKER - MATRICULA 1081
FERNANDA APARECIDA PEPPLER SIMONES - MATRICULA 1118
HELENA GELSLEICHTER KOERICH - MATRICULA 1083
JANICE AMERICO VOLTOLINI - MATRICULA 1079
LUCIARA OLIVIA PAULI - MATRICULA 1087
MARIA YOLANDA VEBER SCHMITT - MATRICULA 1131
MAURA TEREZINHA KREMER GELSLEICHTER - MATRICULA 1084
NOELI MEURER SCHUTZ - MATRICULA 1088
ROSETE CONRAT - MATRICULA 1124
TAINARA GUESSER KUHN - MATRICULA 1143

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 441/2011

PORTARIA Nº 441/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, RENATA MARIA BORBA, do Cargo temporario de FONOAUDIOLOGO, a partir de 16 de Dezembro de 2011, pelo termino de seu contrato.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 442/2011

PORTARIA Nº 442/2011
Prorroga Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, dos Servidores Contratados no Cargo de MOTORISTA, a partir de 16 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2011, em virtude da

extensão do calendário escolar na Rede Estadual, devido ao período de greve, conforme relação abaixo:

EXPEDITO GUESSER
FABRICIO RODRIGUES
MARCOS AURELIO DE LIMAS GIESEL
RUDINEI ROMALINO DE SOUZA

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 443/2011

PORTARIA Nº 443/2011
Prorroga Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, dos Servidores Contratados no Cargo de PROFESSOR - 20H, a partir de 16 de Dezembro de 2011 a 03 de Fevereiro de 2012, em virtude do Projeto Colonia de Férias, conforme abaixo relacionado:

MATILDE GOMES INACIO JUNKES
MARISTANE DE OLIVEIRA
ANA PAULA RICHARTZ
ELISANGELA MARIA FELICIO CARDOSO
TANIA REGINA MARTENDAL SCHMIT
LIDIANE VENTURA

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 444/2011

PORTARIA Nº 444/2011
Prorroga Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, dos Servidores Contratados no Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 16 de Dezembro de 2011 a 03 de Fevereiro de 2012, em virtude do Projeto Colonia de Férias, conforme abaixo relacionado:

LURDETE BACK SCHMITT
AOIARA DOS SANTOS NASCIMENTO
LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER
JULIANA HOFFMANN

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de DECISÃO do Pregão Nº 087/2011

Pregão Presencial nº 087/2011
Processo Licitatório nº 149/2011

Ref. aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do Caminhão Basculante Volkswagen 23-210, Placa MCX-9762, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Visto etc.

Recebi hoje (08/12/2011), do Secretário de Obras e Serviços Públicos a Comunicação Interna sobre o pedido de cancelamento do item 03 do Pregão Presencial nº 079/2011.

CONSIDERANDO, que nos últimos meses a receita do Município não vem correspondendo às expectativas de arrecadação;
CONSIDERANDO, a necessidade de realocação de recursos orçamentários e financeiros para atendimento de despesas essenciais e inadiáveis;

CONSIDERANDO, que neste momento não há segurança de que haverá recursos financeiros suficientes para pagamento de todas as despesas decorrentes deste processo licitatório;

CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento do princípio do equilíbrio de caixa, nos termos do artigo 48, alínea "b", da Lei (federal) nº 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000;

CONSIDERANDO, que a não realização destes serviços, manterá, por enquanto, o correto funcionamento e desempenho do caminhão.

Decido:

Assim sendo, face os considerando acima expostos, DECIDO pelo cancelamento do item 03 do Processo Licitatório nº 149/2011, na modalidade Pregão Presencial nº 087/2011.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios.

Intimem-se as mencionadas empresas da presente decisão.

Junte-se ao respectivo processo licitatório a presente decisão.

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2011.

RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1563, de 16/12/2011.

LEI Nº 1563, DE 16/12/2011.

Autoriza Urbanização de Área para Fins de Implantação de Loteamento/Desmembramento Destinado à Atividade Urbana, Conforme Específica, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica considerada "área urbanizável", para fins de implantação de loteamento/desmembramento destinado à atividade urbana, com incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o imóvel localizado neste município, Comarca de Videira - Estado de Santa Catarina, de Propriedade de CARLOS JOSÉ NEOTTI, portador do CPF sob nº 543.402.929-15, constante da matrícula nº RG 20.091, situado na Linha Colossemos, Município de Arroio Trinta, com as seguintes dimensões, confrontações e área: Frente (Leste): com a Rua Emílio Cividini, 105,83m; Fundos (Oeste): com área remanescente Carlos José Neotti, 81,79m; Lado Direito (Sul): com terras de Ivo Biava, 217,01m; lado Esquerdo (Norte): com terras de Antoninho Neotti, 268,82m, encerrando uma área de 21.476,00m² (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), conforme levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º A implantação de loteamento/desmembramento na área descrita no artigo anterior ficará sujeita ao atendimento de todas as exigências legais pertinentes, em especial o Plano Diretor do Município de Arroio Trinta.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1564, de 16/12/2011.

LEI Nº 1564, DE 16/12/2011.

Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Área de Terreno que Especifica a COOPERTRINTA - Cooperativa de Artesões de Arroio Trinta, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente o Art.100, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e demais normas pertinentes à matéria, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder nos termos da Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, direito real de uso à COOPERTRINTA - COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA, inscrita no CNPJ Nº 07.591.970/0001-58, com sede na Rua Francisco Nava, 194, Centro, nesta cidade, área de terreno com 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), que

será desmembrada de uma área maior d 35.413,00m²(trinta e cinco mil quatrocentos e três metros quadrados), de propriedade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, registrada matrícula nº 28.515, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira, - SC, localizada na Estrada Geral, Arroio Trinta - Treze Tilias.

§1º. A área de terreno de que trata o caput deste artigo, que será concedida, tem as delimitações e confrontações definidas no memorial descritivo e projeto, os quais ficarão fazendo parte integrante desta Lei, devendo ser transcrito na respectiva escritura e/ou contrato de concessão de direito real de uso, cujas despesas, inclusive de registro, correrão por conta exclusiva da Concessionária.

§2º. Destina-se o imóvel ora concedido a COOPERTRINTA - COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA para tornar o local como sede da Entidade para desenvolvimento das atividades pertinentes a Associação.

§3º. A concessão de Uso, ora autorizada, será gratuita e por prazo de 10(dez) anos.

Art. 2º O imóvel objeto da presente Concessão de Direito Real de Uso, reverterá incontinenti ao patrimônio público do Município, independente de qualquer indenização, se quando:

I - a concessionária ou sucessores a qualquer título, desviarem de sua finalidade e atividade contratual;

II - o imóvel não for utilizado para os objetivos e finalidades, previstos no § 2º do artigo anterior, ou se a qualquer tempo, deixar de sê-lo;

III - descumpridas as disposições desta Lei;

IV - ocorrer a extinção ou dissolução da entidade concessionária e/ou de sua(s) sucessora(s) a qualquer título, falência, insolvência ou comprometimento do patrimônio ou situação financeira;

V - deixar a Concessionária, de implementar suas atividades no prazo de 03 (três) anos, a contar da efetivação do contrato administrativo e/ou de escritura pública, independentemente de notificação;

VI - vier a ser descumprida a qualquer tempo, a legislação ambiental vigente e especial, pertinente ao tipo de atividade da Concessionária e/ou não for dada a adequada destinação aos resíduos resultantes da atividade.

Art. 3º A concessionária não pode alienar, transacionar, dar dação em pagamento, permutar ou realizar qualquer outra forma de negócio, que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente concessão.

Art. 4º Caberá a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, garantir o integral cumprimento desta Lei de Concessão, entregando à concessionária o imóvel sem benfeitorias totalmente desocupados, livres e desembaraçados, sem restrições de qualquer natureza, ônus real, judicial ou extrajudicial, arresto, seqüestro, penhora, hipoteca, tributos fiscais, ações trabalhistas, taxas, devidos e cobrados até esta data.

Art. 5º A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei é feita com a Cláusula de impenhorabilidade do imóvel concedido.

Art. 6º A forma que será usado o referido bem, será disciplinada por Contrato de Comodato a ser celerado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1565, de 16/12/2011.

LEI Nº 1565, DE 16/12/2011.

Autoriza o Município de Arroio Trinta, Através do Poder Executivo, a Ceder Servidor Público Municipal para Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta.

CLÁUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 58 da Lei Complementar nº 1.043/2004, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Arroio Trinta, através do Poder Executivo, autorizado a CEDER para o Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73 a Servidora Sonia Fátima Nesi Terci, ocupante do Cargo Efetivo de Recepcionista, Nível CE-05, com o objetivo de exercer a função de Recepcionista junto ao Hospital.

Parágrafo único. A cessão dar-se-á sem ônus à CESSIONÁRIA e tem prazo de vigência a partir da assinatura do convênio a 31/12/2012, iniciando-se a partir de sua formalização, através de Portaria de cessão.

Art. 2º Os recursos para implementação e execução desta Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município e, dar-se-á, através de convênio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 0020/2011.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2011.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Serviços de Lavagens e Limpeza de veículos, Reparos, Consertos e Montagem de Pneus, para Máquinas e Veículos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, para o ano de 2012.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 03/01/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 03/01/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 14 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0021/2011. **AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0021/2011.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Serviços de Lavagens e Limpeza de Veículos, Consertos, Reparos e Montagens de Pneus para Veículos do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, para o ano de 2012.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 10:45h do dia 03/01/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 11:00h do dia 03/01/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 14 de dezembro de 2011.

GLOTILDE CASALETTO SARTORI

Secretária de Saúde

Ascurra

PREFEITURA

Lei Nº 1253, de 16 de dezembro de 2011.

LEI Nº 1253, de 16 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a Despesa do município de Ascurra para o exercício de 2012.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art.1º O Orçamento Consolidado do Município de ASCURRA, para o Exercício de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 14.600.000,00 (Quatorze milhões e seiscentos mil reais).

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

| | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | R\$ | 13.687.400,00 |
| (+) Receita Tributária | R\$ | 1.417.000,00 |
| (+) Receita Patrimonial | R\$ | 12.300,00 |
| (+) Receita de Contribuições | R\$ | 350.000,00 |
| (+) Transferências Correntes | R\$ | 11.624.600,00 |
| (+) Outras Receitas Correntes | R\$ | 283.500,00 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE | R\$ | 1.787.400,00 |
| (-) Dedução para formação do FUNDEB | R\$ | 1.787.400,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | R\$ | 2.700.000,00 |
| (+) Transferências de Capital | R\$ | 1.200.000,00 |
| (+) Operações de Crédito | R\$ | 1.500.000,00 |
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | R\$ | 14.600.000,00 |

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com os anexos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fazem parte da presente Lei, obedecendo à classificação econômica e funcional-programática e o seguinte desdobramento institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| | | | |
|-------|--|-----|---------------|
| 01 | CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | R\$ | 488.000,00 |
| 02 | GABINETE DO PREFEITO | R\$ | 271.000,00 |
| 03.01 | SECRET. DE ADM. E PLANEJAMENTO | R\$ | 2.102.800,00 |
| 03.02 | FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | R\$ | 2.000,00 |
| 04.01 | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | R\$ | 2.871.714,00 |
| 04.02 | ESPORTE E CULTURA | R\$ | 323.000,00 |
| 05 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | R\$ | 2.809.350,00 |
| 06 | SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE | R\$ | 695.000,00 |
| 07 | SECRET. TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS | R\$ | 4.701.136,00 |
| 08 | FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE | R\$ | 60.000,00 |
| 09 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | R\$ | 176.000,00 |
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | R\$ | 90.000,00 |
| 90 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ | 10.000,00 |
| TOTAL | | R\$ | 14.600.000,00 |

Art. 4º O desdobramento do Orçamento Consolidado de que trata o Art. 1º desta Lei, dentro de suas Unidades Gestoras, fica assim classificado, considerando Receitas, Despesas e Transferências Financeiras:

I – PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

| | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | R\$ | 12.857.400,00 |
| (+) Receita Tributária | R\$ | 1.417.000,00 |
| (+) Receitas Patrimoniais | R\$ | 6.400,00 |
| (+) Receita de Contribuições | R\$ | 350.000,00 |
| (+) Transferências Correntes | R\$ | 10.800.500,00 |
| (+) Outras Receitas Correntes | R\$ | 283.500,00 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE | R\$ | 1.787.400,00 |
| (-) Dedução para formação do FUNDEB | R\$ | 1.787.400,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | R\$ | 2.500.000,00 |
| (+) Transferências de Capital | R\$ | 1.000.000,00 |
| (+) Operações de Crédito | R\$ | 1.500.000,00 |
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | R\$ | 13.570.000,00 |

QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

| | | |
|-----------------------------------|-----|---------------|
| DESPESAS CORRENTES | R\$ | 8.139.894,00 |
| (+) Pessoal e Encargos | R\$ | 4.288.730,00 |
| (+) Juros e Encargos da Dívida | R\$ | 58.000,00 |
| (+) Outras Despesas Correntes | R\$ | 3.793.164,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | R\$ | 3.152.756,00 |
| (+) Investimentos | R\$ | 2.977.756,00 |
| (+) Amortização da Dívida | R\$ | 175.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ | 10.000,00 |
| (+) Reserva de Contingência | R\$ | 10.000,00 |
| TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA | R\$ | 2.267.350,00 |
| (+) Transferências Concedidas | R\$ | 2.267.350,00 |
| TOTAL DA DESP. ORÇAM. (+) TRANSF. | R\$ | 13.570.000,00 |

II - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

| | | |
|---------------------------|-----|------------|
| RECEITAS CORRENTES | R\$ | 830.000,00 |
| (+) Receitas Patrimoniais | R\$ | 5.900,00 |

| | | | |
|-----|----------------------------------|-----|--------------|
| (+) | Transferências Correntes | R\$ | 824.100,00 |
| | TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA | R\$ | 1.779.350,00 |
| (+) | Transferências Recebidas | R\$ | 1.779.350,00 |
| | RECEITAS DE CAPITAL | R\$ | 200.000,00 |
| (+) | Transferências de Capital | R\$ | 200.000,00 |
| | TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF. | R\$ | 2.809.350,00 |

QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

| | | | |
|-----|-------------------------------|-----|--------------|
| | DESPESAS CORRENTES | R\$ | 2.579.907,53 |
| (+) | Pessoal e Encargos | R\$ | 1.483.627,44 |
| (+) | Outras Despesas Correntes | R\$ | 1.096.280,09 |
| | DESPESAS DE CAPITAL | R\$ | 229.442,47 |
| (+) | Investimentos | R\$ | 229.442,47 |
| | TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA | R\$ | 2.809.350,00 |

III – CAMARA DE VERADORES DE ASCURRA

QUADRO 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

| | | | |
|-----|----------------------------------|-----|------------|
| | RECEITAS CORRENTES | R\$ | 0,00 |
| (+) | Receitas Tributárias | R\$ | 0,00 |
| (+) | Transferências Correntes | R\$ | 0,00 |
| | TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA | R\$ | 488.000,00 |
| (+) | Transferências Recebidas | R\$ | 488.000,00 |
| | RECEITAS DE CAPITAL | R\$ | 0,00 |
| (+) | Transferências de Capital | R\$ | 0,00 |
| | TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF. | R\$ | 488.00,00 |

QUADRO 2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

| | | | |
|-----|-------------------------------|-----|------------|
| | DESPESAS CORRENTES | R\$ | 388.000,00 |
| (+) | Pessoal e Encargos | R\$ | 338.000,00 |
| (+) | Outras Despesas Correntes | R\$ | 50.000,00 |
| | DESPESAS DE CAPITAL | R\$ | 100.000,00 |
| (+) | Investimentos | R\$ | 100.000,00 |
| | TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA | R\$ | 488.000,00 |

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | |
|-------------------------|---|---------------|
| (+) | Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos | R\$ 10.000,00 |
| | TOTAL | R\$ 10.000,00 |

Parágrafo 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feito por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos Fiscais especificados neste artigo.

Parágrafo 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçados ou orçados a menor.

Parágrafo 3º - Não se efetivando até o dia 30/11/2012 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por decreto do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2012 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos

do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Corrente estimada no artigo 2º desta lei, utilizando como fonte de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por decreto Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Fica o executivo municipal autorizado a remanejar por Decreto dotações de uma modalidade de aplicação de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais e vínculo de recurso.

Art. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro.

Ascurra – SC, em 16 de dezembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2011.

MARIA DE FATIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Edital Pregão 05/2012 PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO N. 05/2012

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/01/2012, PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE LEITE, BEBIDA LÁCTEA E DERIVADOS conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 19 de dezembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 070/2011

DECRETO 070/2011 13.12.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Sec.Obras/Estr.Serv.Urb.Agrop.

20.606.0200.2.047 - Reequipamento e Manutenção de Atividades da Agricultura.

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

10.01 - Secretaria de Educação

12.361.0120.2.023 - Manutenção do Ensino Fundamental

3390.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

11.01 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

13.392.0130.2.039 - Manutenção Fundo Municipal Cultura/Turismo/Lazer.

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

12.01 - Secretaria dos Desportos

27.812.0270.2.050 - Reequipamento e Manutenção da CME.

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

- Total R\$ 14.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de dezembro de 2011.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal em Exercício

Ata de Registro de Preço 10/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

Número do Registro de Preços: 10/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|-------------------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | OLEO 90 (369) | LTS | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Texaco | 0 | 14,5000 | 1 |
| 2 | GRAXA (1871) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Texaco | 0 | 14,6000 | 1 |
| 3 | ANEL TRAVA (1883) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Riopar | 0 | 1,6000 | 1 |
| 4 | Arruela 1/2 (5555) | PC | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,2000 | 1 |
| 5 | Parafuso 3/8x3 (5557) | PC | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |
| 6 | Tinta e Solvente (5565) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Anjo | 0 | 25,0000 | 1 |
| 7 | Arruela 7/8 (5566) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3500 | 1 |
| 8 | Porca M8 (5568) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,1500 | 1 |
| 9 | Arruela 5/8 (5572) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,2500 | 1 |
| 10 | Arruela 3/4 (5573) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3300 | 1 |
| 11 | Arruela 1" (5574) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4000 | 1 |
| 12 | Ferro redondo (5579) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 6,1500 | 1 |
| 13 | Oxigênio (5583) | HR | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | AGA | 0 | 130,0000 | 1 |
| 14 | Retentor 00266 (5587) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 7,3500 | 1 |
| 15 | Retentor 00262 (5588) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 8,9500 | 1 |
| 16 | Aço 1045 (5590) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 9,5500 | 1 |
| 17 | Bronze (5591) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Metalpim | 0 | 63,0000 | 1 |
| 18 | Material de Limpeza (litros) (5593) | LT | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Fransul | 0 | 5,5000 | 1 |
| 19 | Arruela 5/16 (5596) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,1500 | 1 |
| 20 | Ferro chato (5598) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Zamprogna | 0 | 6,5000 | 1 |
| 21 | Flange (5600) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Zamprogna | 0 | 4,5500 | 1 |
| 22 | Solda Mig (5605) | HR | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 45,0000 | 1 |
| 23 | Ferro cantoneira (5606) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 5,2200 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 24 | Parafuso 7/8x4 (5611) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 5,3000 | 1 |
| 25 | Porca 7/8 (5612) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,8000 | 1 |
| 26 | Parafuso 1/4x1 (5618) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3000 | 1 |
| 27 | Porca 1/4 (5619) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3000 | 1 |
| 28 | Braçadeira Plástica (lingua sapo) (6085) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Riopar | 0 | 0,3800 | 1 |
| 29 | Nylon (6086) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Vedax | 0 | 41,0000 | 1 |
| 30 | Unhas p/ Subsolador (6102) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Metisa | 0 | 42,5000 | 1 |
| 31 | Víga "U" (6103) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 5,2500 | 1 |
| 32 | Serviço especializado em mão-de-obra (homem) (6978) | HR | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Tormaq | 0 | 29,0000 | 1 |
| 33 | Serviço especializado em torno (6979) | HR | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Tormaq | 0 | 40,0000 | 1 |
| 34 | Aço 1045 trefilado (6980) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 13,0000 | 1 |
| 35 | Aço 1045 quadrado trefilado (6981) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 18,0000 | 1 |
| 36 | Anel O´ring (6982) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Vedax | 0 | 1,8000 | 1 |
| 37 | Arruela 1/4 (6983) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,1500 | 1 |
| 38 | Arruela 3/8 (6984) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,1800 | 1 |
| 39 | Arruela 7/16 (6985) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,2000 | 1 |
| 40 | Cano (6986) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Comafal | 0 | 6,1000 | 1 |
| 41 | Chapa preta (6987) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Zamproгна | 0 | 6,9300 | 1 |
| 42 | Cola silicone (6988) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Tek Bond | 0 | 6,6000 | 1 |
| 43 | Cola tipo 3M (6989) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | 3M | 0 | 5,7500 | 1 |
| 44 | Cupilha 4,5x50mm (6990) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Riopar | 0 | 0,9000 | 1 |
| 45 | Cupilha 6,5x60mm (6991) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Riopar | 0 | 0,9500 | 1 |
| 46 | Disco de corte 7" (6992) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Kronenflex | 0 | 9,6500 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

Número do Registro de Preços: 10/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 47 | Eletrodo OK 48 3,25mm (6993) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 1,1000 | 1 |
| 48 | Eletrodo OK 46 2,5mm (6994) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 1,1000 | 1 |
| 49 | Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 1,8000 | 1 |
| 50 | Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 1,8000 | 1 |
| 51 | Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Esab | 0 | 3,1500 | 1 |
| 52 | Engraxadeira reta 1/4 (6998) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,8000 | 1 |
| 53 | Engraxadeira reta 3/8 (6999) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,8000 | 1 |
| 54 | Engraxadeira 45° 5/16 (7000) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,8500 | 1 |
| 55 | Engraxadeira 45° 3/8 (7001) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,8500 | 1 |
| 56 | Parafuso 1/4x2 (7002) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4500 | 1 |
| 57 | Parafuso 1/4x3 1/2 (7003) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4800 | 1 |
| 58 | Parafuso 5/16x1 aço (7004) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4000 | 1 |
| 59 | Parafuso 5/16x1 1/2 aço (7005) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,5000 | 1 |
| 60 | Parafuso 5/16x2 aço (7006) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,6000 | 1 |
| 61 | Parafuso 5/16x2 1/2 (7007) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,6500 | 1 |
| 62 | Parafuso 5/16x3 (7008) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,6500 | 1 |
| 63 | Parafuso 5/16x3 1/2 (7009) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,7000 | 1 |
| 64 | Parafuso 3/8x1 aço (7010) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,5500 | 1 |
| 65 | Parafuso 3/8x1 1/2 (7011) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,7000 | 1 |
| 66 | Parafuso 3/8x2 aço (7012) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |
| 67 | Parafuso 3/8x2 1/2 (7013) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0500 | 1 |
| 68 | Parafuso 3/8x3 1/2 (7014) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,1000 | 1 |
| 69 | Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

Número do Registro de Preços: 10/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|-------------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 70 | Parafuso 7/16x3 aço (7016) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,4500 | 1 |
| 71 | Parafuso 1/2x1 aço (7017) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |
| 72 | Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0500 | 1 |
| 73 | Parafuso 1/2x2 aço (7019) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,1000 | 1 |
| 74 | Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,1200 | 1 |
| 75 | Parafuso 1/2x3 aço (7021) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,7000 | 1 |
| 76 | Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,7700 | 1 |
| 77 | Parafuso 1/2X4 aço (7023) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,0000 | 1 |
| 78 | Parafuso 9/16x2 (7024) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,3000 | 1 |
| 79 | Parafuso 9/16x3 (7025) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,5000 | 1 |
| 80 | Parafuso 5/8x2. (7026) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,9000 | 1 |
| 81 | Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,9200 | 1 |
| 82 | Parafuso 5/8x3 aço (7028) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,4000 | 1 |
| 83 | Parafuso 5/8x3 1/2 aço (7029) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,8000 | 1 |
| 84 | Parafuso 5/8x4 aço (7030) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,0500 | 1 |
| 85 | Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,4500 | 1 |
| 86 | Parafuso 3/4x2 aço (7032) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,5000 | 1 |
| 87 | Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,6000 | 1 |
| 88 | Parafuso 3/4x3 aço (7034) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,3500 | 1 |
| 89 | Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 4,1000 | 1 |
| 90 | Parafuso 3/4x4 aço (7036) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 4,2500 | 1 |
| 91 | Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 4,7800 | 1 |
| 92 | Parafuso 3/4x5 aço (7038) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 5,0300 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|-------------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 93 | Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 8,7500 | 1 |
| 94 | Parafuso 3/4x8 aço (7040) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 8,9500 | 1 |
| 95 | Parafuso 7/8x3 (7041) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 4,0000 | 1 |
| 96 | Parafuso 7/8x4 1/2 (7042) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 5,6200 | 1 |
| 97 | Parafuso 7/8x5 (7043) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 6,9500 | 1 |
| 98 | Parafuso 1x3 (7044) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 10,1500 | 1 |
| 99 | Parafuso 1x6 1/2 (7045) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 20,0000 | 1 |
| 100 | Parafuso M6x50 8.8 (7046) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3500 | 1 |
| 101 | Parafuso M8x50 8.8 (7047) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4000 | 1 |
| 102 | Parafuso M8x100 8.8 (7048) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,1500 | 1 |
| 103 | Parafuso M10x50 8.8 (7049) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |
| 104 | Parafuso M10x80 8.8 (7050) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,5300 | 1 |
| 105 | Parafuso M10x100 8.8 (7051) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,9000 | 1 |
| 106 | Parafuso M12x50 8.8 (7052) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,4000 | 1 |
| 107 | Parafuso M12x80 8.8 (7053) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,0000 | 1 |
| 108 | Parafuso M12x100 8.8 (7054) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,2600 | 1 |
| 109 | Parafuso M14x100 8.8 (7056) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,7500 | 1 |
| 110 | Parafuso M16x80 8.8 (7057) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 5,6000 | 1 |
| 111 | Parafuso M16x120 8.8 (7058) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 6,0000 | 1 |
| 112 | Parafuso M18x80 8.8 (7059) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 5,6000 | 1 |
| 113 | Parafuso M18x100 8.8 (7060) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 6,5500 | 1 |
| 114 | Parafuso M20x130 8.8 (7061) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 12,0000 | 1 |
| 115 | Pino elástico 6x70mm (7062) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|------------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 116 | Pino elástico 8x70mm (7063) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,1000 | 1 |
| 117 | Pino elástico 10x70mm (7064) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,2000 | 1 |
| 118 | Pino trava "R" (7065) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,0000 | 1 |
| 119 | Porca 5/16. (7066) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3500 | 1 |
| 120 | Porca 3/8. (7067) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,3800 | 1 |
| 121 | Porca 7/16 (7068) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4000 | 1 |
| 122 | Porca 1/2. (7069) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,5000 | 1 |
| 123 | Porca 9/16 (7070) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,5000 | 1 |
| 124 | Porca 5/8. (7071) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,8500 | 1 |
| 125 | Porca 3/4. (7072) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,9800 | 1 |
| 126 | Porca 1 (7073) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,6000 | 1 |
| 127 | Porca M6 (7074) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,1200 | 1 |
| 128 | Porca M10 (7075) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,4500 | 1 |
| 129 | Porca M12 (7076) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,5500 | 1 |
| 130 | Porca M14 (7077) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 0,8500 | 1 |
| 131 | Porca M16 (7078) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,0000 | 1 |
| 132 | Porca M18 (7079) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 1,3000 | 1 |
| 133 | Porca M20 (7080) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 2,0500 | 1 |
| 134 | Retentor 00524 (7081) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 10,0000 | 1 |
| 135 | Retentor 00009 (7082) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 10,2500 | 1 |
| 136 | Retentor 00161 (7083) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 9,8500 | 1 |
| 137 | Retentor 00188 (7084) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 12,0000 | 1 |
| 138 | Retentor 00459 (7085) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 11,0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 139 | Retentor 00485 (7086) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 13,1000 | 1 |
| 140 | Retentor 00517 (7087) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 10,2500 | 1 |
| 141 | Retentor 00810 (7088) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 12,4300 | 1 |
| 142 | Retentor 01180 (7089) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 15,0000 | 1 |
| 143 | Retentor 02005 (7090) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 8,9500 | 1 |
| 144 | Retentor 40000 (7091) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Sabó | 0 | 14,9500 | 1 |
| 145 | Rolamento 32205 (7092) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 27,1500 | 1 |
| 146 | Rolamento 32206 (7093) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 31,5000 | 1 |
| 147 | Rolamento 32207 (7094) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 32,9500 | 1 |
| 148 | Rolamento 32208 (7095) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 50,0000 | 1 |
| 149 | Rolamento 32209 (7096) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 52,3800 | 1 |
| 150 | Rolamento 32210 (7097) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 108,0000 | 1 |
| 151 | Rolamento 6201 ZZ (7098) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 10,5000 | 1 |
| 152 | Rolamento 6202 ZZ (7099) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 13,0000 | 1 |
| 153 | Rolamento 6203 ZZ (7100) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 13,8000 | 1 |
| 154 | Rolamento 6204 ZZ (7101) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 16,3000 | 1 |
| 155 | Rolamento 6205 ZZ (7102) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 19,9500 | 1 |
| 156 | Rolamento 6206 ZZ (7103) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 24,0000 | 1 |
| 157 | Rolamento 6207 ZZ (7104) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 35,5000 | 1 |
| 158 | Rolamento 6208 ZZ (7105) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 39,5000 | 1 |
| 159 | Rolamento 6209 ZZ (7106) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 49,0000 | 1 |
| 160 | Rolamento 6012 ZZ (7107) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 68,0000 | 1 |
| 161 | Rolamento 6304 ZZ (7108) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 19,0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|----------------------------|-------|----------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 162 | Rolamento 6305 ZZ (7109) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 27,1500 | 1 |
| 163 | Rolamento 6306 ZZ (7110) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 35,0000 | 1 |
| 164 | Rolamento 6307 ZZ (7111) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 42,5000 | 1 |
| 165 | Rolamento 6308 ZZ (7112) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | NSK | 0 | 63,0000 | 1 |
| 166 | Sextavado (7115) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Belgo | 0 | 6,7500 | 1 |
| 167 | Trava quebra dedo (7117) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Riopar | 0 | 3,5000 | 1 |
| 168 | Tubo SKF (7118) | KG | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Comafal | 0 | 15,0000 | 1 |
| 169 | Óleo hidráulico. (7119) | L | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Lubrax | 0 | 13,0000 | 1 |
| 170 | Parafuso M14x70 8.8 (8050) | UND | TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077) | Rex | 0 | 3,0000 | 1 |

BRACO DO TROMBUDO , 3 de Março de 2011.

Ata de Registro de Preço 24/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2011

Número do Registro de Preços: 24/2011

Data do Registro: 15/12/2011

Válido até: 15/12/2012

Objeto da Compra: Aquisição de combustível (etanol, gasolina comum e óleo diesel) para abastecer a frota da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo para o exercício de 2012, com abastecimento direto na bomba do posto.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|-----------------------|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | OLEO DIESEL (16) | L | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999) | WDCOM | 0 | 2,0600 | 1 |
| | | | RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722) | IPIRANGA | 0 | 2,0700 | 2 |
| 2 | GASOLINA COMUM (1323) | L | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999) | WDCOM | 0 | 2,7900 | 1 |
| | | | RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722) | IPIRANGA | 0 | 2,8000 | 2 |
| 3 | Etanol (7738) | L | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999) | WDCOM | 0 | 2,2200 | 1 |
| | | | RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722) | IPIRANGA | 0 | 2,2300 | 2 |

BRACO DO TROMBUDO , 15 de Dezembro de 2011.

Ata de Registro de Preço 6/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2011

Número do Registro de Preços: 6/2011

Data do Registro: 15/12/2011

Válido até: 15/12/2012

Objeto da Compra: Aquisição de combustível (etanol, gasolina comum e óleo diesel) para abastecer frota da Secretaria Municipal de saúde para o exercício de 2012, para abastecimento direto na bomba do posto.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|----------------------|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | OLEO DIESEL (353) | LT | RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158) | IPIRANGA | 0 | 2,0700 | 1 |
| | | | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303) | WDCOM | 0 | 2,0800 | 2 |
| 2 | GASOLINA COMUN (352) | LT | RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158) | IPIRANGA | 0 | 2,8200 | 1 |
| | | | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303) | WDCOM | 0 | 2,8300 | 2 |
| 3 | Etanol (1913) | LT | RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158) | IPIRANGA | 0 | 2,2300 | 1 |
| | | | AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303) | WDCOM | 0 | 2,2400 | 2 |

BRACO DO TROMBUDO , 15 de Dezembro de 2011.

Caçador

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 204, de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede licença ao Prefeito Municipal, para ausentar-se do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 32, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 125, § 1º, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2011, aprova o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedida licença ao Prefeito Municipal, Senhor Imar Rocha, para ausentar-se, em caráter particular do Município, no período de 2 a 17 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em Exercício.

Decreto Legislativo Nº 205, de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Convênio, celebrado entre o Município de Caçador e a Comunidade Terapêutica São Francisco.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2011, aprovou e ela promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio, celebrado entre o Município de Caçador e a Comunidade Terapêutica São Francisco, inscrita no CNPJ sob o nº 11.722.291/0001-48, com sede na Rua Setembrino Cumunelo, nº 150, Bairro Cinquentenário, na cidade de Videira, Santa Catarina, objetivando a prestação de serviços de recuperação de jovens dependentes químicos e substâncias psicoativas, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,

Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em Exercício.

Portaria nº 003, de 12 de dezembro de 2011

Portaria nº 003, de 12 de dezembro de 2011.

Concede férias coletivas a servidores da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, na forma do art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 90 e ss. da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004 e CONSIDERANDO que no mês de janeiro de 2011, em razão do recesso parlamentar, a Câmara estará promovendo obras de manutenção de suas instalações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Caçador abaixo relacionados, na forma de antecipação de gozo de férias, pelo período de 20(vinte) dias, a contar de 02 de janeiro de 2012 a 21 de janeiro de 2012:

| NOME | CARGO |
|-------------------------------------|--|
| Admir José Casagrande | Assistente Legislativo |
| Daniel Heberle | Assistente Legislativo |
| Daniela Marques de Oliveira | Controladora Interna |
| Dimaleicy Aparecida Pereira | Assistente Administrativa |
| Elaine Fávero | Assistente Administrativa |
| José Luiz Furlin | Motorista |
| Juliana Sombrio | Telefonista |
| Sandra Elisa Miosso | Assistente Administrativa |
| Stefani Cividini Back | Tesoureira |
| Alessandra Gioppo | Assessora Parlamentar de Gabinete |
| Almir Paulo Dias | Assessor Parlamentar de Gabinete |
| Charleston Augusto Lopes | Assessor Parlamentar de Gabinete |
| Claudete Terezinha Maraffon Leidens | Assessora Parlamentar do Gabinete da Presidência |
| | |
| Daniel Fernandes | Assessor Parlamentar de Gabinete |
| Dirlei Fontana Fossá | Assessora Parlamentar de Gabinete |
| Elisiane Ap. Luiz Alves dos Santos | Assessora Parlamentar de Gabinete |
| Jairo Ribeiro Pedroso | Assessor de Comunicação |
| Marcio Cordeiro | Assessor Parlamentar de Gabinete |

Parágrafo Único: À servidora Daniele Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras, serão concedidos 10(dez) dias de férias nos termos do caput, a contar de 02 de janeiro de 2012 a 11 de janeiro de 2012

Art. 2º Os dias de férias coletivas serão descontados das férias regulares de cada servidor de acordo com seu respectivo período de aquisição.

Art. 3º Os valores referentes ao adicional de que trata o inciso XVII do art. 7º da CF e § 1º do art. 93 da Lei Complementar nº 56/2004, serão pagos até o dia 20 de dezembro de 2011, também a título de adiantamento de férias, sendo descontados das verbas rescisórias em caso de eventual demissão ou exoneração do servidor que não completar o período aquisitivo respectivo.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 12 de dezembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em exercício.

Portaria Nº 001, de 1º de dezembro de 2011.

PORTARIA nº 001, de 1º de dezembro de 2011.

Concede progressão funcional a servidora efetiva da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antigüidade, referente ao período aquisitivo de 07 de novembro de 20010 a 06 de novembro de 2011, à servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogada da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1001, conforme Anexos I e I-A do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador, com ascensão da Classe/Referência V-D, para V - E, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

Gabinete da Presidência, 1º de dezembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO
1º Secretário, em exercício

Portaria Nº 002, de 1º de dezembro de 2011.

PORTARIA nº 002, de 1º de dezembro de 2011.

Concede progressão funcional a servidor efetivo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antigüidade, referente ao período aquisitivo de 30 de novembro de 2010 a 29 de novembro de 2011, ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1002, conforme Anexos I e I-A do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador, com ascensão da Classe/Referência V-C, para V-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

Gabinete da Presidência, 1º de dezembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em exercício

Camboriú

PREFEITURA

Retificação da Lei Nº. 2.383/2011

Retificação da Lei nº. 2.383/2011

Considerando erro de digitação na publicação da Lei nº. 2.383/2011, realizada no dia 30/11/2011, edição nº. 876, pág. 08, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, retifica-se a referida Lei para a seguinte redação:

LEI Nº 2.383/2011

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "SÃO GENARO", a rua situada no loteamento Garden, no Bairro São Francisco de Assis, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada F", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6013, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 23 de novembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Aviso do PR 27/11 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2011-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS, PARA LIMPEZA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS E PÁTIOS POR UM PERÍODO DE 12 MESES NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.

8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 17:00 horas do dia 03 (três) de Janeiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso do PR 37/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2011-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (MÃO -DE- OBRA) DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INCLUSIVE COM SERVIÇO DE GUINCHO/REBOQUE E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS, NOVOS DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO DO VALOR ESTIMADO DO LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 09:30 horas do dia 03 (três) de Janeiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso do PR 38/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2011-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO EQUIPADO COM CARROCERIA COM A FINALIDADE DE RECOLHIMENTO E TRANSPORTE DE ENTULHOS EM GERAL NAS RUAS E TERRENOS BALDIOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 03 (três) de Janeiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.542 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.542 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professor I - MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 31 de março de 2006 á 31 de março de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.543 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.543 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I - LOURIVAL IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2010 a 02 de outubro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.544 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.544 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO AO CHEFE DO
SERVIÇO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente - ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, referente ao período aquisitivo de 10 de maio de 2010 à 10 de maio de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.545 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.545 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - JOSÉ BAGNHUCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2010 à 03 de abril de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de

dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.546 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.546 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.547 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.547 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Comunitário de Saúde - DIRCELIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000533, Registro no Sistema sob nº 954636, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.548 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.548 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Comunitário de Saúde - MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000531, Registro no Sistema sob nº 954634, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.549 de 13 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.549 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - PAULO PACHECO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000434, Registro no Sistema sob nº 954299,

referente ao período aquisitivo de 26 de janeiro de 2010 à 25 de janeiro de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.550 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.550 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço de Contabilidade, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, Matrícula Funcional nº 000001, Registro no Sistema sob nº 92200, referente ao período aquisitivo 02 de março de 2010 a 02 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.551 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.551 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Secretária Municipal de Administração e Finanças, AURIENE ROEPKE, Registro no Sistema sob nº 954713, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.552 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.552 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000078, Registro no Sistema sob nº 37000, referente ao período aquisitivo 28 de janeiro de 2010 a 27 de janeiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.553 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.553 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Contadora, LUANA TALITA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 954956, referente ao período aquisitivo 02 de setembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.554 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.554 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, referente ao período aquisitivo 23 de dezembro de 2010 a 22 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor de Gabinete gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.555 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.555 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe de Gabinete, PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, Matrícula nº 000237, Registro no Sistema sob nº 697100, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2011 a 01 de março de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.556 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.556 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A AGENTE DO CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente do Controle Interno, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Matrícula Funcional nº 000146, Registro no Sistema sob nº 377800, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2010 a 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A Agente do Controle Interno gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.557 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.557 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DA CASA DA CIDADANIA E JUNTA MILITAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe da Casa da Cidadania e Junta Militar, VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, Matrícula Funcional nº 000540, Registro no Sistema sob nº 954646, referente ao período aquisitivo 02 de abril de 2010 a 01 de abril de 2011.

Art.2º) A Chefe da Casa da Cidadania gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.558 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.558 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA DA CASA DA CIDADANIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Coordenadora da Casa da Cidadania, MAGALI ENGEL, Registro no Sistema sob nº 954814, referente ao período aquisitivo 11 de fevereiro de 2010 a 10 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A Coordenadora da Casa da Cidadania gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.559 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.559 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Assessor de Comunicação Social, JORGE LUIZ LEMOS, Registro no Sistema sob nº 954830, referente ao período aquisitivo 08 de abril de 2010 a 07 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor de Comunicação Social gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.560 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.560 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente, ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, referente aos períodos aquisitivos: 10 de maio de 2009 a 10 de maio de 2010 = 16 (dezesseis) dias; 10 de maio de 2010 a 10 de maio de 2011 = 04 (zero quatro) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2010 a 10 de maio de 2011.

Art.2º) O Chefe do Serviço Agropecuária e Meio Ambiente gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.561 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.561 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Médico Veterinário, DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, Matrícula Funcional nº 286, Registro no Sistema sob nº 3616580, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2010 a 01 de maio de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.562 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.562 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, ODENILSON CONTRAT EHLKE, Registro no Sistema sob nº 954717, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 24 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.563 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.563 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Administrativo I, EDITE FERREIRA DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000018, Registro no Sistema sob nº 64700, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 a 15 de março de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 24 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.564 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.564 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I, CÍNTIA MEDEIROS DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000570, Registro no Sistema sob nº 954727, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2011 a 02 de fevereiro de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.565 de 14 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.565 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias ao Agente Administrativo II, DANILLO RENAN CARVALHO FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000601, Registro no Sistema sob nº 954836, referente ao período aquisitivo 11 de maio de 2010 a 10 de maio de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2011 á 30 de dezembro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Circunstanciada - Processo Licitatório Nº 85/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 85/2011)

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Joceli de Souza e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados responsáveis pelo Processo Licitatório nº 85/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (um) VEÍCULO, zero quilômetro; Tipo Furgão "ambulância simples remoção", para a Secretaria Municipal de Saúde com Recursos: Convênio N. 15.161/2011-0 Governo do Estado de Santa Catarina através da Sec. Estadual de Desenvolvimento Regional de Mafra e contrapartida do Município. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA. A empresa não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Adriano Ribeiro dos Santos, representante da empresa RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA. Procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Global. A proposta apresentada pela empresa licitante foi no valor de R\$ 107.900,00, a pregoeira solicitou desconto que foi concedido pelo representante, fechando o valor em R\$ 105.000,00. Após o julgamento da proposta, passou-se a abertura do envelope contendo os documentos da empresa RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, onde a Pregoeira declarou-a devidamente HABILITADA. Considerando a classificação e habilitação da empresa, a Pregoeira Adjudica a proposta, declarando-a vencedora desta licitação com o preço informado acima. Concedeu-se espaço para a manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 12/11 de 14/12/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 12/11 DE 14/12/2011

INSTITUI O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS – SAMAE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído, nos termos desta Lei, o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, Autarquia Municipal criada através da Lei n. 397, de 22 de agosto de 1966, plano fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia ao serviço.

Parágrafo Único - A Autarquia tem sede e foro na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Integram este Plano:

ANEXO 1 – Cargos de Provimento Efetivo
ANEXO 2 – Descrição dos Cargos Efetivos
ANEXO 3 – Tabela das Funções de Confiança
ANEXO 4 – Tabela de Vencimentos dos Cargos Efetivos
ANEXO 5 – Tabela de Valores das Gratificações pelo Exercício de Função de Confiança
ANEXO 6 – Descrição das Atribuições das Funções de Confiança
ANEXO 7 – Prontuário para Avaliação dos Servidores do SAMAE em Estágio Probatório.

Art. 3º - Os cargos do pessoal da Autarquia são organizados e providos em carreira, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º - O regime laboral dos servidores do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto é o estatutário, criado pela Lei Complementar n. 03 de 04/12/2000.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DA CARREIRA

Art. 5º - Para efeito de aplicação do presente plano é adotada a seguinte terminologia:

CARREIRA: agrupamento de cargos integrantes da estrutura organizacional da Autarquia, observada a natureza e complexidade das atribuições de acordo com a habilitação profissional e compreendem níveis e referências do cargo do mesmo grupo profissional, distribuídos em Categorias Funcionais reunidas em segmentos distintos de acordo com a escolaridade exigível para o ingresso.

QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e gratificações adicionais pelo exercício de função.

GRUPO FUNCIONAL: conjunto de categorias funcionais agrupadas

no mesmo padrão, segundo a natureza e complexidade das atribuições e grau de conhecimento.

CATEGORIA FUNCIONAL: profissão ou conjunto de profissões afins, vinculadas a um grupo ou padrão funcional.

CARGO: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor, assim definidos no estatuto dos Servidores Públicos do Município.

NÍVEL: fração menor da unidade de carreira e correspondem à graduação ascendente existente em cada padrão profissional, determinando a progressão funcional.

REFERENCIA: graduação ascendente, em cada nível, determinando a progressão funcional horizontal, a que correspondem os respectivos vencimentos.

GRUPO DE VENCIMENTOS: conjunto de profissões, agrupadas segundo o seu grau de complexidade, vinculadas ao mesmo padrão de vencimentos.

Art. 6º. - São considerados critérios fundamentais para a manutenção e estruturação das carreiras:

I - análise das atividades identificadas e agrupadas conforme o grau de complexidade e demais requisitos definidos, para fins de hierarquização das carreiras;

II - definição dos requisitos de escolaridade ou experiência exigida; e

III - habilitação profissional quando for o caso.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO NA CARREIRA, PROVIMENTO E ENQUADRAMENTO

Art. 7º - Os cargos de provimento efetivo no serviço do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto de Campos Novos são acessíveis aos brasileiros ou aos naturalizados brasileiros e o ingresso dar-se na primeira referência do nível inicial da respectiva Categoria Funcional da Carreira, até o terceiro nível do grupo ou categoria Funcional, atendidos os requisitos de escolaridade, experiência e habilitação em concurso público, na forma prevista em regulamento próprio.

Art. 8º - O presente Plano de Carreira é constituído de Quadro de Pessoal, de quantitativos de cargos efetivos constantes na Referência "A" do ANEXO 1, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. Integram, igualmente, o Quadro de Pessoal de que trata este artigo, e as Gratificações Adicionais por Função, descritas no ANEXO 3 deste Plano.

Art. 9º - As vagas criadas no presente Quadro de Pessoal serão providas através de concurso público de provas e títulos, observado o disposto nos artigos 7 e 8.

Parágrafo Único. Os servidores em exercício na data da implantação deste Plano e que estiverem em conformidade com as exigências estabelecidas neste artigo, serão enquadrados nos padrões, níveis e referências equivalentes a atual situação de cada um de forma a assegurar-lhes o valor de vencimentos que vêm percebendo, previstos nos ANEXO 4 desta Lei.

Art. 10 - O provimento de cargos e das funções, no serviço do SAMAE, obedecerá, a rigor, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e, também, ao seguinte:

I. os cargos e funções do SAMAE são acessíveis aos brasileiros que preencherem os requisitos estabelecidos nesta Lei e na Constituição da República;

II. a investidura em cargo na Autarquia depende sempre de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

III. os concursos públicos terão validade de até dois (2) anos, prorrogáveis uma vez até por igual período (art. 37, III CF);

IV. durante o prazo improrrogável fixado pelo Edital de Convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas

e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.

Art. 11 - A admissão temporária para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse e necessidade pública, será permitida na forma prevista em lei municipal específica, e nos seguintes casos:

I. para construção de obras novas, certas e específicas, cuja execução obedeça ao regime administrativo direto, e,

II. para execução de programas e obras especiais para atender necessidades conjunturais que demandam a atuação imediata da Autarquia e para as quais não justifica a estabilização de novos cargos e/ou servidores.

Art. 12 - O enquadramento de que trata o art. 9. supra, será feito por ato do Diretor do SAMAE, à medida da necessidade do serviço.

Art. 13 - Três (3) por cento das vagas oferecidas em concurso são reservadas às pessoas portadoras de deficiências, compatíveis com a sua deficiência, e serão providos por concurso público.

Art. 14 - O ingresso na carreira funcional no nível e referência estabelecido nesta Lei, se dará por concurso público.

Art. 15 - Os admitidos estão sujeitos ao estágio probatório de três (3) anos, sem direito à progressão durante este período.

CAPÍTULO IV

DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR FUNÇÃO

Art. 16 - São gratificações adicionais pelo exercício de função de confiança, as funções descritas no ANEXO 5 desta Lei.

Art. 17 - Considera-se Gratificação Adicional por Função, o exercício de chefias intermediárias e de responsabilidade adicional, atribuída exclusivamente a servidor efetivo do SAMAE, que comprove no mínimo 03 anos de trabalho contínuo no SAMAE.

§ 1. As Gratificações Adicionais por Função são concedidas por ato do Diretor do SAMAE com critérios de confiança e destituídas "ad nutum".

§ 2. O servidor designado para exercer função adicional perceberá a gratificação cumulativamente com o vencimento do cargo.

§ 3. O servidor que ocupar cargo em função gratificada, consecutivos ininterruptos ou não, incorporará a cada 12 (doze) meses a seus vencimentos um adicional de 10%, sobre o valor da função, até o limite de 100% (cem por cento).

CAPÍTULO V

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR APERFEIÇOAMENTO E/OU CAPACITAÇÃO.

Art. 18 - Fica instituído o adicional de progressão por aperfeiçoamento e/ou capacitação para os servidores ocupantes de cargos efetivos do SAMAE, que, por designação da direção do SAMAE, frequentarem, com aproveitamento, cursos que tenham correlação com as atribuições da Autarquia a partir da vigência desta Lei.

Art. 19 - O adicional de progressão a que se refere o artigo anterior será pago, mediante requerimento do servidor, devidamente instruído, na ordem de 2% (dois por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo, para cada 60 (sessenta) horas/aula frequentadas e que atendam o estabelecido no artigo anterior, vedada a contagem dessas horas aula cumulativamente para qualquer outra finalidade e não poderá ser efetuada em períodos inferiores a 2 (dois) anos.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo a contagem de novo período

iniciará após o despacho de deferimento de pedido anterior para esses efeitos.

Art. 20 - O adicional de progressão por curso de aperfeiçoamento integrará a remuneração do servidor em caráter permanente.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO

Art. 21 - Os reajustes de vencimentos, das gratificações, serão estabelecidos nas mesmas datas e índices fixados para os servidores do Poder Executivo.

Art. 22 - A Tabela de Vencimentos dos servidores de provimento efetivo é constituída de Padrão, Níveis verticais e de Referências Horizontais das Classes "A" até "L".

Art. 23 - Os servidores efetivos e já aprovados no estágio probatório do SAMAE fará jus a uma progressão funcional horizontal anual, de uma referência no nível e padrão em que estiverem enquadrados, de acordo com o ANEXO 4, correspondente a 1,09% (hum vírgula zero nove por cento) sobre o vencimento de cada servidor e serão concedidas aos servidores que atingirem a pontuação que lhe assegure o conceito "SD-Supera o Desempenho Esperado" ou "AD Atinge o Desempenho Esperado no processo de avaliação, de acordo com o Anexo 7.1 e 7.2, desta Lei, realizada por Comissão de Avaliação, constituída pelo Diretor do SAMAE.

Art. 24 - Os valores dos vencimentos descritos no ANEXO 4 da presente Lei, correspondem à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

CAPÍTULO VII DO ADICIONAL POR TITULAÇÃO

Art. 25 - Os servidores efetivos poderão adquirir adicional por titulação, mediante apresentação de diploma de curso de ensino fundamental, médio, graduação, pós graduação, mestrado e doutorado, concluídos após a vigência desta Lei, e a comprovação de no mínimo 03 (três) anos de trabalho contínuo no SAMAE.

§ 1º. O valor do adicional por titulação será pago em caráter permanente, conforme descrito abaixo, e será incluída na folha do servidor de forma individualizada.

| | |
|--------------------------|-------------|
| Ensino Fundamental | R\$. 100,00 |
| Ensino Médio | R\$. 150,00 |
| Graduação | R\$. 200,00 |
| Pós Graduação | R\$. 300,00 |
| Mestrado | R\$. 400,00 |
| Doutorado | R\$. 500,00 |

§ 2º. O adicional por titulação deverá ser requerido pelo servidor, mediante a apresentação do diploma devidamente registrado.

§ 3º. Não poderão ser acumuladas titulações de qualquer dos cursos, sendo que a obtenção de adicional em titulação maior automaticamente extinguirá o adicional percebido anteriormente.

§ 4º. Não será contado para os efeitos do adicional de que trata este artigo, os cursos que forem exigidos para o ingresso no SAMAE.

§ 5º. Somente será considerada a titulação concluída a partir da data de publicação da presente lei.

CAPÍTULO VIII DO SOBREAVISO

Art. 26 - Fica instituído no SAMAE o regime de sobreaviso, fora do

horário de expediente normal, para atendimento de serviços de urgência e emergência nos sistemas de abastecimento aos consumidores e danos nas redes de captação e distribuição de água e de esgoto.

Art. 27 - No horário de sobreaviso os servidores designados poderão locomover-se normalmente no perímetro urbano da cidade de Campos Novos, devendo, porém, permanecer à disposição, para o atendimento imediato dos chamados e das situações de urgência e emergência constatadas.

Art. 28 - O SAMAE deverá equipar os servidores em situação de sobreaviso com os necessários equipamentos de comunicação, por rádio ou por telefone.

Art. 29 - Para o atendimento do regime de sobreaviso preferencialmente deverão ser designados servidores ocupantes de cargos, com funções compatíveis, em forma de rodízio.

Art. 30 - Por hora de sobreaviso, o servidor fará jus a uma retribuição pecuniária correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da hora normal, percebido no seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. Não incidirá adicional noturno nos horários de sobreaviso, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 31 - As horas efetivamente trabalhadas nos atendimentos de urgência e emergência durante o período de sobreaviso serão consideradas como horas extras.

Parágrafo Único. O pagamento do adicional por horas extra e a retribuição a que se refere o artigo anterior não são acumuláveis.

Art. 32 - Para a apuração do valor da hora normal, para os efeitos de pagamento das horas de sobreaviso e das horas extras, será considerado o vencimento básico de cada servidor designado.

Art. 33 - A média mensal anual dos valores percebidos pelos servidores do SAMAE, a título de sobreaviso e de horas extras, nos termos desta lei, integrará tão somente o cálculo da gratificação natalina e das férias.

CAPÍTULO IX DAS ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS

Art. 34 - São consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 35 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 30%, 20% e 10% do salário mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 36 - São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco.

§ 1. O trabalho em condições de periculosidade assegura àqueles que o executa um adicional de 30% sobre o menor vencimento do SAMAE, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios, adicionais ou participação de qualquer espécie.

§ 2. Em caso de acumulação de atividade insalubre e perigosa, o servidor somente fará jus a um dos adicionais, cabendo-lhe optar,

por escrito, por um ou outro dos adicionais.

Art. 37 - A classificação e caracterização da insalubridade e periculosidade, segundo normas do Ministério do trabalho, far-se-á através de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

§ 1. O SAMAE contratará a elaboração do LTCAT por empresa ou profissional especializado em Medicina e Segurança do Trabalho, em períodos não inferiores a 12 meses e nem superiores a 36 meses.

§ 2. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá Decreto, por proposta e mediante exposição de motivos do Diretor do SAMAE, alterando ou consolidando a tabela dos cargos e respectivos índices de insalubridade e periculosidade, apurados no LTCAT realizado.

Art. 38 – O pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade cessará com a eliminação das condições que deram causa à sua concessão.

CAPÍTULO X DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 39 – Para atendimento do disposto no § 4º, do art. 41 da Constituição Federal, os servidores do SAMAE, nomeados para provimento efetivo, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial pelo período de três anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu cargo.

Parágrafo Único – O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado e, se estável anteriormente, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 40 – Os processos de avaliação em estágio probatório serão organizados e conduzidos pelo Setor de Recursos Humanos do SAMAE. (anexo 7.1 e 7.2).

§ 1º O servidor em estágio probatório não será avaliado durante o período de exercício de cargo em comissão, retornando-se a avaliação quando de seu retorno ao cargo efetivo.

§ 2º Aplica-se a regra do parágrafo anterior ao servidor sujeito ao estágio probatório colocado a disposição de outros órgãos públicos.

Art. 41 – A avaliação será acompanhada por comissão, especialmente designada para este fim, composta por pelo menos três servidores estáveis, ocupantes de cargos de nível superior, tendo um deles, pelo menos, dez anos de exercício no SAMAE.

Art. 42 – A avaliação será realizada semestralmente, pelo superior imediato, nominado supervisor, o qual deve observar as recomendações instituídas para este fim e as da Comissão responsável pelo acompanhamento das avaliações.

Art. 43 – O processo de avaliação dos servidores nomeados deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento capaz de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 44 – Compete a Comissão designada para promover a Avaliação Especial de desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

- a) proceder ao levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data da nomeação, exercício e lotação;
- b) acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos,

conjuntamente com os supervisores;

- identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado ou afastado das atividades inerentes ao cargo para o qual foi nomeado e sobre o qual deve ser avaliado;
- avaliar semestralmente o desempenho do servidor com base nos registros realizados pelo supervisor no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório (anexo 7.2), propondo as ações previstas no item 3.2.1 do (anexo 7.1), necessárias à melhoria do desempenho do servidor, na hipótese de ter alcançado conceito “AP-Atinge Parcialmente o Desempenho Esperado” e “NA-Não Atinge Parcialmente o Desempenho Esperado” em três avaliações consecutivas ou não;
- e) orientar para que os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;
- f) emitir parecer final sobre o servidor de forma a homologar ou não a sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado;
- g) dar conhecimento das avaliações parciais e da avaliação final ao servidor avaliado.

Art. 45 – Compete ao supervisor:

- a) fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório, sobre os procedimentos da avaliação;
- b) acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho em relação a cada fato considerado no questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio (anexo 7.2), sem levar em conta fatores de ordem pessoal, para garantir um resultado imparcial e impessoal na avaliação do seu desempenho;

identificar as dificuldades do servidor com a finalidade de orientá-lo na busca dos resultados esperados;

oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento quanto a sua situação e quais as expectativas em relação ao mesmo.

Art. 46 – A avaliação será realizada semestralmente inicialmente, iniciando-se a partir do primeiro semestre após a investidura no cargo.

Art. 47 – O servidor durante o estágio probatório não poderá exercer atividades não compatíveis com as do cargo para o qual foi nomeado.

Art. 48 – O Servidor somente será confirmado no cargo para o qual foi nomeado se, na Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, atingir a pontuação que lhe assegure o conceito “SD-Supera o Desempenho Esperado” ou AD-Atinge o Desempenho Esperado”.

Art. 49 – O servidor avaliado, em todas as etapas, tomará ciência do resultado de sua avaliação, datando e assinando o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo Único – O servidor avaliado, no prazo de três dias úteis contados da ciência, poderá apresentar manifestação formal sobre o resultado da avaliação, a ser apreciado pela Comissão, levando-se em consideração todas as fases do processo de avaliação, em especial, as pontuações obtidas e manifestação do avaliado e do supervisor.

Art. 50 – A Comissão Especial de Avaliação emitirá relatório circunstanciado com parecer conclusivo para fins de homologação do Diretor do SAMAE, identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Art. 51 – O servidor avaliado poderá interpor recurso no prazo de cinco dias úteis após a publicação do Resultado Final homologado,

que será examinado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório no prazo de quinze dias e submetido à deliberação do Diretor.

Art. 52 – Permanecem válidas as avaliações realizadas, segundo a Lei 3.449/09 de 23/09/2009 para os servidores que se encontram em estágio probatório, passando-se a adotar a periodicidade estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XI DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 53 - Os servidores do SAMAE, efetivos ou contratados por tempo determinado, farão jus à percepção de Auxílio Alimentação, mediante o fornecimento de 22 tickets mensais pelo SAMAE, no valor correspondente a R\$. 8,19 (oito reais e dezenove centavos) cada, totalizando o valor de R\$. 180,18 (cento e oitenta reais e dezoito centavos).

§ 1. Os tickets serão devidos aos servidores em períodos de licença inferiores a 15 dias, devidamente justificados, no período de gozo de férias e licença prêmio e não são devidos, quando em licença sem remuneração, licenças superiores a 15 dias, licença maternidade e em dias de falta injustificada.

§ 2. O valor do auxílio alimentação a que se refere este artigo terá caráter indenizatório e não será devido e nem integrará a base de cálculo da remuneração do servidor para outros efeitos, que não sejam os estabelecidos no parágrafo anterior.

CAPÍTULO XII DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 54 - A Autarquia será administrada por um Diretor na forma prevista na Lei n. 2.480/99 de 15/03/99.

Art. 55 - A estrutura organizacional da Autarquia está definida no Organograma Funcional em anexo a presente Lei.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 56 – O Diretor do SAMAE expedirá normas complementares e regulamentares às disposições desta Lei, sendo de cumprimento obrigatório para todos os servidores.

Art. 57 - Os valores das diárias dos servidores do SAMAE, serão fixados pelo Diretor da autarquia.

Art. 58 – Ficam alterados as denominações dos cargos de:

- I – leiturista para Agente Administrativo;
- II – Escriturário para Assistente Administrativo.

Art. 59 - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 60 - Fica revogada a Lei número 3.449/09 de 23/09/09.

Art. 61 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 14 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO 1
QUADRO ÚNICO DE PESSOAL – CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº 12/11

| PADRÃO | CARGOS | QUANTIDADE DE CARGOS |
|-------------------------|--|-----------------------------|
| 1 Níveis 1, 2, 3 | Servente | 1 |
| 2 Níveis 1, 2, 3 | Auxiliar de Serviços Gerais | 3 |
| 3 Níveis 1, 2, 3 | Vigilante Auxiliar de Operações | 5 20 |
| 4 Níveis 1, 2, 3 | Auxiliar Administrativo | 8 |
| 5 Níveis 1, 2, 3 | Mecânico de Manutenção Agente Administrativo Operador de Máquina Encanador Pedreiro Motorista | 2 5 3 15 5 2 |
| 6 Níveis 1, 2, 3 | Assistente Administrativo | 6 |
| 7 Níveis 1, 2, 3 | Operador de ETA/ETE | 10 |
| 8 Níveis 1, 2, 3 | Oficial Administrativo Oficial Técnico | 1 1 |
| 9 Níveis 1, 2, 3 | Químico Contador | 1 1 |
| 10 Níveis 1, 2, 3 | Engenheiro | 1 |

Parte integrante da Lei Municipal nº 12/11.

ANEXO 2

QUADRO DE DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DO SAMAE E RESPECTIVO PADRÃO.

Parte Integrante da Lei Complementar Municipal nº 12/11

REQUISITOS E DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO.
PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº12/11

I – SERVENTE

PADRÃO: 01 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme fixado em quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Serviços de conservação, limpeza, manutenção e serviços auxiliares diversos

II – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PADRÃO: 02 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: não exigida
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Serviços de limpeza, conservação, manutenção e organização.

III – VIGILANTE

PADRÃO: 03 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme escala de revezamento Diurno/Noturno

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Curso específico para vigilantes
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Exercer as atividades de segurança e a conservação de edificações, suas instalações e bens neles existentes.

IV – AUXILIAR DE OPERAÇÕES

PADRÃO: 03 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: não exigida
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Trabalhos de escavação de valas e reaterro. Trabalhos de serviços de pedreiro. Instalação de acessórios hidráulico e acabamentos. Conhecimento de peças, equipamentos, materiais usados na atividade de manutenção e vistoria hidráulica.

V – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PADRÃO: 04 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino médio completo ou cursando o último ano.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento em informática
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Execução de trabalhos auxiliares de escritório junto a todos os setores da autarquia, compreendendo rotinas pré-estabelecidas que possam ser prontamente aprendidas e definidas pela chefia imediata.

VI – MOTORISTA

PADRÃO: 05 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo ou cursando o último ano.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Carteira Nacional de Habilitação para veículos e motos
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Dirigir as viaturas da autarquia em atendimento às suas necessidades, especialmente na condução de servidores e transportes de materiais e equipamentos. Zelar e fazer a manutenção dos veículos sob sua guarda.

VII – ENCANADOR

PADRÃO: 05 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento de serviços de encanador
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Trabalhos de manutenção de redes de água, redes de esgoto, de instalações prediais hidráulicas e sanitárias. Trabalhos de escavação de valas e reaterro. Trabalhos de serviços de pedreiro. Detecção de vazamentos de água. Instalação de acessórios hidráulicos e acabamentos. Conhecimento das peças, equipamentos, materiais usados nas atividades de manutenção e vistoria hidráulica.

VIII – PEDREIRO

PADRÃO: 05 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho.

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio completo.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento de materiais/serviço de pedreiro
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício para construir, reformar ou reparar prédios, assentamentos de redes de água e esgoto e executar obras e trabalhos pertinentes à profissão.

IX – MECÂNICO DE MANUTENÇÃO

PADRÃO: 05 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme escala de revezamento Diurno/Noturno

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Curso de nível médio em mecânica, automação ou eletrotécnico.
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Inspecionar e executar serviços destinados a promover a manutenção preventiva e corretiva dos hidrantes, operação e manutenção de conjuntos moto bomba, máquinas e aparelhos utilizados

nos sistemas de água e esgotos.

X – AGENTE ADMINISTRATIVO

PADRÃO: 05 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento em informática
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Executar todas as tarefas necessárias a manutenção da organização e dos controles necessários á coleta e registro de leituras de hidrômetros, efetuar a coleta de leituras e entrega de faturas e demais comunicações e/ou documentos aos clientes/consumidores, informar as irregularidades e anormalidades verificadas em ramais prediais e auxiliar no setor de emissão e controle de contas, entregar documentos diversos aos clientes/consumidores e prestar serviços na área administrativa.

XI – OPERADOR DE MÁQUINA

PADRÃO: 05 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino médio completo ou cursando.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: C.N.H. Específica para a condução do equipamento ou superior.
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Operar e manter em condições de trabalho retro escavadeiras, pás carregadeiras e outras máquinas pesadas, preencher relatórios diários e de manutenção.

XII – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

PADRÃO: 06 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento em informática
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Executar todas as atividades necessárias á manutenção dos serviços administrativos, compreendendo todos os setores da autarquia, elaborar ou participar na elaboração de relatórios, prestar informações, fazer conferências, registrar operações financeiras, controlar estoque, expedir e arquivar documentos e outras praticas administrativas.

XIII – OPERADOR DE ETA/ETE

PADRÃO: 07 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme escala de revezamento Diurno/Noturno

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino médio completo, e curso Técnico em Meio Ambiente.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos

- Formação específica: Conhecimento em informática

- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Operar e manter em funcionamento estações de tratamento de água e de esgoto e os equipamentos necessários, bem como efetuar as análises físico químicos e bacteriológicos, preparando e aplicando as soluções químicas adequadas.

XIV – OFICIAL TÉCNICO

PADRÃO: 08 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino médio Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Curso de Saneamento, Interpretação de Desenho Técnico ou Meio Ambiente, e conhecimento em informática.
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Planejar, orientar, coordenar, fiscalizar e executar trabalhos de coleta de dados, construção de execução de obras, instalações, operações, manutenção e conservação de sistemas de água e esgoto.

XV – OFICIAL ADMINISTRATIVO

PADRÃO: 08 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Conhecimento em Informática
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Efetuar planejamentos administrativos, orçamentários, financeiros e econômicos, bem como acompanhar, programar, orientar e executar trabalhos de todos os setores administrativos da Autarquia.

XVI – CONTADOR

PADRÃO: 09 GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Bacharel em ciências Contábeis com registro no C.R.C.
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Programar, executar e responsabilizar-se pela execução e regularidade de todas as atividades relacionadas com a contabilidade da Autarquia.

XVII – QUÍMICO

PADRÃO: 09 GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos

- Formação específica: Curso de Engenheiro Químico Industrial ou Bacharel em Química com Registro no C.R.Q.

- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, objetivando manter e melhorar a qualidade da água distribuída e esgoto tratado, assumindo a responsabilidade técnica pelos mesmos.

XVIII – ENGENHEIRO

PADRÃO: 10 **GRUPO:** Administrativo

Jornada de Trabalho: Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado

- Idade mínima 18 anos

- Formação específica: Possuir curso de Engenharia Sanitária, Ambiental ou Civil com Registro no CREA.

- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Planejamento, coordenação, execução, supervisão, fiscalização e responsabilidade técnica das atividades de engenharia sanitária, ambiental ou civil da Autarquia.

ANEXO 3

TABELA DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

PARTE INTEGRANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº12/11.

| DENOMINAÇÃO | NUMERO DE FUNÇÕES |
|--|-------------------|
| Diretor | 1 |
| Coordenador Geral | 1 |
| Coordenador das Atividades Administrativas | 1 |
| Coordenador das Atividades Técnicas | 1 |
| Chefia de Responsabilidade Técnica ETA/ETE | 1 |
| Chefe de Operações ETA/ETE | 2 |
| Técnico em Segurança no Trabalho | 1 |
| Chefe de Serviço | 3 |

ANEXO 4
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS PERMANENTES DO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
PARTE INTEGRANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/11

| PA- DRÃO | CATEGORIAS PRO- FISSIONAIS | VENCI- MENTO INICIAL | NÍVEL | REFERÊNCIAS | | | | | | | | | | |
|-------------|---|----------------------------|-------|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | | | | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L |
| 1 | Servente | 650,00 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 2 | Aux. Serviços Gerais | 693,08 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 3 | Vigilante Aux. Operações | 899,50 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 4 | Aux. Administrativo | 1.109,44 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 5 | Mec. Manutenção Agente Adminis- trativo Operador de Maquina Encanador Pedreiro Motorista | 1346,39 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 6 | Assist. Adminis- trativo | 1.646,00 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 7 | Operador ETA/ETE | 1.986,54 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 8 | Oficial Adminis- trativo Oficial Técnico | 2.374,76 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 9 | Químico Contador | 2763,98 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |
| 10 | Engenheiro | 4.514,00 | 1 | 1,09% | 2,19% | 3,31% | 4,43% | 5,57% | 6,72% | 7,88% | 9,06% | 10,25% | 11,45% | 12,67% |
| | | | 2 | 13,89% | 15,13% | 16,39% | 17,66% | 18,94% | 20,24% | 21,55% | 22,87% | 24,21% | 25,57% | 26,93% |
| | | | 3 | 28,32% | 29,72% | 31,13% | 32,56% | 34,01% | 35,47% | 36,94% | 38,43% | 39,94% | 41,47% | 43,00% |

ANEXO 5

TABELA DE VALORES DAS GRATIFICAÇÕES PELO EXERCÍCIO DE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICI-
PAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
PARTE INTEGRANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº12/11

| DENOMINAÇÃO | PERCENTUAL |
|---|------------|
| Diretor | * |
| Coordenador Geral | 40% |
| Coordenador das Atividades Admini- strativas | 30% |
| Coordenador das Atividades Téc- nicas | 30% |
| Chefia de Responsabilidade Técnica ETA/ETE | 30% |

| | |
|----------------------------------|-----|
| Chefe de Operações ETA/ETE | 25% |
| Técnico em Segurança no Trabalho | 20% |
| Chefe de Serviço | 20% |

*O calculo do percentual de gratificação do Diretor, somado seu salário base, não poderá ultrapassar o valor do salário do Secretário Municipal.

Para as demais funções gratificadas a base de cálculo para aplicação dos índices a que se refere este quadro é o valor constante da Tabela de Vencimentos dos Cargos Permanentes do Anexo 4 – Nível 1, do Padrão 8.

ANEXO 6

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE.
PARTE INTEGRANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº12/11

DIRETOR

Atribuições:

Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar o funcionamento do SAMAE;
Expedir regulamentações, organizando as atividades do SAMAE e distribuindo e detalhando entre seus servidores as tarefas a serem exercidas;
Representar o SAMAE judicialmente e extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo constituir procuradores;
Analisar a situação técnica, administrativa e financeira do SAMAE, fazendo previsões para definição de objetivo;
Estabelecer o valor das tarifas a serem cobradas pelos serviços prestados pelo SAMAE, visando o equilíbrio econômico e financeiro das suas atividades, a necessidade de recursos para investimentos e o pagamento de financiamentos, encaminhando planilhas ao Chefe do Poder Executivo e a Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, respeitadas as legislações pertinentes;
Estabelecer as políticas de ação do SAMAE, de acordo com as normas e orientações, com programas e projetos específicos para atingir os objetivos de maneira como foram propostos, no tempo previsto e com uso dos meios disponíveis;
Participar de negociações com o município, sindicato, tribunais e outras empresas, como representante legal, para decidir sobre assuntos de interesse do SAMAE;
Apresentar relatórios aos municípios, ao Tribunal de Contas e prestar contas de sua gestão, quando solicitado;
Fazer cumprir Leis, Convênios e Contratos e providenciar as alterações necessárias e submetê-los à aprovação do Prefeito, quando for o caso;
Prestar informação a imprensa e órgãos fiscalizadores;
Realizar concursos públicos para o preenchimento dos cargos vagos;
Nomear, contratar, promover, movimentar, processar administrativamente, punir, demitir e/ou exonerar e dispensar servidores lotados no SAMAE;
Delegar competência a subordinados;
Autorizar a realização de processos licitatórios, alienações, ajustes e acordos para fornecimento de materiais e equipamentos ou prestação de serviços ao SAMAE;
Assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas a execução de obras e outros serviços, e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SAMAE, e autorizar os pagamentos;
Autorizar despesas e pagamentos decorrentes das atividades do SAMAE;
No interesse do SAMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização;
Executar outras atividades inerentes a função.

COORDENADOR GERAL:

Atribuições:

Supervisionar a aplicação de leis e regulamentos;
Elaborar planos e programas de trabalho;
Pesquisar e programar novas técnicas e métodos de trabalho;
Elaborar projetos de normas e regulamentos e submetê-los à apreciação da direção superior;
Equilibrar gastos em relação ao comportamento da receita;
Planejar estudos de padronizações, especificação, compras, recebimentos, guarda, estocagem, suprimentos e alienação de materiais;
Apresentar relatórios periódicos;
Prestar atendimento a usuários e autoridades;
Promover a divulgação de trabalhos e obras da Autarquia;
Prestar informações à imprensa e órgãos fiscalizadores; e

Executar outras atividades de competência da chefia.

COORDENADOR DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

Atribuições:

Analisar o funcionamento de rotinas administrativas;
Anotar medidas de simplificação e de melhoria de trabalhos administrativos, com base em estudos e ponderações próprias ou de outrem, realizada;
Distribuir serviços, fornecer informações, implantar rotinas de trabalho, orientar e assegurar a realização do setor;
Organizar escalas de trabalho e de férias de servidores, com base em regulamentos pertinentes e em decisões superiores, atendendo determinação legal;
Informar sobre papéis e processos, instruir sobre o andamento e dar encaminhamento aos assuntos tratados;
Organizar, distribuir e orientar os trabalhos a serem executados com base em normas e ordens de serviço;
Elaborar e verificar a exatidão de qualquer documento administrativo;
Examinar processos de assuntos gerais da Autarquia, através de interpretações de textos legais, reunindo ou preparando informações de expedientes para instrução de decisões na esfera administrativa;
Elaborar planos de trabalho, relatórios, juntamente com os setores competentes;
Assessorar a chefia imediata na solução de problemas administrativos;
Executar outras atividades de competência da função.

COORDENADOR DAS ATIVIDADES TÉCNICAS:

Atribuições:

Organizar e supervisionar a execução de atividades operacionais, tais como, instalação, manutenção e conserto de adutoras, redes e ramais, montagem e manutenção das instalações de elevatórias, reservatórios e ETA/ETE, distribuindo, coordenando e orientando os trabalhadores sob sua orientação e ordem para garantir a execução dos trabalhos nos prazos estabelecidos;
Programar as atividades de sua área avaliando as necessidades de mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos e prazos de execução;
Explicar os métodos de trabalho a serem aplicados, dando instruções, procurando adaptar os trabalhadores aos métodos de trabalho adotados pela Autarquia, dando-lhes, quando necessários, treinamento em serviço, para melhor assimilação;
Distribuir tarefas, levando em conta as necessidades de produção e especialização de cada trabalhador, objetivando obter o máximo de produção;
Cumprir e esclarecer aos trabalhadores, as normas de higiene e segurança do trabalho ou de outra natureza, efetuando reuniões, ministrando ou acompanhando treinamento ou empregando outros métodos e meios de informação, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e as condições de segurança;
Avaliar o desempenho dos trabalhadores sob sua responsabilidade, para propor providências relativas a pessoal, tais como contratações, treinamento, promoções, dispensas e medidas disciplinares;
Zelar pela limpeza e ordem nos locais de trabalho, bem como pelo conserto, manutenção e substituição de ferramentas e equipamentos;
Elaborar relatórios periódicos, indicando os trabalhos executados ou em execução, resultados de inspeção, ocorrências e assuntos de interesse para informar os superiores ou para outros fins;
Executar outras atividades de competência da função.

CHEFIA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ETA/ETE:

Atribuições:

Efetuar e controlar as análises físico-químicas e bacteriológicas de

água/esgoto da ETA/ETE:

Controle/pesagem de produtos químicos;
Preparações de soluções químicas;
Preencher formulários de controle de análises;
Enviar cópia das análises aos setores competentes;
Comunicar a chefia imediata qualquer irregularidade;
Planos de amostragem conforme portaria do Ministério de Saúde;
Orientar equipe de operadores da ETA/ETE e auxiliares, sobre risco no manuseio de produtos químicos;
Transmitir a chefia imediata, sugestões de equipe para melhorar o desenvolvimento das atividades de operação da ETA/ETE;
Efetuar e orientar pesquisas no sentido de melhorar técnica de tratamento;
Executar outras tarefas de competência da função.

CHEFE DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA-ETA:**Atribuições:**

Orientar equipes de operadores da ETA e auxiliares, visando melhorar a qualidade de água e eficiência das instalações;
Coordenar treinamento, em serviço, de operadores de ETA recém admitidos nas atividades básicas do emprego, bem como orientar e acompanhar atividades adicionais de servidores lotados nas estações de tratamento de água;
Opinar sobre equipamentos e instrumentos mais adequados à execução dos trabalhos das estações de tratamento de água/esgotos;
Compilar dados anotados em relatórios diários de operações, efetuar cálculos complementares, elaborar boletins mensais de ETA;
Coordenar montagens e instalações de equipamentos de operação e controle de qualidade de água e esgoto;
Discutir com equipes subordinadas problemas técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correção;
Transmitir sugestões de equipes e cooperar com a chefia imediata para o melhor desenvolvimento das atividades de operação de ETA/ETE;
Organizar escalas de trabalho de servidores lotados nas ETAs, com assistência da Coordenação Geral, conforme legislação pertinente;
Executar outras tarefas de competência da função.

CHEFE DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO-ETE:**Atribuições:**

Orientar equipes de operadores da ETE e auxiliares, visando melhorar a qualidade de água e eficiência das instalações;
Coordenar treinamento, em serviço, de operadores de ETE recém admitidos nas atividades básicas do emprego, bem como orientar e acompanhar atividades adicionais de servidores lotados nas estações de tratamento de água;
Opinar sobre equipamentos e instrumentos mais adequados à execução dos trabalhos das estações de tratamento de água/esgotos;
Compilar dados anotados em relatórios diários de operações, efetuar cálculos complementares, elaborar boletins mensais de ETE;
Coordenar montagens e instalações de equipamentos de operação e controle de qualidade de água e esgoto;
Discutir com equipes subordinadas problemas técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correção;
Transmitir sugestões de equipes e cooperar com a chefia imediata para o melhor desenvolvimento das atividades de operação de ETA/ETEs;
Organizar escalas de trabalho de servidores lotados nas ETEs, com assistência da Coordenação Geral, conforme legislação pertinente;
Executar outras tarefas de competência da função.

CHEFE DE SERVIÇO:**Atribuições:**

Distribuir tarefas, dar assistência e orientar componentes de grupos auxiliares;
Supervisionar e fazer observar normas sobre higiene, segurança de trabalho e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
Elaborar requisições de materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços;
Prestar informações sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes comandadas aos superiores hierárquicos;
Manter unidade e coesão de equipes subordinadas; e
Executar outras tarefas que competem a função.

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO:**Atribuições:**

Informar a chefia imediata, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho, bem como orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização;
Informar aos funcionários sobre os riscos da sua atividade;
Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de riscos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação e controle;
Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho;
Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho;
Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamento, com objetivo de divulgar normas de segurança e higiene do trabalho;
Executar normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma arranjos físicos e de fluxo, com vistas a observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;
Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, dados, resultados de análise e avaliações, para conhecimento e auto-desenvolvimento do trabalhador;
Indicar, solicitar, inspecionar equipamentos de proteção;
Cooperar com as atividades do meio ambiente;
Executar outras tarefas que competem a função, cfe. Portaria nº 3.275 de 21/09/89;

AValiação DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Parte integrante da Lei n. 12/11.

ANEXO 7.1**PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL**

1. Fundamentação Legal – Artigo 41 da Constituição Federal com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998 e artigo 47 da Lei nº 6.745, de 28/12/85.

2. Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório – O Diretor do SAMAE designará servidores ocupantes de cargos efetivos para comporem “Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório”, visando confirmar ou não a permanência do servidor no cargo para o qual foi nomeado, através de procedimentos e critérios de avaliação individual e periódica de desempenho.

2.1 – Compete à comissão:

- a) proceder levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data da nomeação e exercício e lotação;
- b) comunicar ao supervisor e ao servidor avaliado, o grau de responsabilidade do estágio probatório e suas ações decorrentes;
- c) acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com os supervisores;
- d) orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;
- e) acompanhar a execução da avaliação de desempenho do servidor com base nos registros efetuados pelo supervisor no

Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório;

2.2 – Compete ao supervisor:

a) acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, através do cumprimento dos objetivos, normas e procedimentos definidos pela Comissão acima referida;

b) responder ao Questionário de Avaliação, considerando os seguintes aspectos:

- evitar comparações, pois cada indivíduo é diferente do outro;
- ser justo e imparcial;
- evitar deixar-se influenciar por fatores externos, simpatias, antipatias, pessoas e opiniões;
- estar ciente do objetivo principal da avaliação de desempenho e de sua responsabilidade pessoal;

c) fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório sobre os procedimentos da avaliação;

d) oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento de sua atuação e expectativa em relação ao mesmo.

3. Procedimentos para avaliação:

Cada servidor nomeado será submetido a 06 (seis) avaliações no decorrer do estágio probatório, devendo ser realizada no mês posterior ao semestre em curso.

O servidor que durante o semestre de avaliação estiver afastado de suas atividades junto ao SAMAE, terá a avaliação suspensa. Considerando-se afastamento para fins de avaliação de desempenho de servidor em estágio probatório, as licenças para tratamento de saúde, licença para tratamento de saúde de pessoas da família, de gestação, licença para tratar de assuntos particulares, e quando colocado a disposição de outro órgão público, excetua-se desta regra o servidor requisitado pela Justiça Eleitoral, conforme disposições legais.

Caso o afastamento remunerado incida sobre parte de um semestre, a avaliação será efetuada quando do retorno do servidor, observando a periodicidade semestral.

3.1 – Sistemática de avaliação:

Compete a Comissão de Avaliação definir os procedimentos a serem adotados em todas as etapas da avaliação.

3.1.1 – Os supervisores, chefia imediata, Coordenador e/ou Diretor serão convocados pela Comissão de Avaliação no momento de realizar a avaliação, com o devido preenchimento do Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

3.1.2 – A Comissão dará ciência aos avaliados das anotações a respeito de seu desempenho, realizadas pelos supervisores. Em caso de discordância por parte do avaliado, o mesmo poderá formalizar sua manifestação no “Formulário Avaliado/Supervisor”, o qual será submetido a reconsideração do avaliador.

3.1.2.1 – Havendo consenso, o processo finaliza com a tabulação do resultado; caso contrário, haverá a intermediação da Comissão com a finalidade de estabelecer o equilíbrio e a concordância entre as partes, ponderando quanto à avaliação realizada e a expectativa do servidor avaliado, e assim sugerindo medidas para concluir o processo.

3.1.3 – Após a manifestação das partes a Comissão de Avaliação a tabulação dos resultados.

3.2 – Instrumentos de avaliação:

o sistema de avaliação especial emite menção em escala pontuada, na forma de conceitos de avaliação.

3.2.1 – Questionário de Avaliação Especial de desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

O questionário de avaliação especial de desempenho de servidor em estágio probatório relaciona os itens a serem avaliados, devendo ser assinalada apenas uma resposta em que o avaliado se enquadrar para cada item.

O instrumento de avaliação contém 19 questões, definindo a partir de então, a escala de pontuação para verificar o desempenho do servidor.

Os campos do formulário “Considerações do Avaliado e do Supervisor” devem ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação atribuída em qualquer item, e no caso do supervisor, o campo poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

O desempenho do servidor será obtido considerando os conceitos de cada grupo de itens, isoladamente ou de forma global, como o descrito abaixo:

a – Grupo de Itens:

Conduta Ético-Profissional

É composta de 8 (oito) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 26 a 34 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 17 a 25 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 08 a 16 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 8 pontos

Assiduidade e Pontualidade

É composto de 3 (três) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 13 a 15 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 10 a 12 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 6 a 9 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 6 pontos

Disciplina

É composto de 2 (dois) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 7 a 8 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 5 a 6 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 3 a 4 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = 2 pontos

Eficiência

É composto de 6 (seis) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 21 a 26 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 14 a 20 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 6 a 12 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 6 pontos

b – Geral

SD – supera o desempenho esperado = 67 a 83 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 46 a 66 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 22 a 45 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 22 pontos

O servidor que obtiver conceitos “SD” ou “AD” esta preenchendo os requisitos necessários ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo ocupado.

Quando o servidor, em três avaliações semestrais, consecutivas ou não, obtiver conceitos “AP” ou “NA” em qualquer grupo de itens ou na Avaliação Geral, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório deverá propor as seguintes ações para melhoria do desempenho:

Analisar sua adaptação ao local de trabalho;

Identificar possíveis dificuldades profissionais ou pessoais;

Encaminhar para capacitação;

Propor remanejamento.

Findo o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório será efetuado o somatório do total geral de pontos obtidos a cada semestre e dividido pelo número de avaliações, verificando-se a conceituação final obtida.

O servidor que atingir conceituação “SD” ou “AD” será considerado apto para o exercício do cargo para o qual foi nomeado.

O servidor que atingir conceituação final “AP” e “NA”, tendo a Comissão executado as ações previstas para melhoria do desempenho no transcorrer das avaliações semestrais, será considerado inapto para o cargo e exonerado.

ANEXO 7.1

AValiação DE DESEMPENHO FUNCIONAL NO PERÍODO DE

ESTÁGIO PROBATÓRIO E PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL**1. CONDUTA ÉTICO-PROFISSIONAL****1.1 ÉTICA PROFISSIONAL**

1.1.1 Guarda sigilo quanto às informações da Unidade de lotação
Avalie o comportamento do servidor quanto às informações de trabalho que lhe foram repassadas ou que teve acesso:

1. () o servidor geralmente guarda sigilo necessário sobre as informações de seu trabalho;
2. () o servidor, raramente, encara com seriedade sua responsabilidade sobre dados sigilosos;
3. () o servidor sempre mantém sigilo das informações do seu trabalho;
4. () o servidor nem sempre assume a responsabilidade que deveria quanto a confiabilidade dos dados sigilosos que manipula.

1.1.2 Observância da hierarquia

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional:

1. () o servidor sempre observa a hierarquia;
2. () o servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional;
3. () o servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições;
4. () o servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

1.2 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**1.2.1 Clima/ambiente de trabalho**

Avalie a forma como o servidor age e procura manter um bom clima de trabalho, levando em consideração os valores e sentimentos individuais e coletivos:

1. () o servidor age mantendo um bom clima de trabalho, considerando valores e sentimentos individuais e coletivos;
2. () o servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas os trata com respeito e dignidade;
3. () o servidor pouco se integra a equipe de trabalho; e nem sempre os trata com respeito e dignidade;
4. () o servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar o moral de seus colegas e demais servidores;
5. () o servidor é problemático, não se envolve com os demais do grupo tratando a todos com desprezo e arrogância.

1.2.2 Relacionamento com o público

Avalie a maneira como o servidor trata o público interno e externo:

1. () o servidor tem atitude agradável com as pessoas; não perde a calma e nem se descontrola. Sua atitude no trabalho em muito favorece o bom relacionamento com as pessoas;
2. () o servidor é uma pessoa equilibrada;
3. () o servidor não consegue manter o controle perante situações que exijam modificações dos seus traços de personalidade; muda de humor frequentemente;
4. () o servidor evita contato com outras pessoas; não é capaz de se adaptar aos outros e espera que os outros se adaptem a ele. Precisa aprender a lidar com pessoas.

1.3 ZELO POR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**1.3.1 Materiais de trabalho**

Avalie o grau de interesse e preocupação com a guarda e economia do material de trabalho por parte do servidor:

1. () o servidor é zeloso, procurando sempre economizar os materiais de trabalho;
2. () o servidor é responsável pelos seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos;
3. () o servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais;
4. () o servidor é econômico e otimiza os seus materiais, porém não zela por sua conservação.

1.3.2 Patrimônio público

Avalie em que nível o servidor observa a conservação do patrimônio público:

1. () o servidor demonstra interesse com o patrimônio público,

utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

2. () o servidor não demonstra respeito para com os bens públicos, utilizando-os de forma inadequada, provocando danos aos mesmos;

3. () o servidor utiliza o bem público de maneira adequada;

4. () o servidor utiliza o patrimônio público sem no entanto se importar com sua conservação.

1.4 CONDUTA PROFISSIONAL**1.4.1 Receptividade a críticas**

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas:

1. () o servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à Instituição e ao seu local de trabalho;

2. () o servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente;

3. () o servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre;

4. () o servidor mostra-se indiferente às críticas;

5. () o servidor, quando recebe críticas, as analisa e adota as que julga convenientes.

1.4.2 Superação de dificuldades

Avalie o grau em que o servidor supera as suas dificuldades e carências profissionais:

1. () nunca;

2. () quase sempre;

3. () ocasionalmente;

4. () sempre.

1.4.3 Equilíbrio emocional

Avalie o grau de equilíbrio emocional que o servidor apresenta durante suas atividades:

1. () o servidor apresenta estado emocional adequado, é controlado e prudente quando enfrenta as situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;

2. () o servidor apresenta estado emocional instável, é aparentemente controlado e procura ser prudente quando enfrenta as situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;

3. () o servidor apresenta estado emocional instável, não é controlado e prudente no enfrentamento das situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;

4. () o servidor apresenta energia e disposição para o trabalho, tem entusiasmo e determinação na execução de suas atividades e tem habilidade de separar seus problemas pessoais dos profissionais no decorrer de suas funções.

2. ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE**2.1 PRESENÇA AO TRABALHO (ASSIDUIDADE)****2.1.1 Frequência no local de trabalho**

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho:

1. () falta com muita frequência ao trabalho, sem atestado médico;

2. () falta com muita frequência ao trabalho, com atestado médico;

3. () raramente falta ao trabalho, sem atestado médico;

4. () raramente falta ao trabalho, com atestado médico;

5. () não falta ao trabalho.

2.1.2 Permanência no local de trabalho

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho: (saídas particulares, lanches)

1. () ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa;

2. () não se ausenta do local de trabalho.

3. () raramente ausenta-se, com justificativa;

4. () raramente ausenta-se, sem justificativa;

5. () ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.

2.2 PONTUALIDADE**2.2.1 Observância de horário e comparecimentos**

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros do seu trabalho:

1. () quase sempre chega atrasado ao trabalho;
2. () sempre chega atrasado ao trabalho ou aos compromissos;
3. () raramente se atrasa na chegada ao trabalho;
4. () não se atrasa.

3. DISCIPLINA**3.1 COMPROMETIMENTO****3.1.1 Zelo e dedicação as suas atribuições**

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

1. () nunca
2. () ocasionalmente
3. () quase sempre
4. () sempre

3.1.2 Responsabilidade com o trabalho

Avalie o grau em que o servidor atende os prazos previstos para execução das tarefas e o nível de supervisão necessário:

1. () tem consciência da responsabilidade. Não precisa ser lembrado das tarefas que lhe são confiadas;
2. () realiza as suas tarefas, cumpre os prazos, necessitando de supervisão constante;
3. () necessita ser alertado quanto as suas tarefas e cumprimento dos prazos;
4. () assume e desempenha perfeitamente suas tarefas.

4. EFICIÊNCIA**4.1 QUALIDADE DO TRABALHO****4.1.1 - Apresentação dos trabalhos realizados (documentos da rotina burocrática)**

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o trabalho é realizado:

1. () qualidade de trabalho irregular, ora boa, ora deixa a desejar;
2. () geralmente satisfaz, mas poderia melhorar;
3. () mantém constantemente a boa qualidade no serviço feito, sempre que possível procura melhorar;
4. () seus trabalhos são de excelente qualidade.

4.1.2 - Informações e orientações

Avalie o nível em que o servidor presta informações no que diz respeito as suas atribuições:

1. () o servidor, quando requerido, presta informações e/ou orientações com segurança a cerca de seu trabalho;
2. () o servidor, quando requerido, não tendo certeza das informações, procura-as para orientar com clareza;
3. () o servidor, quando requerido, nem sempre presta informações com clareza e objetividade necessária acerca de seu trabalho;
4. () o servidor, não é seguro nas informações e/ou orientações que presta.

4.1.3 - Atinge a expectativa da área em que atua

1. () quase sempre;
2. () ocasionalmente;
3. () muito pouco;
4. () totalmente.

4.2 DOMÍNIO DO TRABALHO/ÁREA DE CONHECIMENTO**4.2.1 Conhecimento na área**

Avalie o grau de conhecimento e domínio do trabalho realizado:

1. () conhece bem e desempenha todas as fases e operações atinentes ao seu serviço;
2. () tem habilidade e conhecimentos em nível compatível com os requisitos necessários ao bom desempenho do cargo;
3. () conhece e desempenha seu trabalho satisfatoriamente;
4. () possui algum conhecimento do trabalho, mas precisa melhorar.

4.2.2 Iniciativa

Avalie a capacidade de iniciativa do servidor:

1. () o nível de iniciativa que tem permite defrontar-se adequadamente com dificuldades sérias;
2. () precisa ser encorajado a desenvolver sua iniciativa pessoal. As reações que tem diante de fatos incomuns não são suficientes para levar a bom termo as decisões que deve tomar;
3. () não apresenta iniciativa. Omite-se em tomar medidas novas ou melhores, diante de problemas que surgem;
4. () seu nível de iniciativa é bem desenvolvido. Analisando as decisões que toma, percebe-se a sua adequação e oportunidade ao fazê-las.

4.3 APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL**4.3.1 Aprimoramento/aperfeiçoamento e atualização**

1. () a atualização de conhecimentos raramente é procurada pelo servidor;
2. () mantém-se sempre atualizado, aprimorando seus conhecimentos e aptidões;
3. () eventualmente procura atualizar-se para aprimorar seus conhecimentos;
4. () o servidor não demonstra interesse em atualizar-se.

4.4 COOPERAÇÃO**4.4.1 Colaboração com colegas de trabalho**

Avalie a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho, tendo em vista as necessidades do setor:

1. () quase sempre mostra-se disposto em colaborar com a equipe de trabalho;
2. () não mostra disposição em colaborar com a equipe de trabalho, prejudicando o andamento dos trabalhos;
3. () colabora com o grupo de trabalho sempre que solicitado; procura desenvolver atitude de trabalho em equipe;
4. () é prestativo, não poupa esforços em ajudar os membros da equipe.

Assinatura Supervisores

Local e Data:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Visto do Avaliado

Local e Data:

Nome:

Assinatura:

Os quadros abaixo deverão ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação a pontuação e no caso do supervisor, poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO:**CONSIDERAÇÕES DO SUPERVISOR:**

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Local e Data:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO:**CONSIDERAÇÕES DO SUPERVISOR:**

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Local e Data:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Lei Complementar Nº 14/2011 de 14/12/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2011 DE 14/12/2011

ALTERA VENCIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Os vencimentos dos Cargos em Provimento em Comissão, previsto no Anexo V da Lei Complementar nº 06/2009 de 23/12/2009, passa a vigorar conforme o Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - É parte integrante desta Lei, o anexo I, ficando autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, alterar por Decreto o Anexo V da Lei Complementar nº 06/2009 de 23/12/2009, prevendo os vencimentos dos cargos de provimento em comissão conforme o Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, constante do Orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 14 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| CARGO | VAGAS | CÓDIGO | VENCIMENTO R\$ |
|--|-------|--------|----------------|
| ASSISTENTE DE GABINETE | 6 | DAS-1 | 1.072,46 |
| GERENTE EXECUTIVO | 12 | DAS-2 | 1.286,99 |
| OUIDOR GERAL | 1 | DAS-3 | 1.715,97 |
| ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1 | DAS-3 | 1.715,97 |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | 1 | DAS-3 | 1.715,97 |
| ASSESSOR DE ASSISTENCIA SOCIAL | 1 | DAS-3 | 1.715,97 |
| DIRETOR DE DEPARTAMENTO | 36 | DAS-4 | 2.359,45 |
| ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO | 1 | DAS-5 | 3.217,42 |
| ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE | 1 | DAS-5 | 3.217,42 |
| EXECUTIVO DE GABINETE | 1 | DAS-5 | 3.217,42 |
| SECRETÁRIO MUNICIPAL | 9 | DAS-6 | 4.948,24 |
| CHEFE DE GABINETE | 1 | DAS-6 | 4.948,24 |
| SUBSECRETÁRIO | 2 | DAS-7 | 3.837,92 |
| COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS | 5 | DAS-8 | 2.132,18 |

Decreto Nº 6.427 de 12/12/2011 - REPUBLICADO

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.427 DE 12/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO

GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária), embasado no Decreto nº 6.330 de 21/07/11 que declara situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal 116-3.350.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas S/

Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal 117-3.190.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

12 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.428 de 12/12/2011

DECRETO Nº 6.428 DE 12/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519/10 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582/10 de 09/12/10 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente FUNDEMA, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 2-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será

utilizado o valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), provenientes do excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
12 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.429 de 12/12/2011

DECRETO Nº 6.429 DE 12/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519/10 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582/10 de 09/12/10 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal Saúde

Elementos de despesa: 13-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003.0-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), provenientes do excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
12 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.431 de 14/12/2011

DECRETO Nº 6.431 DE 14/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária), embasado no Decreto nº 6.330 de 21/07/11 que declara situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

116-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferência a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 2.700,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 2.700,00 (quatro mil reais) provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

117-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
14 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.432 de 15/12/11

DECRETO Nº 6.432 DE 15/12/11

ESTABELECE FÉRIAS COLETIVA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a partir do dia 19 de dezembro/2011 até 17 de janeiro/2011, férias coletiva para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

15 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.433 de 15/12/2011

DECRETO Nº 6.433 DE 15/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519/10 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582/10 de 09/12/10 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do

Ensino Fundamental
Elementosdespesa: 166-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0059.0-Apl-
icações Diretas R\$ 27,25

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será uti-
lizado o valor de R\$ 27,25 (vinte e sete reais e vinte e cinco cent-
avos), provenientes do excesso da arrecadação de recursos FNDE
- FDDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em,
15 de dezembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.434 de 15/12/2011

DECRETO Nº 6.434 DE 15/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GE-
RAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº
3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519/10 de
21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582/10
de 09/12/10 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orça-
mento geral do Município, no projeto e na atividade abaixo discri-
minado os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENA-
ÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E
INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração
Pública

Elementosdespesa: 110-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Apli-
cações Diretas R\$ 63.600,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E UR-
BANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO
OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de
Ruas

Elementosdespesa: 41-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Apli-
cações Diretas R\$ 3.300,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de Praças, Jardins e
Parques Infantis

Elementosdespesa: 52-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Apli-
cações Diretas R\$ 3.990,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA AD-
MINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Refor-
mas no Esporte Municipal

Elementosdespesa: 48-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Apli-
cações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será uti-
lizado o valor de R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos

reais), parte do excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em,
15 de dezembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 46_11

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no
dia 30/12/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitu-
ra, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como
objeto 01 (UM) VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES COM 2
(DUAS) PORTAS, 0 KM, ANO DE FABRICAÇÃO 2011 E MODELO
2012, COR BRANCA, TRAÇÃO 4X4, COM MOTOR DE 4 CILINDROS
À DIESEL TURBO. PARA USO NOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA
A ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Conforme proposta padronizada onde
consta as especificações mínimas. O Edital que está amparado na
lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site
www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localiza-
da no Salão Paroquial, na Rua Expedicionário João Batista de Almei-
da, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 19 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 446/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 446/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ESQUADRIAS ANTOVIL LTDA

OBJETO: a contratada por força do presente instrumento, obriga-
se a executar a confecção e montagem de corrimão e guarda copo
em aço inox, tubo de 4.4 e vidro incolor laminado 4 4, conforme
memorial descritivo.

VALOR:R\$ 14.812,80 (Quatorze mil oitocentos e doze reais e oi-
tenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 12/12/2011

CONTRATO: 446/2011

Extrato do Contrato 447/11 Processo 202/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 447/2011 PROCESSO 202/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREI-
TADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA
COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS SANTO AMARO DA
IMPERATRIZ, VIDEIRA, OURO, ÂNGELO LEITE E RUA PROJETADA
NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA - CONFORME ANEXOS.
VALOR:R\$ 439.522,91 (Quatrocentos e trinta e nove mil quinhen-
tos e vinte dois reais e noventa e um centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 12/12/2011

CONTRATO: 447/2011

Retificação do Contrato 375/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 375/2011 PROCESSO Nº 01/2007

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: ADRIANO PEREIRA DA SILVA - ME
OBJETO:As partes, considerando os coeficientes adotados pelo DETER na Resolução 02/2011 de 31/05/2008, acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato em 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R\$ 141,78 (cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), correspondente a 51 Km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,78 por Km.

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/09/2011

CONTRATO: 375/2011

SAMAE

Portaria 041/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 041/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor ELISEU MARTENDAL, Agente Administrativo, Padrão 5.2.I, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 042/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 042/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor ALEXANDRE KUNEN, Agente Administrativo, Padrão 5.1.L, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 043/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

PORTARIA SAMAE CNO 043/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor FLÁVIO JUNIOR VARELA, Agente Administrativo, Padrão 5.1, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 044/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

PORTARIA SAMAE CNO 044/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor AGOSTINHO BECKER, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.J, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 045/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 045/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor MURILO CAMPAGNONI, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 046/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 046/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor JAIR DA SILVA LESTE, Encanador, Padrão 5.1, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial n.º 79/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 196/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 79/2011
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/01/2012, às 10h05min, a abertura das propostas para contratação de serviços de apreensão, transporte, recolhimento e hospedagem em dependências próprias, de animais de médio e grande porte (equinos, caprinos, ovinos, muares, asininos, suínos, etc.) encontrados em logradouros públicos, locais de acesso público ou em local indevido. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Pregão Presencial n.º 83/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 205/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 83/2011

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/01/2012, às 14h05min, pregão presencial para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS KITS DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 05/01/2012. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Termo Aditivo 002/2011 - Contrato Superior 006/2008

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 002/2011
CONTRATO SUPERIOR 006/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2012,

conforme justificativas em anexo.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2012

Decreto 112/2011

DECRETO Nº 112, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.996, de 14 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.148.973,20 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e vinte centavos), para suporte das dotações orçamentárias descritas no quadro a seguir:

0201.04.122.0005.2007 MANUTENÇÃO GABINETE PREFEITO E VICE PREFEITO FTE DR R\$ 0,00
31901100-001 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 5.250,00
0301.04.122.0015.2009 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINIST FTE DR R\$ 0,00
31901100-007 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 114.700,00
33903900-017 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 130.000,00
0301.04.122.0035.2014 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPAISTAS FTE DR R\$ 0,00
33504100-034 Contribuições 00 00 R\$ 15.000,00
0302.06.181.0190.2185 MANUTENÇÃO CONVÊNIO DE TRANSITO COM A SESP FTE DR R\$ 0,00
33903900-041 Outros serviços de terceiros - pessoal jurídica 00 00 R\$ 10.000,00
0302.28.122.0000.2193 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP FTE DR R\$ 0,00
33904700-051 Obrigações tributárias e contributivas 00 00 R\$ 15.000,00
0302.28.122.0000.2191 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS FTE DR R\$ 0,00
31900100-048 Aposentadorias e reformas 00 00 R\$ 10.560,00
31900300-049 Pensões 00 00 R\$ 3.000,00
0501.04.122.0065.2046 MANUT DA SECRET DA EDUC CULTURA E ESPORTES FTE DR R\$ 0,00
31901100-085 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 3.800,00
33903900-090 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 50.000,00
0501.12.361.0065.2047 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FTE DR R\$ 0,00
31901100-093 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 19 00 R\$ 161.400,00
31901300-094 Obrigações patronais 01 00 R\$ 129.300,00
0501.12.361.0065.2048 MANUT DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FTE DR R\$ 0,00
31901100-100 Vencimentos e vantagens fixas pessoa civil 18 00 R\$ 59363,20
0501.12.361.0065.2058 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FTE DR R\$ 0,00
33903900-106 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 58 49 R\$ 10.000,00
0501.12.365.0060.2042 MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS FTE DR R\$ 0,00
31901100-119 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 18 00 R\$ 112.400,00

33903000-120 Material de consumo 00 00 R\$ 3.000,00
33903900-121 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 01 00 R\$ 10.000,00
0502.13.392.0095.2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA FTE DR R\$ 0,00
31901100-132 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 20.900,00
0601.15.452.0120.2090 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS FTE DR R\$ 0,00
31901100-173 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 20.300,00
31901300-174 Obrigações patronais 00 00 R\$ 20.000,00
31903400-175 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratação 00 00 R\$ 20.000,00
33903000-177 Material de consumo 00 00 R\$ 75.000,00
33903900-178 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 60.000,00
0601.15.452.0130.2098 MANUTENÇÃO SERV COLETA E DEST FINAL LIXO FTE DR R\$ 0,00
33903900-187 Outros serviços de terceiros - pessoal jurídica 00 00 R\$ 25.000,00
0601.15.453.0135.2102 MANUT SIST DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAG FTE DR R\$ 0,00
33903000-194 Material de consumo 00 00 R\$ 45.000,00
33903900-195 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 20.000,00
Total R\$ 1.148.973,20

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 1.148.973,20 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e vinte centavos), na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0020.2011 MANUTENÇÃO SISTEMA CONTROLE INTERNO FTE DR R\$ 0,00
31901100-024 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 1.180,71
0301.06.181.0190.2184 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA CIVIL FTE DR R\$ 0,00
33903000-037 Material de consumo 00 00 R\$ 3.000,00
33903600-038 Outros serviços de terceiros - pessoa física 00 00 R\$ 3.000,00
0302.06.181.0190.2186 MANUTENÇÃO CONV C/ A POLÍCIA MIL SERV. R. PATRUL FTE DR R\$ 0,00
33903000-042 Material de consumo 00 00 R\$ 4.000,00
0501.12.361.0065.2047 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FTE DR R\$ 0,00
33901400-095 Diárias - civil 19 00 R\$ 2.000,00
0701.17.512.0165.1143 IMPLANTAÇÃO SISTEMA TRATAM. ESGOTO SANIT FTE DR R\$ 0,00
44905100-233 Obras e instalações 24 54 R\$ 1.135.792,49
Total R\$ 1.148.973,20

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 14 de dezembro de 2011.
SÉRGIO HELT
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0125/2011

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 001/2011
CONTRATO SUPERIOR 0125/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 01/03/2012, conforme justificativas em anexo.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 01/03/2012

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0205/2011

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 001/2011
CONTRATO SUPERIOR 0205/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação do prazo de vigência do contrato até o dia 30 de março de 2012, conforme justificativa em anexo.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 15/12/2011 A 30/03/2012

Termo Aditivo 004/2011 - Contrato SUPERIOR 007/2008

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 004/2011
CONTRATO SUPERIOR 007/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: AUTO POSTO MEDITERRÂNEO LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2012, conforme justificativas em anexo.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2012

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Contrato nº 100/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 100/2011 - PM

Nº. do Contrato: 100/2011.
Vigência: 08/12/2011 à 31/12/2011.
Processo Licitatório nº 68/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JEFERSON A.HERDT ME.
Valor: R\$ 13.735,00 (treze mil setecentos e trinta e cinco reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Cestas de Natal para distribuir aos Servidores Efetivos, Comissionados, Contratados e Estagiários da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores e aos Membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado pela passagem do ano de 2011.

DATA DA ASSINATURA: 08 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 99/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 99/2011 - PM

Nº. do Contrato: 99/2011.

Vigência: 12 meses.

Processo Administrativo nº 23034.000194/2010-31, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2011- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: IVECO LATIN AMERICA LTDA

Valor: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.

DATA DA ASSINATURA: 05 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital de Homologação do Resultado Final - Edital Nº 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 006/99 de 23.12.99 e a Lei nº 0085 de 30.06.99, RESOLVE, tornar público:

I - Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital Nº. 06/2011/SMECE, para admissão de professores em caráter temporário – ACT, para o ano letivo de 2012, conforme relação abaixo:

Professor Artes

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|----------------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 46 | JULIE MARA DE OLIVEIRA | 06/11/1989 | 6,27 | 1,60 | 1,29 | 4,34 | Não Habilitado |
| 2 | 69 | SABRINA HINCKEL | 27/03/1989 | 5,94 | 1,60 | 1,13 | 4,11 | Não Habilitado |
| 3 | 23 | SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS | 07/04/1983 | 3,63 | 1,40 | 2,73 | 3,00 | Não Habilitado |
| 4 | 4 | DAIANI ANDRE MEURER | 29/08/1987 | 3,96 | 1,00 | 0,00 | 2,58 | Não Habilitado |

Professor Ciências

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|----------------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 59 | DENISE MACHADO KLETTENBERG | 01/03/1982 | 5,61 | 6,00 | 3,41 | 5,25 | Habilitado |
| 2 | 48 | MARISOL BATISTI STUEPP | 25/06/1979 | 5,61 | 1,00 | 1,26 | 3,82 | Não Habilitado |
| 3 | 12 | RAFAEL RENGEL | 24/06/1992 | 5,94 | 0,20 | 0,00 | 3,60 | Não Habilitado |
| 4 | 11 | FERNANDO RENGEL | 06/02/1991 | 5,94 | 0,20 | 0,00 | 3,60 | Não Habilitado |

Professor Educação Física

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|---------------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 37 | MAURO CORDEIRO DOS SANTOS | 00/00/0000 | 6,60 | 6,00 | 1,69 | 5,50 | Habilitado |
| 2 | 73 | MAICON DE SOUZA | 06/02/1985 | 6,27 | 3,34 | 2,89 | 5,01 | Habilitado |
| 3 | 1 | CLEBER MEURER | 15/07/1985 | 5,28 | 6,00 | 2,52 | 4,87 | Habilitado |
| 4 | 74 | LUIS RICARDO DE SOUZA | 08/11/1986 | 5,61 | 3,73 | 1,26 | 4,36 | Habilitado |
| 5 | 45 | ADILSON HELENO DE SOUZA | 27/05/2001 | 5,28 | 0,60 | 0,52 | 3,39 | Não Habilitado |
| 6 | 39 | DEIVID DIONI MONTEIRO | 17/04/1992 | 3,96 | 1,40 | 0,40 | 2,74 | Não Habilitado |

Professor Educação Infantil

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-------------------------------|------------|------|------|------|------|--------------|
| 1 | 56 | EDNA APARECIDA MARQUEZ | 12/05/1977 | 7,92 | 5,40 | 5,13 | 6,86 | Habilitado |
| 2 | 60 | DEISI SCHRODER | 30/09/1982 | 8,91 | 6,00 | 1,24 | 6,79 | Habilitado |
| 3 | 62 | ROBERTA PATRICIA NEUHAUS | 27/11/1987 | 8,25 | 6,00 | 0,64 | 6,28 | Habilitado |
| 4 | 19 | ELAINE THOLL JASPER | 11/03/1982 | 7,92 | 6,00 | 0,86 | 6,12 | Habilitado |
| 5 | 22 | MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS | 29/07/1980 | 6,93 | 6,00 | 3,75 | 6,11 | Habilitado |
| 6 | 3 | ELOIZA DA SILVA | 07/06/1990 | 7,59 | 5,66 | 0,46 | 5,78 | Habilitado |
| 7 | 71 | REGIANE MARQUEZ | 29/12/1982 | 6,93 | 6,00 | 2,03 | 5,76 | Habilitado |
| 8 | 44 | JOSIANE HEERDT FARIAS | 05/08/1979 | 7,59 | 1,74 | 3,78 | 5,66 | Habilitada |
| 9 | 46 | JULIE MARA DE OLIVEIRA | 06/11/1989 | 6,93 | 6,00 | 1,29 | 5,62 | Habilitado |

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|--------------------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 10 | 24 | LUANA FRANZ DE OLIVEIRA | 06/04/1989 | 7,59 | 4,00 | 1,05 | 5,56 | Habili- tado |
| 11 | 58 | MARINELMA RAYMUNDO | 02/07/1983 | 6,27 | 5,89 | 2,52 | 5,44 | Habili- tado |
| 12 | 13 | THAIS ALESSANDRA DA SILVEIRA MARQUEZ | 20/06/1979 | 6,93 | 2,00 | 3,80 | 5,32 | Habili- tada |
| 13 | 51 | MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS | 26/04/1970 | 5,94 | 5,20 | 3,23 | 5,25 | Habili- tado |
| 14 | 43 | EVILANEA DE OLIVEIRA | 14/08/1984 | 6,27 | 3,10 | 1,53 | 4,69 | Habili- tado |
| 15 | 14 | DANIELA KRAUS | 11/02/1986 | 5,94 | 4,00 | 1,13 | 4,59 | Habili- tado |
| 16 | 20 | CLAUDIA LOPES SY- PRIANI | 30/07/1984 | 5,61 | 4,00 | 1,87 | 4,54 | Habili- tado |
| 17 | 63 | BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD | 26/10/1976 | 4,62 | 6,00 | 2,33 | 4,44 | Habili- tado |
| 18 | 30 | RITA DE CASSIA PEREIRA | 04/04/1974 | 4,29 | 6,00 | 2,43 | 4,26 | Habili- tado |
| 19 | 17 | MARISTELA MICHELS WELTER | 07/11/1976 | 5,61 | 2,00 | 1,44 | 4,05 | Habili- tado |
| 20 | 41 | ELISANGELA SEBOLD MACIEL | 09/08/1977 | 7,92 | 1,60 | 0,40 | 5,15 | Não Ha- bilitado |
| 21 | 54 | JOSIANI MACHADO DE PINHO | 11/10/1983 | 6,93 | 1,60 | 2,64 | 5,01 | Não Ha- bilitado |
| 22 | 59 | DENISE MACHADO KLETTEN- BERG | 01/03/1982 | 5,94 | 1,60 | 3,88 | 4,66 | Não Ha- bilitado |
| 23 | 27 | MONIQUE RAFAELA EDUARDO | 06/12/1993 | 7,59 | 0,30 | 0,00 | 4,61 | Não Ha- bilitado |
| 24 | 53 | JAQUELINE LEHMKUHL | 09/01/1989 | 6,93 | 1,60 | 0,62 | 4,60 | Não Ha- bilitado |
| 25 | 42 | VALDIRENE MOHR MAR- QUEZ | 27/07/1974 | 6,93 | 1,60 | 0,24 | 4,53 | Não Ha- bilitado |
| 26 | 5 | NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA | 20/10/1967 | 6,6 | 1,60 | 0,43 | 4,37 | Não Ha- bilitado |
| 27 | 72 | RAFAELA GUIMARAES | 19/06/1992 | 6,93 | 0,10 | 0,00 | 4,18 | Não Ha- bilitado |
| 28 | 70 | DANIELI WERNKE RODE | 07/11/1988 | 6,27 | 1,04 | 0,67 | 4,10 | Não Ha- bilitado |
| 29 | 36 | NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA. | 11/12/1986 | 5,28 | 1,60 | 0,80 | 3,65 | Não Ha- bilitado |
| 30 | 68 | ELISANDRA SEBOLD | 18/11/1990 | 5,61 | 1,40 | 0,00 | 3,65 | Não Ha- bilitado |
| 31 | 33 | PATRICIA PEREIRA | 27/04/1993 | 5,94 | 0,20 | 0,09 | 3,62 | Não Ha- bilitado |

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|-----------------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 32 | 16 | CLAUDIA ADRIANA AMORIM DE SOUZA | 10/04/1973 | 5,61 | 0,20 | 0,00 | 3,41 | Não Ha- bilitado |
| 33 | 18 | DEISEANE DOS SANTOS | 12/01/1993 | 4,95 | 0,20 | 0,00 | 3,01 | Não Ha- bilitado |
| 34 | 57 | GABRIELA KERSCH- BAUM | 12/03/1990 | 4,29 | 1,60 | 0,21 | 2,94 | Não Ha- bilitado |
| 35 | 47 | EDINEIA DE SOUZA BIT- TENCOURT | 11/02/1977 | 4,62 | 0,20 | 0,06 | 2,82 | Não Ha- bilitado |

Professor Ensino Religioso

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|-----------------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 1 | 47 | EDINEIA DE SOUZA BIT- TENCOURT | 11/02/1977 | 4,29 | 0,20 | 0,06 | 2,63 | Não Ha- bilitado |

Professor Geografia

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|--------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 1 | 54 | JOSIANI MACHADO DE PINHO | 11/10/1983 | 6,6 | 6,00 | 2,64 | 5,69 | Habili- tado |
| 2 | 28 | PATRICIA MACHADO HINCKEL | 11/02/1988 | 6,6 | 6,00 | 1,63 | 5,49 | Habili- tado |
| 3 | 4 | DAIANI ANDRE MEURER | 29/08/1987 | 4,62 | 4,00 | 0,00 | 3,57 | Habili- tado |
| 4 | 64 | PATRICIA ZUNINO | 02/12/1989 | 5,61 | 1,50 | 0,27 | 3,72 | Não Ha- bilitado |

Professor História

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 1 | 44 | JOSIANE HEERDT FARIAS | 05/08/1979 | 7,59 | 6,00 | 3,78 | 6,51 | Habili- tado |
| 2 | 9 | ARLENE DORNER BRUNETTO | 11/07/1983 | 8,58 | 1,10 | 0,21 | 5,41 | Não Ha- bilitado |
| 3 | 50 | FLADEMIR FRANZ | 08/06/1984 | 5,28 | 0,40 | 0,01 | 3,25 | Não Ha- bilitado |

Professor Informática

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|--------------------------|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 1 | 3 | ELOIZA DA SILVA | 07/06/1990 | 7,59 | 1,36 | 0,46 | 4,92 | Não Ha- bilitado |
| 2 | 54 | JOSIANI MACHADO DE PINHO | 11/10/1983 | 6,27 | 1,60 | 2,64 | 4,61 | Não Ha- bilitado |

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|--------------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 3 | 41 | ELISANGELA SEBOLD MACIEL | 09/08/1977 | 6,60 | 1,60 | 0,40 | 4,36 | Não Habilitado |
| 4 | 10 | GUSTAVO PEREIRA | 05/04/1994 | 6,93 | 0,20 | 0,00 | 4,20 | Não Habilitado |
| 5 | 14 | DANIELA KRAUS | 11/02/1986 | 5,61 | 1,70 | 1,13 | 3,93 | Não Habilitado |
| 6 | 28 | PATRICIA MACHADO HINCKEL | 11/02/1988 | 5,28 | 1,60 | 1,63 | 3,81 | Não Habilitado |
| 7 | 4 | DAIANI ANDRE MEURER | 29/08/1987 | 5,61 | 1,70 | 0,00 | 3,71 | Não Habilitado |
| 8 | 25 | GESSICA SCHMIDT | 04/02/1992 | 5,61 | 0,53 | 0,27 | 3,53 | Não Habilitado |
| 9 | 57 | GABRIELA KERSCH-BAUM | 12/03/1990 | 1,65 | 1,60 | 0,21 | 1,35 | Não Habilitado |

Professor Inglês

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-------------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 15 | JULIANA MARIA LONGEN | 20/07/1978 | 4,62 | 6,00 | 3,44 | 4,66 | Habilitado |
| 2 | 24 | LUANA FRANZ DE OLIVEIRA | 06/04/1989 | 6,27 | 1,00 | 1,05 | 4,17 | Não Habilitado |

Professor Libras

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|--------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 53 | JAQUELINE LEHMKUHL | 09/01/1989 | 6,60 | 1,60 | 0,62 | 4,40 | Não Habilitado |

Professor Língua Portuguesa

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-----------------------------------|------------|------|------|------|------|--------------|
| 1 | 13 | THAIS ALESSANDRA DA SILVA MARQUEZ | 20/06/1979 | 7,92 | 6,00 | 3,80 | 6,71 | Habilitado |
| 2 | 60 | DEISI SCHRODER | 30/09/1982 | 7,92 | 6,00 | 1,24 | 6,20 | Habilitado |

Professor Matemática

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|------------------|------------|------|------|------|------|--------------|
| 1 | 61 | GISELE GONCALVES | 03/12/1984 | 4,62 | 4,00 | 0,83 | 3,74 | Habilitado |

Professor Música

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-----------|------------|----|----|----|----|--------------|
|-----------|------------|-----------|------------|----|----|----|----|--------------|

| | | | | | | | | |
|---|----|------------------|------------|------|-----|------|------|----------------|
| 1 | 68 | ELISANDRA SEBOLD | 18/11/1990 | 5,61 | 1,4 | 0,00 | 3,65 | Não Habilitado |
|---|----|------------------|------------|------|-----|------|------|----------------|

Segundo Professor

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-------------------|------------|------|------|------|------|----------------|
| 1 | 72 | RAFAELA GUIMARAES | 19/06/1992 | 5,61 | 0,10 | 0,00 | 3,39 | Não Habilitado |

Professor Séries Iniciais

| Clas-sif. | Ins-crição | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/Não Hab. |
|-----------|------------|-----------------------------------|------------|------|------|------|------|--------------|
| 1 | 67 | ELZA STEIN PEREIRA | 20/03/1958 | 7,26 | 6,00 | 8,83 | 7,32 | Habilitado |
| 2 | 60 | DEISI SCHRODER | 30/09/1982 | 8,91 | 6,00 | 1,24 | 6,79 | Habilitado |
| 3 | 19 | ELAINE THOLL JASPER | 11/03/1982 | 8,91 | 6,00 | 0,85 | 6,72 | Habilitado |
| 4 | 56 | EDNA APARECIDA MARQUEZ | 12/05/1977 | 7,59 | 5,40 | 5,13 | 6,66 | Habilitado |
| 5 | 62 | ROBERTA PATRICIA NEUHAUS | 27/11/1987 | 8,58 | 6,00 | 0,64 | 6,48 | Habilitado |
| 6 | 22 | MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS | 29/07/1980 | 6,93 | 6,00 | 3,75 | 6,11 | Habilitado |
| 7 | 32 | MARIA ZENAIDE SENEM SOUZA | 22/06/1955 | 7,92 | 5,74 | 0,98 | 6,10 | Habilitado |
| 8 | 46 | JULIE MARA DE OLIVEIRA | 06/11/1989 | 7,59 | 6,00 | 1,29 | 6,01 | Habilitado |
| 9 | 52 | ALDO JEREMIAS | 27/08/1967 | 7,26 | 6,00 | 2,15 | 5,99 | Habilitado |
| 10 | 44 | JOSIANE HEERDT FARIAS | 05/08/1979 | 7,92 | 1,74 | 3,78 | 5,86 | Habilitado |
| 11 | 3 | ELOIZA DA SILVA | 07/06/1990 | 7,59 | 5,66 | 0,46 | 5,78 | Habilitado |
| 12 | 51 | MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS | 26/04/1970 | 6,60 | 5,20 | 3,23 | 5,65 | Habilitado |
| 13 | 58 | MARINELMA RAYMUNDO | 02/07/1983 | 6,60 | 5,89 | 2,52 | 5,64 | Habilitado |
| 14 | 24 | LUANA FRANZ DE OLIVEIRA | 06/04/1989 | 7,59 | 4,00 | 1,05 | 5,56 | Habilitado |
| 15 | 13 | THAIS ALESSANDRA DA SILVA MARQUEZ | 20/06/1979 | 7,26 | 2,00 | 3,80 | 5,52 | Habilitado |
| 16 | 63 | BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD | 26/10/1976 | 6,27 | 6,00 | 2,33 | 5,43 | Habilitado |
| 17 | 71 | REGIANE MARQUEZ | 29/12/1982 | 6,27 | 6,00 | 2,03 | 5,37 | Habilitado |
| 18 | 14 | DANIELA KRAUS | 11/02/1986 | 6,60 | 4,00 | 1,13 | 4,99 | Habilitado |

| Clas- sif. | Ins- cri- ção | Candidato | Data Nasc. | PE | PT | TS | NF | Hab/ Não Hab. |
|---------------|---------------------|--|------------|------|------|------|------|---------------------|
| 19 | 17 | MARISTELA MICHELS WELTER | 07/11/1976 | 5,61 | 6,00 | 1,44 | 4,85 | Habili- tado |
| 20 | 20 | CLAUDIA LOPES SY- PRIANI | 30/07/1984 | 5,94 | 4,00 | 1,87 | 4,74 | Habili- tado |
| 21 | 43 | EVILANEA DE OLIVEIRA | 14/08/1984 | 6,27 | 3,10 | 1,53 | 4,69 | Habili- tado |
| 22 | 30 | RITA DE CASSIA PEREIRA | 04/04/1974 | 3,96 | 6,00 | 2,43 | 4,06 | Habili- tado |
| 23 | 41 | ELISANGELA SEBOLD MACIEL | 09/08/1977 | 8,91 | 1,60 | 0,40 | 5,75 | Não Ha- bilitado |
| 24 | 28 | PATRICIA MACHADO HINCKEL | 11/02/1988 | 7,59 | 1,60 | 1,63 | 5,20 | Não Ha- bilitado |
| 25 | 59 | DENISE MACHADO KLETTEN- BERG | 01/03/1982 | 6,60 | 1,60 | 3,88 | 5,06 | Não Ha- bilitado |
| 26 | 27 | MONIQUE RAFAELA EDUARDO | 06/12/1993 | 8,25 | 0,30 | 0,00 | 5,01 | Não Ha- bilitado |
| 27 | 49 | CLAUDINEI DA SILVEIRA | 07/05/1975 | 6,93 | 0,86 | 2,58 | 4,85 | Não Ha- bilitado |
| 28 | 53 | JAQUELINE LEHMKUHL | 09/01/1989 | 7,26 | 1,60 | 0,62 | 4,80 | Não Ha- bilitado |
| 29 | 70 | DANIELI WERNKE RODE | 07/11/1988 | 7,26 | 1,40 | 0,67 | 4,77 | Não Ha- bilitado |
| 30 | 72 | RAFAELA GUIMARAES | 19/06/1992 | 6,93 | 0,10 | 0,00 | 4,18 | Não Ha- bilitado |
| 31 | 36 | NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA. | 11/12/1986 | 5,94 | 1,60 | 0,80 | 4,04 | Não Ha- bilitado |
| 32 | 64 | PATRICIA ZUNINO | 02/12/1989 | 6,27 | 1,00 | 0,27 | 4,02 | Não Ha- bilitado |
| 33 | 2 | TAINE RODE | 30/08/1993 | 6,60 | 0,20 | 0,00 | 4,00 | Não Ha- bilitado |
| 34 | 42 | VALDIRENE MOHR MAR- QUEZ | 27/07/1974 | 5,94 | 1,60 | 0,24 | 3,93 | Não Ha- bilitado |
| 35 | 68 | ELISANDRA SEBOLD | 18/11/1990 | 5,94 | 1,40 | 0,00 | 3,84 | Não Ha- bilitado |
| 36 | 5 | NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA | 20/10/1967 | 5,61 | 1,60 | 0,43 | 3,77 | Não Ha- bilitado |
| 37 | 16 | CLAUDIA ADRIANA AMORIM DE SOUZA | 10/04/1973 | 5,94 | 0,20 | 0,00 | 3,60 | Não Ha- bilitado |
| 38 | 33 | PATRICIA PEREIRA | 27/04/1993 | 5,61 | 0,20 | 0,09 | 3,42 | Não Ha- bilitado |
| 39 | 47 | EDINEIA DE SOUZA BIT- TENCOURT | 11/02/1977 | 5,61 | 0,20 | 0,06 | 3,42 | Não Ha- bilitado |
| 40 | 57 | GABRIELA KERSCH- BAUM | 12/03/1990 | 4,95 | 1,60 | 0,21 | 3,33 | Não Ha- bilitado |
| 41 | 18 | DEISEANE DOS SANTOS | 12/01/1993 | 4,62 | 0,20 | 0,00 | 2,81 | Não Ha- bilitado |

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado/SC, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N017/2011 de 16/12/2011

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº017/2011 de 16/12/2011.

LEALBERTO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto Nº080/2011 do Poder Executivo, Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro.

Considerando a economia do erário Público;

Considerando o encerramento das Sessões Ordinárias da 3º Sessão Legislativa da 4º Legislatura.

RESOLVE:

Fica estabelecido expediente interno nos dias 22,23,26,27,28 e 29 de dezembro de 2011 e Será facultativo o "ponto" no dia 30 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 16 de novembro de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 31/2011, de 05 de Setembro de 2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 31/2011, DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, e pelo Decreto nº 2.383 de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora, LEANDRA DARGAS SLONGO, para exercer o cargo de ENCARREGADO DE SEÇÃO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40%, a partir de 05 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 98/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2011- PMC

Objeto: Aquisição de licenças de sistema de antivírus corporativo para proteção de servidores de rede e proteção de rede de computadores do centro administrativo municipal, fundos fundações e iprecon, em conformidade com as especificações constantes nos anexos "C" e "E" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Global

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 29/12/2011.

Abertura: dia 29/12/2011, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2011.

BEATRIZ FATIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Convênio Nº 17/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ASSOCIAÇÃO ITALIANA-VÊNETA DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº. 72.384.175/0001-50, representada por sua presidente, senhora CRISTIANE ZUCCHI SOPELSA SEGALA.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 2.800,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 21/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o CORAL INFANTO-JUVENIL CANTA, CANTA MINHA GENTE, inscrito no CNPJ sob nº. 09.086.685/0001-05, representado por sua presidente, senhora ALZIRA MARASCHIN MÜLLER.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 3.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 22/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA

ROMAN e a ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE DANÇA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.219.384/0001-87, representada por seu presidente, senhor LÁRSIO CONCEIÇÃO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 23/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 23/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ASSOCIAÇÃO CORAL SANTA CLARA, inscrita no CNPJ sob nº. 02.506.819/0001-50, representada por sua presidente, senhora SERLEI TONIETO BÓRIO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 3.480,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 24/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE DANÇA REALCE, ENDANÇA E EXPRESSÃO, inscrita no CNPJ sob nº. 07.964.270/0001-61, representada por sua presidente, senhora KETINY KAREN VARRIZA.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 2.360,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 25/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ASSOCIAÇÃO ORFEÔNICA SANTA CECÍLIA, inscrita no CNPJ sob nº. 83.222.513/0001-74, representada por seu presidente, senhor EMÍDIO KIRSTEN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 8.132,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 26/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96,

representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o GRUPO DE VETERANOS DE LAGEADO PAULINO, inscrito no CNPJ sob nº. 00.715.697/0001-87, representado por sua presidente, senhora IRDES SEIDENSTUCKER GASTMANN.
OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.
VALOR: R\$ 1.600,00
PRAZO: Até 31.12.2011
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 27/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o GRUPO TEATRAL PILIQUINHA, inscrito no CNPJ sob nº. 02.163.280/0001-84, representado por sua presidente, senhora SILVANA PERUZZO MAZIERO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 3.470,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 28/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 28/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ORQUESTRA SINFÔNICA DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.542.149/0001-41, representada por seu presidente, senhor GERI TIEPO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 9.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 29/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o REGENBOGEN VOLKSTANZGRUPPE, inscrito no CNPJ sob nº. 72.414.147/0001-39, representada por seu presidente, senhor VALDECIR ALFREDO RENHEIMER.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 30/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 30/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96,

representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a SOCIEDADE DE CANTORES ALERTA, inscrita no CNPJ sob nº. 83.222.273/0001-08, representada por seu presidente, senhor VALMIR HÖHN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 3.500,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 31/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 31/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e a ASSOCIAÇÃO DOS BLOCOS CARNAVALESCOS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº. 12.584.464/0001-71, representada por seu presidente, senhor NEURI GARGHETTI.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 85.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato de Licitação Nº 12/2011 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017/2007.

Processo Adm. Nº.: 14/2011 FMS

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços Nº.: 12/2011 FMS

Tipo: Menor Preço Total por Lote.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, DE USO CONTROLADO E DE USO INTERNO PARA DISPENSAÇÃO AOS MUNICÍPIOS.

Entrega dos Envelopes: até às 10:20 horas do dia 29/12/2011.

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 29/12/2011.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, durante o horário de expediente, ou pelo fone (049) 3358-9100.

Cordilheira Alta em 16 de dezembro de 2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 567, de 14 de Dezembro de 2011.

LEI MUNICIPAL Nº. 567, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Martins para o Exercício de 2012.

Darci Cabral de Medeiros, Prefeito do Município de Coronel Martins - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Coronel Martins SC, para exercício de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.798.553,00 (Oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 8.200.008,00 (Oito milhões, duzentos mil e oito reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 5.823.443,00 (Cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil e quatrocentos e quarenta e três reais), e Despesa Financeira de R\$ 2.376.565,00 (Dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$

1 - RECEITAS CORRENTES 8.200.000,00
 1.1- Receita Tributária 217.120,00
 1.2- Receitas de Contribuições 18.000,00
 1.3- Receita Patrimonial 39.680,00
 1.4- Receita Agropecuária 1.210,00
 1.5- Receita Industrial 0,00
 1.6- Receita de Serviços 55.820,00
 17-Transferências Correntes 9.471.840,00
 (-) Dedução de Receitas Correntes 1.686.476,00
 1.9- Outras Receitas Correntes 82.806,00
 2 - RECEITAS DE CAPITAL 8,00
 2.1- Operações de Crédito 0,00
 2.2- Alienação de Bens 0,00
 2.3- Amortização de Empréstimos 0,00
 2.4- Transferências de Capital 8,00
 2.5- Outras Rec. De Capital 0,00
 TOTAL 8.200.008,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$

3- DESPESAS CORRENTES 5.502.943,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 2.955.260,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 44.000,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 2.503.683,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 296.300,00
 4.4- Investimentos 284.300,00

4.5- Inversões Financeiras 0,00
 4.6- Amortização da Dívida 12.000,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.200,00
 9.9- Reserva de Contingência 24.200,00
 - TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS 2.376.565,00
 - Fundo Municipal da Saúde 1.579.125,00
 - Fundo Municipal de Assistência Social 78.650,00
 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência 18.790,00
 - Fundo M. Agropecuário Rural 250.000,00
 - Câmara Municipal de Vereadores 450.000,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 8.200.008,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2012 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$

1 - RECEITAS CORRENTES 438.814,00
 1.1- Receita Tributária 4.840,00
 1.2- Receitas de Contribuições 0,00
 1.3- Receita Patrimonial 2.420,00
 1.4- Receita Agropecuária 0,00
 1.5- Receita Industrial 0,00
 1.6- Receita de Serviços 0,00
 17-Transferências Correntes 429.134,00
 (-) Dedução de Receitas Correntes 0,00
 1.9- Outras Receitas Correntes 2.420,00
 2 - RECEITAS DE CAPITAL 1,00
 2.1- Operações de Crédito 0,00
 2.2- Alienação de Bens 0,00
 2.3- Amortização de Empréstimos 0,00
 2.4- Transferências de Capital 1,00
 2.5- Outras Rec. De Capital 0,00
 - TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA 1.579.125,00
 - Transferências financeiras da Prefeitura 1.579.125,00
 TOTAL 2.017.940,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$

3- DESPESAS CORRENTES 1.922.939,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 1.091.660,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 0,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 831.279,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 95.001,00
 4.4- Investimentos 95.001,00
 4.5- Inversões Financeiras 0,00
 4.6- Amortização da Dívida 0,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00
 9.9- Reserva de Contingência 0,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 2.017.940,00

II - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$

1 - RECEITAS CORRENTES 102.890,00
 1.1- Receita Tributária 0,00
 1.2- Receitas de Contribuições 0,00
 1.3- Receita Patrimonial 1.210,00
 1.4- Receita Agropecuária 0,00
 1.5- Receita Industrial 0,00
 1.6- Receita de Serviços 0,00
 17-Transferências Correntes 100.470,00
 (-) Dedução de Receitas Correntes 0,00
 1.9- Outras Receitas Correntes 1.210,00
 2 - RECEITAS DE CAPITAL 0,00
 2.1- Operações de Crédito 0,00
 2.2- Alienação de Bens 0,00
 2.3- Amortização de Empréstimos 0,00

2.4- Transferências de Capital 0,00
 2.5- Outras Rec. De Capital 0,00
 - TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA 78.650,00
 - Transferências financeiras da Prefeitura 78.650,00
 TOTAL 181.540,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$
 3- DESPESAS CORRENTES 174.870,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 0,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 0,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 174.870,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 6.670,00
 4.4- Investimentos 6.670,00
 4.5- Inversões Financeiras 0,00
 4.6- Amortização da Dívida 0,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00
 9.9- Reserva de Contingência 0,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 181.540,00

III - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$
 1 - RECEITAS CORRENTES 1.210,00
 1.1- Receita Tributária 0,00
 1.2- Receitas de Contribuições 0,00
 1.3- Receita Patrimonial 0,00
 1.4- Receita Agropecuária 0,00
 1.5- Receita Industrial 0,00
 1.6- Receita de Serviços 0,00
 17-Transferências Correntes 0,00
 (-) Dedução de Receitas Correntes 0,00
 1.9- Outras Receitas Correntes 1.210,00
 2 - RECEITAS DE CAPITAL 0,00
 2.1- Operações de Crédito 0,00
 2.2- Alienação de Bens 0,00
 2.3- Amortização de Empréstimos 0,00
 2.4- Transferências de Capital 0,00
 2.5- Outras Rec. De Capital 0,00
 - TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA 18.790,00
 - Transferências financeiras da Prefeitura 18.790,00
 TOTAL 20.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$
 3- DESPESAS CORRENTES 20.000,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 0,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 0,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 20.000,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 0,00
 4.4- Investimentos 0,00
 4.5- Inversões Financeiras 0,00
 4.6- Amortização da Dívida 0,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00
 9.9- Reserva de Contingência 0,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 20.000,00

IV- FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$
 1 - RECEITAS CORRENTES 55.630,00
 1.1- Receita Tributária 0,00
 1.2- Receitas de Contribuições 0,00
 1.3- Receita Patrimonial 2.000,00
 1.4- Receita Agropecuária 40.000,00
 1.5- Receita Industrial 0,00
 1.6- Receita de Serviços 0,00
 17-Transferências Correntes 0,00
 (-) Dedução de Receitas Correntes 0,00
 1.9- Outras Receitas Correntes 13.630,00
 2 - RECEITAS DE CAPITAL 0,00

2.1- Operações de Crédito 0,00
 2.2- Alienação de Bens 0,00
 2.3- Amortização de Empréstimos 0,00
 2.4- Transferências de Capital 0,00
 2.5- Outras Rec. De Capital 0,00
 - TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA 250.000,00
 - Transferências financeiras da Prefeitura 250.000,00
 TOTAL 305.630,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$
 3- DESPESAS CORRENTES 272.630,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 0,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 0,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 272.630,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 33.000,00
 4.4- Investimentos 3.000,00
 4.5- Inversões Financeiras 30.000,00
 4.6- Amortização da Dívida 0,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00
 9.9- Reserva de Contingência 0,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 305.630,00

V - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS VALORES R\$
 - TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA 450.000,00
 - Transferências financeiras da Prefeitura 450.000,00
 TOTAL 450.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS VALOR R\$
 3- DESPESAS CORRENTES 400.000,00
 3.1- Pessoal e Encargos Sociais 311.000,00
 3.2- Juros e Encargos da Dívida 0,00
 3.3- Outras Despesas Correntes 89.000,00
 4 - DESPESAS DE CAPITAL 50.000,00
 4.4- Investimentos 50.000,00
 4.5- Inversões Financeiras 0,00
 4.6- Amortização da Dívida 0,00
 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00
 9.9- Reserva de Contingência 0,00
 TOTAL GERAL DA DESPESA 450.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE CORONEL MARTINS

I - Passivo Contingente 0,00
 II - Intempéries 24.200,00
 III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 0,00
 IV - Obtenção de Resultado Primário 0,00
 V - Reforço de dotações Orçamentárias 0,00
 TOTAL 24.200,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 2% da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2012, para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos a anulação de

dotações orçamentárias.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º combinado com o artigo 43 da Lei 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares pelo excesso de arrecadação em cada fonte de recursos e pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 7º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 8º - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 11º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Dezembro de 2011.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Lei Municipal Nº. 568, de 14 de Dezembro de 2011.
LEI MUNICIPAL Nº. 568, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades, para fins de investimentos nas comunidades, em acordo com a Lei Municipal nº. 215, de 10 de dezembro de 2002:

| DESCRIÇÃO/ASSOCIAÇÃO | COMUNIDADE | CNPJ | R\$ AUXILIO |
|---|--------------------------|--------------------|-------------|
| Associação dos Moradores Rumo ao Futuro | Linha São Miguel | 02.640.982/0001-01 | 1.640,00 |
| Associação Fluminense | Linha Brito/Vista Alegre | 00.383.071/0001-10 | 2.840,00 |

| | | | |
|--|---------------------|--------------------|----------|
| Associação de Moradores de Força Unida | N. Sª. das Graças | 00.220.011/0001-87 | 1.420,00 |
| Associação Beneficente São Francisco | Linha São Francisco | 04.937.434/0001-73 | 2.080,00 |
| Associação Moradores de Linha Formosa | Linha Formosa | 05.483.103/0001-73 | 1.420,00 |
| Ass. De Morad. do Assentamento Saudades I | Ass. Saudades I | 05.483.112/0001-64 | 1.420,00 |
| Ass. De Mor. do Assentamento Saudades II | Ass. Saudades II | 05.491.994/0001-00 | 1.420,00 |
| Associação de Moradores de Linha Calliari | Linha Calliari | 05.483.109-0001-40 | 1.860,00 |
| Associação de Moradores de Linha Brum | Linha Brum | 05.483.105/0001-62 | 1.420,00 |
| Associação de Moradores de Linha Freitas | Linha Freitas | 05.483.107/0001-51 | 1.860,00 |
| Associação de Mor. de Linha Caravágio | Linha Caravágio | 05.483.101/0001-84 | 1.640,00 |
| Associação de Moradores de Linha May | Linha May | 05.483.104/0001-18 | 1.420,00 |
| Associação de Mor. do Bairro Bela Vista | Bairro Bela vista | 05.488.626/0001-02 | 1.420,00 |
| Associação de Moradores de Linha Progresso | Linha Progresso | 05.491.999/0001-32 | 1.420,00 |
| Assoc. dos Moradores de Linha Lageadinho | Linha Lageadinho | 05.517.588/0001-79 | 1.640,00 |
| Associação dos Moradores de Linha Bottega | Linha Bottega | 05.540.640/0001-08 | 1.640,00 |
| Associação dos Moradores de Linha Zanco | Linha Zanco | 05.509.480/0001-34 | 2.080,00 |
| Associação dos Moradores de Linha Giongo | Linha Giongo | 07.527.896/0001-00 | 1.420,00 |

§ 1º O montante total a ser repassado as Associações será de R\$ 30.060,00 (trinta mil e sessenta reais).

§ 2º Os recursos de que trata este artigo, serão repassados as respectivas associações em até 03 (três) parcelas ou em parcela única, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

§ 3º Somente às entidades cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelo Poder Executivo, serão beneficiadas com o auxílio de que trata este artigo.

§ 4º A transferência de que trata esse artigo, destina-se a investimentos em construção, reforma, manutenção e aquisições de bens de interesse coletivo da entidade aprovados em assembléia integrante ao plano de trabalho, parte inseparável do Termo de Convênio a ser firmado entre o Município e a Entidade beneficiada.

Art. 2º As entidades alcançadas pelo artigo anterior, obrigatoriamente prestarão contas dos recursos recebidos, nos termos da legislação em vigor e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após

o recebimento do recurso e/ou cada parcela.

Art. 3º Os encargos decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias contidas no orçamento municipal vigente:
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Agricultura
Projeto Atividade: 2.038 - Atividades de Apoio a agricultura e meio ambiente
Elementos de despesa: 44.50.00.00.01.00 - Transferências as inst. privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 14 de Dezembro de 2011.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 124/PMF/2011.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de forma parcelada, através de empresa do ramo pertinente, de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, durante o exercício de 2012.
DATA DE ABERTURA: Dia 29 de dezembro de 2011 às 09:00h.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 16 de dezembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF Nº. 183/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 183/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
OBJETO - prestação de serviços e fornecimento de material na construção do piso, bases de equipamentos, muretas de floreiras e acessos para as Academias Populares a serem instaladas nos Bairros Santa Cruz, Santa Rosa, Vila Franca e Santa Terezinha, município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 71.022,92 (setenta e um mil vinte e dois reais e noventa e dois centavos)
VIGÊNCIA - 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias)
DOTAÇÃO - 0701.1025.4490 (90), 0701.2033.4490 (104)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº.

116/PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 30 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 80/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 80/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 149/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAM. DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 149/PMF/2011 o valor de R\$ 4.414,82 (quatro mil quatrocentos e quatorze reais e oitenta e dois reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 94/PMF/2011:

| Item | Quant | Unid | Especificação | Marca | Preço Unit | Preço Total |
|------|-------|-------|------------------|----------|------------|-------------|
| 01 | 25 | UN | Abacaxi | Coonafor | 2,27 | 56,75 |
| 02 | 150 | KG | Aipim Descascado | Coonafor | 1,54 | 231,00 |
| 03 | 125 | UN | Alface | Coonafor | 0,72 | 90,00 |
| 04 | 875 | KG | Banana | Coonafor | 1,27 | 1.111,25 |
| 05 | 37 | MOLHO | Couve Manteiga | Coonafor | 0,71 | 26,27 |
| 06 | 275 | KG | Feijão Preto | Coonafor | 1,76 | 484,00 |
| 07 | 125 | KG | Feijão Vermelho | Coonafor | 3,31 | 413,75 |
| 08 | 100 | KG | Laranja Pokan | Coonafor | 1,23 | 123,00 |
| 11 | 75 | KG | Moranga Cabiota | Coonafor | 1,16 | 87,00 |
| 12 | 475 | DZ | Ovos Vermelhos | Coonafor | 2,30 | 1.092,50 |
| 13 | 250 | KG | Tomate | Coonafor | 2,43 | 607,50 |
| 14 | 22,5 | KG | Vagem | Coonafor | 4,08 | 91,80 |

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -10/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 118/PMF/2011

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 118/PMF/2011

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA SEGUNDA TAPA DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS (PRAÇA DO CENTENÁRIO), LOCALIZADA BA AVENIDA PROF. EURICO BACK, RUA DAS QUARESMEIRAS, BAIRRO SATURNO, MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia treze do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão de Licitação do Município de Forquilha para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 118/PMF/2011. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra Rejane Maria Loch, a mesma informou que a empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos

de habilitação. A comissão de licitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Ademar João Back analisaram a documentação da participante e, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a mesma foi habilitada para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Assim, decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global apresentado foi: R\$ 536.765,49 (quinhentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos). Decide esta comissão declarar vencedora a empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. Da fase da Proposta de Preço, a empresa renunciou o prazo para interposição de recursos na forma da lei. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 13 de dezembro de 2011.
REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

RENATA PEREIRA
Secretária

JADNA COLOMBO PEREIRA
Membro

ADEMAR JOÃO BACK
Engenheiro Civil

FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP.
FÁBIO BORTOLUZZI BRATTI

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0365/2011

DECRETO Nº 0365, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.366,32 (quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
23.695.0028.2.063 - Programas de Manutenção e Promoção do Turismo
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (204) R\$ 3.037,96
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.3.0200 (291) R\$ 1.328,36

Total R\$ 4.366,32

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
23.695.0028.2.063 - Programas de Manutenção e Promoção do Turismo
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recursos 0.1.0200 (202) R\$ 500,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (205) R\$ 2.537,96
4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.3.0200 (292) R\$ 1.328,36

Total R\$ 4.366,32

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0366/2011

DECRETO Nº 0366, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BEM MÓVEL INSERVÍVEL PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições e de conformidade com as disposições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo nominadas para comporem a Comissão Especial de avaliação de bem móvel inservível para a Administração Pública Municipal, que será objeto de alienação, de acordo com a Lei Municipal 2121/2011, ficando sob a Presidência do primeiro, assim composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Pedro de Oliveira;
II - Ricardo Schirmer;
III - Luiz Carlos Machado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0367/2011

DECRETO Nº 0367, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0035, de 11 de novembro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os códigos 3, 20 e 22, deixaram de ser divulgados por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **I - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JAN**
Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|----------------------------------|--|
| 250 | NEIVA DÓRIS BARTEL | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 625 | LURDES DE FAIMA DA SILVA RUAST | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 232 | LAURECI FERREIRA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 626 | ROSEMERI DE FATIMA ROSA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 34 | ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 3 | JULIANE TERESINHA CORDEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 2 | JULIANE TERESINHA CORDEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 15 | ROSELI DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 588 | CIRLEI FELIX MEDEIROS | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 11 | MARILZA BILIK | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 159 | KATIA GOTTSSELIG | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 8 | PATRICIA FAQUIN | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **I - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2012"**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

CrITÉrios de Desempate

Disciplina: -

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|--|----------------|
| 1 | 54 | MAGALI TEREZINHA LOPES | 22 |
| 2 | 559 | NILVA DE FATIMA ZANON | 21 |
| 3 | 484 | SIMONE PILLON DELFES | 21 |
| 4 | 130 | CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE | 21 |
| 5 | 134 | MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA | 20 |
| 6 | 128 | ODETE DEDOMENICO SANTOS | 20 |
| 7 | 411 | SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ | 20 |
| 8 | 69 | LILIAN SCHIRMER | 20 |
| 9 | 312 | SALETE IVANIR MATTELLI DE OLIVEIRA | 19 |
| 10 | 285 | MARIA CAROLINA PRATES ZENERE | 19 |
| 11 | 218 | FERNANDA DE FREITAS SUBTIL | 19 |
| 12 | 289 | LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA | 19 |
| 13 | 364 | ANDRESSA MATIAS | 19 |
| 14 | 139 | LUCIANE FABER DIDOMENICO | 19 |
| 15 | 442 | VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER | 18 |
| 16 | 564 | LUIZA APARECIDA FAGUNDES | 18 |
| 17 | 475 | JOICI APARECIDA DE ANDRADE | 18 |
| 18 | 383 | ILUIR TROMBETA | 17 |
| 19 | 4 | JULIANE TERESINHA CORDEIRO | 17 |
| 20 | 336 | NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA | 17 |
| 21 | 525 | TERESINHA FORTES MELLO | 17 |
| 22 | 306 | ANA CLAUDIA RIBEIRO | 17 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 5 | 5 | 4 | NÃO | 13/8/1962 |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 24/10/1967 |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 28/3/1980 |
| 6 | 4 | 5 | 4 | NÃO | 8/6/1960 |
| 6 | 5 | 5 | 2 | NÃO | 17/10/1963 |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 28/8/1963 |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 4/1/1979 |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 2/11/1984 |
| 6 | 5 | 5 | 1 | NÃO | 20/8/1958 |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 31/5/1975 |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 5/1/1978 |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 13/8/1979 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 10/10/1984 |
| 6 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 20/5/1983 |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 18/12/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 24/6/1967 |
| 6 | 2 | 4 | 4 | NÃO | 21/11/1957 |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 10/9/1961 |
| 6 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 17/12/1975 |
| 6 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 22/6/1966 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 25/3/1960 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 10/2/1982 |

| | | | |
|----|-----|--|----|
| 23 | 253 | MARIA ELISABETH PEREIRA SANTOS | 17 |
| 24 | 294 | NEIVA CUSTODIA DE OLIVEIRA | 17 |
| 25 | 428 | GISLANI ANGELICA PESSOA DE FREITAS. | 17 |
| 26 | 185 | ANA SCHEILA BUENO | 17 |
| 27 | 529 | MARICLEIA PIROLA | 17 |
| 28 | 565 | ROZENI DE FÁTIMA GAIO | 17 |
| 29 | 404 | MARCIA EULINA LUCIANO | 17 |
| 30 | 153 | ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISON | 16 |
| 31 | 265 | MARILSE PRIGOL | 16 |
| 32 | 72 | NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER | 16 |
| 33 | 450 | ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON | 16 |
| 34 | 275 | MARINÊZ DA ROSA DE OLIVEIRA | 16 |
| 35 | 490 | ROSENILDA APARECIDA FERREIRA | 15 |
| 36 | 380 | VIVIANE SILVA PADILHA | 15 |
| 37 | 260 | MARIZETE FÁTIMA GAIO | 15 |
| 38 | 193 | VIVIANE DE CORDOVA RONCHI | 15 |
| 39 | 352 | EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA | 15 |
| 40 | 62 | VANESSA BRANDT | 15 |
| 41 | 413 | SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA | 15 |
| 42 | 401 | MÔNICA CAMPANHARO ZANELLA | 15 |
| 43 | 57 | MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER | 15 |
| 44 | 43 | ENIZA COSTA MOREIRA | 14 |
| 45 | 122 | NANDINE DE FÁTIMA GUEDES | 14 |
| 46 | 299 | DULCE DALAGNOL | 14 |
| 47 | 550 | ROSANA APARECIDA COMACHIO | 14 |
| 48 | 178 | QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES | 14 |
| 49 | 329 | JANE DE FÁTIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA | 14 |
| 50 | 349 | IARA APARECIDA ANDRADE | 14 |
| 51 | 569 | ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA | 14 |
| 52 | 92 | VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA | 14 |
| 53 | 344 | ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT | 14 |
| 54 | 215 | MARINEZ DO AMARAL | 14 |
| 55 | 407 | JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS | 14 |
| 56 | 7 | JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA | 14 |
| 57 | 117 | ELIZABETE CANONICA RISSARDI | 14 |
| 58 | 578 | IRACI PEREIRA DA CRUZ | 13 |
| 59 | 142 | LUCIANE DA ROSA | 13 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 15/8/1958 |
| 6 | 4 | 2 | 3 | NÃO | 14/3/1963 |
| 6 | 1 | 4 | 4 | NÃO | 16/1/1980 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 3/10/1983 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 11/4/1984 |
| 4 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 4/11/1968 |
| 4 | 3 | 4 | 4 | NÃO | 5/1/1970 |
| 6 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 24/8/1971 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 18/5/1970 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 1/9/1959 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 6/12/1973 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 14/7/1975 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 5/8/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 17/3/1983 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/3/1975 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 29/1/1980 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 25/8/1977 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 7/5/1982 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 26/10/1983 |
| 6 | 3 | 2 | 4 | NÃO | 4/9/1985 |
| 4 | 3 | 3 | 3 | NÃO | 8/9/1978 |
| 6 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 19/6/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 19/7/1976 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 30/6/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 30/7/1978 |
| 6 | 3 | 2 | 3 | NÃO | 5/8/1981 |
| 6 | 2 | 4 | 0 | NÃO | 15/3/1973 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 22/8/1969 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/7/1978 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 27/6/1979 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 30/7/1973 |
| 4 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 12/5/1988 |
| 4 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 30/10/1979 |
| 4 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 26/9/1955 |
| 4 | 2 | 4 | 2 | NÃO | 11/2/1974 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 22/6/1981 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 17/2/1986 |

| | | | |
|----|-----|--|----|
| 60 | 89 | JUCENI MELLO CAREGNATO | 13 |
| 61 | 277 | SANDRA CEZARIA RONCHI ROCHA | 13 |
| 62 | 127 | FABIANA DE FREITAS | 13 |
| 63 | 170 | VALÉRIA MATHIAS | 13 |
| 64 | 444 | LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO | 12 |
| 65 | 333 | SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON | 12 |
| 66 | 572 | ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA | 12 |
| 67 | 205 | SILVIA MARIA MOREIRA GATTI | 12 |
| 68 | 552 | MARINES DE FÁTIMA PINHEIRO SCAIN | 11 |
| 69 | 471 | MARIA DA GLÓRIA PALHANO | 11 |
| 70 | 183 | ROSANGELA LIMA ROCHA | 11 |
| 71 | 393 | MARIA ROSELI LEITE FERNANDES | 10 |
| 72 | 396 | MARCIA DE FÁTIMA DA CRUZ SAVIAN | 10 |
| 73 | 147 | SUZIMAR MICHELON | 10 |
| 74 | 355 | ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI | 10 |
| 75 | 528 | LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI | 9 |
| 76 | 151 | CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE | 9 |
| 77 | 17 | JANILDETE LEITE DOS SANTOS | 9 |
| 78 | 508 | KÁTIA REGINA DOS SANTOS | 9 |
| 79 | 82 | LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA | 9 |
| 80 | 48 | ROSANGELA DORNELLES | 9 |
| 81 | 300 | MAGALI DOS SANTOS ROCHA | 8 |
| 82 | 519 | JANICE DOS SANTOS MARCONDES | 8 |
| 83 | 191 | ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES | 7 |
| 84 | 103 | LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO | 7 |
| 85 | 118 | DELYRIA BENTO DE ANDRADE | 6 |
| 86 | 213 | MARLI APARECIDA DA ROSA | 5 |
| 87 | 80 | GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO | 5 |
| 88 | 340 | DANIELA DE BAIRROS CERON DE MERA | 5 |
| 89 | 482 | GISLAINE APARECIDA BORTOLINI | 5 |
| 90 | 499 | TATIANE GONÇALVES MATEUCCI | 5 |
| 91 | 433 | MARIELLE BIFFI MATIAS | 5 |
| 92 | 617 | ROSEMERI SATURNINO DE MATOS | 5 |
| 93 | 620 | DARLENE APARECIDA FERREIRA | 3 |
| 94 | 39 | EDIANE MOLIM | 2 |
| 95 | 538 | ARICLER DOMINGUES PEPES | 2 |
| 96 | 65 | TACIANA BOGO | 1 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 28/7/1970 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 6/11/1977 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 23/8/1980 |
| 4 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 22/2/1989 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 23/11/1969 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 26/5/1974 |
| 6 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 16/7/1980 |
| 4 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 17/3/1981 |
| 6 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 20/8/1973 |
| 6 | 3 | 2 | 0 | NÃO | 17/5/1974 |
| 6 | 3 | 2 | 0 | NÃO | 19/10/1976 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 25/5/1963 |
| 0 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/8/1965 |
| 0 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 19/7/1985 |
| 0 | 1 | 3 | 4 | NÃO | 6/8/1983 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 30/6/1976 |
| 4 | 1 | 0 | 4 | NÃO | 14/11/1978 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/2/1973 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 20/7/1973 |
| 0 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 9/9/1971 |
| 0 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 26/9/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 7/2/1971 |
| 0 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 14/2/1977 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/6/1975 |
| 0 | 5 | 0 | 2 | NÃO | 21/6/1985 |
| 4 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 17/4/1984 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 2/7/1970 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 13/11/1979 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 25/1/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 28/9/1983 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 5/11/1984 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 27/12/1987 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 14/10/1983 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 24/2/1984 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 19/11/1989 |
| 0 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 15/2/1980 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 20/3/1990 |

| | | | |
|----|-----|---------------------------|---|
| 97 | 317 | ANA LUCIA DE SOUZA VARELA | 0 |
| 98 | 493 | ANGELA APARECIDA FUSSIGER | 0 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 14/11/1974 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 24/11/1982 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2012” “SÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|----------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 76 | ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA | 15 | 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 18/8/1975 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JA**
Código: **5** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|-------------------------------------|--|
| 175 | GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 321 | ELIANE PEREIRA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 31 | LILIAN SCHIRMER | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2012" "POMI"**

Código: **5** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 533 | GRAZIETE BOGO | 9 | 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 7/11/1988 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **6** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|------------------|--|--|
| 105 | ARLETE MELO RIBEIRO | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 495 | IVONETE DE FATIMA MOLIN | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 585 | SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 623 | ROSEMERI DE FATIMA ROSA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 452 | ELIZANGELA DE FATIMA DIAS RIBEIRO CORREA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 587 | ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGER | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 385 | LEONÉIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 60 | VANESSA KARINE TRIBECK | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 591 | CIRLEI FELIX MEDEIROS | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 111 | LUCIANA DA ROSA GEPFRICK | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 35 | ANA APARECIDA SARAIVA DE JESUS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 515 | ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 376 | ANDRÉIA APARECIDA COSTA DA ROSA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 197 | SILMARA APARECIDA OLIVIO BARBOSA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 12 | MARILZA BILIK | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 68 | DAIANE CRISTINA MISSEL DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 599 | MARINA DE FREITAS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 9 | PATRICIA FAQUIN | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 595 | VANESSA VARELA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | CrITÉRIOS de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----|----|----|----|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 4 | NÃO | 13/8/1962 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 24/10/1967 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 22/1/1973 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 28/3/1980 | | | | |
| 6 | 4 | 5 | 4 | NÃO | 8/6/1960 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 2 | NÃO | 17/10/1963 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 28/8/1963 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 16/3/1966 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 1/3/1969 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 25/8/1981 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 2/11/1984 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 1 | NÃO | 20/8/1958 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 1 | NÃO | 3/1/1965 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 23/10/1973 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 31/5/1975 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 18/8/1978 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 5/1/1978 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 13/8/1979 | | | | |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 10/10/1984 | | | | |
| 6 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 23/6/1982 | | | | |
| 6 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 20/5/1983 | | | | |
| 6 | 2 | 5 | 4 | NÃO | 7/12/1967 | | | | |

| | | | |
|----|-----|--|----|
| 23 | 440 | VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER | 18 |
| 24 | 52 | MARIANA BITENCOURT DIAS | 18 |
| 25 | 596 | DAYANE GEBROSKI | 18 |
| 26 | 365 | LUIZA APARECIDA FAGUNDES | 18 |
| 27 | 368 | ROSANGELA LUCIANO | 18 |
| 28 | 164 | IVONE VERONA ALVES DA SILVA | 18 |
| 29 | 477 | JOICI APARECIDA DE ANDRADE | 18 |
| 30 | 583 | ELAINE ZAGGO DALAGNOL | 18 |
| 31 | 384 | ILUIR TROMBETA | 17 |
| 32 | 237 | JULIANE TEREZINHA CORDEIRO | 17 |
| 33 | 337 | NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA | 17 |
| 34 | 97 | MARIA SALETE ALMEIDA LIMA | 17 |
| 35 | 526 | TERESINHA FORTES MELLO | 17 |
| 36 | 109 | ARLETE ALVES SANTOS GONÇALVES | 17 |
| 37 | 40 | DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS | 17 |
| 38 | 158 | SHEILA BRIDI PARIZOTTO | 17 |
| 39 | 307 | ANA CLAUDIA RIBEIRO | 17 |
| 40 | 259 | MARIA ELISABETH PEREIRA SANTOS | 17 |
| 41 | 295 | NEIVA CUSTODIA DE OLIVEIRA | 17 |
| 42 | 511 | FRANCIELE FÁTIMA WEBER | 17 |
| 43 | 186 | ANA SCHEILA BUENO | 17 |
| 44 | 531 | MARICLEIA PIROLA | 17 |
| 45 | 5 | ROZENI DE FÁTIMA GAIO | 17 |
| 46 | 405 | MARCIA EULINA LUCIANO | 17 |
| 47 | 149 | ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISSON | 16 |
| 48 | 266 | MARILSE PRIGOL | 16 |
| 49 | 478 | DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI | 16 |
| 50 | 241 | DIANA FATIMA RIBEIRO | 16 |
| 51 | 391 | IVETE APARECIDA GALON | 16 |
| 52 | 74 | NEIVA APRECIDA CAMPAGNARO XAVIER | 16 |
| 53 | 449 | ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON | 16 |
| 54 | 562 | ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES | 16 |
| 55 | 100 | SOLANGE DE PAULA PEREIRA | 16 |
| 56 | 163 | ELENICE MELLO PHILIPPUS | 16 |
| 57 | 546 | ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA | 16 |
| 58 | 272 | MARINÊZ DA ROSA DE OLIVEIRA | 16 |
| 59 | 204 | ALINE DE FREITAS | 16 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 18/12/1977 |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 16/2/1983 |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 24/12/1984 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 24/6/1967 |
| 6 | 3 | 5 | 2 | NÃO | 3/10/1973 |
| 6 | 2 | 5 | 3 | NÃO | 12/1/1965 |
| 6 | 2 | 4 | 4 | NÃO | 21/11/1957 |
| 4 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 5/9/1982 |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 10/9/1961 |
| 6 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 17/12/1975 |
| 6 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 22/6/1966 |
| 6 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 31/1/1969 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 25/3/1960 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 18/8/1965 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 9/7/1967 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 8/3/1981 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 10/2/1982 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 18/8/1958 |
| 6 | 4 | 2 | 3 | NÃO | 14/3/1963 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 18/6/1982 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 3/10/1983 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 11/4/1984 |
| 4 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 4/11/1968 |
| 4 | 3 | 4 | 4 | NÃO | 5/1/1970 |
| 6 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 24/8/1971 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 18/5/1970 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 2/3/1971 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 13/3/1977 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 9/7/1978 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 1/9/1959 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 6/12/1973 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 23/7/1983 |
| 6 | 4 | 3 | 1 | NÃO | 9/5/1967 |
| 6 | 4 | 2 | 4 | NÃO | 10/7/1982 |
| 4 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 6/4/1978 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 14/7/1975 |
| 4 | 4 | 2 | 4 | NÃO | 12/1/1983 |

| | | | |
|----|-----|--|----|
| 60 | 77 | ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA | 15 |
| 61 | 491 | ROSENILDA APARECIDA FERREIRA | 15 |
| 62 | 379 | VIVIANE SILVA PADILHA | 15 |
| 63 | 261 | MARIZETE FÁTIMA GAIO | 15 |
| 64 | 520 | ADRIANA JUSTIMIANO TOFFOLI | 15 |
| 65 | 223 | VIVIANE DE CORDOVA RONCHI | 15 |
| 66 | 353 | EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA | 15 |
| 67 | 27 | VANESSA BRANDT | 15 |
| 68 | 414 | SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA | 15 |
| 69 | 403 | MÔNICA CAMPANHARO ZANELLA | 15 |
| 70 | 203 | ANGELICA MELO MATHIAS | 15 |
| 71 | 21 | LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ | 15 |
| 72 | 161 | ROSANE APARECIDA SILVA | 15 |
| 73 | 58 | MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER | 15 |
| 74 | 446 | ODETE MEIMBERG | 15 |
| 75 | 155 | ELIZIANE ANDRADE | 14 |
| 76 | 298 | ANDRÉA RIBEIRO BORGES | 14 |
| 77 | 44 | ENIZA COSTA MOREIRA | 14 |
| 78 | 123 | NANDINE DE FATIMA GUEDES | 14 |
| 79 | 301 | DULCE DALAGNOL | 14 |
| 80 | 361 | JACINTA PEREIRA | 14 |
| 81 | 107 | GISELE CORDEIRO | 14 |
| 82 | 551 | ROSANA APARECIDA COMACHIO | 14 |
| 83 | 61 | MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS | 14 |
| 84 | 179 | QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES | 14 |
| 85 | 457 | JANE APARECIDA OZÓRIO | 14 |
| 86 | 121 | FRANCIELI TERESINHA COMERLATO | 14 |
| 87 | 358 | IARA APARECIDA ANDRADE | 14 |
| 88 | 567 | ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA | 14 |
| 89 | 93 | VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA | 14 |
| 90 | 345 | ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT | 14 |
| 91 | 216 | MARINEZ DO AMARAL | 14 |
| 92 | 408 | JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS | 14 |
| 93 | 397 | JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA | 14 |
| 94 | 570 | IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO | 14 |
| 95 | 612 | GERUSA KRUGER ZANON | 14 |
| 96 | 119 | ELIZABETE CANONICA RISSARDI | 14 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 18/8/1975 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 5/8/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 17/3/1983 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/3/1975 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 4/10/1976 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 20/1/1980 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 25/8/1977 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 7/5/1982 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 26/10/1983 |
| 6 | 3 | 2 | 4 | NÃO | 4/9/1985 |
| 6 | 2 | 4 | 1 | NÃO | 6/6/1978 |
| 6 | 2 | 2 | 3 | NÃO | 30/7/1981 |
| 4 | 4 | 4 | 1 | NÃO | 4/1/1978 |
| 4 | 3 | 3 | 3 | NÃO | 8/9/1978 |
| 0 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 22/2/1978 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 16/8/1978 |
| 6 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 15/8/1979 |
| 6 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 19/6/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 19/7/1976 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 30/6/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 21/7/1983 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 8/5/1987 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 30/7/1978 |
| 6 | 3 | 3 | 0 | NÃO | 29/11/1980 |
| 6 | 3 | 2 | 3 | NÃO | 5/8/1981 |
| 6 | 2 | 3 | 1 | NÃO | 30/7/1968 |
| 6 | 1 | 2 | 3 | NÃO | 28/6/1981 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 22/8/1969 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/7/1978 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 27/6/1979 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 30/7/1973 |
| 4 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 12/5/1988 |
| 4 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 30/10/1979 |
| 4 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 26/9/1955 |
| 4 | 4 | 4 | 0 | NÃO | 3/7/1977 |
| 4 | 4 | 2 | 4 | NÃO | 15/1/1987 |
| 4 | 2 | 4 | 2 | NÃO | 11/2/1974 |

| | | | |
|-----|-----|--|----|
| 97 | 497 | DENISIA POSANSKE MITTANCK | 13 |
| 98 | 281 | CLARISSE DE OLIVEIRA | 13 |
| 99 | 579 | IRACI PEREIRA DA CRUZ | 13 |
| 100 | 540 | HELENA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA | 13 |
| 101 | 144 | LUCIANE DA ROSA | 13 |
| 102 | 247 | KARINA MACHADO DE SOUZA | 13 |
| 103 | 90 | JUCENI MELLO CAREGNATO | 13 |
| 104 | 278 | SANDRA CEZARIA RONCHI ROCHA | 13 |
| 105 | 129 | FABIANA DE FREITAS | 13 |
| 106 | 402 | MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE | 13 |
| 107 | 168 | VALÉRIA MATHIAS | 13 |
| 108 | 600 | JUSSARA BRIDI | 13 |
| 109 | 462 | LUCILDES DALAGNOLI GAREIS | 13 |
| 110 | 524 | EVANILDE MARIA MONTOANI CONTE | 12 |
| 111 | 445 | LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO | 12 |
| 112 | 334 | SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON | 12 |
| 113 | 474 | ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA | 12 |
| 114 | 447 | SALETE MARINEZ FATTORI | 12 |
| 115 | 377 | MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA | 12 |
| 116 | 206 | SILVIA MARIA MOREIRA GATTI | 12 |
| 117 | 148 | IVANIR BENKE FANTINEL | 12 |
| 118 | 180 | LUCI DOS SANTOS | 12 |
| 119 | 554 | MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN | 11 |
| 120 | 472 | MARIA DA GLÓRIA PALHANO | 11 |
| 121 | 182 | ROSANGELA LIMA DA ROCHA | 11 |
| 122 | 202 | ILUIR TIBES DOS SANTOS | 11 |
| 123 | 394 | MARIA ROSELI LEITE FERNANDES | 10 |
| 124 | 195 | TEREZINHA RICHTER | 10 |
| 125 | 228 | ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA | 10 |
| 126 | 453 | MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN | 10 |
| 127 | 152 | SUZIMAR MICHELON | 10 |
| 128 | 271 | ARMINDA DO AMARAL PEREIRA | 10 |
| 129 | 357 | ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI | 10 |
| 130 | 372 | ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO | 9 |
| 131 | 530 | LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI | 9 |
| 132 | 535 | GRAZIE TE BOGO | 9 |
| 133 | 46 | KATIA FRANCIELLE FELTRIN | 9 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 14/1/1967 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 4/7/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 22/6/1981 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 8/10/1984 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 17/2/1986 |
| 6 | 3 | 2 | 2 | NÃO | 28/7/1983 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 28/7/1970 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 6/11/1977 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 23/8/1980 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 6/12/1981 |
| 4 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 22/2/1989 |
| 4 | 5 | 1 | 1 | NÃO | 31/10/1980 |
| 0 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 16/10/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 10/3/1965 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 23/11/1969 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 26/5/1974 |
| 6 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 16/7/1980 |
| 4 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 20/4/1965 |
| 4 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 24/7/1974 |
| 4 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 17/3/1981 |
| 4 | 1 | 1 | 4 | NÃO | 4/4/1973 |
| 4 | 0 | 2 | 4 | NÃO | 9/12/1974 |
| 6 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 20/8/1973 |
| 6 | 3 | 2 | 0 | NÃO | 17/5/1974 |
| 6 | 3 | 2 | 0 | NÃO | 19/10/1976 |
| 4 | 2 | 2 | 3 | NÃO | 9/2/1982 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 25/5/1963 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 8/10/1967 |
| 4 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 7/8/1975 |
| 0 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/8/1965 |
| 0 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 19/7/1985 |
| 0 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 21/4/1965 |
| 0 | 1 | 3 | 4 | NÃO | 6/8/1983 |
| 6 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 17/4/1978 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 30/6/1976 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 7/11/1988 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 26/3/1989 |

| | | | |
|-----|-----|--|---|
| 134 | 547 | CARLA TATIANE MARTINS | 9 |
| 135 | 150 | CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE | 9 |
| 136 | 18 | JANILDETE LEITE DOS SANTOS | 9 |
| 137 | 509 | KÁTIA REGINA DOS SANTOS | 9 |
| 138 | 83 | LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA | 9 |
| 139 | 49 | ROSANGELA DORNELLES | 9 |
| 140 | 500 | PATRICIA FRAGOSO POSSA | 9 |
| 141 | 95 | JACIRA KERVALD REZZADORI | 8 |
| 142 | 244 | IRIA LEONI BEAL | 8 |
| 143 | 323 | VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL | 8 |
| 144 | 302 | MAGALI DOS SANTOS ROCHA | 8 |
| 145 | 303 | ANA TIARA DORNELLES | 8 |
| 146 | 518 | JANICE DOS SANTOS MARCONDES | 8 |
| 147 | 437 | KARINA FEITOSA DE SOUSA | 7 |
| 148 | 576 | ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES | 7 |
| 149 | 104 | LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO | 7 |
| 150 | 120 | DELYRIA BENTO DE ANDRADE | 6 |
| 151 | 229 | DEJANIRA MOREIRA | 6 |
| 152 | 25 | MARLI APARECIDA DA ROSA | 5 |
| 153 | 605 | MARLENE PEREIRA CORDEIRO | 5 |
| 154 | 231 | RENICE PRATES | 5 |
| 155 | 81 | GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO | 5 |
| 156 | 341 | DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA | 5 |
| 157 | 483 | GISLAINE APARECIDA BORTOLINI | 5 |
| 158 | 501 | TATIANE GONÇALVES MATEUCCI | 5 |
| 159 | 316 | MARIELLE BIFFI MATIAS | 5 |
| 160 | 236 | MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO | 5 |
| 161 | 618 | ROSEMERI SATURNINO DE MATOS | 5 |
| 162 | 589 | ROSALINA MUNIZ VIEIRA | 4 |
| 163 | 209 | DAVI AMARAL DE OLIVEIRA | 4 |
| 164 | 522 | ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER | 4 |
| 165 | 621 | DARLENE APARECIDA FERREIRA | 3 |
| 166 | 503 | ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI | 3 |
| 167 | 421 | NEIVA VARELA | 2 |
| 168 | 434 | ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS | 2 |
| 169 | 36 | EDIANE MOLIM | 2 |
| 170 | 537 | ARICLER DOMINGUES PEPES | 2 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 4 | 2 | 3 | 0 | NÃO | 8/1/1978 |
| 4 | 1 | 0 | 4 | NÃO | 14/11/1978 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/2/1973 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 20/7/1973 |
| 0 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 9/9/1971 |
| 0 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 26/9/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 4/4/1988 |
| 4 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 22/1/1964 |
| 4 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 6/4/1958 |
| 4 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 9/4/1965 |
| 0 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 7/2/1971 |
| 0 | 4 | 0 | 4 | NÃO | 1/4/1989 |
| 0 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 14/2/1977 |
| 6 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 27/8/1981 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/6/1975 |
| 0 | 5 | 0 | 2 | NÃO | 21/6/1985 |
| 4 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 17/4/1984 |
| 0 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 8/9/1984 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 2/7/1970 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 21/3/1971 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 10/8/1979 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 13/11/1979 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 25/1/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 28/9/1983 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 5/11/1984 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 27/12/1987 |
| 0 | 2 | 1 | 0 | NÃO | 23/1/1964 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 14/10/1983 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 31/10/1965 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 11/9/1971 |
| 0 | 0 | 0 | 4 | NÃO | 31/3/1986 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 24/2/1984 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 9/1/1987 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 16/5/1972 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 19/3/1988 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 19/11/1989 |
| 0 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 15/2/1980 |

| | | | |
|-----|-----|-----------------------------------|---|
| 171 | 239 | NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO | 1 |
| 172 | 162 | MÁRCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS | 1 |
| 173 | 66 | TACIANA BOGO | 1 |
| 174 | 315 | ANA LUCIA DE SOUZA VARELA | 0 |
| 175 | 230 | ANGELA APARECIDA FUSSIGER | 0 |
| 176 | 22 | RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA | 0 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 22/5/1975 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 21/1/1981 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 20/3/1990 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 14/11/1974 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 24/11/1982 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 13/1/1990 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|----------------------------------|--|
| 167 | TANIA DIAS DE ALMEIDA | Descumprimento do item 1.15 e subitem 1.15.1, ambos do Edital 0035/2011. |
| 132 | CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 233 | LAURECI FERREIRA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 627 | MARZA FLECK CASAGRANDE | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 279 | ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 549 | ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGUER | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 238 | JULIANE TEREZINHA CORDEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 199 | MARLI DA CRUZ | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 463 | DEBORA GUIDINI | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 615 | SIMONE ROHDEN | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 304 | ANA TIARA DORNELLES | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 224 | DANIELA DE JESUS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 10 | PATRICIA FAQUIN | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 593 | VANESSA VARELA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉrios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | CrITÉrios de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----|----|----|----|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 24/10/1967 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 28/3/1980 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 2 | NÃO | 17/10/1963 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 28/8/1963 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 16/3/1966 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 3 | NÃO | 31/1/1971 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 25/8/1981 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 2/11/1984 | | | | |
| 4 | 5 | 5 | 4 | NÃO | 23/11/1965 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 1 | NÃO | 20/8/1958 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 1 | NÃO | 3/1/1965 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 31/5/1975 | | | | |
| 6 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 18/8/1978 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 11/1/1976 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 5/1/1978 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 13/8/1979 | | | | |
| 6 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 20/5/1983 | | | | |
| 6 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 19/1/1966 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 21/6/1975 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 18/12/1977 | | | | |
| 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 16/2/1983 | | | | |
| 6 | 3 | 5 | 2 | NÃO | 3/10/1973 | | | | |

| | | | |
|----|-----|--|----|
| 23 | 427 | ROSANGELA APARECIDA STRANGINSKI DIAS | 18 |
| 24 | 479 | JOICI APARECIDA DE ANDRADE | 18 |
| 25 | 582 | ELAINE ZAGGO DALAGNOL | 18 |
| 26 | 398 | HELENA SILVA FRIGOTTO | 17 |
| 27 | 338 | NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA | 17 |
| 28 | 96 | MARIA SALETE ALMEIDA LIMA | 17 |
| 29 | 527 | TERESINHA FORTES MELLO | 17 |
| 30 | 249 | ALMERI APARECIDA KADES MORSOLETTTO | 17 |
| 31 | 41 | DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS | 17 |
| 32 | 308 | ANA CLAUDIA RIBEIRO | 17 |
| 33 | 512 | FRANCIELE FÁTIMA WEBER | 17 |
| 34 | 188 | ANA SCHEILA BUENO | 17 |
| 35 | 171 | MARICLEIA PIROLA | 17 |
| 36 | 566 | ROZENI DE FÁTIMA GAIO | 17 |
| 37 | 406 | MARCIA EULINA LUCIANO | 17 |
| 38 | 267 | MARILSE PRIGOL | 16 |
| 39 | 480 | DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI | 16 |
| 40 | 73 | NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER | 16 |
| 41 | 363 | SILVANE CORSO | 16 |
| 42 | 563 | ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES | 16 |
| 43 | 382 | CRISTIANE TEREZINHA PEREIRA GUEDES | 16 |
| 44 | 544 | ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA | 16 |
| 45 | 388 | MARINEZ DA ROSA DE OLIVEIRA | 16 |
| 46 | 201 | ALINE DE FREITAS | 16 |
| 47 | 489 | ROSENILDA APARECIDA FERREIRA | 15 |
| 48 | 262 | MARIZETE FÁTIMA GAIO | 15 |
| 49 | 390 | ADRIANA JUSTIMIANO TÓFFOLI | 15 |
| 50 | 225 | VIVIANE DE CORDOVA RONCHI | 15 |
| 51 | 356 | EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA | 15 |
| 52 | 64 | VANESSA BRANDT | 15 |
| 53 | 1 | DENILCE CONSTANTINO | 15 |
| 54 | 23 | LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE | 15 |
| 55 | 156 | ROSANE APARECIDA SILVA | 15 |
| 56 | 59 | MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER | 15 |
| 57 | 367 | HERCILIA MARIA CORREA FRAGOSO GEMO | 14 |
| 58 | 45 | ENIZA COSTA MOREIRA | 14 |
| 59 | 124 | NANDINE DE FÁTIMA GUEDES | 14 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 3 | 4 | 3 | NÃO | 10/5/1974 |
| 6 | 2 | 4 | 4 | NÃO | 21/11/1957 |
| 4 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 5/9/1982 |
| 6 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 14/8/1972 |
| 6 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 22/6/1966 |
| 6 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 31/1/1969 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 25/3/1960 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 1/3/1967 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 9/7/1967 |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 10/2/1982 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 18/6/1982 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 3/10/1983 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 11/4/1984 |
| 4 | 4 | 3 | 4 | NÃO | 4/11/1968 |
| 4 | 3 | 4 | 4 | NÃO | 5/1/1970 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 18/5/1970 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 2/3/1971 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 1/9/1959 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 1/4/1980 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 23/7/1983 |
| 6 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 8/9/1983 |
| 4 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 6/4/1978 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 14/7/1975 |
| 4 | 4 | 2 | 4 | NÃO | 12/1/1983 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 5/8/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/3/1975 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 4/10/1976 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 29/1/1980 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 25/8/1977 |
| 6 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 7/5/1982 |
| 6 | 2 | 5 | 0 | NÃO | 8/4/1968 |
| 6 | 2 | 2 | 3 | NÃO | 30/7/1981 |
| 4 | 4 | 4 | 1 | NÃO | 4/1/1978 |
| 4 | 3 | 3 | 3 | NÃO | 8/9/1978 |
| 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 26/4/1970 |
| 6 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 19/6/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 19/7/1976 |

| | | | |
|----|-----|--------------------------------------|----|
| 60 | 362 | JACINTA PEREIRA | 14 |
| 61 | 108 | GISELE CORDEIRO | 14 |
| 62 | 443 | QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES | 14 |
| 63 | 330 | JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA | 14 |
| 64 | 280 | CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL | 14 |
| 65 | 359 | IARA APARECIDA ANDRADE | 14 |
| 66 | 568 | ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA | 14 |
| 67 | 94 | VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA | 14 |
| 68 | 99 | ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE | 14 |
| 69 | 346 | ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT | 14 |
| 70 | 217 | MARINEZ DO AMARAL | 14 |
| 71 | 409 | JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS | 14 |
| 72 | 573 | IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO | 14 |
| 73 | 613 | GERUSA KRUGER ZANON | 14 |
| 74 | 282 | CLARISSE DE OLIVEIRA | 13 |
| 75 | 541 | HELENA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA | 13 |
| 76 | 418 | LUCIANE DA ROSA | 13 |
| 77 | 248 | KARINA MACHADO DE SOUZA | 13 |
| 78 | 91 | JUCENI MELLO CAREGNATO | 13 |
| 79 | 133 | FABIANA DE FREITAS | 13 |
| 80 | 169 | VALÉRIA MATHIAS | 13 |
| 81 | 601 | JUSSARA BRIDI | 13 |
| 82 | 465 | LUCILDES DALAGNOLI GAREIS | 13 |
| 83 | 521 | EVANILDE MARIA MONTANO CONTE | 12 |
| 84 | 335 | SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON | 12 |
| 85 | 378 | MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA | 12 |
| 86 | 207 | SILVIA MARIA MOREIRA GATTI | 12 |
| 87 | 181 | LUCI DOS SANTOS | 12 |
| 88 | 555 | MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN | 11 |
| 89 | 473 | MARIA DA GLÓRIA PALHANO | 11 |
| 90 | 196 | TEREZINHA RICHTER | 10 |
| 91 | 430 | SIRLEI MILANI MULLER | 10 |
| 92 | 212 | GLENDA ROSA ZANCHETT | 10 |
| 93 | 454 | MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN | 10 |
| 94 | 464 | FRANCIELI ZAGO | 9 |
| 95 | 370 | ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO | 9 |
| 96 | 476 | LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI | 9 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 21/7/1983 |
| 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 8/5/1987 |
| 6 | 3 | 2 | 3 | NÃO | 5/8/1981 |
| 6 | 2 | 4 | 0 | NÃO | 15/3/1973 |
| 6 | 2 | 2 | 4 | NÃO | 12/8/1961 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 22/8/1969 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/7/1978 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 27/6/1979 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 26/4/1969 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 30/7/1973 |
| 4 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 12/5/1988 |
| 4 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 30/10/1979 |
| 4 | 4 | 4 | 0 | NÃO | 3/7/1977 |
| 4 | 4 | 2 | 4 | NÃO | 15/1/1987 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 4/7/1977 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 8/10/1984 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 17/2/1986 |
| 6 | 3 | 2 | 2 | NÃO | 28/7/1983 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 28/7/1970 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 23/8/1980 |
| 4 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 22/2/1989 |
| 4 | 5 | 1 | 1 | NÃO | 31/10/1980 |
| 0 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 16/10/1982 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 10/3/1965 |
| 6 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 26/5/1974 |
| 4 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 24/7/1974 |
| 4 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 17/3/1981 |
| 4 | 0 | 2 | 4 | NÃO | 9/12/1974 |
| 6 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 20/8/1973 |
| 6 | 3 | 2 | 0 | NÃO | 17/5/1974 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 8/10/1967 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 2/11/1988 |
| 4 | 0 | 4 | 0 | NÃO | 21/5/1977 |
| 0 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 24/8/1965 |
| 6 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 15/6/1986 |
| 6 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 17/4/1978 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 30/6/1976 |

| | | | |
|-----|-----|-----------------------------------|---|
| 97 | 536 | GRAZIE TE BOGO | 9 |
| 98 | 47 | KATIA FRANCIELLE FELTRIN | 9 |
| 99 | 548 | CARLA TATIANE MARTINS | 9 |
| 100 | 332 | TATIANA ALVES DA SILVA | 9 |
| 101 | 348 | ANDRÉA RUBIA FERREIRA MORANDO | 9 |
| 102 | 19 | JANILDETE LEITE DOS SANTOS | 9 |
| 103 | 510 | KÁTIA REGINA DOS SANTOS | 9 |
| 104 | 287 | JACIRA KERVALD REZZADORI | 8 |
| 105 | 243 | IRIA LEONI BEAL | 8 |
| 106 | 325 | VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL | 8 |
| 107 | 629 | KARINA FEITOSA DE SOUSA | 7 |
| 108 | 106 | ARLETE MELO RIBEIRO | 7 |
| 109 | 192 | ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES | 7 |
| 110 | 177 | DELYRIA BENTO DE ANDRADE | 6 |
| 111 | 597 | JOSIANE GHELLER | 6 |
| 112 | 517 | EDILVANA CRUZ DA SILVA | 6 |
| 113 | 375 | EVA MARISTELA TELES REZENDES | 5 |
| 114 | 255 | NEIVA DÓRIS BARTEL | 5 |
| 115 | 112 | MARLI APARECIDA DA ROSA | 5 |
| 116 | 607 | MARLENE PEREIRA CORDEIRO | 5 |
| 117 | 322 | RITA PRATES RIBEIRO | 5 |
| 118 | 342 | DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA | 5 |
| 119 | 502 | TATIANE GONÇALVES MATEUCCI | 5 |
| 120 | 288 | MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO | 5 |
| 121 | 619 | ROSEMERI SATURNINO DE MATOS | 5 |
| 122 | 590 | ROSALINA MUNIZ VIEIRA | 4 |
| 123 | 211 | DAVI AMARAL DE OLIVEIRA | 4 |
| 124 | 523 | ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER | 4 |
| 125 | 622 | DARLENE APARECIDA FERREIRA | 3 |
| 126 | 504 | ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI | 3 |
| 127 | 235 | IVONETE DE FATIMA MOLIN | 3 |
| 128 | 420 | NEIVA VARELA | 2 |
| 129 | 435 | ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS | 2 |
| 130 | 38 | EDIANE MOLIM | 2 |
| 131 | 534 | ARICLER DOMINGUES PEPES | 2 |
| 132 | 240 | NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO | 1 |
| 133 | 160 | MÁRCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS | 1 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 7/11/1988 |
| 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 26/3/1989 |
| 4 | 2 | 3 | 0 | NÃO | 8/1/1978 |
| 4 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 5/3/1984 |
| 4 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 24/3/1981 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/2/1973 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 20/7/1973 |
| 4 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 22/1/1964 |
| 4 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 6/4/1958 |
| 4 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 9/4/1965 |
| 6 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 27/8/1981 |
| 4 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 19/9/1969 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 15/6/1975 |
| 4 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 17/4/1984 |
| 4 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 3/3/1987 |
| 4 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 14/4/1974 |
| 4 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 9/10/1973 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 23/5/1967 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 2/7/1970 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 21/3/1971 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 7/7/1978 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 25/1/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 5/11/1984 |
| 0 | 2 | 1 | 0 | NÃO | 23/1/1964 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 14/10/1983 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 31/10/1965 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 11/9/1971 |
| 0 | 0 | 0 | 4 | NÃO | 31/3/1986 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 24/2/1984 |
| 0 | 1 | 2 | 0 | NÃO | 9/1/1987 |
| 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 10/1/1965 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 16/5/1972 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 19/3/1988 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 19/11/1989 |
| 0 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 15/2/1980 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 22/5/1975 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 21/1/1981 |

| | | | |
|-----|-----|---------------------------|---|
| 134 | 67 | TACIANA BOGO | 1 |
| 135 | 318 | ANA LUCIA DE SOUZA VARELA | 0 |
| 136 | 494 | ANGELA APARECIDA FUSSIGER | 0 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 20/3/1990 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 14/11/1974 |
| 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 24/11/1982 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Portuguesa**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|-------------------------------|--|
| 395 | ALINE GOLIN FRANCO DE CAMARGO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 14 | DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Língua Portuguesa

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|--|----------------|
| 1 | 184 | VERA LUCIA PEREIRA | 20 |
| 2 | 283 | DONIZETE APARECIDA MEIRELES | 15 |
| 3 | 305 | MONICA CRISTINA DE BARROS SESTREN | 15 |
| 4 | 606 | ANDREZA FUZINATO CALDERAM | 15 |
| 5 | 102 | JULIANA PADILHA RIBEIRO | 14 |
| 6 | 246 | DEAIR GONZALEZ | 14 |
| 7 | 481 | MIRIAN CARLA RIBEIRO BALESTRIN | 13 |
| 8 | 350 | PATRÍCIA APARECIDA GUEDES | 12 |
| 9 | 470 | SIMONE DE FÁTIMA JOMBRA CORRÊA | 12 |
| 10 | 347 | GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA | 11 |
| 11 | 292 | NADIA MARGARIDA MARTINS | 11 |
| 12 | 145 | JULVANA BRAGHIROLI | 10 |
| 13 | 371 | ILENIR DE OLIVEIRA FADANI | 8 |
| 14 | 469 | LUCIANE DOS SANTOS AMARAL | 6 |
| 15 | 410 | IVONEIDE DOS SANTOS LORENTZ | 5 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 4/3/1981 |
| 6 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 3/2/1973 |
| 4 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 1/10/1977 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 13/5/1980 |
| 4 | 3 | 3 | 4 | NÃO | 13/8/1977 |
| 4 | 2 | 2 | 4 | NÃO | 19/9/1952 |
| 4 | 0 | 3 | 4 | NÃO | 17/3/1977 |
| 6 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 4/10/1980 |
| 0 | 2 | 4 | 4 | NÃO | 1/3/1976 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 21/1/1982 |
| 4 | 1 | 3 | 1 | NÃO | 27/10/1961 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 22/4/1982 |
| 4 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 12/11/1962 |
| 4 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 29/9/1981 |
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 12/7/1978 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

Critérios de Desempate

Disciplina: **Matemática**

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|-------------------------------------|----------------|
| 1 | 460 | ALINE WEBER | 17 |
| 2 | 101 | JULIANA CARLA SCHENA TRIBECK | 16 |
| 3 | 389 | LUCI APARECIDA GEMO | 16 |
| 4 | 110 | SAMANDA GOMES FROZZA | 15 |
| 5 | 448 | MARITANA LUCIMÉIA PASQUALIN GHELLER | 13 |
| 6 | 71 | FERNANDA DE LIMA | 9 |
| 7 | 98 | CLEUSA ALVES DE LIMA | 8 |
| 8 | 331 | NARCISO PRATES | 7 |
| 9 | 226 | VANESSA DA CRUZ SURDI | 5 |
| 10 | 488 | JULIANA RODRIGUES DA VEIGA | 4 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 31/5/1984 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 6/12/1983 |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 5/2/1986 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 25/10/1985 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 7/5/1975 |
| 0 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 15/8/1989 |
| 0 | 5 | 0 | 3 | NÃO | 15/11/1983 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 18/5/1985 |
| 0 | 1 | 0 | 4 | NÃO | 9/11/1981 |
| 0 | 0 | 0 | 4 | NÃO | 23/2/1983 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Matemática**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|-------------------|--|
| 141 | DEISE PINZ LOPES | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|---------------------------|--|
| 575 | NITA DOMINGUES DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|---------------------------------|--|
| 198 | GUMO ADRIANO RIBEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 438 | FABIULA REIF | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 297 | ADRIANE FATIMA BEE | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 146 | TACIANI KARINA RIBEIRO ASSUNÇÃO | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Artes

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|---------------------------------------|----------------|
| 1 | 532 | DULCE ZAGO | 18 |
| 2 | 577 | MARIA CRISTINA SILVA | 16 |
| 3 | 154 | JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO | 15 |
| 4 | 214 | MARILENE APARECIDA SUTIL VIER | 15 |
| 5 | 456 | ANA PAULA PONTEL | 15 |
| 6 | 614 | ELENICE DE MELLO | 12 |
| 7 | 439 | CLACIR STIEVEN ARALDI | 11 |
| 8 | 516 | CINTIA REGIANE BOTH | 10 |
| 9 | 610 | ADRIANA VALIM LOPES NOGUEIRA DA SILVA | 10 |
| 10 | 400 | ELENITA ZAMBONIM | 9 |
| 11 | 594 | ALINE MORGANTI PINTO | 7 |
| 12 | 172 | ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS | 7 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 7/4/1967 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 9/2/1972 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 7/4/1967 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 25/4/1967 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 27/11/1987 |
| 4 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 10/5/1978 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 6/7/1966 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 7/11/1987 |
| 4 | 0 | 4 | 0 | NÃO | 14/11/1978 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 27/7/1984 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 5/9/1985 |
| 0 | 2 | 1 | 4 | NÃO | 4/3/1977 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **História**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|------------------------------|--|
| 419 | CHRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

CrITÉrios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 415 | TAIS CRESTANI | 15 | 4 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 20/12/1976 |
| 2 | 545 | SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL | 14 | 6 | 3 | 3 | 0 | NÃO | 26/3/1962 |
| 3 | 270 | ELIZETE LAMP | 14 | 4 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 27/9/1974 |
| 4 | 63 | JUSIANE BORGIA LORENCI | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 24/7/1975 |
| 5 | 30 | CAMILA POBENGA DOS SANTOS | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | NÃO | 20/6/1989 |
| 6 | 392 | MARCONDES BIALESKI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 19/2/1976 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|----------------------------|--|
| 603 | ACIR RIBEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 269 | MARILSE PRIGOL | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 20 | JANILDETE LEITE DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 431 | DILOSANI O. PENNING | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 263 | MARIZETE FÁTIMA GAIO | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Artes**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|---------------------------------------|--|
| 455 | LUCENIR APARECIDA SILVA DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 611 | PEDRO ALESSANDRO RODRIGUES CAVALHEIRO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 176 | MIRIAN CARLA CRUZ | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 399 | JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 143 | RENALDO VELOSO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|--|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 543 | MARGARETE TEREZA TROMBETTA | 17 | 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 18/1/1977 |
| 2 | 114 | MARCIA APARECIDA CRUZ | 16 | 4 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 22/1/1973 |
| 3 | 115 | SIRLEI DE FATIMA CRUZ DOS PASSOS | 16 | 4 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 24/9/1974 |
| 4 | 113 | JULIANA THIBES RIBEIRO CALAIS | 16 | 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 8/2/1983 |
| 5 | 234 | MARIA ANGELITA DE ALMEIDA MOREIRA | 10 | 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 28/9/1975 |
| 6 | 284 | ADRIANA APARECIDA MACHADO RIBEIRO | 10 | 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 2/12/2011 |
| 7 | 242 | IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE | 10 | 4 | 5 | 0 | 1 | NÃO | 15/12/1970 |
| 8 | 26 | ALESSANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA CONTE | 10 | 4 | 1 | 3 | 0 | NÃO | 2/1/1981 |
| 9 | 227 | EDGAR PITT | 9 | 4 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 7/11/1965 |
| 10 | 492 | CILA ZONTA MARTINS | 8 | 4 | 0 | 4 | 0 | SIM | 9/2/1964 |
| 11 | 539 | LUIS JULIANO DE ALMEIDA | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 13/7/1979 |
| 12 | 571 | NITA DOMINGUES DOS SANTOS | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 17/5/1975 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Critérios de Desempate

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|-------------------------|----------------|
| 1 | 200 | FABIANE PETRY | 17 |
| 2 | 88 | MARCIA MEURER CAMPOS | 17 |
| 3 | 33 | HELIANY GOETTEN RIBEIRO | 15 |
| 4 | 581 | ROJANDRO POLO | 15 |
| 5 | 50 | TATIANE MARIA RINALDI | 14 |
| 6 | 580 | DANIELA BALDO POLO | 13 |
| 7 | 628 | FRANCIELI MARTINI | 10 |
| 8 | 140 | DEISE PINZ LOPES | 7 |
| 9 | 436 | DAYANA PULCENO | 5 |
| 10 | 616 | FABIANA MALAGOLI | 1 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 2 | 3 | 4 | NÃO | 10/7/1975 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 12/3/1981 |
| 4 | 5 | 4 | 0 | NÃO | 11/1/1978 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 26/12/1982 |
| 4 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 4/12/1981 |
| 4 | 5 | 0 | 4 | NÃO | 10/9/1983 |
| 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 27/11/1985 |
| 0 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 5/8/1972 |
| 0 | 0 | 1 | 4 | NÃO | 22/9/1983 |
| 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 26/4/1980 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Anos Iniciais

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º Especial. (Pós) | 2º Cursos Atualiz. | 3º Tempo Serviço | 4º Faltas/ Licença | 5º Portador Defic. | 6º Data Nascimento |
|------------------|------------------|----------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | 257 | ELEANE LUCIA VARELA BECHER | 18 | 6 | 5 | 3 | 2 | NÃO | 2/9/1970 |
| 2 | 254 | JANAINA REJANE FORMAGIO | 16 | 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 10/12/1976 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Critérios de Desempate

| | | | | | | | | | |
|--|-------------------------|--------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| Disciplina: Filosofia ou Teologia | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 556 | LUCIA FABER | 17 | 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 20/5/1983 |
| 2 | 296 | JOÃO HIPÓLITO FELISBINO | 10 | 0 | 5 | 1 | 4 | NÃO | 21/6/1986 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Inglesa**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|--------------------------------|--|
| 6 | LUCIANE APARECIDA MELOTTO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 86 | ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 13 | DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO"**
Código: **2** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|--|--|
| 256 | ELEANE LUCIA VARELA BECHER | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 327 | JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 326 | FABIANA TELLE | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|--|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 498 | ELIANE DE MELLOS | 11 | 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 3/11/1976 |
| 2 | 343 | GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA | 11 | 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 21/1/1982 |
| 3 | 468 | LUCIANE DOS SANTOS AMARAL | 6 | 4 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 29/9/1981 |
| 4 | 366 | LUCIANA REGINA TÓFFOLI PAULI | 6 | 0 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 3/1/1973 |
| 5 | 467 | ANA PAULA CORDEIRO | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 23/11/1988 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|---------------------------|--|
| 309 | JOSE MASSOCCO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 374 | ADRIANO FRANCO DE CAMARGO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 32 | FRANCIELY GATTI | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 293 | JANAINA PITT | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 417 | KÁTIA JULIANA DE LARA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 79 | MAURICIO FRANCESCATO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 37 | ELAINE NAZARIO DE ALMEIDA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 273 | MIGUEL SANTOS DE PAULA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 87 | CÍCERO ANTONIO CARDOSO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2012” “FAXI**

Código: **2** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Disciplina: -

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º Especial. (Pós) | 2º Cursos Atualiz. | 3º Tempo Serviço | 4º Faltas/ Licença | 5º Portador Defic. | 6º Data Nascimento |
|------------------|------------------|-----------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | 360 | JACINTA PEREIRA | 14 | 6 | 5 | 1 | 2 | NÃO | 21/7/1983 |
| 2 | 165 | TANIA DIAS DE ALMEIDA | 9 | 0 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 23/11/1985 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Educação Física

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos |
|------------------|------------------|------------------------------------|----------------|
| 1 | 609 | ALEXANDRE INDALÉCIO DE ALMEIDA | 20 |
| 2 | 553 | ROBERTO RIVELINO LEMOS | 19 |
| 3 | 222 | MARIA CRISTINA DE ALMEIDA | 17 |
| 4 | 604 | IRONI RAIMUNDO ZANON | 16 |
| 5 | 24 | VANUSA OLIVEIRA DUARTE | 16 |
| 6 | 514 | NEDILSON RIBEIRO | 15 |
| 7 | 208 | ELISANGELA MOREIRA | 15 |
| 8 | 16 | ANA PAULA GOMES | 14 |
| 9 | 423 | MONICA MACZEWSKI | 14 |
| 10 | 422 | DULCELENE DA COSTA | 13 |
| 11 | 461 | ROSELI ALVES DE SOUZA GEMO | 13 |
| 12 | 608 | MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS | 13 |
| 13 | 84 | ROSILENE MARIA SCHNEIDER | 12 |
| 14 | 373 | MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO | 11 |
| 15 | 466 | MAURICIO CICERI | 11 |
| 16 | 429 | ANA CARLA DE SOUZA | 10 |
| 17 | 173 | DULCINÉIA ROSA MELO | 10 |
| 18 | 116 | GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS | 9 |
| 19 | 339 | MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO | 8 |
| 20 | 221 | ELAINE REGINA DA CRUZ | 7 |
| 21 | 381 | LAURA JOCIANE DOS SANTOS | 7 |
| 22 | 459 | JOSIELE PADILHA DA SILVA | 6 |

| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 9/11/1981 |
| 4 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 7/2/1971 |
| 6 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 5/10/1985 |
| 4 | 5 | 4 | 1 | NÃO | 22/12/1980 |
| 4 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 14/3/1979 |
| 4 | 5 | 3 | 1 | NÃO | 9/7/1976 |
| 4 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 2/3/1983 |
| 4 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 28/3/1980 |
| 4 | 5 | 2 | 3 | NÃO | 14/6/1985 |
| 6 | 2 | 3 | 0 | NÃO | 6/10/1980 |
| 4 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 23/3/1984 |
| 4 | 5 | 2 | 0 | NÃO | 2/11/1978 |
| 4 | 4 | 2 | 2 | NÃO | 28/1/1984 |
| 4 | 4 | 2 | 1 | NÃO | 4/6/1978 |
| 4 | 3 | 4 | 0 | NÃO | 2/2/1965 |
| 4 | 4 | 2 | 0 | NÃO | 11/1/1976 |
| 4 | 1 | 1 | 4 | NÃO | 23/4/1974 |
| 0 | 5 | 1 | 3 | NÃO | 1/11/1987 |
| 0 | 3 | 1 | 4 | NÃO | 6/2/1984 |
| 4 | 2 | 1 | 0 | NÃO | 7/3/1988 |
| 0 | 3 | 1 | 3 | NÃO | 12/6/1986 |
| 0 | 3 | 1 | 2 | NÃO | 4/5/1987 |

| | | | |
|----|-----|------------------------------------|---|
| 23 | 42 | MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU | 5 |
| 24 | 592 | FELIPE DE ALMEIDA GUTIERREZ | 4 |
| 25 | 586 | ROBERTO RODRIGUES BELLO | 4 |
| 26 | 311 | GISLEI SAGAI ZORNITTA | 3 |
| 27 | 487 | DIOGO CONSTANTINO | 3 |
| 28 | 513 | VALCIR ALVES | 3 |
| 29 | 56 | DIEGO ZORNITTA | 2 |
| 30 | 245 | EDINARA LASCOSKI | 2 |
| 31 | 29 | BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS | 1 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|-----|------------|
| 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 6/9/1986 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 8/7/1980 |
| 0 | 0 | 1 | 3 | NÃO | 29/9/1985 |
| 0 | 3 | 0 | 0 | NÃO | 25/1/1987 |
| 0 | 2 | 1 | 0 | NÃO | 9/11/1986 |
| 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 10/4/1983 |
| 0 | 2 | 0 | 0 | NÃO | 16/11/1986 |
| 0 | 1 | 0 | 1 | NÃO | 22/8/1990 |
| 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 25/1/1991 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **17** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|---------------------------------|--|
| 268 | MARILSE PRIGOL | Descumprimento do item 1.10 e subitem 1.10.1 do Edital 0035/2011. |
| 264 | MARIZETE FÁTIMA GAIO | Descumprimento do item 1.10 e subitem 1.10.1 do Edital 0035/2011. |
| 496 | JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.10 e subitem 1.10.1 do Edital 0035/2011. |
| 274 | CICERO ANTONIO CARDOSO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VIII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS DOMINGUES"**
Código: **21** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|-------------------------|--|
| 252 | JANAINA REJANE FORMAGIO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **18** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|----------------------------|--|
| 258 | ELEANE LUCIA VARELA BECHER | Descumprimento do item 1.10 do Edital 0035/2011. |
| 319 | ANA LUCIA DE SOUZA VARELA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 574 | NITA DOMINGUES DOS SANTOS | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 328 | FABIANA TELLE | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**

Código: **18** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Disciplina: -

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º Especial. (Pós) | 2º Cursos Atualiz. | 3º Tempo Serviço | 4º Faltas/ Licença | 5º Portador Defic. | 6º Data Nascimento |
|------------------|------------------|-------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | 416 | VERA LÚCIA MOZZER DE OLIVEIRA | 20 | 4 | 5 | 5 | 4 | NÃO | 21/10/1964 |
| 2 | 251 | JANAINA REJANE FORMAGIO | 16 | 6 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 10/12/1976 |
| 3 | 166 | TANIA DIAS DE ALMEIDA | 9 | 0 | 5 | 2 | 2 | NÃO | 23/11/2011 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VIII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS DOMINGUES"**
Código: **21** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | <i>Critérios de Desempate</i> | | | | | |
|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------|----|----|----|----|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento | | | | |
| 4 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 27/10/1977 | | | | |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VIII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS DOMINGUES"**
Código: **23** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Educação Física**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|-------------------|--|
| 558 | EDSON RISSO | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **IX - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVEMBRO"**
Código: **24** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|--------------------------------|--|
| 624 | LURDES DE FAIMA DA SILVA RUAST | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 598 | ROSEMERI DE FATIMA ROSA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **IX - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVEMBRO"**
Código: **25** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 557 | ROSÂNGELA ZANCAN | 19 | 4 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 11/2/1976 |
| 2 | 174 | GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE | 18 | 4 | 4 | 4 | 4 | NÃO | 5/1/1965 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **X - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"**

Código: **26** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Disciplina: -

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º Especial. (Pós) | 2º Cursos Atualiz. | 3º Tempo Serviço | 4º Faltas/ Licença | 5º Portador Defic. | 6º Data Nascimento |
|------------------|------------------|-------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | 412 | SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ | 20 | 6 | 5 | 3 | 4 | NÃO | 4/1/1979 |
| 2 | 194 | ELIANE REOLON DEGARRAES | 19 | 4 | 5 | 4 | 4 | NÃO | 11/11/1976 |
| 3 | 451 | CAROLINA DE MELLO | 10 | 4 | 5 | 1 | 0 | NÃO | 3/3/1987 |
| 4 | 426 | MARIANE CORREA DOS SANTOS | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 30/5/1989 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **XI - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "SÃO CRISTÓVÃO"**

Código: **27** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 320 | LUCIMERE RIBEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA | 19 | 6 | 5 | 3 | 3 | NÃO | 18/2/1974 |
| 2 | 187 | RÚBIA CORREIA | 17 | 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 21/6/1984 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **XI - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "SÃO CRISTÓVÃO"**
Código: **28** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|---------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Tempo Serviço | Faltas/ Licença | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 189 | RÚBIA CORREIA | 17 | 6 | 5 | 2 | 4 | NÃO | 21/6/1984 |
| 2 | 542 | JANDIRA APARECIDA DE LARA | 8 | 4 | 1 | 1 | 0 | NÃO | 23/2/1975 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **XII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "POMIFRAI"**
Código: **29** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

| Número Inscrição | Nome do Candidato | Motivo |
|---------------------|----------------------------------|--|
| 78 | ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |
| 324 | ELIANE PEREIRA | Descumprimento do item 1.7, "g", c/c item 1.18, ambos do Edital 0035/2011. |

Decreto Nº 0368/2011

DECRETO Nº 0368, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0036, de 28 de novembro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os códigos 4, 6, 9, 10 e 13, deixaram de ser divulgados por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

CrITÉrios de Desempate

| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 66 | NELI NAVARRO DA SILVA | 7 | 4 | 1 | 2 | 1 | NÃO | 10/11/1975 |
| 2 | 23 | JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA | 7 | 2 | 4 | 1 | 1 | NÃO | 30/5/1977 |
| 3 | 74 | SOLANGE BUSSATO | 7 | 2 | 0 | 5 | 3 | NÃO | 29/9/1975 |
| 4 | 37 | JUCELE APARECIDA PALHANO FURTADO | 5 | 2 | 2 | 1 | 1 | NÃO | 2/6/1972 |
| 5 | 54 | MARLI APARECIDA DA ROSA | 5 | 0 | 5 | 0 | 2 | NÃO | 2/7/1970 |
| 6 | 100 | MARLI APARECIDA XAVIER | 5 | 0 | 5 | 0 | 1 | NÃO | 11/6/1973 |
| 7 | 73 | JOEDNA APARECIDA DA SILVA | 5 | 0 | 5 | 0 | 1 | NÃO | 5/10/1984 |
| 8 | 41 | ELIDIOMARA DE MORAIS | 4 | 2 | 1 | 1 | 1 | NÃO | 5/5/1984 |
| 9 | 51 | DEISI MARA PIRES DE LIMA | 4 | 2 | 0 | 2 | 3 | NÃO | 19/1/1979 |
| 10 | 31 | ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA | 4 | 2 | 0 | 2 | 2 | NÃO | 11/2/1981 |
| 11 | 52 | MARIA FATIMA DE OLIVEIRA CONTE | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 18/2/1955 |
| 12 | 38 | MAGALI DOS SANTOS | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 7/2/1971 |
| 13 | 76 | JANETE ESQUINCA | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 21/9/1976 |
| 14 | 92 | ROSANE MARIA GRAFF LACERDA | 4 | 0 | 0 | 4 | 0 | NÃO | 29/11/1973 |
| 15 | 3 | MARIA ANGELA TOMIN | 3 | 2 | 0 | 1 | 2 | NÃO | 11/3/1979 |
| 16 | 64 | CÂNDIDA LUCIANA BECKER RIBEIRO | 3 | 2 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 23/7/1973 |
| 17 | 65 | IOLANDA HELENA MACHADO | 3 | 2 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 4/3/1954 |
| 18 | 69 | NEUZA RODRIGUES RICARDO | 3 | 2 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 8/8/1958 |
| 19 | 16 | JUCELITA CAMPAGNARO | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 12/9/1989 |
| 20 | 82 | ELOIR VARELA SANTOS DE OLIVEIRA | 2 | 2 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 22/4/1868 |
| 21 | 46 | FRANCIELE DALAGNOL | 2 | 2 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 21/9/1980 |
| 22 | 95 | JESSICA MUSSOLIN | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | NÃO | 10/8/1991 |

| | | | | | | | | | |
|----|----|----------------------------------|---|---|---|---|---|-----|------------|
| 23 | 59 | MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 14/7/1961 |
| 24 | 53 | SANDRA REGINA LEITE MELLO | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 26/6/1973 |
| 25 | 91 | CLAUDIA ADRIANA MELO DE ALMEIDA | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 30/8/1973 |
| 26 | 2 | MARIZETE APARECIDA PEREIRA | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 16/2/1981 |
| 27 | 12 | CLEONICE TINELLI | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 14/5/1981 |
| 28 | 63 | MARCIA TORRI | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 26/11/1967 |
| 29 | 67 | KATIA DE SOUZA | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 24/6/1981 |
| 30 | 8 | ADRIANA STOEKLE | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 21/12/1987 |
| 31 | 60 | JAQUELINE VIEIRA | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 2/7/1992 |
| 32 | 49 | NICELI GOMES SCOLARO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 5/7/1952 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º 2º 3º 4º 5º 6º | | | | | |
|---------------------|---------------------|--|-------------------|---------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 84 | ANGELA ROSELI MACIEL PRATES | 11 | 2 | 5 | 4 | 1 | NÃO | 4/10/1962 |
| 2 | 61 | MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON | 8 | 2 | 4 | 2 | 2 | NÃO | 4/9/1974 |
| 3 | 35 | MARGARIDA APARECIDA FERRAZ DE DEUS DE OLIVEIRA | 8 | 2 | 2 | 4 | 0 | NÃO | 18/12/1965 |
| 4 | 26 | LEONEIA APARECIDA MARCONDES | 8 | 0 | 5 | 3 | 0 | NÃO | 10/9/1977 |
| 5 | 62 | MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA | 7 | 2 | 0 | 5 | 1 | NÃO | 8/5/1972 |
| 6 | 90 | SUSAN CORRÊA | 7 | 0 | 5 | 2 | 1 | NÃO | 3/1/1988 |
| 7 | 40 | GISELI DE PROENÇA DA SILVA | 6 | 2 | 1 | 3 | 1 | NÃO | 2/2/1984 |
| 8 | 18 | ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK | 6 | 0 | 1 | 5 | 0 | NÃO | 9/8/1957 |
| 9 | 81 | LUCIANA REGINA TOFFOLI PAULI | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 3/1/1973 |
| 10 | 15 | VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO | 5 | 0 | 1 | 4 | 1 | NÃO | 13/9/1971 |
| 11 | 9 | MARILENE MOREIRA | 5 | 0 | 0 | 5 | 1 | NÃO | 23/10/1970 |
| 12 | 1 | MARIA SERLEI HOLEK | 5 | 0 | 0 | 5 | 0 | NÃO | 2/9/1957 |
| 13 | 79 | SIRLEI LUCIA TOMAZ CORDEIRO FERREIRA | 5 | 0 | 0 | 5 | 0 | NÃO | 25/2/1962 |
| 14 | 70 | DORACI RIBEIRO DO PRADO | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 27/11/1962 |
| 15 | 20 | VITALINA RODRIGUES DE SOUZA | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 29/9/1964 |
| 16 | 42 | ELISETTE CIRINO DE FREITAS PASSOS | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 7/6/1969 |
| 17 | 83 | ROSÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 4/2/1984 |
| 18 | 78 | ANDREA REGINA DA ROSA SOARES | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 18/3/1987 |
| 19 | 48 | ANA DE LARA | 4 | 2 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 20/5/1964 |
| 20 | 6 | ROBERTA PEDROSO LEANDRO | 4 | 0 | 2 | 2 | 0 | NÃO | 17/6/1981 |
| 21 | 24 | BELONI DE MORAIS | 3 | 2 | 1 | 0 | 2 | NÃO | 26/6/1972 |
| 22 | 39 | MÁRCIA TEREZINHA HUNING | 3 | 0 | 3 | 0 | 1 | NÃO | 10/2/1987 |

| | | | | | | | | | |
|----|----|---------------------------------|---|---|---|---|---|-----|------------|
| 23 | 22 | LUCIANE APARECIDA MORAES | 3 | 0 | 1 | 2 | 1 | NÃO | 21/10/1985 |
| 24 | 14 | JOCIMAR NUNES DA SILVA | 3 | 0 | 0 | 3 | 2 | NÃO | 4/10/1979 |
| 25 | 85 | CLEUSA DIAS DE OLIVEIRA | 3 | 0 | 0 | 3 | 1 | NÃO | 3/5/1957 |
| 26 | 56 | ZELIA DOS SANTOS CELESTINO | 3 | 0 | 0 | 3 | 1 | NÃO | 23/5/1962 |
| 27 | 57 | LUZIANE DE OLIVEIRA | 3 | 0 | 0 | 3 | 1 | NÃO | 4/6/1983 |
| 28 | 88 | NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 3/1/1972 |
| 29 | 4 | SONIA REGINA DA CRUZ MOSENA | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 | NÃO | 19/6/1975 |
| 30 | 45 | SOLANGE FONTOURA LEMES | 2 | 0 | 0 | 2 | 6 | NÃO | 4/3/1979 |
| 31 | 71 | ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES | 2 | 0 | 0 | 2 | 2 | NÃO | 1/10/1971 |
| 32 | 97 | DENIR CORREA DE FIGUEIREDO | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | NÃO | 22/2/1963 |
| 33 | 28 | ZILMA MACHADO DOS SANTOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | NÃO | 30/9/1973 |
| 34 | 30 | SUZANA CRISTINA DOS SANTOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | NÃO | 27/8/1992 |
| 35 | 13 | SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | NÃO | 9/3/1984 |
| 36 | 10 | DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 15/1/1965 |
| 37 | 25 | ROSELI FATIMA DOS SANTOS | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 15/10/1965 |
| 38 | 89 | LENIR BARBOSA DE OLIVEIRA | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 9/7/1975 |
| 39 | 94 | SANDRA DA SILVA SANTOS | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | NÃO | 23/12/1978 |
| 40 | 7 | MARILENE DE PAULA GOETTEN | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 10/8/1971 |
| 41 | 21 | GESSI FERREIRA | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 25/6/1973 |
| 42 | 99 | MISCHELI FAGUNDES | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | NÃO | 15/5/1987 |
| 43 | 75 | IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | NÃO | 12/5/1979 |
| 44 | 17 | JANETE DOMINGUES GOMES DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 23/9/1970 |
| 45 | 19 | MARCIA DO AMARAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 22/9/1974 |
| 46 | 98 | TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 30/11/1980 |
| 47 | 87 | NEIDE APARECIDA TIEQUIM | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 30/1/1982 |
| 48 | 86 | IZADORA TEREZINHA MACIEL | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 26/9/1989 |
| 49 | 77 | ANA LUCIA NUNES DEVALIERI | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 18/11/1973 |
| 50 | 47 | CELIA MARIA PIRES DE LIMA | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 19/1/1979 |
| 51 | 50 | ROSILENE CARNEIRO | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 5/4/1985 |
| 52 | 5 | ROZELI APARECIDA DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 16/3/1988 |
| 53 | 33 | EMANUELLY APARECIDA CONRADI | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | NÃO | 11/10/1993 |
| 54 | 34 | IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 31/7/1985 |
| 55 | 80 | DAIANE DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | NÃO | 23/9/1992 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS DOMINGUES"**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Critérios de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 93 | CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI | 11 | 2 | 4 | 5 | 0 | NÃO | 5/9/1963 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **III - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO “SÃO CRISTÓVÃO”**
Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Disciplina: Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino) | | | | | | | | | |
|---|------------------|-----------------------------|----------------|------------------|---------------------|---------------|-------------|-----------------|-----------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 11 | NOELI PRATES SILVEIRA | 18 | 8 | 5 | 5 | 0 | NÃO | 6/9/1959 |
| 2 | 32 | EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS | 11 | 2 | 5 | 4 | 2 | NÃO | 11/10/1970 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "LAU MELLO"**
Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º 2º 3º 4º 5º 6º | | | | | |
|---------------------|---------------------|------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 72 | JACIRA DOS SANTOS | 4 | 4 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 27/9/1977 |
| 2 | 58 | IONI GEPFRICH DE MELLO | 4 | 2 | 0 | 2 | 0 | NÃO | 3/12/1957 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "LAU MELLO"**

Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Critérios de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|------------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 55 | ANDRÉIA GIRARDI | 7 | 2 | 5 | 0 | 0 | NÃO | 30/4/1987 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Critérios de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 36 | TEREZINHA THIBES DE SOUZA | 5 | 2 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 23/10/1956 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**
Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

| | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Disciplina: Agente de Serviços Gerais (Feminino) | | | | | | | | | |
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 68 | OLEDIR FERREIRA CORRÊA | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | NÃO | 25/3/1971 |
| 2 | 96 | MARIVONE MORAIS | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | NÃO | 11/5/1979 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO “MACIEIRA”**
Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

Critérios de Desempate

| | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Disciplina: Agente de Serviços Gerais (Feminino) | | | | | | | | | |
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 43 | MARIZETE DOS SANTOS | 4 | 2 | 0 | 2 | 2 | NÃO | 6/3/1979 |
| 2 | 27 | MAGALI CRISTINA PONTES | 4 | 2 | 0 | 2 | 2 | NÃO | 25/6/1989 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | | | | | | |
|---------------------|---------------------|----------------------|-------------------|---------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 44 | MARGARIDA BOGO TELLE | 5 | 2 | 0 | 3 | 0 | NÃO | 1/9/1956 |



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

Critérios de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | Critérios de Desempate | | | | | |
|---------------------|---------------------|------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| | | | | Cursos Área Esp. | Cursos Outras Áreas | Tempo Serviço | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 29 | SIRLEI DIAS DE ALMEIDA | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | NÃO | 14/11/1980 |

Resolução CMS Nº 009/2011

Resolução CMS nº. 009/2011

DISPÕE SOBRE AS DELIBERAÇÕES DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE ANO, SENDO ESTA ORDINÁRIA.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971, de 03 de setembro de 2008 e no artigo 12º do Regimento Interno do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a Tabela de Credenciamento de Consultas, Exames e Procedimentos Médicos para 2012;

Art. 2º - APROVAR concessão de subvenção social para a Associação de Bombeiros Comunitários de Fraiburgo, a ser repassado em doze parcelas de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) por mês, entre os meses de janeiro a dezembro de 2012;

Art. 3º - APROVAR concessão de subvenção social para a Ação Social Diocesana - ASDI de Chapecó, a ser repassado em onze parcelas de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) durante o exercício de 2012;

Art. 4º - APROVAR concessão de subvenção social para a Comunidade Terapêutica São Francisco de Videira, a ser repassado em onze parcelas de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) durante o exercício de 2012.

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2011.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Esta resolução foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Portaria Nº 2248/2011

PORTARIA N.º 2.248 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALINE DA ROCHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.916.139-06, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2249/2011

PORTARIA Nº 2.249, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora LEAMAR APARECIDA PIRES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 549.372.809-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2250/2011

PORTARIA N.º 2.250 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JESUS DANILO ANTUNES LACORTT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 261.992.110-49, contratado em caráter temporário na função de CALCETEIRO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2251/2011

PORTARIA N.º 2.251 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0031 de 20 de Outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GILBERTO ANTUNES DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 596.474.009-00 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2252/2011

PORTARIA N.º 2.252 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0031 de 20 de Outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2253/2011

PORTARIA N.º 2.253 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0031 de 20 de Outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de OSVALDIR CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 548.384.529-34 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2254/2011

PORTARIA N.º 2.254 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0031 de 20 de Outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ILDO ANTONIO COUTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 834.616.479-34 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2255/2011

PORTARIA N.º 2.255 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0031 de 20 de Outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 464.981.929-68 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0017/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0254/2011 - PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0017/2011-PMF

Objeto: Aquisição de imóvel urbano com área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados) que será destinado à construção de parte de uma unidade escolar de educação infantil, projeto padrão infantil PRÓ-INFÂNCIA/FNDE do Ministério da Educação; Alienantes/Vendedores: AUTO POSTO ÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.548.765/0001-86 e AUTO POSTO COLIBRI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.841.667/0001-89; Valor do Contrato: R\$ 59.220,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e vinte reais); Vigência: 16/12/2011 a 31/01/2012; Fundamento legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Compra de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da Administração (unidade escolar). Preço compatível com o valor de mercado, segundo prévias avaliações imobiliárias efetuadas.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 293/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF293

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de uma Quadra Coberta no Centro Educacional Municipal São Cristóvão, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. Valor total R\$ 241.473,41 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos. Data: 16.12.2011. Vigência: de 16.12.2011 a 13.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0224/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0028/2011. Recurso 1.300 e 1.323 - FUNDEB.

Fraiburgo/SC, 16 de dezembro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 294/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF294

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSTRUTORA

WISEU LTDA. Objeto: Contratação de empresa para construção do Ginásio de Esportes do Centro de Educação Municipal São Miguel, na cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, de acordo com os memoriais descritivos, quantitativos, projetos arquitetônicos e complementares. Valor total de R\$ 1.479.107,94 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, cento e sete reais e noventa e quatro centavos).Data: 16.12.2011. Vigência: de 16.12.2011 a 16.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0231/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0032/2011. Recursos: 1.300 - Próprios/Educação e 1.323 - FUNDEB.

Fraiburgo/SC, 16 de dezembro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.589/2011

LEI N.º 1.589, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A AÇÃO SOCIAL SÃO JOAQUIM DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Ação Social São Joaquim de Garopaba, CNPJ n.º 83.807.107/0001-73, no Projeto de Música na Comunidade.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º será disciplinada através de Convênio a ser firmado com a Ação Social São Joaquim de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.590/2011

LEI N.º 1.590, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DECLARAR DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DE ÁREAS

DESTINADAS A USO INSTITUCIONAL, REALIZAR PERMUTA COM TORNA, E CEDER A ÁREA RESULTANTE AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública para fins de receber, a título gratuito, através de escritura pública de doação parcial de imóvel, as áreas de uso institucional para a construção de prédios ou equipamentos públicos, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 3º e do Artigos 4º e 5º da Lei nº 1.410, de 01 de julho de 2010, abaixo descritas:

I - Um terreno urbano localizado no lugar denominado Ferraz, nesta cidade de Garopaba-SC, designado como Área "A", com forma de um quadrilátero irregular, fazendo frente ao leste numa extensão de 22,00 metros, entestando no lado esquerdo (alinhamento impar) da Rodovia Municipal GRP-010 e fundos ao oeste na extensão de 22,00 metros, confrontando com a Área "B", parte do mesmo imóvel; lado direito ao sul na extensão de 53,00 metros confrontando com os imóveis de matrículas nº 5.258 e nº 4.039 e lateral esquerda ao norte na extensão de 50,00 metros, confrontando com imóvel de Joaquim de Abreu, perfazendo a área de 1.133,00 m² (hum mil, cento e trinta e três metros quadrados), parte do imóvel de matrícula nº 15.727 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, do qual será desmembrado e lembrado ao imóvel de matrícula nº 5.258 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba, para cessão ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

II - Um terreno urbano localizado no lugar denominado Ferraz, nesta cidade de Garopaba-SC, designado como Área "B", com forma de um retângulo, fazendo frente ao leste numa extensão de 22,00 metros, confrontando com a Área "A", parte do mesmo imóvel e fundos ao oeste na extensão de 22,00 metros, confrontando com a Área Remanescente do imóvel; lado direito ao sul na extensão de 15,00 metros confrontando com o imóvel de matrícula nº 4.039 e lateral esquerda ao norte na extensão de 15,00 metros, confrontando com imóvel de Jorge Luiz Lisboa Werlang, perfazendo a área de 330,00 m² (trezentos e trinta metros quadrados), parte do imóvel de matrícula nº 15.727 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, do qual será desmembrado e lembrado ao imóvel de matrícula nº 4.039 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba, após permuta com a Área "C" abaixo descrita;

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública para fins de receber em permuta, com torna em dinheiro, a área de uso institucional para a construção de prédios ou equipamentos públicos, abaixo descrita:

I - Um terreno urbano localizado no lugar denominado Ferraz, nesta cidade de Garopaba-SC, designado como Área "C", com forma de um retângulo, fazendo frente ao sul numa extensão de 19,00 metros, entestando no lado direito (alinhamento par) da Rua Nereu Ramos e fundos ao norte na extensão de 19,00 metros, confrontando com a Área "A"; lado direito ao oeste na extensão de 55,16 metros confrontando com o Lote 1 da Quadra "A" do Desmembramento GROS e com a Área Remanescente e lateral esquerda ao leste na extensão de 55,16 metros, confrontando com imóvel de matrícula nº 5.258, perfazendo a área de 1.050,00 m² (hum mil e cinquenta metros quadrados), parte do imóvel de matrícula nº 4.039 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba, do qual será desmembrado e lembrado ao imóvel de matrícula nº 5.258 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba, para cessão ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber a doação das Áreas "A" e "B" e a permutar a Área "B" pela Área "C" acima descritas, com torna em dinheiro, através de Escritura Pública de Doação e Permuta Parcial de Áreas, com o remembramento destas Áreas "A" e "C" ao imóvel de matrícula nº 5.258, para cessão deste imóvel, resultando em 4.243,00 m² (quatro mil, duzentos e quarenta e três metros quadrados), ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder o imóvel de matrícula nº 5.258, resultante em 4.243,00 m² (quatro mil, duzentos e quarenta e três metros quadrados), ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.591/2011

LEI N.º 1.591, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA O ANEXO IV, DA LEI N.º 1.374/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo DIRETOR DE ESCOLA, nível DASMA - 01, do Anexo IV, da Lei n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com vencimento de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.592/2011

LEI N.º 1.592, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA O ARTIGO 73 DA LEI MUNICIPAL N.º 677/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O "caput" do artigo 73 da Lei 677, de 06 de abril de 2000 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 73 A Diretoria Executiva do IPREGOBA será composta de um Diretor-Executivo, que será indicado e nomeado pelo Prefeito Municipal dentre os servidores detentores de cargo de provimento efetivo, em caráter comissionado, que receberá a título de remuneração o correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor fixado para o subsídio dos Secretários Municipais, que será pago pela autarquia municipal."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos se operam a partir de 01/01/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 187/2011

DECRETO N.º 187, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 181.487,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 181.487,00 (cem e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta e sete reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 3.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito 3.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 38.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turístico 38.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 38.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 140.487,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 140.487,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 140.487,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 181.487,00 (cem e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta e sete reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 3.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito 3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 38.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turístico 38.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 38.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 140.487,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 140.487,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 140.487,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 188/2011

DECRETO N.º 188, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 137.206,20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 137.206,20 (cem e trinta e sete mil e duzentos e seis reais e vinte centavos) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3.000,00
0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 3.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 700,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 700,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 700,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 125.500,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 115.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 110.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 8.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 500,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 2.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 6.006,20
15452312.043 - Manut. e Amp. dos Serv. de Iluminação Pública 6.006,20
3.3.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 6.006,20

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 137.206,20 (cem e trinta e sete mil e duzentos e seis reais e vinte centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR125/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para aquisição de rolo compactador vibratório combinado. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 02/01/2012.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 02/01/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 15 de dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 86/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86.2011
PMG

Ata nº. 86/2011; Processo nº. 231/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MULTIBAN LOC. DE BENS MOVEIS LTDA (PIPI MOVEL). Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de sanitários químicos para a temporada de Verão 2011/2012. Valor: 48.400,00; Data da Assinatura da Ata: 28/11/2011.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 17/2011
RESOLUÇÃO Nº 17/2011
"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba a Sr. Ivenes Pacheco Rodrigues".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor Ivenes Pacheco Rodrigues".

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 18/2011
RESOLUÇÃO Nº 18/2011

"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Deputado Sr. Edson Bez de Oliveira".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Deputado Senhor Edson Bez de Oliveira".

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 19/2011
RESOLUÇÃO Nº 19/2011

"Concede Título de Cidadã Honorário do Município de Garopaba a Deputada Estadual Senhora Ada Faraco de Luca".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadã Honorário do município de Garopaba a Senhora Deputada Estadual Ada Faraco de Luca”.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 20/2011

RESOLUÇÃO Nº 20/2011

“Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Deputado Federal Senhor Paulo Bornhausen”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor Deputado Federal Paulo Bornhausen”.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 21/2011

RESOLUÇÃO Nº 21/2011

“Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Sr. Claudio Antônio Vignatti”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor Ex. Deputado Federal Claudio Antônio Vignatti”.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12//2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 22/2011

RESOLUÇÃO Nº 22/2011

“Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Sr. Ivo Cezar de Bida”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor Ivo Cezar de Bida”.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 23/2011

RESOLUÇÃO Nº 23/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Adílio Inácio de Abreu”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte

resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Adílio Inácio de Abreu, (in memoriam), em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1977 a 1983.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 24/2011

RESOLUÇÃO Nº 24/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Setembrino dos Santos”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Setembrino dos Santos, em razão do valoroso trabalho de pescador que figura as raízes da cultura do povo garopabense.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 25/2011

RESOLUÇÃO Nº 25/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Marcos Bernardino Rodrigues”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Marcos Bernardino Rodrigues, em razão do valoroso trabalho de pescador que figura as raízes da cultura do povo garopabense.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 26/2011

RESOLUÇÃO Nº 26/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Djalma Ignácio da Silva”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Djalma Ignácio da Silva, em razão do valoroso trabalho de pescador que figura as raízes da cultura do povo garopabense.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 27/2011

RESOLUÇÃO Nº 27/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Hilário Manoel da Silva Bento”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Hilário Manoel da Silva Bento, em razão do valoroso trabalho de pescador que figura as raízes da cultura do povo garopabense.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 28/2011

RESOLUÇÃO Nº 28/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Clemente Machado”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Clemente Machado, em razão do trabalho com agricultura em nosso município, fonte de subsistência e parte da cultura local.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 29/2011

RESOLUÇÃO Nº 29/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Manoel de Souza”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Manoel de Souza, em razão do trabalho com agricultura em nosso município, fonte de subsistência e parte da cultura local.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 30/2011

RESOLUÇÃO Nº 30/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Iris Baldança Lobo”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Iris Baldança Lobo, em razão do desenvolvimento prospero e competente no setor turístico e comercial.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria

em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 31/2011

RESOLUÇÃO Nº 31/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Claudio Silveira”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Claudio Silveira, em razão do desenvolvimento prospero e competente no setor turístico e comercial.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 32/2011

RESOLUÇÃO Nº 32/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor João Nicolau de Abreu”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor João Nicolau de Abreu, em razão do desenvolvimento prospero e competente no setor turístico e comercial.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 33/2011

RESOLUÇÃO Nº 33/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor João Orestes de Araújo (in memorium)”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor João Orestes de Araújo, (in memorium), em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1963 a 1969.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 34/2011

RESOLUÇÃO Nº 34/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Jorge Pacheco de Souza”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Jorge Pacheco de Souza, em razão de sua

brilhante Administração em nosso Município, período entre 1969 a 1972.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 35/2011

RESOLUÇÃO Nº 35/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim Roque Pacheco”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim Roque Pacheco, em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1973 a 1977.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 36/2011

RESOLUÇÃO Nº 36/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Batista Pacheco Pereira (in memorium)”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Batista Pacheco Pereira, (in memorium), em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1983 a 1988.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 36/2011

RESOLUÇÃO Nº 36/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Batista Pacheco Pereira (in memorium)”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra “g”, e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Batista Pacheco Pereira, (in memorium), em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1983 a 1988.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 37/2011

RESOLUÇÃO Nº 37/2011

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Quirino Juvêncio Lopes”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no

uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra "g", e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Quirino Juvêncio Lopes, em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1989 a 1992; 1997 a 2000; 2001 a 2004.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 38/2011**RESOLUÇÃO Nº 38/2011**

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Ari Osvaldo Sanseverino".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 149, parágrafo 1º, letra "g", e parágrafo 3º do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Ari Osvaldo Sanseverino, em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 1993 a 1996.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 39/2011**RESOLUÇÃO Nº 39/2011**

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba

ao Senhor Luiz Carlos da Silva".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Luiz Carlos da Silva, em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 2005 a 2008.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Resolução Nº 40/2011**RESOLUÇÃO Nº 40/2011**

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Jamilto Manoel Geremias".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Jamilto Manoel Geremias, em razão de sua brilhante carreira e serviços prestados a Administração Público do Município de Garopaba.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 41/2011

RESOLUÇÃO Nº 41/2011

"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Sr. Hercilio Zanelato".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor "Hercilio Zanelato".

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 42/2011

RESOLUÇÃO Nº 42/2011

"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Sr. Leodegar da Cunha Tiskoski".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor "Leodegar da Cunha Tiskoski".

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições sem contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 43/2011

RESOLUÇÃO Nº 43/2011

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Bertoldo Álvaro dos Santos".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Bertoldo Álvaro dos Santos, em razão do desenvolvimento prospero e competente no setor turístico e comercial.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 44/2011

RESOLUÇÃO Nº 44/2011

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim João Bernardo".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim João Bernardo, em razão do trabalho com agricultura em nosso município, fonte de subsistência e parte da cultura local.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 45/2011

RESOLUÇÃO Nº 45/2011

"Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim Francelino de Araújo".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Joaquim Francelino de Araújo, em razão do desenvolvimento prospero e competente no setor turístico e comercial.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 46/2011

RESOLUÇÃO Nº 46/2011

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2011"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2011 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Resolução Nº 47/2011

RESOLUÇÃO Nº 47/2011

"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Sr. Alcione Berkenbrock".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do município de Garopaba ao Senhor Alcione Berkenbrock".

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 14 de dezembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos catorze dias do mês de dezembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Secretária

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.392, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.392, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPARGASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Hilária Venturi Testoni a via que inicia na Rua 21 de Novembro, distante 160,00 (cento e sessenta metros) da Rodovia Ivo Silveira, situada no Loteamento Residencial Testoni, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 230,00m (duzentos e trinta metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 9,00m (nove metros); e
- IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de 21 de Novembro a via que inicia na Rua Eugênio Marchi, lado esquerdo, distante 122,00 (cento e vinte e dois metros) da Rodovia Ivo Silveira, situada no Loteamento Residencial Testoni, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 90,00m (noventa metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 9,00m (nove metros); e
- IV - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar, 15 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria Nº 2.611, de 15 de Dezembro de 2011.

P O R T A R I A Nº 2.611, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA RAQUEL ARLINDA WESSLER SMIALOSKI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento à servidora RAQUEL ARLINDA WESSLER SMIALOSKI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Escriturária, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, por um período 02 anos, a partir de 16 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.609, de 08 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº 2.609, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.
HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

| Nome | Cadastro | Cargo | Data Posse | Término Estágio Probatório |
|----------------------------|----------|--------------------|------------|----------------------------|
| Joice Mara Deschamps Rotta | 6942 | Fiscal de Tributos | 15/10/2008 | 19/10/2011 |

| | | | | |
|--|------|------------------------------|------------|------------|
| Mariana de Souza da Luz | 5442 | Agente Administrativo | 03/07/2006 | 04/01/2009 |
| Pedro da Silva | 6629 | Agente Municipal de Trânsito | 01/04/2008 | 27/04/2011 |
| Simara Emilia Pfuente-reiter Dalcastegné | 4624 | Berçarista | 02/02/2005 | 01/03/2009 |
| Wladimir Augusto Alves | 6954 | Fiscal de Tributos | 05/11/2008 | 28/10/2011 |

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE

Extrato do 3º aditivo ao Contrato Nº 13/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 13/2010 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Reajuste com itens)

Data vigência: 12/12/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 2/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71.

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 47.118,77 (quarenta e sete mil cento e dezoito reais e setenta e sete centavos).

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2011..
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do 4º Aditivo ao Contrato Nº 13/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 13/2010 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 2/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município

de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 1.340.123,40 (um milhão, trezentos e quarenta mil, cento e vinte e três reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo ao Contrato Nº 56/2008 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 56/2008 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 50/2008 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ARNALDO MÜLLER - ME - CNPJ do contratado: 03.052.829/0001-26

Objeto: Seleção e contratação de empresa para os fins de coleta, transporte e destinação final de lixo reciclável no Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 311.730,72 (trezentos e onze mil, setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos).

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Credenciamento 47/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 47/2011

Tipo : - por itens

Objeto : CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS: CIRURGIA GERAL, CIRURGIA GINECOLÓGICA, ANESTESIOLOGISTA, ENDOCRINOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, OFTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA, PROCTOLOGIA, UROLOGIA, CIRURGIA VASCULAR, DERMATOLOGIA, ORTOPEDIA, PNEUMOLOGIA, CARDIOLOGIA
Entrega dos Envelopes: 20/12/2011 à 21/12/2012.

Horário: 08:00 às 16:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 16 de dezembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Credenciamento 48/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 48/2011

Tipo : - por itens

Objeto : CREDENCIAMENTO PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS EM PSIQUIATRIA E REUMATOLOGIA

Entrega dos Envelopes: 20/12/2011 à 31/12/2012.

Horário: 08:00 às 16:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 16 de dezembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Credenciamento 49/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 49/2011

Tipo : - por itens

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EXAMES MÉDICOS: ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM SEDAÇÃO, VIDEOLARINGOSCOPIA, VIDEOENDOSCOPIA NASAL, MAPEAMENTO DE RETINA MONOCULAR, TONOMETRIA, ECODOPPLER SIMPLES E TRANSTORÁCICO, TESTE ERGOMÉTRICO, ESTEIRA E ESFORÇO, PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR

Entrega dos Envelopes: 20/12/2011 à 31/12/2012.

Horário: 08:00 às 16:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 16 de dezembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 2.991/2011.

DECRETO Nº 2.991/2011.

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado novo horário de funcionamento, atendimento e expediente nas repartições públicas municipais, que a partir de 2

de janeiro de 2012 passará a ser de segundas a sextas-feiras, das 8:00hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o decreto nº. 2.985/2011.

Herval d'Oeste (SC), 14 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 1140/2011

PORTARIA Nº 1140/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 15 de dezembro de 2011, do servidor RICARDO JOSÉ NODARI (Matr. 2885), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1141/2011

PORTARIA Nº 1141/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora CRISTIANE LISBOA LEOLATTO (Matr. 2705), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro - PSF, Nível/Referência - 12/1/A, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 15 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 14 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 287/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

LEI COMPLEMENTAR Nº 287/2011

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores de Herval D'Oeste, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC

Art. 1º - A ação administrativa da Câmara de Vereadores de Herval d' Oeste, tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais e basear-se-á nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

Dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo, para que este possa, soberanamente, exercer suas funções constitucionais;

Dotar a Câmara de infra-estrutura capaz de proporcionar-lhe os meios adequados, seguros e legais, para a plena execução de suas atividades;

Oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais, de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades;

Dispor corpo de funcionários capacitados, em processo de permanente aperfeiçoamento, capaz de proporcionar agilidade e presteza no cumprimento das ações legais;

Atendimento à população e ao cidadão nos seus direitos coletivos e individuais, constitucionalmente estabelecidos.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC

Art. 2º - A estrutura administrativa da Câmara de Vereadores compõe-se das seguintes unidades administrativas:

I – Mesa Diretora;

II – Departamento Legislativo e Administrativo;

III – Departamento Financeiro.

Art. 3º - A Mesa Diretora é o órgão dirigente da Câmara de Vereadores e, através de seu Presidente, coordena e orienta as atividades da Secretaria Administrativa.

Art. 4º - O Departamento Legislativo e Administrativo é o responsável pelos trabalhos de assessoria, elaboração e execução das atividades de suporte legislativo, administrativo e atendimento à população.

Art. 5º - O Departamento Financeiro é o responsável pela execução orçamentária e financeira.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA,

DOS SEUS DEPARTAMENTOS E DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

Art. 6º - A estrutura da Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Herval D'Oeste é composta, conforme disposto no anexo I, de agentes de confiança, funcionários efetivos de carreira e/ou de servidores de carreira de outros órgãos públicos, cedidos à disposição e designados para os cargos vagos.

Parágrafo único. Os servidores da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste são classificados como Servidores Públicos Municipais e estão sujeitos às normas gerais para a categoria, inclusive no que dispuser o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, no que trata dos seus deveres e direitos.

**CAPITULO IV
DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

Art. 7º - O cargo de provimento em comissão será provido mediante livre escolha do presidente da Câmara, e seu ocupante poderá ser demitido ou exonerado "ad natum".

Art. 8º - O cargo de provimento efetivo somente poderá ser provido mediante concurso público de prova e títulos ou apenas de provas, respeitada a ordem de classificação.

Art. 9º - Os serviços administrativos da Câmara, também poderão ser atendidos por funcionários do executivo, colocados à disposição.

**CAPITULO IV
DO QUADRO DE PESSOAL**

Art. 10 - As unidades administrativas e financeiras terão os seguintes cargos:

Analista Legislativo – Cargo Efetivo
Técnico Administrativo – Cargo Efetivo
Auxiliar Administrativo – Cargo Efetivo
Contador – Cargo Efetivo
Servente – Cargo Efetivo
Assessor Jurídico – Cargo em Comissão
Assessor de Imprensa – Cargo em Comissão

Parágrafo único: O cargo previsto no inciso I, desta artigo, advém da transformação do cargo de Assessor Legislativo para Analista Legislativo.

**SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO**

Art. 11 - O Assessor Jurídico, nível superior, graduado na área de direito e ciências jurídicas com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, cargo em comissão com carga horária de 20 horas semanais, desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência:

Fornecer pareceres por escrito de todas as matérias nas quais seja consultado, prestar consultoria e assessoria jurídica à Presidência da Câmara, das comissões permanentes ou temporárias, e aos demais vereadores;

Prestar assistência jurídica às Comissões Permanentes e Temporárias;

Acompanhar as reuniões das Comissões e as Sessões da Câmara;

Verificar a legalidade das proposições apresentadas, dos projetos com origem do Poder Executivo, dos elaborados pelo Legislativo, antes da apreciação pelo Plenário e orientar a Mesa Diretora sobre

eventuais medidas a serem tomadas;

Examinar e opinar em questões relativas a direitos, vantagens, deveres e obrigações do pessoal da Câmara;

Acompanhar todos os atos relativos às licitações e contratos.

Representar a Câmara de Vereadores em Juízo, na forma da lei.

Parágrafo Único: Exercerá suas funções, cingindo-se as prerrogativas e deveres dispostos na Lei 8.906/94.

Art. 12 - O Analista Legislativo, cargo efetivo de nível superior em Administração de Empresas ou Ciências Jurídicas, carga horária 40 horas semanais e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência:

Assistir e colaborar com a Presidência, comissões, Vereadores e Assessoria Jurídica em todas as atividades do Processo Legislativo, inclusive acompanhar as sessões;

Assistir e colaborar na elaboração de qualquer propositura legislativa, quando solicitado;

Os serviços de abertura e fechamento das dependências físicas da Câmara, nos períodos das sessões;

Podendo ser designado, por ato da presidência, para prestar serviços legislativos exclusivos a qualquer bancada(s) específica;

Colaborar na elaboração de qualquer matéria legislativa e elaborar toda e qualquer correspondência solicitada pela Presidência e/ou vereadores, auxiliado pela assessoria jurídica e técnico administrativo;

Juntamente com o Técnico Administrativo, promover pesquisas sobre novas tendências e apresentar propostas que visem o aperfeiçoamento das atividades constitucionais do Poder Legislativo aos membros da Câmara;

Acompanhar a tramitação de todos os papéis oficiais da Câmara, processando-os e promovendo o cumprimento dos despachos e seu encaminhamento ao Executivo e para arquivamento final;

Elaborar a pauta das Sessões, sempre com a supervisão da Presidência, coordenando e supervisionando os trabalhos gerais da Câmara, zelando pelo seu bom funcionamento;

Executar a publicidade legal da Câmara de Vereadores

Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

Art. 13 - O Técnico Administrativo, cargo efetivo de nível médio, com carga horária 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, sob a coordenação do Presidente e da Mesa Diretora: Coordenar de modo geral os serviços administrativos da Câmara zelando pelo seu eficiente funcionamento;

Supervisionar a organização do arquivo geral do Setor Legislativo e das correspondências;

Controlar e acompanhar todos os serviços de registro de protocolo de documentos recebidos e enviados, classificando e conservando em arquivos específicos;

Providenciar e fiscalizar a comunicação aos Vereadores dos eventos e convocações da Presidência;

Coordenar o recebimento, protocolo, fotocópias e distribuição das cópias documentais aos vereadores;

Organizar e executar todos os trabalhos administrativos, internos e externos, com enfoque na eficiência administrativa, primando pelo atendimento de qualidade aos munícipes e Vereadores, zelando pela primazia dos procedimentos destinados as atividades de relações públicas da Câmara e dos legisladores.

Verificar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Câmara;

Redigir documentos legais, relatórios que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de menor complexidade;

Interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação;

Auxiliar no controle dos contratos, seguros e garantias, verificando prazos de validade;

Controlar e acompanhar os registros de ponto eletrônico, zelando pelo cumprimento da carga horária dos servidores;

Verificar periodicamente, manter o controle e o registro de estoques, utensílios, material de consumo e expediente, providenciando sua reposição;

Acompanhar compras de expediente e material em geral;

Realizar outras tarefas afins.

Art. 14 - O Auxiliar Administrativo, cargo efetivo de nível médio, com carga horária 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, coordenadas pelos Órgãos Administrativos da Casa e sob a direção do Presidente da Câmara:

Auxiliar o Analista Legislativo e o Técnico Administrativo;

Auxiliar o Presidente da Câmara, acompanhar as sessões e lavrar suas atas;

Organizar o arquivo geral e o arquivo morto da Câmara;

Organizar todos os serviços de registro de protocolo de documentos recebidos e enviados;

Comunicar os Vereadores dos eventos e convocações da Presidência;

Receber, protocolar, fotocopiar e distribuir as cópias aos Vereadores e encaminhar os originais para pauta;

Auxiliar em outras tarefas internas e externas, quando solicitado, em especial serviços bancários e banco de dados, auxiliando o Assessor de Imprensa;

Controlar a entrega e o recebimento dos equipamentos e materiais aos diversos setores;

Operar equipamentos de fotocópias, fax, impressoras, multimídia e outros afins;

Auxiliar em tarefas correlatas.

Art. 15 - A Servente, de cargo efetivo de nível Auxiliar e carga horária 40 horas semanais, desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência, demais órgãos e vereadores: Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do Órgão;

Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do Órgão;
Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e vereadores, bem como dar suporte aos eventos realizados pela Casa no tocante à limpeza e organização do recinto;
Requisitar material necessário aos serviços;
Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do Órgão.

Art. 16 - O Assessor de Imprensa, cargo em comissão, com carga horária de 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência e demais Vereadores, compete ao assessor de imprensa:

Planejar e coordenar as atividades compreendidas pela área de comunicação social da Câmara de Vereadores;

Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração pública;

Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;

Atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos do legislativo municipal tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, a partir daí com a opinião pública, visando a publicidade dos atos legislativos;

Promover entrevistas ou encontros do interesse da Câmara de Vereadores;

Manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;

Elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa, rádio ou televisão;

Atuar, emprestar apoio e colaboração aos demais órgãos da Administração, por ocasião de atos e solenidades públicas;

Planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito Municipal;

Preparar minuta de pronunciamentos oficiais, na forma solicitada pelo Presidente ou demais membros da Câmara de Vereadores;

Atualizar-se sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessam ao legislativo municipal;

Registrar, fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;

Planejar e conduzir pesquisas de opinião pública;

Editar o Boletim Oficial do Município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse do legislativo;

Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da Câmara Municipal, de acordo com a especialidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada;

Agendar todos os eventos oficiais, comunitários ou sociais, e comunicar, em tempo hábil ao Presidente e aos Vereadores, inclusive executando ou auxiliando na execução de serviços de mala direta e correio;

Coordenar a criação e aprovação das peças publicitárias para campanhas institucionais de interesse público, com prévia e expressa autorização do Presidente da Mesa Diretora;

Implantar e administrar o Plano de Comunicação Social, contemplando políticas e ações nos setores de assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, com prévia e expressa autorização do Presidente;

Incumbir-se de missões de representação e de outras atividades, quando delegadas pelo Presidente do legislativo.

Parágrafo Único: A Assessoria de Imprensa compreende toda a área da comunicação social, especialmente no que se refere à imprensa, relações públicas, propaganda e publicidade, nas condições deste artigo.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO



Art. 17 – O Contador, cargo efetivo de nível superior em Ciências Contábeis, com a devida habilitação legal, terá carga horária 40 horas semanais e exercerá as seguintes atribuições:

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
Elaborar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara;
Elaborar relatórios de gestão fiscal e orçamentária;
Organizar dados para a proposta orçamentária;
Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
Acompanhar a legislação sobre execução orçamentária, bem como o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;
Controlar empenhos e anulação de empenhos;
Orientar na organização de processo de tomada de prestação de contas;
Fazer, assinar e analisar balanços e balancetes;
Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial;
Assessorar os Vereadores sobre matérias orçamentárias, tributárias, financeiras e outras relacionadas à Contabilidade Pública;
Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo caso necessário, as soluções cabíveis em tese;
Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
Zelar pela regularidade da conta bancária da Câmara;
Elaborar folha de pagamento dos vereadores e servidores;
Controlar e executar os atos das licitações e contratos determinados pela Mesa Diretora;
Manter arquivo do setor;
Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;
Reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico, se houver da Câmara de Vereadores;
Análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transporte, publicidade, e outras, bem como a análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou do volume de operações;
Exercer o controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial da Câmara;
Análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de tarifas nos serviços públicos, quando solicitado;
Análise do comportamento das receitas;
Determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;
Análise das variações orçamentárias;
Conciliações de contas;
Revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;
Realizar auditoria interna e operacional;
Fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza; Assistência às Comissões e Vereadores que assim requeira, exarando parecer, quando solicitado, inclusive por escrito;
Manter sob sua responsabilidade toda documentação contábil e financeira;
Acompanhar o controle interno e externo;
Executar tarefas correlatas.

Art. 18 - Todos os cargos terão suas remunerações revistas,

adequando às respectivas classes, as devidas correções legais, na forma do Anexo II.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO

Art. 19 - Qualquer medida que vise à revisão dos vencimentos constantes do Anexo II abrangerá todos os cargos, na mesma data dos reajustes da categoria dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 20 - A tabela dos vencimentos dos cargos de provimento em comissão, provimento efetivo, bem como das gratificações serão as fixadas nesta Lei.

Art. 21 - O plano de carreira dos cargos efetivos seguirá o mesmo critério adotado para a categoria dos Servidores Públicos Municipais, através das promoções horizontais, com a avaliação por Comissão própria designada pela Presidência, conforme regulamento a ser baixado através de Resolução, na forma prevista no anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 22 - As gratificações e demais vantagens, inclusive pecuniárias e por tempo de serviço, serão concedidas nos termos da legislação que regulamenta a matéria para a categoria dos Servidores Públicos Municipais, além daquelas previstas nesta Lei.

Art. 23 - Os funcionários solicitados para acompanhar as sessões, reuniões e encontros da Câmara, fora do expediente normal, terão compensação de horas ou terão direito ao pagamento de horas laboradas extraordinariamente, podendo ser regulamentada através de Resolução.

CAPÍTULO V DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 24 - As Funções Gratificadas serão atribuídas a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo designados para o exercício de atividade para a qual seja exigida qualificação e atribuições técnicas, diferenciadas daquelas necessárias à investidura no cargo do qual é titular.

Art. 25 - Pela atribuição exercida decorrente de função gratificada será concedido o acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo de carreira.

Parágrafo único. As especificações e quantitativos das Funções Gratificadas, existentes na estrutura administrativa do Poder Legislativo, estão definidas no Anexo III desta Lei, cuja remuneração será corrigida juntamente com a revisão geral da remuneração dos servidores municipais, previstas no art. 37, X da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI DO ENQUADRAMENTO

Art. 26 – Os Servidores Públicos da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste serão enquadrados na tabela de Vencimentos dos cargos de Provimento efetivo, por tempo de serviço prestado ao Ente Público local, descontando-se o período de Estágio Probatório, a cada 02 (dois) anos de serviço público deve-se o mesmo progredir uma letra.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Todos os atos de provimento de pessoal do Quadro Geral da Câmara de Vereadores serão baixados pelo Presidente através de Resoluções.

Art. 28 - A Mesa Diretora da Câmara, no sentido de aperfeiçoar

seu quadro funcional, promoverá a sua capacitação nas áreas específicas de Direito, Ciências Contábeis, Secretariado e outros, através de convênios e/ou custeio total ou parcial, conforme necessidade de serviço.

Art. 29 - Fazem parte integrante desta lei os Anexos I, II e III, IV, V e VI.

Art. 30 – O prazo para implantar todos os atos da presente lei será de 90 dias a contar da publicação desta lei.

Art. 31 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 2721/2009.

Herval d'Oeste, em 28 de outubro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE:

| Nº | Cargo | Nível de Escolaridade | Natureza | Qtde |
|----|-------------------------|-----------------------|----------|------|
| 01 | Assessor Jurídico | Ensino Superior | Comissão | 01 |
| 02 | Analista Legislativo | Ensino Superior | Efetivo | 01 |
| 04 | Técnico Administrativo | Ensino Médio | Efetivo | 01 |
| 05 | Auxiliar Administrativo | Ensino Médio | Efetivo | 01 |
| 06 | Assessor de Imprensa | Ensino Médio | Comissão | 01 |
| 07 | Contador | Ensino Superior | Efetivo | 01 |
| 08 | Servente | Ensino Fundamental | Efetivo | 01 |

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS EFETIVOS

| CARGO | VENCIMENTO | NÍVEL | CARGA HORÁRIA | NÍVEL DE ESCOLARIDADE |
|-------------------------|--------------|-------|---------------|-----------------------|
| Analista Legislativo | R\$ 2.958,85 | 8 | 40 H | SUPERIOR |
| Contador | R\$ 2.958,85 | 8 | 40 H | SUPERIOR |
| Técnico Administrativo | R\$ 2.237,31 | 6 | 40 H | MÉDIO |
| Auxiliar Administrativo | R\$ 1.945,49 | 5 | 40 H | MÉDIO |
| Servente | R\$ 1.112,34 | 1 | 40 h | AUXILIAR |

ANEXO III

FUNÇÕES GRATIFICADAS

| Função Gratificada | Percentual sobre o vencimento do respectivo servidor | Quantidade |
|--|--|------------|
| Responsável pelo Setor de Recursos Humanos | 40% | 01 |
| Responsável pela Tesouraria | 40% | 01 |
| Responsável pelo Controle Interno | 40% | 01 |

ANEXO IV

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL EFETIVO

ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR

| DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS | VAGAS | NÍVEL | VAGAS OCUPADAS |
|--------------------------|-------|-------|----------------|
| Analista Legislativo | 01 | | 01 |
| Contador | 01 | | 01 |

ATIVIDADE NÍVEL MÉDIO

| DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS | VAGAS | NÍVEL | VAGAS OCUPADAS |
|--------------------------|-------|-------|----------------|
| Técnico Administrativo | 01 | | 01 |
| Auxiliar Administrativo | 01 | | 01 |

ATIVIDADE NÍVEL AUXILIAR

| DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS | VAGAS | NÍVEL | VAGAS OCUPADAS |
|--------------------------|-------|-------|----------------|
| Servente | 01 | | 01 |

ANEXO V

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL COMISSIONADO

ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR

| DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS | VAGAS | VENCIMENTO | VAGAS OCUPADAS |
|--------------------------|-------|--------------|----------------|
| Assessor Jurídico | 01 | R\$ 3.164,32 | 01 |

ATIVIDADE NÍVEL MÉDIO

| DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS | VAGAS | VENCIMENTO | VAGAS OCUPADAS |
|--------------------------|-------|--------------|----------------|
| Assessor de Imprensa | 01 | R\$ 1.952,45 | 01 |

ANEXO VI

Quadro Permanente de Pessoal

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| NÍVEL | CLASSE | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q |
|---|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 1 | | 1.112,34 | 1.134,59 | 1.157,28 | 1.180,42 | 1.204,03 | 1.228,11 | 1.252,68 | 1.277,73 | 1.303,28 | 1.329,35 | 1.355,94 | 1.383,05 | 1.410,72 | 1.438,93 | 1.467,71 | 1.497,06 | 1.527,00 |
| 2 | | 1.279,19 | 1.304,77 | 1.330,87 | 1.357,49 | 1.384,64 | 1.412,33 | 1.440,58 | 1.469,39 | 1.498,78 | 1.528,75 | 1.559,33 | 1.590,51 | 1.622,32 | 1.654,77 | 1.687,87 | 1.721,62 | 1.756,06 |
| 3 | | 1.471,07 | 1.500,49 | 1.530,50 | 1.561,11 | 1.592,33 | 1.624,18 | 1.656,66 | 1.689,80 | 1.723,59 | 1.758,06 | 1.793,23 | 1.829,09 | 1.865,67 | 1.902,99 | 1.941,05 | 1.979,87 | 2.019,46 |
| 4 | | 1.691,73 | 1.725,56 | 1.760,08 | 1.795,28 | 1.831,18 | 1.867,81 | 1.905,16 | 1.943,27 | 1.982,13 | 2.021,77 | 2.062,21 | 2.103,45 | 2.145,52 | 2.188,43 | 2.232,20 | 2.276,85 | 2.322,38 |
| 5 | | 1.945,49 | 1.984,40 | 2.024,09 | 2.064,57 | 2.105,86 | 2.147,98 | 2.190,94 | 2.234,76 | 2.279,45 | 2.325,04 | 2.371,54 | 2.418,97 | 2.467,35 | 2.516,70 | 2.567,03 | 2.618,37 | 2.670,74 |
| 6 | | 2.237,31 | 2.282,06 | 2.327,70 | 2.374,25 | 2.421,74 | 2.470,17 | 2.519,58 | 2.569,97 | 2.621,37 | 2.673,80 | 2.727,27 | 2.781,82 | 2.837,45 | 2.894,20 | 2.952,09 | 3.011,13 | 3.071,35 |
| 7 | | 2.572,91 | 2.624,37 | 2.676,86 | 2.730,39 | 2.785,00 | 2.840,70 | 2.897,51 | 2.955,46 | 3.014,57 | 3.074,87 | 3.136,36 | 3.199,09 | 3.263,07 | 3.328,33 | 3.394,90 | 3.462,80 | 3.532,05 |
| 8 | | 2.958,85 | 3.018,02 | 3.078,38 | 3.139,95 | 3.202,75 | 3.266,81 | 3.332,14 | 3.398,78 | 3.466,76 | 3.536,10 | 3.606,82 | 3.678,95 | 3.752,53 | 3.827,58 | 3.904,14 | 3.982,22 | 4.061,86 |
| 9 | | 3.402,67 | 3.470,73 | 3.540,14 | 3.610,94 | 3.683,16 | 3.756,83 | 3.831,96 | 3.908,60 | 3.986,77 | 4.066,51 | 4.147,84 | 4.230,80 | 4.315,41 | 4.401,72 | 4.489,76 | 4.579,55 | 4.671,14 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível 1,2 e 3 - Corresponde ao cargo de Nivel Auxiliar. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Imbituba

PREFEITURA

Lei 4.008.2011

Lei nº 4.008, de 16 de dezembro de 2011.

Altera e insere dispositivos na Lei nº 2.842, de 24 de fevereiro de 2006, com redação alterada pela Lei nº 3.870, de 15 de março de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Altera e insere dispositivos no Art. 2º, da Lei nº 2.842, de 24 de fevereiro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A diária é uma indenização de despesas ao Agente Público que se desloca temporariamente da sede do Município a serviço da municipalidade.

§ 1º As despesas de que trata o caput deste artigo compreendem gastos relativos à alimentação e pernoite.

§ 2º As diárias são sempre autorizadas individualmente e pagas antecipadamente, com a comprovação posterior da efetiva realização da viagem, através de um dos seguintes documentos:

- I - bilhete de passagem;
- II - relatório;
- III - ata de presença;
- IV - nota fiscal; ou
- V - outros documentos.

§ 3º As diárias com uma refeição compreendem viagens com permanência fora do Município superior a 05 (cinco) horas e inferior a 08 (oito) horas.

§ 4º As diárias com duas refeições compreendem viagens com permanência fora do Município superior a 08 (oito) horas.

§ 5º Para as demais despesas decorrentes do deslocamento do Agente Público será concedido adiantamento de despesas, as quais serão ressarcidas mediante comprovação posterior, através de Relatório de Despesas de Viagem, conforme modelo do anexo II, parte integrante da presente Lei.

§ 6º Somente será concedida diária, caso a permanência fora do domicílio do agente público seja superior a 5 (cinco) horas”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.

ROBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 4.006.2011

Lei Complementar nº 4.006, de 14 de dezembro de 2011.

Altera dispositivos na Lei Complementar nº 3.896, de 18 de maio de 2011, que dispõe sobre a regularização de obras de construção, modificação ou acréscimo já executados em edificações que contrariem as normas urbanísticas e edículas vigentes, na forma e nas condições que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Complementar n.º 3.896, de 18 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Será recolhida uma taxa de regularização, por metro quadrado de obra a regularizar, a ser paga na arrecadação do Município, quando da instrução do processo, cujo valor é de 0,60 UFM/m² para edificações residenciais e comerciais, e 0,40 UFM/m² para edificações industriais e portuárias."

Art. 2º Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 9º da Lei n.º 3.896, de 18 de maio de 2011, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Serão também isentos de cobrança de multa as edificações comprovadamente executadas antes de 16 de dezembro de 1974."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.001.2011

Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Artigo 1º O Orçamento Geral do Município de IMBITUBA para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 68.982.528,08 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e dois mil e quinhentos e vinte e oito reais e oito centavos), sendo R\$ 68.982.528,08 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e dois mil e quinhentos e vinte e oito reais e oito centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 0,00 () do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 59.625.604,61 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos e quatro reais e sessenta e um centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 2.400.249,99 (dois milhões, quatrocentos mil e duzentos e quarenta e nove reais e nove centavos), em R\$ 48.479.962,02 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e dois reais e dois centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 8.745.292,60 (oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos) as Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Prevenção de Drogas, Transferências Financeiras Concedidas

ao Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Assistência Social, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Trânsito, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Saneamento, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Habitação.

§ 1º. A Receita do Município de Imbituba será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 RECEITAS CORRENTES 58.438.528,08
1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA 14.716.589,80
1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 1.521.450,00
1.3 RECEITA PATRIMONIAL 636.165,00
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS 45.000,00
1.7 TRANSFERENCIAS CORRENTES 39.480.469,95
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 2.038.853,33

2 RECEITAS DE CAPITAL 10.544.000,00
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 4.190.000,00
2.3 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 6.354.000,00
TOTAL 68.982.528,08

§ 2º. A Despesa do Município de Imbituba será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES 2.400.249,99
02 GABINETE DO PREFEITO 973.073,16
03 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA 2.006.819,60
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA 2.294.050,00
05 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 16.465.915,11
08 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 15.644.910,00
09 SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA 581.244,15
13 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO 2.800.000,00
14 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 14.198.108,07
17 FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 73.000,00
19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.790.083,00
24 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO 2.787.500,00
25 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL 950.000,00
27 FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS 306.625,00
28 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO 2.000,00
29 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 1.310.000,00
30 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA 1.080.000,00
31 FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO IMBITUBA 403.000,00
32 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA 13.500,00
33 FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA 6.000,00
34 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA 230.000,00
35 CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO - CGP 232.950,00
36 SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE 1.368.500,00

37 SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL 965.000,00
TOTAL 68.982.528,08

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | FUNÇÃO | VALOR |
|-------|-------------------------|---------------|
| 1 | Legislativa | 2.400.249,99 |
| 2 | Judiciária | 1.310.000,00 |
| 4 | Administração | 10.976.892,76 |
| 6 | Segurança Pública | 681.625,00 |
| 8 | Assistência Social | 1.869.083,00 |
| 10 | Saúde | 14.198.108,07 |
| 12 | Educação | 16.082.594,91 |
| 13 | Cultura | 84.532,70 |
| 15 | Urbanismo | 10.754.960,00 |
| 16 | Habitação | 308.000,00 |
| 17 | Saneamento | 1.080.000,00 |
| 18 | Gestão Ambiental | 13.500,00 |
| 20 | Agricultura | 581.244,15 |
| 22 | Indústria | 100.000,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 2.751.500,00 |
| 25 | Energia | 1.521.450,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.368.787,50 |
| 28 | Encargos Especiais | 2.800.000,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 100.000,00 |
| TOTAL | | 68.982.528,08 |

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

| | PROGRAMA | VALOR |
|-------|---|---------------|
| 0 | OPERAÇÕES ESPECIAS | 2.800.000,00 |
| 1 | PROCESSO LEGISLATIVO | 2.400.249,99 |
| 2 | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR | 973.073,16 |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 2.239.769,60 |
| 4 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 2.294.050,00 |
| 5 | DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO | 1.310.000,00 |
| 6 | INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA | 581.244,15 |
| 7 | GOVERNO DE IMBITUBA, FAZENDO AINDA MAIS | 20.018.410,00 |
| 8 | VOCACÃO NATURAL PARA O TURISMO | 2.789.500,00 |
| 9 | EDUCAÇÃO DE QUALIDADE | 16.082.594,91 |
| 10 | ESPORTE PARA TODOS | 298.787,50 |
| 11 | RESGATANDO A CULTURA | 84.532,70 |
| 12 | SEGURANÇA - FUNREBOM | 306.625,00 |
| 13 | GESTÃO E CONTROLE SOCIAL | 1.790.083,00 |
| 14 | SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA | 14.198.108,07 |
| 15 | PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE | 73.000,00 |
| 17 | QUALIDADE AO TRÂNSITO | 403.000,00 |
| 18 | PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE | 3.500,00 |
| 19 | PREVENÇÃO AS DROGAS | 6.000,00 |
| 20 | VIVER BEM | 230.000,00 |
| 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 100.000,00 |
| TOTAL | | 68.982.528,08 |

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Artigo 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$59.625.604,61 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos e quatro reais e sessenta e um centavos) e fixa as Despesas em R\$ 48.479.962,02 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e dois reais e dois centavos), e Transferências Financeiras a Fundos e Câmara Municipal de Imbituba em R\$ 11.145.642,59 (onze milhões cento e quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 51.035.604,61
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA 14.109.964,80
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 1.521.450,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 600.915,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 45.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 32.999.421,48
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.758.853,33

2. RECEITAS DE CAPITAL 8.590.000,00
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 4.190.000,00
2.3. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 4.400.000,00
TOTAL 59.625.604,61

§ 2º. A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 34.228.683,23
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 19.027.629,71
3.2.00.00.00.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA 200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 15.001.053,52
DESPESAS DE CAPITAL 14.151.278,79
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 12.051.278,79
4.6.00.00.00.00.00.00 AMORTIZACAO DA DIVIDA 2.100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00 Reserva de Contingência 100.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 11.145.642,59
TOTAL 59.625.604,61

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 0,00 (), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 73.000,00

TOTAL 73.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 65.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 65.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 8.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 8.000,00
TOTAL 73.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS

Artigo 6º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 0,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 6.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 5.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 5.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 1.000,00
TOTAL 6.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 7º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 7.135.648,47 (sete milhões, cento e trinta e cinco mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.062.459,60 (sete milhões sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 14.198.108,07 (quatorze milhões cento e noventa e oito mil e cento e oito reais e sete centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI
7.062.459,60

1. RECEITAS CORRENTES 6.381.648,47
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA 210.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 6.171.648,47
2. RECEITAS DE CAPITAL 754.000,00
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 754.000,00
SOMA 7.135.648,47

TOTAL 14.198.108,07

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 12.998.108,07
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 6.946.059,60
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 6.052.048,47
DESPESAS DE CAPITAL 1.200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 1.200.000,00
TOTAL 14.198.108,07

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 8º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício de 2012, estima a Receita em

R\$ 314.650,00 (trezentos e quatorze mil e seiscentos e cinquenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.475.433,00 (um milhão quatrocentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e três reais) e fixa Despesas em R\$ 1.790.083,00 (um milhão, setecentos e noventa mil e oitenta e três reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 1.475.433,00

1. RECEITA CORRENTES 314.650,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 5.250,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 309.400,09
SOMA 314.650,00

TOTAL 1.790.083,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 1.764.083,19
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 700.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.064.083,00
DESPESAS DE CAPITAL 26.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 26.000,00
TOTAL 1.790.083,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Artigo 9º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 306.625,00 (trezentos e seis mil e seiscentos e vinte e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 0,00 () fixa as Despesas em R\$ 306.625,00 (trezentos e seis mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 306.625,00
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA 296.625,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL 10.000,00
TOTAL 306.625,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 165.375,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 165.375,00
DESPESAS DE CAPITAL 141.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 141.250,00
TOTAL 306.625,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Artigo 10. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 0,0 as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 2.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 2.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2.000,00
TOTAL 2.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Artigo 12. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.000,00 (três mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 3.000,00

1. - RECEITA CORRENTE 400.000,00
1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA 100.000,00
1.3 - RECEITA PATRIMONIAL 20.000,00
1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES 280.000,00
SOMA 400.000,00

TOTAL 403.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 345.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 345.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 55.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 55.000,00
TOTAL 403.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Artigo 13. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.080.000,00 (um milhão, e quarenta mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 80.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 1.000.000,00
2.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 1.000.000,00

SOMA 1.000.000,00

TOTAL 1.080.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 340.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 340.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 740.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 740.000,00
TOTAL 1.080.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Artigo 14. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 0,00 (), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 13.500,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 12.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 12.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 1.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 1.500,00
TOTAL 13.500,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Artigo 15. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI 30.000,00

2. RECEITA DE CAPITAL 200.000,00
2.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 200.000,00
SOMA 200.000,00

TOTAL 230.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES 10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL 220.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 220.000,00
TOTAL 230.000,00

Artigo 16. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
TOTAL 100.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.
§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Artigo 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações e recursos de uma modalidade de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 18. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 19. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 20. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 21. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 22. Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Artigo 23. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 24. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 25. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.002.2011

Lei nº 4.002, de 14 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É assegurada, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente a efetivação dos seus direitos referentes: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral, da sociedade civil organizada e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Públicos: Federal e Estadual.

Art. 2º A Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Imbituba dar-se-á através do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se constitui na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil organizada, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle, para a efetivação e garantia dos direitos.

Parágrafo único. A Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente obedecerá aos critérios e as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, 13 de julho de 90), nas normatizações emitidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e demais normas sobre o tema.

Art. 3º Garantirão a efetivação e a absoluta prioridade, de que tratam os Artigos 1º e 2º desta Lei, os seguintes órgãos e instâncias:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Conselho Tutelar - CT;

III - Fórum DCA de debates;

IV - Ministério Público;

V - Vara da Infância e Juventude;

VI - Secretarias Municipais que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

SEÇÃO I

DAS NATUREZA DO CONSELHO

Art. 4º O CMDCA é órgão deliberativo, controlador e fiscalizador

da Política Municipal de atendimento e de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo responsável pela implementação desta política e a fixação dos critérios de utilização de recursos financeiros, através do Plano de Aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Cabe ao CMDCA zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do Artigo 4º, Caput e Parágrafo Único, Alíneas "b", "c" e "d" do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - deliberar, normatizar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, defesa e orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições: Estadual e Federal, a presente Lei e todas as normas relacionadas aos direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - apreciar e deliberar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e do orçamento da criança e do adolescente;

IV - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

V - aprovar o Relatório Anual de Gestão dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

VI - participar da elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços, governamental e não governamental;

IX - registrar as organizações governamentais e não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e inscrever os programas dessas organizações, conforme no artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

X - estabelecer, conjuntamente, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, demais Secretarias e órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

XI - estabelecer, na Política de Atendimento, a formação continuada dos atores envolvidos, direta e/ou indiretamente, no atendimento à criança e ao adolescente;

XII - convocar e coordenar a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIII - organizar, acompanhar, fiscalizar e conduzir o processo de eleição do Conselho Tutelar, comunicando ao Ministério Público o andamento do processo;

XIV - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

XV - deliberar, com suporte no relatório conclusivo expedido pela Comissão de Ética, sobre a penalidade a ser aplicada ao Conselho Tutelar, conforme definido no Artigo 37, § 6º, da Comissão de Ética.

XVI - deliberar sobre o Regimento Interno do Conselho Tutelar, a ser sancionado pelo Poder Executivo;

XVII - proporcionar apoio ao Conselho Tutelar do Município, integrando ações, no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVIII - elaborar e alterar, quando necessário, seu Regimento Interno;

XIX - elaborar e publicar Resoluções que indicam diretrizes e

princípios norteadores de Políticas Públicas de atendimento à criança e ao adolescente, que não foram regulamentadas;

XX - reunir-se, ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno do CMDCA;

XXI - elaborar Plano de Ação e Plano de Aplicação.

Parágrafo único. A alteração do Regimento Interno, constante no inciso XVIII, somente será possível, mediante a aprovação de, no mínimo, um terço dos membros do CMDCA.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é composto por 14 membros, sendo:

I - sete (07) conselheiros titulares, da área governamental, com seus respectivos suplentes, indicados, bianualmente, através de decreto do município;

II - sete (07) conselheiros titulares, da área não governamental, que atendam a criança e adolescentes com seus respectivos suplentes através de um fórum municipal.

Parágrafo único. Os representantes titulares e suplentes das organizações não governamentais não poderão ter cargo comissionado ou função gratificada da Prefeitura Municipal de Imbituba e serão escolhidos, bianualmente, em fórum próprio, convocado especialmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para tal finalidade.

§ 1º Na hipótese de desistência de conselheiro titular eleito e/ou da dissolução da organização, a qual o conselheiro representa, assumirá o assento o suplente do respectivo segmento.

Art. 7º O representante governamental poderá ser substituído, a qualquer tempo, por nova indicação do órgão ou entidade de origem.

Art. 8º O Conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro alternadas, salvo mediante justificativa por escrito, aprovada por maioria simples dos membros do Conselho, perderá o mandato, vedada a sua recondução para o mesmo período.

Parágrafo único. Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão os respectivos suplentes.

Art. 9º O mandato dos representantes das organizações governamentais e não governamentais é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

SEÇÃO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10. A estrutura organizacional do CMDCA terá a seguinte composição:

I - Plenária;

II - Coordenação Geral;

III - Comissões Permanentes de Política, Finanças e de Normas e Registros;

IV - Comissões Especiais.

Art. 11. O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMDCA será exercido por profissionais da Secretaria Municipal de Administração, inclusive enquanto ouvidoria responsável pelo encaminhamento das denúncias pertinentes ao sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, a ser divulgado em toda a comunidade.

Art. 12. Os membros do Conselho, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a posse, deverão reunir-se em Assembléia, com a finalidade de eleger os integrantes da Coordenação Geral, que terá a seguinte composição:

- I - um Presidente;
- II - um Vice Presidente;
- III - um Secretário.

Parágrafo único. A escolha dos membros da coordenação geral será feita a exemplo de toda e qualquer votação da plenária deste Conselho, com quórum e votação de mais de cinquenta por cento de seus membros, com direito a um voto por cadeira, prevalecendo a prioridade de voto aos representantes titulares, e ausência destes, aos respectivos suplentes.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

SEÇÃO I

DA NATUREZA E DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

Art. 13. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um mecanismo de gestão instituído pelo Poder Público Municipal, captador e aplicador de recursos, a serem utilizados, segundo diretrizes e deliberações do CMDCA, estando vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Social e Trabalho e Habitação e Secretaria Municipal da Fazenda, sua estrutura de execução e controle contábil, inclusive para prestação de contas na forma da lei.

§ 1º Fica autorizado o Município, através do órgão gestor, firmar convênios, custear ações emergenciais/eventuais através de auxílio financeiro, mediante resolução do CMDCA.

§ 2º O gestor do Fundo será indicado pelo Poder Executivo Municipal e terá as seguintes atribuições:

- I - registrar os recursos orçamentários próprios do/ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;
- II - registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações do FIA;
- III - manter controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do CMDCA;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, segundo resoluções do CMDCA;
- V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, baseado nas resoluções do CMDCA, ordenando as respectivas despesas;
- VI - prestar contas bimestrais da aplicação dos recursos do FIA ao CMDCA e/ou sempre que por este solicitado;
- VII - manutenção do Conselho e CMDCA;
- VIII - contribuição, subvenções e transferências as entidades não Governamentais que atuam da área da infância e Juventude, mediante projeto aprovado pelo CMDCA.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 14. Os recursos do Fundo serão constituídos de:

- I - recursos financeiros oriundos de rubrica própria prevista em dotação orçamentária específica;
- II - receitas provenientes de multas estabelecidas como penalidades dos violadores dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme previsto nos Artigos 228 a 258, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90);
- III - doações de pessoas físicas e jurídicas, decorrentes do Imposto de Renda devido, de acordo com a Legislação Federal;
- IV - contribuições resultantes de campanhas de arrecadação de Fundos;
- V - transferências das esferas nacional e estadual;
- VI - rendas eventuais, inclusive os resultantes de depósitos e aplicações financeiras;
- VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e organizações governamentais e não governamentais, que tenham destinação específica.

SEÇÃO III

DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Art. 15. Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados de acordo com o estabelecido nesta Lei, e os deliberados pelo CMDCA, através de resoluções específicas para:

- I - estudos e diagnósticos na área dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - formação de conselheiros de direitos governamentais e não governamentais, tutelares e profissionais;
- III - divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- IV - programas de proteção e sócio-educativo, previstos no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- V - seminários, fóruns, reuniões voltados à temática criança e adolescente;
- VI - publicações de experiências, estudos e pesquisas referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - projetos encaminhados pelas Ong's com análise e aprovação das comissões e Assembléia Geral do CMDCA.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 16. O Conselho tutelar terá 5 (cinco) cargos de conselheiros tutelares titulares e 5 (cinco) cargos de conselheiros tutelares suplentes.

§ 1º O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definição no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Conselho Tutelar estará vinculado administrativamente a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, sendo esta, a responsável por prestar assessoramento técnico, garantindo a efetivação dos princípios, diretrizes e direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º As decisões do Conselho Tutelar só podem ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 17. O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros, com mandato de três anos, permitida uma recondução, conforme Artigo 132, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A recondução referida consistirá na possibilidade do Conselheiro Tutelar participar novamente do processo de escolha.

§ 2º A suplência será exercida por ordem de classificação dos candidatos, a partir do processo de votação, sendo estes convocados:

- I - quando a licença a que faz jus o titular exceder a trinta dias;
- II - no caso de renúncia ou perda de mandato do Conselheiro Tutelar titular;
- III - nas ausências e impedimentos legais superiores há trinta dias.

Art. 18. Compete ao Conselho Tutelar:

- I - zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Artigos: 95, 101, I a VII, 129, I a VII e 136.
- II - subsidiar o Executivo Municipal e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente.
- III - colaborar com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente - CMDCA na elaboração do Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com a indicação de políticas sociais básicas e de proteção especial.

SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta feira, das 8:30 às 12:00h e das 13:30 às 18:00 hs, para atendimento do público e execução de suas atividades.

§ 1º A carga horária de trabalho do conselheiro tutelar será de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas na sede do Conselho Tutelar, além dos sobreavisos durante o intervalo de almoço, nos sábados, domingos, feriados e período noturno. O plantonista deverá estar munido de meio de comunicação, obedecendo escala preestabelecida pela secretaria a qual está vinculado administrativamente.

§ 2º A divulgação da escala de serviço será fixada no quadro de publicações oficiais do Município de Imbituba e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado ao Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça, com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude, ao CMDCA, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º Os sobreavisos prestados pelos Conselheiros Tutelares integram a remuneração recebida e não podem ser objeto de compensação, por integrarem as atividades e competências do Conselho Tutelar.

Art. 20. O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vetado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 21. O Conselho Tutelar funcionará em sede própria, mantendo uma secretaria destinada ao seu funcionamento, podendo utilizar-se de instalações e de serviços cedidos pelo Município de Imbituba.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 22. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes criminais;
 - II - idade superior a 21 anos;
 - III - residir no Município de Imbituba, por, no mínimo, 03 (três) anos;
 - IV - ensino superior completo, na área de Ciências Humanas;
 - V - estar no gozo dos direitos políticos;
 - VI - ter conhecimento em informática básica;
 - VII - ser aprovado em prova escrita conforme edital específico organizada pelo CMDCA;
 - VIII - ter experiência comprovada da área da infância e juventude.
- Parágrafo único. A regra do inciso IV, não se aplica ao conselheiro, em caso de recondução, que estiver em pleno exercício na data da publicação desta Lei.

Art. 23. O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá se desligar do CMDCA, nos 15 (quinze) dias anteriores à data fixada para a reunião que discutirá a elaboração do edital de convocação para o processo de escolha do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do CMDCA que tiver parentesco de até

2º grau com os candidatos, terá obrigatoriamente que se desligar do Conselho de Direito com quinze dias antes do início do processo de eleição do Conselho Tutelar.

Art. 24. Os candidatos que preencherem os requisitos constantes no artigo 22 e 23 serão escolhidos pelo voto das entidades inscritas no CMDCA.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em até cinco candidatos a Conselheiro Tutelar.

Art. 25. Caberá ao CMDCA, por meio de Resolução, prever a forma de registro das candidaturas, prazos para impugnações, processo de escolha, proclamação dos escolhidos e posse dos Conselheiros, divulgando amplamente todos os procedimentos.

Art. 26. Os Conselheiros Tutelares escolhidos, titulares e suplentes, participarão de curso de formação continuada, específico para o exercício da função, incluindo conhecimento no Programa SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

Parágrafo único. Os conselheiros deverão participar de capacitações de forma alternada entre si, com participação mínima de dois conselheiros por evento, comunicados antecipadamente ao CMDCA e à Secretaria ao qual estão administrativamente vinculados.

Art. 27. O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, conforme Comissão de Ética, através de Processo Administrativo, encaminhado ao Ministério Público.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 28. São impedidos de atuar no mesmo Conselho Tutelar: cônjuges, ascendentes e descendentes (até o terceiro grau), sogro(a), genro ou nora, irmãos, cunhados, tio(a) e sobrinho(a), padrasto ou madrasta e enteado(a).

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 29. A Comissão de Ética é o órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função. A Comissão será composta por 04 (quatro) membros, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo 02 (dois) representantes de entidades não Governamentais e 02 (dois) representantes Governamentais, com mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º A Coordenação da Comissão será escolhida entre seus membros, na primeira reunião, após cada mandato de dois anos.

§ 2º A Comissão de Ética reunir-se-á sempre que necessário, sendo o material e os equipamentos, disponibilizados pela Secretaria do Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação. Tendo como local de reunião a sala do Centro de Apoio.

§ 3º A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 4º Em caso de vacância, o órgão ou entidade de origem indicará um substituto para complementação do mandato.

Art. 30. Compete à Comissão de Ética:

I - instaurar e conduzir processo administrativo para apurar eventual irregularidade cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função;

II - emitir parecer conclusivo nos processos administrativos instaurados, encaminhando-o ao CMDCA para decisão, notificando o Conselheiro Tutelar indiciado.

Art. 31. Para efeito desta Lei constitui-se como falta funcional grave:

I - usar da função em benefício próprio;

II - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

III - exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso, quanto ao exercício de suas atribuições, definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - deixar de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho estabelecido;

VI - aplicar medida de proteção, contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei;

VIII - falta de decoro funcional.

Parágrafo único. Considera-se procedimento incompatível com o decoro funcional:

I - receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências, entre outros;

II - comportamento vexatório ou indigno, capaz de comprometer a dignidade do Conselho Tutelar;

III - descumprimento ao Regimento Interno do Conselho Tutelar ou desta Lei;

IV - promoção de atividade ou propaganda político-partidária, bem como campanha para recondução ao cargo de Conselheiro Tutelar no exercício da função.

Art. 32. Poderão ser aplicadas aos Conselheiros Tutelares, de acordo com a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - suspensão não remunerada de um a três meses;

III - perda da função.

§ 1º Aplica-se a penalidade de advertência escrita nas hipóteses previstas nos Incisos III, V, VI e VII do Artigo 31 desta Lei.

§ 2º Aplica-se a penalidade de suspensão não remunerada, nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV, VIII do artigo 31 e na hipótese prevista no inciso VI também do artigo 31, quando irreparável o prejuízo decorrente da falta verificada, ou havendo reincidência nos Incisos citados no Parágrafo Segundo do Artigo 32.

§ 3º A penalidade definida no inciso III deste Artigo acarretará em veto da candidatura para o cargo de Conselheiro Tutelar, nas eleições posteriores.

§ 4º A penalidade de perda da função será efetuada quando, após a aplicação de suspensão não remunerada, o conselheiro cometer nova falta funcional grave.

§ 5º Considera-se reincidência quando o Conselheiro Tutelar comete nova falta grave, depois de já ter sido penalizado, irrecorriavelmente, por infração anterior.

§ 6º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária, decidir, com suporte no relatório conclusivo expedido pela Comissão de Ética, sobre a penalidade a ser aplicada, sendo a mesma, aprovada em plenária, inclusive a perda do mandato que deverá ser convertida em ato administrativo pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 33. O processo administrativo de que trata o Inciso I do Artigo 30 da Comissão de Ética, será instaurada por esta Comissão, mediante denúncia escrita de qualquer cidadão, contendo assinatura, fundamentada e acompanhada das respectivas provas ou mediante representação do Ministério Público.

Parágrafo único. Quando a falta cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir delito, caberá à Comissão de Ética, concomitantemente ao processo administrativo, oferecer notícia do ato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Art. 34. O processo administrativo é sigiloso, devendo ser concluído no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após a sua

instauração, sendo garantido neste período, ao Conselheiro Tutelar, o direito a ampla defesa.

Parágrafo único. No caso de impedimento justificado, o prazo previsto neste Artigo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

Art. 35. Como medida cautelar, a Comissão de Ética, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o afastamento do Cargo do Conselheiro indiciado, pelo prazo de até trinta (30) dias, sem prejuízo de remuneração, prorrogável, uma única vez, por igual período.

Art. 36. Instaurado o processo administrativo, o Conselheiro Tutelar indiciado deverá ser notificado da data em que será ouvido pela Comissão de Ética.

§ 1º Achando-se o referido Conselheiro em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade, para prestar depoimento.

§ 2º O não comparecimento injustificado do Conselheiro indiciado à audiência determinada pela Comissão de Ética, implicará na continuidade do processo administrativo.

Art. 37. Depois de ouvido pela Comissão ou tendo o indiciado deixado de comparecer, injustificadamente, à audiência prevista no Artigo anterior, este terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, sendo-lhe facultada consulta aos autos.

§ 1º Na defesa prévia devem ser anexados documentos, solicitar e indicar as provas a serem produzidas, bem como, apresentar o rol de testemunhas a serem ouvidas, sendo permitido o máximo de 03 (três) testemunhas por fato imputado.

§ 2º As testemunhas de defesa deverão comparecer à audiência, independentemente, de intimação, sendo que a falta injustificada destas não obstará o prosseguimento da instrução.

§ 3º A Comissão poderá ouvir outras testemunhas, quando entender necessário, não indicadas pelas partes envolvidas.

Art. 38. Para defender o indiciado, este poderá constituir um defensor/advogado dativo.

Art. 39. Concluída a fase instrutória, dar-se-á vistas dos autos ao indiciado ou ao seu defensor/advogado para produzir alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 40. Expirado o prazo fixado no Artigo anterior, a Comissão de Ética terá o prazo de 15 (quinze) dias para concluir o processo administrativo, sugerindo o seu arquivamento ou a aplicação de penalidade pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo comunicado ao Poder Executivo Municipal e à Promotoria da Infância e da Juventude.

Parágrafo único. Quando se tratar de denúncia formulada por particular, este deverá ser informado da decisão final exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 41. O Conselheiro Tutelar poderá recorrer da decisão, por meio de recurso fundamentado, dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar pela procedência ou não do recurso.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. As atribuições e o funcionamento do CMDCA e do Conselho Tutelar, estabelecidos nesta Lei, serão definidos em Regimento Interno no prazo de 06 (seis) meses para a sua elaboração e aprovação.

Art. 43. Fica o Poder Executivo encarregado de suprir os recursos necessários decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 44. Os casos omissos deverão ser resolvidos pelas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990) e da Constituição Federal de 1988.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.003.2011

Lei nº 4.003, de 14 de dezembro de 2011.

Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de cessão de direito real de uso de bem imóvel público com o Clube Coração de Mãe do Bairro de Ibiraquera.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO COM O CLUBE CORAÇÃO DE MÃE DO BAIRRO DE IBIRAQUERA.

Parágrafo único. O Termo de Cessão de Direito Real de Uso de que se trata este artigo, será formalizado através do documento anexo, que passa a integrar a presente Lei.

Art. 2º O bem imóvel público, alvo da presente Lei, constitui-se de uma área de terra desmembrada do imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, situado na Estrada Geral s/nº, Bairro de Ibiraquera, com área de 830,42m² (oitocentos e trinta vírgula quarenta e dois metros quadrados), uma edificação de alvenaria construída sobre a mesma área de 114,52m² (cento e quatorze vírgula cinquenta e dois metros quadrados), e outra edificação com 30,40m² (trinta vírgula quarenta metros quadrados).

Art. 3º O prazo de vigência desta Cessão de Direito Real de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de termo aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.004.2011

Lei nº 4.004, de 14 de dezembro de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à

Associação Natalina dos Amigos das Crianças de Roça Grande, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - ANAC, Associação Natalina dos Amigos das Crianças de Roça Grande, inscrita no CNPJ sob o nº 11.878.695/0001-25, a importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção da entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.005.2011

Lei nº 4.005, de 14 de dezembro de 2011.

Autoriza e Ratifica o ingresso do Município de Imbituba na Associação dos Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizado e ratificado o ingresso do Município de Imbituba nos quadros de associados da Associação dos Municípios da Região de Laguna- AMUREL, bem como todos os atos anteriormente praticados.

Art. 2º Fica o Município de Imbituba autorizado a contribuir mensalmente com o custeio da Associação dos Municípios da Região de Laguna - AMUREL, em valor a ser fixado no respectivo orçamento vigente para cada exercício financeiro.

Art. 3º Fica autorizado o município a firmar convênios de apoio e cooperação técnica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.007.2011

Lei nº 4.007, de 14 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.180,00 (doze mil e cento e oitenta reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 13 - Gestão e Controle Social

Projeto (Ação): 2.109 - Família Acolhedora

Funcional programática: 08.243.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018) Aplicações Diretas 12.180,00

Total 12.180,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 13 - Gestão e Controle Social

Projeto (Ação): 2.067 - Manutenção do C.R.A.S.

Funcional programática: 08.244.0013

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0003) Aplicações Diretas 6.700,00

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 13 - Gestão e Controle Social

Projeto (Ação): 2.068 - Manutenção do C.R.E.A.S

Funcional programática: 08.243.0013

3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0004) Aplicações Diretas 1.300,00

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 13 - Gestão e Controle Social

Projeto (Ação): 2.085 - Manutenção do C.R.E.A.S

Funcional programática: 08.243.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0006) Aplicações Diretas 3.200,00

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional programática: 08.422.0013

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0014) Aplicações Diretas 980,00

Total 12.180,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 09/2011 (Funrebom)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 14/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 29 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de jet ski novo para se utilizado no atendimento de ocorrências aquáticas pelo Corpo de Bombeiros de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação Extrato de Dispensa 71/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 213/2011

DISPENSA Nº 71/2011

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de tintas para pintura de abrigos de passageiros do Município de Imbituba.

Empresa: Renilda dos Santos Ripoll Me.

Valor Total: R\$ 3.475,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação Extrato de Dispensa 72/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 214/2011

DISPENSA Nº 72/2011

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para contenção em madeira de pinus alto clavado na Praia do Porto Novo (Rosa).

Empresa: Construvila Ltda.

Valor Total: R\$ 7.095,60

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação Extrato de Dispensa 74/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 215/2011

DISPENSA Nº 74/2011

Objeto: Tubos de concreto, para uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Norte.

Empresa: Construvila Ltda.

Valor Total: R\$ 1.700,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação Extrato de Pregão Presencial 08/2011 (Demutran)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PROCESSO Nº 12/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica que realizará às 14:00 horas do dia 29 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Registro de Preço Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Registro de Preço para Aquisição de materiais e equipamentos para revisão da Guarnição Especial da polícia Militar de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação Extrato de Pregão Presencial 09/2011 (Demutran)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PROCESSO Nº 13/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica que realizará às 15:00 horas do dia 29 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Registro de Preço Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Registro de Preço para Aquisição de materiais e equipamentos para revisão da Guarnição Especial da polícia Militar de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação Extrato de Pregão Presencial 10/2011 (Demutran)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PROCESSO Nº 13/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2011


A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica que realizará às 16:00 horas do dia 29 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Registro de Preço Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Registro de Preço para Aquisição de material para restauração e reforma do prédio da sede da Guarnição Especial da polícia Militar de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.


MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial


Termo de Fiscalização Nº 035.2011

| | | | |
|--|--------------------|---|------------------------|
|  PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 035/2011 | |
| Contribuinte: LARROCA POUSADA LTDA ME | | | |
| Endereço: CAMINHO DO REI, S/Nº | | | CEP: 88.780-000 |
| Bairro: IBIRAQUERA | | Município: IMBITUBA | UF: SC |
| Tipo de Estabelecimento: | | Inscrição Municipal: | CNPJ: |
| <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ | | 19288 | 04.281.411/0001-53 |
| <p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 – Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p> | | | |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ | | LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda – Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços – Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; Livro e/ou ficha de hóspedes; Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras | |
| DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações | | | |
| Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste. | | | |
| Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Imbituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa. | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | | AUTORIDADE FISCAL | |
| Nome: | | EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451 | |
| Cargo: | CPF: | | |
| Declaro que recebi 2ª via do presente termo. | | | |
| Data: | Assinatura: | | |


Termo de FISCALIZAÇÃO Nº 036.2011

| | | | |
|--|-------------|---|------------------------------------|
|  PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 036/2011 | |
| Contribuinte: MORADA RECANTO DO ROSA LTDA ME | | | |
| Endereço: ESTRADA GERAL PRAIA DO ROSA | | CEP: 88.780-000 | |
| Bairro: IBIRAQUERA | | Município: IMBITUBA | UF: SC |
| Tipo de Estabelecimento: <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ | | Inscrição Municipal: 262583 | CNPJ: 05.441.329/0001-01 |
| <p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 – Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p> | | | |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ | | LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda – Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços – Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; <input checked="" type="checkbox"/> Livro e/ou ficha de hóspedes; <input checked="" type="checkbox"/> Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras | |
| DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações | | | |
| Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste. | | | |
| Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Ibituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa. | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | | AUTORIDADE FISCAL | |
| Nome: | | EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451 LUCIANE FALLEIRO MURADÁS AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5575 | |
| Cargo: | CPF: | | |
| Declaro que recebi 2ª via do presente termo. | | | |
| Data: | Assinatura: | | |


Termo de FISCALIZAÇÃO Nº 037.2011

| | | | |
|--|--------------------|---|--------------------|
|  PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 037/2011 | |
| Contribuinte: FAZENDA DO ROSA LTDA EPP | | | |
| Endereço: ESTRADA GERAL PRAIA DO ROSA, S/Nº –COND. FAZENDA | | CEP: 88.780-000 | |
| Bairro: IBIRAQUERA | | Município: IMBITUBA | UF: SC |
| Tipo de Estabelecimento: | | Inscrição Municipal: | CNPJ: |
| <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ | | 130258 | 10.470.194/0001-42 |
| <p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 – Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p> | | | |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações | | LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda – Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços – Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; Livro e/ou ficha de hóspedes; Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras | |
| Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste. | | | |
| Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Imbituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa. | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | | AUTORIDADE FISCAL | |
| Nome: | | EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451 | |
| Cargo: | CPF: | | |
| Declaro que recebi 2ª via do presente termo. | | | |
| Data: | Assinatura: | | |

Termo de FISCALIZAÇÃO Nº 038.2011

| | | | |
|--|-------------|---|------------------------------------|
|  PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 038/2011 | |
| Contribuinte: ROSAMARAM EVENTOS E PARTICIPACOES LTDA | | | |
| Endereço: ESTRADA GERAL PRAIA DO ROSA, S/Nº –COND. FAZENDA | | CEP: 88.780-000 | |
| Bairro: IBIRAQUERA | | Município: IMBITUBA | UF: SC |
| Tipo de Estabelecimento: <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ | | Inscrição Municipal: 264468 | CNPJ: 11.286.995/0001-15 |
| <p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 – Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p> | | | |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações | | LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda – Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços – Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; Livro e/ou ficha de hóspedes; Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras | |
| Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste. | | | |
| Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Ibituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa. | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | | AUTORIDADE FISCAL | |
| Nome: | | EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451 LUCIANE FALLEIRO MURADÁS AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5575 | |
| Cargo: | CPF: | | |
| Declaro que recebi 2ª via do presente termo. | | | |
| Data: | Assinatura: | | |

Termo de FISCALIZAÇÃO Nº 039.2011

| | | | |
|--|-------------|---|------------------------------------|
|  PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 039/2011 | |
| Contribuinte: HOTEL POUSADA FAZENDA VERDE DO ROSA LTDA | | | |
| Endereço: ESTRADA GERAL PRAIA DO ROSA, S/N | | CEP: 88.780-000 | |
| Bairro: IBIRAQUERA | | Município: IMBITUBA | UF: SC |
| Tipo de Estabelecimento: <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ | | Inscrição Municipal: 16367 | CNPJ: 74.130.279/0001-64 |
| <p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 – Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p> | | | |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações | | LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda – Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços – Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; <input checked="" type="checkbox"/> Livro e/ou ficha de hóspedes; <input checked="" type="checkbox"/> Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras | |
| Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste. | | | |
| Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Imbituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa. | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | | AUTORIDADE FISCAL | |
| Nome: | | EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451 LUCIANE FALLEIRO MURADÁS AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5575 | |
| Cargo: | CPF: | | |
| Declaro que recebi 2ª via do presente termo. | | | |
| Data: | Assinatura: | | |

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 46 /11**

Ato da Presidência nº 46 /11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 43ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

| PROPOSIÇÃO | | | | | | REGIME | | |
|------------|------------------|------------|-----------------|----------------------|--|-------------------|-----------|---------|
| Men-sagem | Modalidade/Nº | Data | Origem | Autoria | Ementa | Tramitação | Discussão | Votação |
| 03 | PL nº 4.067/2011 | 03/02/2011 | Poder Executivo | José Roberto Martins | Altera os artigos 4º e 6º da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros e dá outras providências. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |
| 112 | PLC nº 247/2011 | 21/11/2011 | Poder Executivo | José Roberto Martins | Institui a gratificação de produtividade aos auditores fiscais tributários do município de Imbituba e dá outras providências. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2011.

| | |
|---|--------------------------------------|
| ELÍSIO SGROTT Presidente Interino | |
| LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário | THIAGO MACHADO Segundo-Secretário |

Iomerê**PREFEITURA****Edital de PP 0017/2011**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 0017/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 017/2011 para Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços de trator de pneus. A abertura das propostas se dará no dia 29/12/2012 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Edital de TP 0006/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Tomada de Preços 0006/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa especializada para execução de projeto de construção de Quadra de Areia

no município de Iomerê. A abertura das propostas se dará no dia 09/01/2012 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 15 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****Decreto N º 2173/2011.**

DECRETO N º 2173/2011.

"DISPENSA ATIVIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA NO PERÍODO VESPERTINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001;

CONSIDERANDO almoço de confraternização de final de ano da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido dispensa atividades dos servidores públicos no período vespertino, no âmbito da Administração Direta (Gabinete do Prefeito, Secretaria da Administração, Fazenda, Desenvolvimento Comunitário, Agricultura) no dia 15/12/2011.

Art. 2º - A execução dos serviços internos que se fizerem necessários fica a critério do chefe de cada setor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 13 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2172/2011.

Decreto nº 2172/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 3.770,39 (três, setecentos e setenta e trinta e nove reais).

02 - PODER EXECUTIVO**02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.00.0100 (11) Aplicações Diretas R\$ 3.770,39

T O T A L R\$ 3.770,39

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO**02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.2.90.00.00.00.00.0100 (9) Aplicações Diretas R\$ 3.770,39

T O T A L R\$ 3.770,39

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 13 de dezembro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 02/2011

Resolução Nº 2/2011

"DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS"

A Câmara Municipal de Irineópolis aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

TÍTULO I

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Sede da Câmara

Art. 1º A Câmara Municipal de Irineópolis tem a sua sede no Município de Irineópolis, em prédio e dependências designadas, onde realizará, obrigatoriamente, as suas reuniões.

§ 1º As reuniões ordinárias da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 2º Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas reuniões em outro local.

§ 3º As Reuniões Solenes, as Comemorativas e as Especiais

poderão ser realizadas em outro local daquele definido no caput deste artigo.

§ 4º A pedido de qualquer vereador e por decisão da maioria absoluta de seus membros a Câmara Municipal (5 vereadores) poderá realizar reuniões ordinárias em localidades do Município, quando existam matérias a serem discutidas de interesse da comunidade.

§ 5º Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos a sua função sem prévia autorização da Mesa Diretora.

§ 6º Nas reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

§ 7º O disposto no parágrafo anterior não se aplica à colocação de brasão ou de bandeira do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação, bem como de obra artística de autor consagrado.

CAPÍTULO II

Da Instalação

Art. 2º A Câmara Municipal de Irineópolis instalar-se-á ao 1º (primeiro) dia de janeiro de cada Legislatura, às 09:00 horas (nove horas), em Sessão Solene, independente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes, que convidará um de seus pares para secretariar os trabalhos, abrindo a Sessão e declarando instalada a Legislatura.

§ 1º Os Vereadores presentes serão empossados pelo Presidente da Mesa, após a leitura do "Compromisso de Posse", nos seguintes termos:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO."

§ 2º Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador de pé declarará:

"ASSIM O PROMETO."

§ 3º O Presidente declarará empossados os Vereadores que prestaram juramento.

§ 4º Em seguida o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o compromisso contido no § 1º deste artigo.

§ 5º O Presidente, a seguir, concederá a palavra a qualquer dos empossados que quiser pronunciar-se.

§ 6º O Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito que não comparecerem à posse terão o prazo de quinze dias para fazê-lo, conforme o que determina a Lei Orgânica do Município. Se ausente o Prefeito ou o Vice-Prefeito, será tomado o compromisso daquele que comparecer.

§ 7º Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão a declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

§ 8º O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação de desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo previsto na Lei Orgânica.

§ 9º Em seguida, o Presidente suspenderá a Sessão pelo tempo necessário a fim de ser procedida a eleição da Mesa Diretora.

Art. 3º Reaberta a Sessão, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, proceder-se-á a eleição da Mesa que regerá os trabalhos durante o primeiro biênio legislativo.

§ 1º A eleição da Mesa dar-se-á segundo a forma do Capítulo II do Título II deste Regimento.

§ 2º Declarados eleitos e empossados os membros da Mesa, estes assumirão a direção dos trabalhos.

TÍTULO II

Da Mesa da Câmara

CAPÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 4º A Mesa é o órgão de direção dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 5º As funções dos membros da Mesa somente cessarão:

I - por morte;

II - ao fim de cada biênio legislativo;

III - pela renúncia apresentada por escrito;

IV - pela destituição do cargo;

V - pela perda do mandato; ou

VI - nas hipóteses de licenciamento de mandato.

§ 1º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, respeitado o direito de ampla defesa, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se um Vereador para completar o mandato.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso VI deste artigo os casos de licença por razão de saúde quando estes não ultrapassarem noventa dias e de licença gestação,

Art. 6º Vago qualquer cargo da Mesa, este deverá ser preenchido no prazo de quinze dias e a eleição respectiva realizar-se-á na fase do Grande Expediente ou em Sessão Extraordinária, para esse fim convocada.

§1º Vaga a Presidência, assumirá a função em caráter interino e sucessivamente:

I - o Vice-Presidente;

II - o Primeiro Secretário;

III - o Segundo Secretário; ou

IV - o Vereador mais idoso.

§ 2º Até que se proceda a eleição prevista neste artigo, o Presidente interino ficará investido na plenitude das funções do cargo.

§ 3º O membro eleito na forma do caput deste artigo completará o mandato do seu antecessor.

CAPÍTULO II**Da Eleição da Mesa**

Art. 7º A eleição para os cargos da Mesa Diretora para o primeiro biênio da Legislatura dar-se-á nos termos do art. 3º e art. 8º deste Regimento.

§ 1º A eleição para os cargos da Mesa Diretora para o segundo biênio da Legislatura realizar-se-á na primeira sessão ordinária do mês de dezembro, em reunião especificamente convocada para esse fim, empossados automaticamente os eleitos no dia 1º de janeiro da sessão legislativa subsequente.

Art. 8º A eleição da Mesa far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º Se qualquer dos candidatos não alcançar a maioria absoluta, proceder-se-á o segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio para o cargo em votação, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples.

§ 2º Se ocorrer empate, considerar-se-á eleito o mais idoso dos concorrentes.

§ 3º Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição da Mesa na primeira Sessão, conforme o disposto no art. 7º, o Presidente convocará Sessão para o dia seguinte, até plena consecução desse objetivo.

Art. 9º A votação para a eleição da Mesa far-se-á mediante escrutínio secreto, em cédula única, impressa, que conterá a indicação de cada cargo destacadamente.

§ 1º A cédula a que se refere o caput deste artigo será devolvida em sobrecarta devidamente rubricada pelo Presidente, sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário.

§ 2º Será considerado nulo o voto que não preencher as formalidades indicadas no parágrafo anterior ou que contiver sinais visíveis que o torne de qualquer modo identificável.

§ 3º Não havendo número legal, o Presidente da Mesa convocará

sessões diárias, até que haja quórum e seja eleita a Mesa.

Art. 10º A apuração será feita por escrutinadores pertencentes às diferentes bancadas e um membro da Mesa designado pelo Presidente.

CAPÍTULO III**Das Atribuições da Mesa**

Art. 11. À Mesa compete:

I - adotar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos, bem como dirigir os serviços da Câmara durante as sessões legislativas;

II - propor alteração, reforma ou substituição do Regimento Interno;

III - promulgar as emendas à Lei Orgânica e ao Regimento Interno;

IV - emitir parecer sobre proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara;

V - conferir aos seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos e administrativos da Casa;

VI - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

VII - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito;

VIII - mandar apurar denúncia ou reclamação que envolva matéria de competência da Câmara;

IX - adotar, mediante solicitação, as providências cabíveis para a defesa judicial e extrajudicial do Vereador contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar por intermédio da Procuradoria da Câmara;

X - promover a segurança, o transporte e o atendimento aos parlamentares e às autoridades convidadas ou recepcionadas pela Casa;

XI - orientar e supervisionar as representações da Câmara;

XII - conceder licença a Vereador;

XIII - declarar a perda de mandato de Vereador nas hipóteses legais e quando não for, por lei, de competência do Presidente;

XIV - propor privativamente à Câmara projeto dispondo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico de pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções e fixação do respectivo subsídio ou remuneração, observados os parâmetros estabelecidos em lei;

XV - prover os cargos, empregos e funções dos servidores da Câmara, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores, ou colocá-los em disponibilidade;

XVI - determinar a abertura de sindicância e inquérito administrativos;

XVII - elaborar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo;

XVIII - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Câmara e dos seus serviços;

XIX - apresentar à Câmara, na reunião de encerramento da sessão legislativa, sinopse do relatório de atividades do Poder Legislativo e, até 31 de janeiro do ano seguinte, providenciar a publicação da íntegra do relatório;

XX - organizar e manter o controle de desempenho das atividades dos servidores, bem como das medidas disciplinares a eles aplicadas;

XXI - declarar a extinção de Comissão não instalada no prazo regimental ou expirado o prazo de seu funcionamento;

XXII - enviar ao Prefeito, até o dia quinze do mês subsequente, as contas do mês anterior e, até 31 de janeiro do ano seguinte, as do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e balanço anual;

XXIII - informar ao Poder Executivo, para meros efeitos de registros contábeis e de consolidação no balancete e balanço do Município, os saldos não aplicados até 31 de dezembro;

XXIV - elaborar o regulamento dos serviços administrativos da

Câmara e interpretar conclusivamente, em grau de recurso, seus dispositivos, conforme previsto no art. 204 deste Regimento; XXV - garantir a segurança interna da Câmara; e XXVI - autorizar que sejam irradiados, fotografados, filmados ou televisionados os trabalhos da Câmara no Plenário.

Parágrafo único. As decisões da Mesa sobre assuntos administrativos serão formalizadas por meio de Ato da Mesa, com numeração iniciando e terminando em cada ano civil, seguida da data (Ato da Mesa n. , de).

Art. 12 Os membros da Mesa reunir-se-ão pelo menos mensalmente a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, assinando os seus respectivos atos e decisões.

CAPÍTULO IV Do Presidente

Art. 13 O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente:

I - quanto às atividades legislativas:

- a) nos períodos de recesso, comunicar aos Vereadores, com a antecedência prevista no §3º, art. 202 deste Regimento, a convocação de Sessões Extraordinárias, sob pena de responsabilidade;
- b) determinar o arquivamento de proposição por requerimento do autor, nos termos do inciso I do art. 151;
- c) não aceitar substitutivo ou emenda que não seja pertinente à proposição inicial;
- d) declarar prejudicada a proposição, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;
- e) autorizar o desarquivamento dos processos para os casos previstos no art. 134 deste Regimento;
- f) expedir processos às Comissões;
- g) zelar pelos prazos dos processos legislativos, bem como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito;
- h) nomear os membros das Comissões Temporárias, criadas por deliberação da Câmara, por indicação dos Líderes partidários ou de Blocos parlamentares, atendendo a proporcionalidade, e designar-lhes substitutos;
- i) declarar a perda de lugar de membro de Comissão, quando incidir no número de faltas previsto no art. 35 deste Regimento;
- j) fazer publicar os atos da Mesa e os da Presidência, bem como as resoluções, os decretos-legislativos e as leis por ele promulgadas;
- k) interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- l) designar relator especial, nos termos § 2º do art. 142 deste Regimento, e
- m) convocar e presidir a Reunião Preparatória, realizada antes da abertura da primeira Sessão Legislativa, com os Vereadores empossados, servindo para apresentação da Câmara, dos trabalhos legislativos e da legislação pertinente aos Vereadores.

II - quanto às Sessões:

- a) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender as Sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento;
- b) determinar ao primeiro secretário a leitura dos expedientes recebidos, proposições apresentadas e das comunicações pertinentes;
- c) determinar de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presenças;
- d) declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os tempos facultados aos oradores;
- e) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e à votação a matéria dela constante;
- f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;
- g) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando à ordem e, em caso de insistência,

cassando-lhe a palavra, podendo suspender, ainda, a Sessão quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

- h) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;
- i) estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;
- j) anunciar o que se tem para discutir ou votar e dar o resultado das votações;
- k) anotar em cada documento a decisão do Plenário;
- l) mandar anotar em livro próprio os precedentes regimentais para solução de casos análogos deste Regimento;
- m) manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os assistentes, retirá-los do recinto, podendo solicitar a força necessária para esses fins;
- n) anunciar o término das Sessões, convocando antes os Vereadores para a Sessão seguinte;
- o) determinar a organização da Ordem do Dia da Sessão subsequente para divulgá-la com no mínimo 24 horas de antecedência, exceto para projetos de urgência e urgência urgentíssima;
- p) comunicar ao Plenário a perda de mandato de Vereador na primeira Sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar da ata a declaração de extinção do mandato e convocar imediatamente o respectivo suplente; e
- q) fazer constar da ata os casos de falta ou omissão no desempenho das funções dos membros da Mesa Diretora, para os fins do § 1º do art. 24 deste Regimento.

III - quanto à administração da Câmara Municipal:

- a) superintender os serviços administrativos da Câmara, autorizar nos limites do orçamento as suas despesas e requisitar o número do Executivo, bem como assinar documentos relativos aos pagamentos dos compromissos da Câmara juntamente com, pelo menos, um dos secretários;
- b) apresentar ao Plenário e encaminhar à Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, até o dia quinze de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;
- c) proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação federal pertinente, e autorizar as despesas para as quais a lei dispense licitação;
- d) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara;
- e) providenciar, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a expedição de certidões que lhes forem solicitadas;
- e
- f) fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos realizados

IV - quanto às relações externas da Câmara:

- a) conceder audiências na Câmara em dia e hora pré-fixados;
- b) superintender a publicação dos trabalhos da Câmara;
- c) manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades;
- d) agir judicialmente em nome da Câmara, quando necessário;
- e) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formulados pela Câmara;
- f) dar ciência ao Prefeito em quarenta e oito horas, sempre que se tenham esgotados os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara, ou rejeitados na forma do Regimento Interno; e
- g) promulgar as resoluções e os decretos-legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou vetos que tenham sido rejeitados pelo Plenário, quando for o caso.

§ 1º As decisões administrativas do Presidente serão formalizadas por meio de Ato da Presidência, com numeração iniciando e terminando em cada ano civil, seguida da data (Ato da Presidência n. , de).

Art. 14 Compete, ainda, ao Presidente:

- I - executar as deliberações do Plenário;
- II - assinar a ata da Sessão, os editais e os expedientes da Câmara;
- III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa ou da Câmara;

IV - licenciar-se da presidência quando precisar ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
V - presidir a Sessão de eleição da Mesa do biênio seguinte;
VI - representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;
VII - requerer a intervenção no Município nos casos admitidos pelo art. 11 da Constituição do Estado e art. 35 e incisos da Constituição da República; e
VIII - interpelar judicialmente o Prefeito quando este deixar de colocar à disposição da Câmara no prazo legal as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo de dotações orçamentárias.

Art. 15 Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposições à consideração do Plenário, mas deverá afastar-se da presidência para discuti-las.

Art. 16 O Presidente da Câmara ou seu substituto legal só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III - nas votações secretas;

IV - nas votações nominais; e

V - quando houver empate em qualquer votação no Plenário, exceto nos casos de votações secretas.

Art. 17 Exceto quando no uso da Tribuna, é vedado interromper ou apartear o Presidente quando este estiver com a palavra.

Art. 18 O Presidente será sempre considerado para efeito de quórum para que se proceda à discussão e à votação das proposições em Plenário.

CAPÍTULO V

Do Vice-Presidente

Art. 19 O Vice-Presidente deverá:

I - substituir o Presidente em suas faltas, ausências, quando fizer uso da Tribuna, nos seus impedimentos ou nas suas licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses investido na plenitude das respectivas funções; e

II - promulgar e fazer publicar obrigatoriamente as resoluções, decretos-legislativos e as leis não sancionadas pelo Executivo sempre que o Presidente, ainda que em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

Art. 20 Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início das Sessões, o Vice-Presidente o substituirá no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar imediatamente a sua chegada.

CAPÍTULO VI

Dos Secretários

Art. 21 Compete ao 1º Secretário:

I - Nos casos previstos em lei assumir a presidência da Câmara na ausência do Presidente e vice-presidente.

II - fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

III - ler os expedientes bem como as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;

IV - assinar com o Presidente os atos da Mesa;

V - auxiliar a Presidência na inspeção e direção dos serviços administrativos e na observância das normas legais; e

VI - assinar, juntamente com o Presidente, os documentos relativos aos pagamentos dos compromissos da Câmara.

Art. 22 Compete ao 2º Secretário:

I - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da Sessão, assinando-a juntamente com o Presidente;

II - anotar a presença dos Vereadores nos termos previstos neste Regimento;

III - substituir o 1º Secretário nas suas ausências, licenças e nos

seus impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas atribuições;

IV - assinar, na recusa ou impedimento do 1º Secretário, juntamente com o Presidente os documentos relativos aos pagamentos dos compromissos da Câmara;

V fazer a inscrição dos oradores; e

VI Nos casos previstos em lei assumir a presidência da Câmara na ausência do Presidente, vice-presidente e primeiro-secretário.

CAPÍTULO VII

Da Renúncia e da Destituição da Mesa

Art. 23 A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido efetivando-se imediatamente.

§ 1º A comunicação da renúncia a que se refere o caput será feita por meio da leitura em Plenário do seu respectivo ofício na Sessão Ordinária subsequente.

§ 2º Em caso de renúncia integral da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais idoso, que deverá convocar nova eleição para cumprimento do mandato pelo tempo restante, obedecido o art. 3º deste Regimento.

Art. 24 Os membros da Mesa isoladamente ou em conjunto poderão ser destituídos de seus cargos mediante resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara, assegurado-lhes o direito de ampla defesa.

§ 1º O membro da Mesa é passível de destituição quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas funções regimentais ou então exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

§ 2º A deliberação sobre o projeto de resolução que proponha a destituição do acusado ou dos acusados será realizada em Sessão Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 25 O processo de destituição terá início por representação subscrita necessariamente, por um dos membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor, em qualquer fase da Sessão, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 1º Oferecida à representação, nos termos do presente artigo, e recebida pelo Plenário, a mesma será transformada em projeto de resolução pela Comissão de Constituição e Justiça, entrando para a Ordem do Dia na Sessão subsequente àquela em que foi apresentada, dispondo sobre a Comissão de Investigação e Processante.

§ 2º Aprovado, por maioria simples, o projeto a que alude o parágrafo anterior, serão sorteados três Vereadores, entre os desimpedidos, para a Comissão de Investigação e Processante, que se reunirá dentro das 48 horas seguintes, sob a presidência do mais idoso de seus membros.

§ 3º Da Comissão não poderão fazer parte o acusado ou acusados e o denunciante ou denunciantes.

§ 4º Instalada a Comissão, o acusado ou os acusados serão notificados dentro de quarenta e oito horas e terão prazo de dez dias para apresentarem, por escrito, defesa prévia.

§ 5º Findo o prazo de defesa estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não de defesa prévia, procederá as diligências necessárias, emitindo seu parecer ao final.

§ 6º O acusado ou os acusados poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão, inclusive com a presença de seus advogados se o desejarem.

§ 7º A Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de vinte dias para emitir e dar publicidade ao parecer a que alude o § 5º deste artigo, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se julgá-las infundadas ou, em caso contrário, por projeto de resolução propondo a destituição do acusado ou dos acusados.

§ 8º O parecer da Comissão, quando concluir pela improcedência das acusações, será apreciado em discussão e votação únicas, na fase da Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária subsequente à publicação.

§ 9º Para a discussão do parecer terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o relator e o acusado ou os acusados.

Para discutir o parecer ou Projeto de Resolução da Comissão de Investigação e Processante, ou da Comissão de Justiça, conforme o caso, cada vereador disporá de 15 (quinze) minutos, exceto o Relator e o acusado, ou acusados, cada um dos quais poderá falar durante 60(sessenta) minutos, sendo vedada a cessão de tempo.

§ 10. Se por qualquer motivo não se concluir a apreciação do parecer na fase da Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária, as Sessões Ordinárias subseqüentes ou as Sessões Extraordinárias para esse fim convocadas serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a sua definitiva deliberação do Plenário.

§ 11. O parecer da Comissão que concluir pela improcedência das acusações será votado por maioria simples, determinando-se:

- a) ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;
- b) a remessa do processo à Comissão de Constituição e Justiça, se rejeitado.

§ 12. Ocorrendo a hipótese da alínea "b" do parágrafo anterior, a Comissão de Constituição e Justiça elaborará dentro de quinze dias da deliberação do Plenário parecer que conclua por projeto de resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados, o qual será deliberado na forma prevista no § 2º do art. 24 deste Regimento.

§ 13. Sem prejuízo do afastamento, que será imediato, a resolução respectiva será promulgada e enviada à publicação, dentro de 48 horas da deliberação do Plenário pela Presidência ou seu substituto legal, ou vereador mais idoso se a substituição for total.

Art. 26 Os membros da Mesa envolvidos nas acusações não poderão presidir nem secretariar os trabalhos de investigação, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer ou o projeto de resolução da Comissão de Investigação e Processante ou da Comissão de Constituição e Justiça, conforme o caso, estando igualmente impedidos de participarem de sua votação.

Parágrafo único. O denunciante ou denunciante são impedidos de votar a denúncia, reduzindo-se conseqüentemente o quórum.

TÍTULO III

Das Comissões

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 27 Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara, em caráter permanente ou transitório, destinados a proceder estudos, a emitir pareceres especializados, sempre que possível a realizar investigações ou à representação da Câmara.

Art. 28 As Comissões serão:

- I - Permanentes; e
- II - Temporárias.

CAPÍTULO II

Das Comissões Permanentes

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 29 As Comissões Permanentes, em número de cinco, são as seguintes:

- I - de Constituição e Justiça, de Técnica Permanente de Legislação Participativa; de Redação Final de Leis ;
- II - de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira;
- III - de Viação, Obras e Serviços Públicos, Patrimônio, Urbanismo, Meio Ambiente e Transportes;
- IV- de Educação, Cultura, Defesa do Consumidor, Segurança Pública, Direitos Humanos, Trabalho e Legislação Social, Saúde, Promoção Social e Desporto;
- V - de Agricultura, Indústria, Comércio, Geração de Renda e Turismo;

§ 1º As Comissões Permanentes serão compostas por 03 (três) membros e um suplente

§ 2º Cada Vereador, à exceção do Presidente da Mesa que não participará das Comissões, poderá pertencer no máximo de três (3) comissões, salvo quando não houver número suficiente de vereadores;

§ 3º Os membros das Comissões Permanentes exercerão suas funções até o término do biênio da Legislatura para a qual tenham sido eleitos.

§ 4.º Os vereadores suplentes assumirão a(s) vaga(s) na(s) comissão(ões) do vereador titular substituído.

SEÇÃO II

Da Composição das Comissões Permanentes

Art. 30 A composição das Comissões Permanentes será feita de comum acordo entre o Presidente da Câmara e os Líderes ou representantes de bancadas, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

Art. 31 Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha dos membros das Comissões Permanentes por eleição em Plenário, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 1º Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão.

§ 2º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão.

§ 3º Se os empatados se encontrarem em igualdade de condições, será considerado eleito o mais idoso.

§ 4º No ato da composição das Comissões Permanentes, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado.

Art. 32 A votação para a constituição de cada uma das Comissões Permanentes far-se-á mediante voto secreto em cédula separada, impressa, com a indicação do nome do votado.

Art. 33 A constituição das Comissões Permanentes far-se-á na fase destinada à Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária de cada biênio da Legislatura.

§ 1º Se a constituição das Comissões Permanentes se fizer mediante acordo, a fase da Ordem do Dia será destinada apenas à proclamação.

§ 2º Se, por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma Sessão a constituição de todas as Comissões Permanentes, a fase da Ordem do Dia de Sessões Ordinárias subseqüentes destinar-se-á ao mesmo fim, até plena consecução desse objetivo.

§3º Dentro da Legislatura, os mandatos dos membros de uma Comissão Permanente ficam automaticamente prorrogados até que se proceda a sua recomposição.

Art. 34 Constituídas as Comissões Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do mais idoso de seus membros presentes, proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, vedada a reeleição.

Parágrafo único. Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão será presidida interinamente pelo mais idoso de seus membros.

Art. 35 Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos, caso não compareçam a cinco reuniões ordinárias intercaladas ou a três reuniões consecutivas.

§ 1º A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão, nos termos do inciso I, alínea i do art. 13 deste Regimento.

§ 2º Não se aplicará o disposto neste artigo ao Vereador que comunicar, antes da reunião da referida Comissão, ao Presidente da Comissão as razões de sua ausência para posterior justificação das faltas perante o Presidente da Câmara, desde que deferido o pedido de justificação.

§ 3º O Vereador destituído nos termos do presente artigo, não poderá ser designado para integrar nenhuma outra Comissão Permanente até o final do biênio da Legislatura.

§ 4.º O Presidente da Comissão comunicará o horário em que

regularmente deve se reunir a comissão, o qual será enviado ao presidente que determinará a sua leitura na sessão ordinária seguinte.

Art. 36 No caso de vaga, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença o lugar.

§ 1º O suplente, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Permanentes.

§ 2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§ 3º Caso o Líder do Partido a que pertença o lugar não indique o substituto em dois dias após a vaga, cabe ao Presidente da Câmara indicá-lo.

Art. 37 A Imprensa Oficial publicará bianualmente a constituição das Comissões Permanentes.

SEÇÃO III

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 38 Compete às Comissões Permanentes

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir-lhes parecer;

II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação; e

III - elaborar seus regulamentos.

§ 1º As audiências de que trata o inciso II serão realizadas mediante deliberação da própria Comissão ou por aprovação de requerimento de qualquer Vereador, em Plenário, ou ainda a pedido de entidade civil legalmente constituída.

§ 2º Para a abertura e a continuidade dos trabalhos de audiência pública não será exigido o quórum previsto para as reuniões das Comissões Permanentes.

Art. 39 É competência específica:

I - da Comissão de Constituição e Justiça, de Técnica Permanente de Legislação Participativa e de Redação Final de Leis

a) Constituição e Justiça:

§1.º manifestar-se sobre o aspecto legal, jurídico, constitucional e regimental das matérias, as quais não poderão tramitar na Casa sem seu parecer, salvo as exceções previstas neste regimento;

§2.º opinar sobre o mérito das matérias que disserem respeito à organização da Câmara e Prefeitura, contratos, ajustes, convênios e licença do Prefeito e Vereadores.

§3.º O projeto em que a Comissão de Constituição e Justiça exarar parecer pela inadmissibilidade ou arguir sua inconstitucionalidade, terá seu parecer apreciado pelo Plenário e somente prosseguirá se o parecer for rejeitado.

b - de Técnica Permanente de Legislação Participativa

§ 1.º emitir sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos;

§2.º pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no parágrafo anterior;

§ 3.º As sugestões de iniciativa legislativa que recebem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas a Mesa para tramitação;

§ 4.º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhados ao arquivo.

§ 5.º Aplica-se a apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

§ 6.º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para

o trâmite regimental.

III - de Redação de leis:

Parágrafo único: Compete apresentar a redação final das proposições, salvo os casos em que a atribuição estiver expressamente definida neste regimento a outra Comissão ou quando se tratar de projetos de Resolução a economia interna da Casa.

II - da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira:

§ 1.º emitir pareceres sobre todas as propostas referentes à matéria financeira, especificamente em relação: ao acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Proposta Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e as suas alterações;

§ 2.º emitir pareceres sobre matéria tributária, abertura de créditos, concessões ou obtenções de empréstimos, e os que, direta ou indiretamente, alteram a despesa ou a receita do Município ou acarretam responsabilidade ao erário público;

§ 3.º emitir pareceres nas proposições que fixem os vencimentos dos servidores municipais, os subsídios e a verba de representação do Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores;

§ 4.º emitir pareceres nos projetos que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

III - da Comissão de Viação, Obras e Serviços Públicos, Patrimônio, Urbanismo, Meio Ambiente e Transporte:

a) opinar sobre assuntos referentes a transportes e comunicação;

b) exarar parecer sobre concessão de serviços públicos;

c) manifestar-se sobre todos os projetos referentes a realização de obras e execução de serviços do Município;

d) emitir parecer sobre assuntos ligados ao urbanismo, meio ambiente e patrimônio.

IV - da Comissão de Educação, Cultura, Defesa do Consumidor, Segurança Pública, Direitos Humanos, Trabalho e Legislação Social, Saúde, Promoção Social e Desporto

Parágrafo único: emitir parecer sobre todas as matérias relativas à Educação, Cultura, Defesa do Consumidor, Segurança Pública, Direitos Humanos, Trabalho e Legislação Social, Saúde, Promoção Social e Desporto.

V - da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Geração de Renda e Turismo:

Parágrafo único: emitir parecer sobre assuntos relativos a Agricultura, Indústria, Comércio, Geração de Renda e Turismo;

Art. 40 É vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição específica.

SEÇÃO IV

Da Presidência das Comissões Permanentes

Art. 41 Ao Presidente da Comissão compete:

I - presidir todas as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessárias;

II - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e à votação;

III - convocar reuniões extraordinárias;

IV - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar relatores, incluindo a Presidência, distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita à apreciação, independentemente da reunião da Comissão;

V - conceder a palavra a membros da Comissão, pelo tempo que julgar necessário;

VI - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;

VII - ser representante da Comissão junto à Mesa;

VIII - dirimir de acordo com o este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante Comissão;

IX - enviar à Mesa, no fim do Período Legislativo, com subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão e mensalmente relatório de presença dos membros nas reuniões

realizadas;

- X - votar em todas às deliberações da Comissão; e
- XI - transmitir à Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante às Sessões Plenárias.
- XII - Fazer a comunicação ao Presidente referente ao dia da semana e hora em que a Comissão irá se reunir geralmente.

Art. 42 Os Presidentes das Comissões Permanentes reunir-se-ão obrigatoriamente uma vez a cada Período Legislativo, sob a presidência do Presidente da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

SEÇÃO V

Das Reuniões das Comissões Permanentes

Art. 43 As Comissões reunir-se-ão ordinariamente uma ou mais vezes por semana, em dias pré-fixados, ou extraordinariamente quando convocadas por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Do horário previsto na convocação de suas reuniões, haverá tolerância de dez minutos para seu início, lavrando-se ata negativa, logo após, se não houver quórum para os trabalhos.

Art. 44 As reuniões das Comissões, salvo deliberação em contrário, serão públicas, delas podendo participar, com a permissão do Presidente, qualquer Vereador ou cidadão que poderá discutir nelas o assunto de que se ocuparem, nunca por tempo superior a cinco minutos.

§1º As Comissões não poderão se reunir durante o transcorrer das Sessões Ordinárias da Câmara, ressalvadas as exceções regimentais ou por decisão da maioria absoluta do Plenário.

§ 2º Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, com o sumário do ocorrido durante sua realização, devendo ser assinadas pelos membros presentes.

§ 3º Poderão, ainda, participar das reuniões das Comissões Permanentes, como convidados, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades, em condições de propiciar esclarecimentos sobre assunto submetido à apreciação das mesmas.

§ 4º O convite a que se refere o parágrafo anterior será formulado pelo Presidente da Comissão, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 45 Sempre que os membros das Comissões não puderem comparecer às reuniões, comunicarão por escrito previamente, salvo motivo de força maior, o motivo ao Presidente que consignará justificativa em ata.

SEÇÃO VI

Dos Trabalhos das Comissões Permanentes

Art. 46 O trabalho das Comissões Permanentes obedecerá à seguinte ordem:

- I - leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - leitura sumária do expediente;
- III - leitura dos pareceres; e
- IV - discussão e deliberação dos pareceres.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada por decisão da Comissão, quando se tratar de proposição urgente ou quando solicitada preferência para determinada matéria.

§ 2º As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 47 Salvo as exceções previstas neste Regimento, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo de 08 (oito) dias, prorrogáveis pelo prazo necessário, solicitado pela Comissão, ouvido o autor e deliberado pela maioria absoluta do Plenário.

§ 1º O prazo previsto neste artigo terá início a partir da data em que for designado o relator.

§ 2º O Presidente da Comissão, dentro do prazo máximo de dois dias úteis, designará os respectivos relatores, sendo vedada a indicação de Vereador que já atuou como relator no mesmo projeto.

§ 3º Após a distribuição das matérias, o relator terá o prazo improrrogável de 03 (três) dias para relatá-la.

§ 4º Esgotado o prazo sem apresentação de parecer, o Presidente avocará o processo, convocando reunião extraordinária no prazo máximo de cinco dias, para apreciação de seu relatório.

§ 5º Após estar o processo devidamente relatado, o pedido de vista será concedido, se requerido, simultaneamente a todos os membros, pelo prazo improrrogável de 03 (três) dias, exceto no caso do parágrafo anterior, quando o prazo será de dois dias.

§ 6º Decorrido os prazos previstos no caput deste artigo, deverá o processo ser devolvido à Presidência da Mesa com ou sem parecer, sendo que, na falta deste, o Presidente da Comissão declarará o motivo.

§ 7º Não devolvido o processo na forma do parágrafo anterior, o Presidente da Mesa determinará a sua reconstituição, dando-lhe o encaminhamento regimental, ou incluindo-o na Ordem do Dia quando decorridos todos os prazos das Comissões.

§ 8º Decorrido o prazo da Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado às Comissões de mérito que o apreciarão simultaneamente.

§ 9º Apresentadas emendas ou substitutivos nas Comissões de mérito será o projeto submetido a exame da Comissão de Constituição e Justiça pelo prazo improrrogável de 07 (sete) dias e devolvido à Mesa para inclusão na Ordem do Dia.

§ 10 Apresentadas emendas ou substitutivos em Plenário, na conformidade do art. 138 e do § 2º do art. 142 deste Regimento, serão os mesmos submetidos a novo exame das Comissões originalmente designadas para se manifestarem num prazo de sete dias úteis para exarar parecer quanto à admissibilidade, e às comissões de mérito o prazo de sete dias úteis, sendo este conjunto quando for ouvida mais de uma comissão.

§ 11 As Comissões Permanentes poderão requisitar do Executivo Municipal, por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente da manifestação do Plenário, todas as informações que julgarem necessárias ao aperfeiçoamento da matéria, prazo em que se suspenderá a tramitação da proposição até a devolução das informações para a Comissão solicitante.

§ 12 Quando as informações forem solicitadas a entidades não municipais, a tramitação da matéria será suspensa pelo prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período a critério da Comissão solicitante, findo o qual, sem que sejam elas respondidas, cumprirá à Comissão formar juízo sobre a matéria.

§ 13 Aprovado requerimento para audiência de Comissão, observar-se-ão os prazos estabelecidos no § 9º deste artigo.

§ 14 O estabelecido no parágrafo anterior fica condicionado à apresentação de fatos novos, devidamente justificados pelo autor do requerimento, no prazo de sete dias a contar da data de aprovação do requerimento ou do respectivo ato de deliberação pelas Comissões.

§ 15 O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados na presente seção.

SEÇÃO VII

Das Audiências Públicas

Art. 48. Aprovado o requerimento para realização de audiências públicas, publicar-se-á o respectivo edital, com no mínimo quinze dias de antecedência de sua realização, devendo:

I - ser o edital publicado no recinto da Câmara Municipal, na sede do Executivo Municipal, por meio eletrônico e, quando possível, nas comunidades abrangidas pela audiência pública, em locais como conselhos comunitários, associações de moradores, escolas e igrejas;

II - deverá constar no edital:

- a) data, hora e local da realização da audiência;
- b) resumo do assunto a ser tratado; e
- c) forma de inscrição para participação nas audiências.

III. Poderão participar das audiências técnicos de reconhecida competência, convidados para tal, representantes de entidades

devidamente legalizadas e munícipes, previamente inscritos perante a respectiva Comissão.

IV. Quando da realização destas audiências deverá ser concedida a palavra a quem queira fazer uso, por até cinco minutos, tendo preferência o autor do requerimento para sua realização, Vereadores, técnicos convidados, representantes de entidades e, por final, munícipes participantes.

V. Da audiência pública lavrar-se-á ata contendo sucintamente os assuntos tratados, sendo apreciada pela Comissão Permanente afeta para posterior divulgação por meio eletrônico.

Parágrafo único. As atas deverão estar disponíveis por meio eletrônico, no mínimo, até trinta dias após a sua publicação.

CAPÍTULO III

Das Comissões Temporárias

Art. 49 As Comissões Temporárias, que se extinguem logo que tenham alcançado o seu objetivo ou que tenha seus prazos expirados, são:

I - Parlamentares Especiais;

II - Parlamentares de Inquérito;

III - de Representação; e

IV - de Investigação e Processante.

§ 1º Adotar-se-á na composição das Comissões o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV.

§ 2º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros ao Plenário, exceto a a prevista no inciso IV.

SEÇÃO I

Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 50 As Comissões Especiais destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância, sendo o requerimento para sua instalação aprovado conforme parágrafo único do art. 113 deste Regimento.

§ 1º A proposição indicará a finalidade, devidamente fundamentada, e o número de membros que a deverão compor.

§ 2º Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Art. 51 Composta a Comissão, a mesma deverá instalar-se num prazo de três dias úteis para, sob a presidência do mais idoso dos seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

SEÇÃO II

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 52 As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno e na legislação federal, serão constituídas mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara, para a apuração de fato determinado com prazo certo.

§ 1º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente constituir a Comissão no prazo de dez dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§ 2º Instalada a Comissão no prazo máximo de três dias úteis, sob a presidência do mais idoso de seus membros, esta elegerá o presidente e o relator, podendo, se necessário, neste e a qualquer momento, designar sub-relatores.

§ 3º Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de quinze dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§ 4º Decorrido o prazo, a Comissão deliberará sobre o relatório preliminar nos dois dias úteis subsequentes.

§ 5º As deliberações da Comissão serão obtidas por maioria de

votos.

§ 6º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará, por intermédio da Mesa, os funcionários do quadro de pessoal da Câmara necessários aos trabalhos ou designará técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho de suas atribuições.

§ 7º A Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações, requisitar documentos.

§ 8º As conclusões da Comissão poderão ser encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 53 A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 54 A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente, observado o prazo de oito dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento.

Art. 55 As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados convocados pelo Presidente da Comissão, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas.

Parágrafo único. A critério da Comissão poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não a Câmara Municipal de Iriepópolis.

Art. 56 Toda e qualquer diligência, requisição de documentos e informações solicitadas na forma dos arts. 54 e 55 deste Regimento serão deferidas de plano pelo Presidente da Comissão, desde que relacionadas com o fato determinado objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá de ofício ao plenário sua decisão no prazo de 24 horas.

Art. 57 A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará suas conclusões em forma de relatório, o qual instruirá a respeito, conforme o disposto no inciso III do art. 122 deste Regimento, encaminhando-o à Mesa Diretora dentro do prazo fixado para o encerramento dos seus trabalhos.

SEÇÃO III

Das Comissões de Representação

Art. 58 As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não eminentemente de Vereadores, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário e/ou os membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

SEÇÃO IV

Das Comissões de Investigação e Processante, do Conselho de Ética Parlamentar e Ouvidoria Parlamentar

Art. 59 As Comissões de Investigação e Processante poderão ser constituídas na forma prevista na legislação federal aplicável e Decreto-Lei n.º 201/67, a qual seguirá, também para apreciar denúncia que poderá resultar em destituição da Mesa ou de membros da Mesa.

Art. 60 O Conselho de Ética Parlamentar terá poderes para deliberar sobre as faltas contra o decoro e a ética parlamentar de Vereadores no exercício de seu mandato, nos termos deste Regimento Interno e será composto por três membros indicados pela Presidência.

§ 1.º Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e das liberdades fundamentais;
- b) ilegalidade ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa; e
- d) assuntos recebidos pelo sistema de atendimento à população;

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III - propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Câmara;

IV - sugerir, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Federal, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitam maiores esclarecimentos;

VI - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse; e

VII - realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

§ 2.º A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral e um Ouvidor Substituto designado dentre os membros da Casa pelo Presidente da Câmara, a cada mandato da Mesa, no início da sessão legislativa, vedada a recondução no período subsequente.

§ 3.º O Ouvidor Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I - solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara;

II - ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros documentos que se façam necessários; e

III - requerer diligências e investigações, quando cabíveis.

Parágrafo único. A demora injustificada na resposta às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor Geral poderá ensejar a responsabilização da autoridade ou do servidor.

§ 4.º Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa.

§ 5.º As petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputadas a membros da Casa serão recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso, desde que:

I - encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas em formulário próprio, ou por telefone, com identificação do autor; e

II - o assunto envolva matéria de competência da Câmara.

CAPÍTULO V

Dos Pareceres

Art. 61 Parecer é o pronunciamento escrito da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo único. O parecer poderá ser emitido oralmente quando o relator for designado em atendimento no § 2º do art. 142 deste Regimento

Art. 62 Os membros das Comissões emitirão seus juízos sobre a

manifestação do relator ou voto em separado mediante oposição de assinatura.

§ 1º A simples oposição da assinatura, sem qualquer outra observação, implicará na concordância total do signatário à manifestação do parecer.

§ 2º Todos os pareceres das Comissões Permanentes serão lidos e discutidos em Plenário.

§ 3º Com exceção do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, desde que este tenha obtido o voto da maioria de seus membros, os pareceres das Comissões Permanentes não serão votados em Plenário, servindo apenas para formar juízo.

§ 4º Ocorrendo à exceção prevista no parágrafo anterior será a proposição remetida à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia da primeira Sessão subsequente, que deliberará sobre o parecer.

§ 5º Aprovado pelo Plenário o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria será arquivada.

§ 6º Rejeitado pelo Plenário o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça a proposição retornará à sua tramitação normal.

TÍTULO IV

Do Plenário

Art. 63 Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores.

TÍTULO V

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Das Faltas

Art. 64 Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às reuniões das Sessões Plenárias, salvo motivo justificado por escrito antes do início da reunião ou até a próxima sessão.

§ 1º Durante a realização das Reuniões Plenárias, o 2º Secretário fará a verificação da presença dos Vereadores e o devido registro no início da Ordem do Dia.

§ 2º Atribuir-se-á falta ao Vereador que não estiver na verificação anterior.

§ 3º Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

I - doença;

II - gala;

III - nojo;

IV - participação em congressos, seminários e outros eventos oficiais; ou

V - representação da Câmara em eventos externos; e

VI - Atividade parlamentar externa.

VII - Motivo de força maior.

§ 4º A justificação far-se-á ao Presidente da Câmara que a registrará.

§ 5º As faltas atribuídas aos Vereadores serão descontadas por decisão da Mesa a razão de um doze avos do subsídio mensal fixado, por falta.

CAPÍTULO II

Dos Líderes e dos Vice-Líderes

Art. 65 Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º Cada representação partidária deverá indicar à Mesa, no início do Período Legislativo, os respectivos Líderes e Vice-Líderes, estes até o máximo de dois.

§ 2º Os Líderes serão substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos pelos Vice-Líderes.

§ 3º Sempre que houver alteração na liderança, deverá ser feita a devida comunicação à Mesa por escrito.

Art. 66 É da competência do Líder, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento:

I - indicação de Vereadores de sua bancada para integrar Comissões;

II - indicação de oradores para as Sessões Solenes, Comemorativas ou Especiais; e

III - arquivamento e desarquivamento de proposições de ex-Vereadores que pertençam ao seu partido ou bloco partidário.

Art. 67 O Líder poderá, falando em questão de ordem, dirigir à Mesa comunicações relativas à sua bancada ou ao partido a que pertença, quando pela sua relevância e urgência interessem ao conhecimento da Câmara ou ainda para indicar, nos impedimentos de membros da Comissão pertencentes à bancada, os respectivos substitutos.

Art. 68 Sempre que o Prefeito, por meio de ofício dirigido à Mesa, indicar Vereadores para exercer a Liderança e Vice-Liderança de Governo, estes gozarão de todas as prerrogativas concedidas aos líderes e Vice-Líderes de bancada ou bloco partidário.

Parágrafo único. O Líder do Governo poderá na sua ausência e na ausência do Vice-Líder indicar à Mesa seu representante.

Art. 69 As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por membros da Mesa Diretora, salvo se não tiverem outra opção.

CAPÍTULO III

Dos Blocos Partidários

Art. 70 As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§ 1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Câmara.

§ 2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§ 3º Não será admitido bloco parlamentar composto de menos de um quinto dos membros da Câmara.

§ 4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa para registro e publicação.

§ 5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido será revista a composição das Comissões, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

TÍTULO VI

Das Reuniões

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

SEÇÃO I

Das Espécies de Sessão

Art. 71 As Sessões da Câmara serão:

I - Solenes de Instalação;

II - Ordinárias; e

III - Extraordinárias;

§1º As Reuniões Extraordinárias convocadas nos termos do art.19, § 34.º e § .º, da Lei Orgânica do Município, compor-se-ão, salvo o disposto no art. 211 deste Regimento, exclusivamente do Pequeno Expediente e da Ordem do Dia, desta constando apenas as matérias objeto da convocação.

§2º As Sessões Extraordinárias, que terão a mesma duração que as Ordinárias, poderão ser diurnas ou noturnas, nos próprios dias de Sessão Ordinária, antes ou depois desta e em qualquer outro

dia, inclusive domingos, feriados, dias santos e de ponto facultativo.

§ 3º Se, eventualmente, a Sessão Extraordinária, iniciada antes da Sessão Ordinária, prolongar-se até a hora da abertura desta última, poderá a convocação da Sessão Ordinária ser considerada sem efeito, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara, deferido de plano pelo Presidente, dando-se prosseguimento à Sessão Extraordinária em curso, para ao término ocorrer a sessão ordinária.

§ 4º O requerimento a que alude o parágrafo anterior deverá ser entregue à Mesa 15 minutos antes da hora prevista para a abertura da Sessão Ordinária.

IV - Especiais, Solenes ou Comemorativas.

§ 1º As Sessões Especiais destinam-se à realização de palestra e de debates sobre assuntos de relevante interesse público e serão admitidas em Plenário quando esgotado o tema no âmbito das Comissões.

§ 2º As Sessões Solenes destinam-se à instalação e posse de mandatos e à concessão de honrarias.

§ 3º As Sessões Comemorativas destinam-se a homenagear datas e eventos históricos e significativos.

§ 4º As Sessões previstas neste inciso serão convocadas pelo Presidente, mediante requerimento apresentado com antecedência mínima de dez dias da data proposta para sua realização, contendo indicativo de endereço dos convidados, subscrito, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara e aprovado pela maioria absoluta, excluindo-se dessas exigências aquelas Sessões que derem cumprimento ao art. 197 deste Regimento.

§ 5º As Sessões previstas neste inciso serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, para o fim específico que lhe for determinado.

§ 6º Todas as Sessões da Câmara serão públicas.

§ 7º Na abertura das Sessões, a Presidência usará da expressão: "INVOCAMOS A PROTEÇÃO DE DEUS PARA DECLARARMOS ABERTA A PRESENTE SESSÃO".

Art. 72 As Sessões só poderão ser abertas e ter prosseguimento com a presença de no mínimo um terço dos membros da Câmara.

§ 1º Se na hora regimental não estiverem presentes os membros da Mesa, assumirá a Presidência e abrirá a Sessão o Vereador mais idoso entre os presentes.

§ 2º O Presidente convidará qualquer Vereador para substituir os Secretários na falta ocasional dos respectivos titulares.

§ 3º Os membros da Mesa não poderão abandonar seus lugares sem que sejam substituídos imediatamente.

Art. 73 Em Sessão Plenária, cuja deliberação dependa de quórum, este poderá ser constatado por meio de verificação de presença feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer Vereador, atendido de imediato.

Art. 74 Durante as Sessões somente os Vereadores e os funcionários designados pela Presidência poderão permanecer no Plenário.

§ 1º Os Vereadores e funcionários somente se apresentarão em Plenário em traje passeio completo nas Sessões Solenes e Comemorativas e, em traje passeio, nas demais.

§ 2º A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos no Plenário autoridades públicas federais, estaduais ou municipais e convidados que terão lugar reservado no recinto.

§ 3º Os visitantes E CONVIDADOS, convenientemente trajados, quando recebidos no Plenário, em dias de Sessão, poderão usar da palavra por no máximo 03 (três) minutos, salvo deliberação em contrário da mesa que poderá conceder mais tempo.

§ 4º Os meios de comunicação terão acesso ao Plenário somente para registro de imagens.

SEÇÃO II

Da Suspensão e do Encerramento da Sessão

Art. 75 A Sessão poderá ser suspensa:

I - por decisão de no mínimo dois terços dos Vereadores presentes;

- II - para preservação da ordem;
- III - para permitir, quando for o caso, a apresentação de parecer verbal ou escrito; ou
- IV - para recepcionar visitantes ilustres, por Comissão;
- V - para reunião dos senhores Vereadores a fim de tratar de assuntos relativos à Câmara ou para que as Bancadas se posicionem sobre determinado assunto relativo à Sessão Plenária em andamento.

Parágrafo único. A suspensão da Sessão dar-se-á pelo tempo necessário, não se computando esse tempo na duração da Sessão.

Art. 76 A Sessão será encerrada antes da hora regimental nos seguintes casos:

- I - por falta de quórum regimental para prosseguimento dos trabalhos;
- II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores; ou
- III - tumulto grave.

SEÇÃO III

Da Prorrogação das Sessões

Art. 77 As Sessões poderão ser prorrogadas por tempo determinado, para terminar a discussão e votação de processo em debate ou a conclusão da votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Art. 78 Nos requerimentos de prorrogação de Sessão não se admitirá discussão, encaminhamento de votação ou declaração de voto, facultando-se a sua apresentação de forma escrita ou oral.

§ 1º Os requerimentos de prorrogação deverão ser apresentados à Mesa até dez minutos antes do término da Sessão.

§ 2º Formulado o requerimento o Presidente o colocará em votação dentro dos minutos restantes da Sessão, interrompendo, se for o caso, o orador que estiver na Tribuna.

SEÇÃO IV

Do Uso e do Tempo da Palavra

Art. 79 Durante as Sessões, o Vereador só poderá falar segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão da Tribuna nos seguintes casos:

- a) como oradores, desde que devidamente inscritos;
- b) para discussão de proposição; ou
- c) em Explicação Pessoal.

II - os Vereadores poderão fazer uso da palavra sentados, para os casos do inciso anterior, quando enfermos, na formulação de questões de ordem ou em aparte aos oradores;

III - ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

IV - a nenhum orador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda e somente após a concessão a secretaria iniciará o apanhamento;

V - a não ser para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerado o Vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;

VI - se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe é concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar assento;

VII - se apesar da advertência e do convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VIII - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;

IX - se o Vereador ainda insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da Sessão, o Presidente poderá suspendê-la;

X - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou

de "Vereador";

XI - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 80 As questões de ordem serão deferidas nos seguintes casos:

- I - reclamar contra preterição de formalidade regimental;
- II - suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento ou quando este for omissivo e propor o melhor mérito para o andamento dos trabalhos;
- III - na qualidade de Líder, para dirigir comunicação à Mesa;
- IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou
- V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara.

§ 1º Não se admitirão questões de ordem:

- I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;
- II - na fase do Pequeno Expediente;
- III - quando houver orador na Tribuna; ou
- IV - quando se estiver procedendo a qualquer votação.

§2º Se a questão de ordem comportar resposta, esta deverá ser dada imediatamente, se possível, ou, caso contrário, em fase posterior da mesma Sessão ou na Sessão Ordinária seguinte.

Art. 81 O tempo de que dispõe o Vereador, sempre que ocupar a Tribuna, será controlado por sistema eletrônico e começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

Parágrafo único. Quando o orador for interrompido em seu discurso por qualquer motivo, exceto, por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

Art. 82 Salvo disposição expressa em contrário, o tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

- I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: 5 minutos;
- II - no Grande Expediente, conforme dispõe o art. 91 deste Regimento;
- III - na discussão de:
 - a) veto: 10 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
 - b) parecer de redação final ou de reabertura de discussão: 05 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
 - c) matéria com discussão reaberta: 05 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder
 - d) projetos: 05 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
 - e) para discutir parecer das Comissões Permanentes: 05 minutos, , incluso o tempo do aparte que conceder;
 - f) pareceres do Tribunal de Contas do Estado sobre contas da Mesa e do Prefeito: 10 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder
 - g) processo de destituição da Mesa ou de membros da Mesa: 15 minutos para cada Vereador e 60 minutos para o relator, denunciado ou denunciados, incluso o tempo do aparte que conceder
 - h) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: 15 minutos para cada Vereador e 60 minutos para o denunciado ou seu procurador, incluso o tempo do aparte que conceder
 - i) moções: 5 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder
 - j) requerimentos: 5 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder
 - k) recursos: 05 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
- IV - em Explicação Pessoal: 5 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
- V - para explicação de autor ou relator de projetos, quando requerido: 10 minutos, incluso o tempo do aparte que conceder;
- VI - para encaminhamento de votação de projeto: 3 minutos sem poder conceder aparte;
- VII - para declaração de voto: 3 minutos, sem aparte;
- VIII - em questão de ordem: 3 minutos, sem aparte;
- IX - em aparte: não superior a 2 minutos.

CAPÍTULO II

Das Reuniões Ordinárias

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 83 As Sessões Ordinárias terão início às 19 horas, admitindo-se tolerância de 10 minutos, com duração de 2h00min e realizar-se-ão nas segundas-feiras;

Art.84 Não se realizarão Sessões Ordinárias aos sábados, domingos, nos dias feriados e de ponto facultativo e no horário compreendido entre zero e oito horas, exceto em situações de calamidade pública e votação da Lei Orçamentária.

Art. 85 Não havendo Sessão por falta de quórum, os papéis do expediente serão despachados, lavrando-se ata negativa.

Art.86 O requerimento, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara, ou acordo com os líderes dos partidos, fundamentado em motivo justo, o Presidente antecipará ou adiará a Sessão Ordinária.

Art. 87 As Sessões Ordinárias compor-se-ão de cinco partes:

I - Pequeno Expediente;

II - Grande Expediente;

III - Prolongamento do Expediente;

IV - Ordem do Dia; e

V - Explicação Pessoal.

SEÇÃO II

Do Pequeno Expediente

Art. 88 O Pequeno Expediente destina-se à aprovação da ata da Sessão anterior e à leitura de expedientes recebidos do Executivo ou de outras origens e de proposições apresentadas pelos Vereadores.

Art. 89 Aprovada a ata, o Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo a seguinte ordem:

I - expedientes recebidos do Executivo;

II - outros expedientes recebidos; e

III - expedientes e proposições apresentados pelos Vereadores.

§ 1º As proposições dos Vereadores deverão ser entregues até 24:00 hrs antes da Sessão à Diretoria Legislativa, em dia útil, que as registrará e encaminhará à Mesa.

§ 2º Caso ocorra sua apresentação durante a Sessão, serão entregues ao Presidente, que determinará sua inclusão no expediente da próxima Sessão.

SEÇÃO III

Do Grande Expediente

Art. 90 Concluído o Pequeno Expediente, passar-se-á ao Grande Expediente, cuja duração máxima será de 45 minutos.

Art. 91 No Grande Expediente, o Presidente dará a palavra aos Vereadores inscritos em lista própria, que disporão de tempo proporcionalmente distribuído por bancada a fim de tratar de assuntos de sua livre escolha, sendo permitido aparte.

Parágrafo único. É facultada no Grande Expediente a cessão total ou parcial do tempo de que dispõe o Vereador chamado, mediante comunicação dirigida ao Presidente.

Art. 92 O Vereador inscrito a falar no Grande Expediente poderá, se desejar, encaminhar à Mesa seu discurso, não excedendo a cinco laudas, para constar dos anais.

Art. 93 O Vereador que inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá sua vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar na lista organizada.

Art. 94 Se o Vereador chamado estiver ausente e não tiver cedido o seu tempo, o respectivo Líder partidário poderá ocupar a Tribuna em seu lugar, sendo-lhe vedada, entretanto, a cessão desse tempo.

Art. 95 O requerimento subscrito por no mínimo um terço dos membros da Câmara e aprovado por dois terços, o Grande Expediente poderá ser destinado a tema único, inclusive com a

participação de convidados, ou para prestar homenagens, desde que, para qualquer dos casos, seja requerido com antecedência mínima de dez dias da data proposta e o requerimento contenha os endereços dos convidados.

Parágrafo único. Para o disposto no caput deste artigo serão destinadas no máximo duas Reuniões Ordinárias por mês.

SEÇÃO IV

Da Tribuna da Câmara

Art. 96 A Tribuna da Câmara, que concede espaço para os cidadãos instalar-se-á no início do Grande Expediente, na segunda e quarta Sessão Ordinária de cada mês.

§ 1º A duração da Tribuna da Câmara será de 15 minutos, podendo esse tempo ser distribuído entre até três oradores devidamente inscritos.

§ 2º O tempo de que trata este artigo deverá ser utilizado para exposição de assuntos e ou de debates de interesse público municipal com os Vereadores, podendo ser prorrogado até o limite do Grande Expediente após consulta e aprovação da maioria do Plenário.

§ 3º Qualquer entidade ou pessoa, convidada ou que tenha feito sua inscrição, poderá participar da Tribuna da Câmara, desde que devidamente inscrita com antecedência mínima de dez dias, obedecida ordem de inscrição e atendidos os seguintes requisitos: I - comprovação de regularidade da entidade através da apresentação de seu Estatuto Social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou pela inscrição de seu representante; e

II - comprovação de residência e de domicílio eleitoral no Município no caso de inscrição por parte de pessoa física.

§ 4.º Só será permitido o uso da Tribuna duas vezes por semestre por cada cidadão ou entidade, sendo que em casos especiais a mesa pode deliberar de forma contrária ao previsto neste parágrafo.

SEÇÃO V

Do Prolongamento do Expediente

Art. 97 Concluído o Grande Expediente, passar-se-á ao Prolongamento do Expediente, cuja duração máxima será de 15 minutos e destinar-se-á à discussão e à votação dos requerimentos, por ordem de entrada.

Parágrafo único. Os requerimentos de regimes de urgência previstos nos incisos I e II dos arts. 161 e 162 deste Regimento serão apreciados com prioridade sobre as demais proposições destinadas ao Prolongamento do Expediente.

SEÇÃO VI

Da Ordem do Dia

Art. 98 Terminado o Prolongamento do Expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

Parágrafo único. A Ordem do Dia terá a duração de 45 minutos acrescentando-se a esse tempo o que eventualmente remanesça das fases anteriores da Sessão.

Art. 99 As matérias constantes da Ordem do Dia serão assim distribuídas:

I - projetos com prazo legal:

a) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual;

b) vetos;

c) projetos do Executivo com urgência aprovada pelo plenário;

d) projeto de decreto legislativo que trate de apreciação de contas;

II - matérias com urgência definida na Seção X do Capítulo V do Título VII deste Regimento;

III - parecer de redação final ou de reabertura de discussão;

IV - segunda discussão;

V - primeira discussão;

VI - discussão única:

- a) de projetos;
- b) de pareceres;
- c) de moções; ou
- d) de recursos.

§ 1º Dentro de cada fase de discussão será obedecida, na elaboração da pauta, a seguinte ordem distributiva:

- a) projeto de lei do Executivo;
- b) projeto de lei do Legislativo:
 - 1. da Mesa;
 - 2. das Comissões Permanentes;
 - 3. dos Vereadores;
 - 4. de iniciativa popular.
- c) projeto de decreto legislativo;
- d) projeto de resolução;
- e) proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

§ 2º Quanto ao estágio de tramitação das proposições, será a seguinte a ordem distributiva a ser obedecida na elaboração da pauta:

- a) votação adiada;
- b) votação;
- c) discussão adiada.

§ 3º Respeitados a fase de discussão e o estágio de tramitação, os projetos de lei com prazos de apreciação estabelecidos por lei figurarão em pauta na ordem crescente dos respectivos prazos.

§ 4º As pautas das Sessões Ordinárias só poderão ser organizadas com proposições que já contenham pareceres das Comissões Permanentes, ressalvado o disposto no § 7º do art. 47 deste Regimento.

Art. 100 A Ordem do Dia estabelecida nos termos do artigo anterior só poderá ser interrompida ou alterada:

- I - para apreciação de pedido de licença de Vereador;
- II - para posse de Vereador ou Suplente; ou
- III - em casos de requerimentos que são apreciados na Ordem do Dia, conforme art. 114 deste Regimento.

SUBSEÇÃO**Da Alteração da Ordem do Dia**

Art. 101 A alteração da ordem da pauta das matérias a serem deliberadas somente se dará mediante requerimento, conforme previsto nos arts. 114 e 115 deste Regimento.

§ 1º Figurando na pauta vetos, projetos já em regime de urgência ou proposições já em regime de alteração de ordem, só serão aceitos novos requerimentos para os itens subseqüentes.

§ 2º Se ocorrer o encerramento da Sessão com projeto a que se tenha concedido alteração de ordem ainda em debate, figurará ele como primeiro item da Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte, observado o disposto no § 1º deste artigo.

SEÇÃO VII**Da Explicação Pessoal**

Art. 102 Esgotada a pauta da Ordem do Dia, desde que presente um terço, no mínimo, dos membros da Câmara, passar-se-á à Explicação Pessoal pelo tempo restante da Reunião, por ordem de inscrição a ser feita até o término da Ordem do Dia, a cargo do 2º Secretário da Mesa.

Parágrafo único. Quando não houver tempo disponível para a realização de Explicação Pessoal, as inscrições da respectiva Reunião perderão seus efeitos.

Art. 103 A Explicação Pessoal é destinada à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato.

CAPÍTULO V**Das Atas**

Art. 104 De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados, devendo ser submetida à apreciação na Sessão Ordinária subseqüente.

§ 1º As proposições e documentos apresentados serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º A transcrição integral de pronunciamento ocorrido durante a Sessão será requerida ao Presidente que despachará de plano, determinando à Secretaria que a envie ao Vereador requerente no prazo de cinco dias.

§ 3º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir sua retificação ou impugnação.

§ 4º Feita a impugnação ou solicitada a retificação, se aprovada por maioria simples, a mesma será obrigatoriamente acolhida e incluída na ata da Sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 5º Cumprindo o disposto no parágrafo anterior a ata será considerada aprovada e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Art. 105 Da última Sessão de cada Legislatura, lavrar-se-á ata para apreciação e aprovação, com qualquer número nessa mesma Sessão, bem como a apreciação e aprovação de qualquer ata ainda não aprovada colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes, antes de encerrar-se a Sessão.

TÍTULO VII**Das Proposições****CAPÍTULO I****Disposições Preliminares**

Art. 106 Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Câmara e consistirá em:

- I - projeto de lei;
- II - projeto de lei complementar;
- III - projeto de decreto legislativo;
- IV - projeto de resolução;
- V - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
- VI - proposta de emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina;
- VII - substitutivo ou emenda;
- VIII - indicação;
- IX - requerimento; e
- X - moção.

CAPÍTULO II**Das Indicações**

Art. 107 Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Será negado seguimento a indicação que já foi proposta no mesmo período legislativo.

Art. 108 As indicações serão lidas no Pequeno Expediente e encaminhadas independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será discutido e votado no Prolongamento do Expediente.

CAPÍTULO III**Dos Requerimentos**

Art. 109 Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto.

Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-lo, os requerimentos são de duas espécies:

- a) sujeitos apenas a despacho do Presidente; ou
- b) sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 110 Serão da alçada do Presidente da Câmara e verbais, os

requerimentos que solicitem:

- I - a palavra ou desistência dela;
- II - permissão para falar sentado;
- III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV - votos de pesar por falecimento;
- V - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VI - verificação de presença ou de votação;
- VII - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
- VIII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;
- IX - encaminhamento de votação.

Art. 111 Serão da alçada do Presidente da Câmara e escritos os requerimentos que solicitarem:

- I - renúncia de membro da Mesa;
- II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- III - juntada ou desentranhamento de documentos;
- IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;
- V - informações ao Prefeito por seu intermédio;
- VI - arquivamento de proposição nos casos do inciso I do art. 151 deste Regimento;
- VII - o desarquivamento de proposição, conforme o art. 134 deste Regimento.

§ 1º A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados neste e no artigo anterior.

§ 2º A Presidência fica desobrigada a fornecer informações solicitadas, quando informada pela assessoria da Mesa haver pedido anteriormente formulado pelo mesmo Vereador sobre o mesmo assunto e já respondido no prazo não superior a trinta dias.

Art. 112 Serão de alçada do Plenário, verbais e votados sem preceder discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitarem:

- I destaque de matéria para votação;
- II votação por determinado processo;
- III - adiamento de discussão e de votação;
- IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;
- V - preferência para votação de proposições que tramitam anexas;
- VI - arquivamento de proposição no caso do inciso II do art. 151 deste Regimento;
- VII - votação de redação final ad referendum das Comissões.

Art.113 Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

- I - votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;
- II - arquivamento de proposição nos casos do inciso III do art. 151 deste Regimento;
- III - inserção de documentos em ata;
- IV - informações, solicitações e sugestões encaminhadas a entidades públicas ou a particulares;
- V - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa, da Presidência ou da Câmara;
- VI - regimes de urgência, observado o disposto no parágrafo único do art. 97 e nos incisos dos arts. 161 e 162 deste Regimento.
- VII - Constituição de Comissão de Representação e Comissão Especial;
- VIII - prorrogação de prazo para as Comissões Permanentes analisarem matéria de sua competência;
- IX - antecipação ou adiamento de Sessão Ordinária, salvo acordo dos líderes;
- X - convocação de audiência pública.

Parágrafo único. O requerimento a que se referem os incisos VII, VIII, IX e X serão aprovados por maioria absoluta.

Art. 114 Deverão ser apreciados na fase da Ordem do Dia os seguintes requerimentos:

- I - adiamento de discussão e de votação;
- II - alteração de pauta;
- III - arquivamento de proposição constante da pauta;

IV - destaque de matéria para votação;

V - prorrogação da Sessão, de acordo com os arts. 77 e 78 deste Regimento;

VI - prorrogação de Sessão;

VII - audiência de Comissão para assuntos em pauta, desde que presentes fatos novos a serem apreciados pela Comissão, tendo o autor o prazo de sete dias para encaminhá-los à Comissão para análise e novo parecer.

Parágrafo único. Somente se concederá nova audiência de Comissão se cumprido o disposto no inciso VII deste artigo, até o limite de duas novas audiências.

Art. 115 Serão de alçada do Plenário, escritos e votados sem preceder discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitarem:

- I - encerramento de discussão de proposição;
- II - alteração da pauta da Ordem do Dia;
- III - o previsto no art. 95 deste Regimento, quanto ao Grande Expediente.

Art. 116 Os requerimentos ou petições de entidades ou outros interessados que não sejam de Vereadores serão lidos no Pequeno Expediente e encaminhados pelo Presidente ao Prefeito ou às Comissões.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente indeferi-los ou arquivá-los, desde que os mesmos se refiram a assuntos estranhos às atribuições da Câmara.

Art. 117 As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

CAPÍTULO IV

Das Moções

Art. 118 Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo, protestando ou repudiando.

Art. 119 Subscrita por qualquer Vereador, a Moção, depois de lida, será despachada, salvo deliberação em contrário da Mesa, à pauta da Ordem da Sessão ordinária seguinte, independentemente de parecer de Comissão, para ser apreciada em discussão e votação únicas e aprovada por maioria absoluta.

Parágrafo único. A não exigência de parecer à moção não exclui a hipótese de seu adiamento para audiência de Comissão, desde que requerido pelo Plenário, caso em que deverá ser processada.

CAPÍTULO V

Dos Projetos

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 120 Projeto de lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

Parágrafo único. A iniciativa dos Projetos de Lei será:

- a) de Vereadores;
- b) de Comissões;
- c) da Mesa Diretora;
- d) do Prefeito; e
- e) de populares.

Art. 121 Projeto de decreto-legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, mas não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município;
- II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do

Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome ou da sede do Município ou Distrito;
IV - mudança do local de funcionamento da Câmara, excetuando-se as Sessões definidas no § 3º do art. 1º deste Regimento; e
V - cassação do mandato do Prefeito e vereador

Art. 122 Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
II - conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
III - qualquer matéria de natureza regimental;
IV - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, não compreendidos nos limites dos simples atos administrativos; e
V - concessão de Título Honorífico.

Art. 123 Proposta de Emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. As emendas aprovadas serão promulgadas pela Mesa da Câmara no prazo máximo de dez dias.

Art. 124 Proposta de emenda à Constituição do Estado é a proposição que visa incluir, suprimir ou modificar qualquer dispositivo da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As propostas de emendas aprovadas pela Câmara serão encaminhadas pela Mesa da Câmara à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina no prazo máximo de dez dias.

Art. 125 Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Art. 126 Emenda é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visa a alterar parte do projeto a que se refere.

I As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da principal.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes de projetos ou substitutivos.

§ 5º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, impertinência, contradição ou absurdo manifesto.

SEÇÃO II

Da Tramitação dos Projetos

Art. 127 Projeto apresentado até 24:00 horas antes da Sessão, salvo deliberação da Mesa Diretora da Câmara, será lido, encaminhado para processamento e impressão e despachado à Comissão de Constituição e Justiça para parecer de admissibilidade da matéria e ao disposto na alínea "a", do inciso I do art. 39 deste Regimento.

Parágrafo único: O parecer de admissibilidade tem que ser dado no mesmo dia.

Art. 128 Os projetos devem ser obrigatoriamente entregues em avulsos antes de serem inscritos na Ordem do Dia de Sessão Ordinária ou Extraordinária.

Art. 129 Todos os pareceres serão impressos em avulsos e entregues aos Vereadores até 24 horas antes do início da Sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, caso solicitado pelo vereador, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas no caso do §3º do art. 62 deste Regimento.

Art. 130 Nenhum projeto será dado por definitivamente aprovado antes de passar por duas discussões e votações, além da redação

final, quando for o caso, à exceção dos projetos de competência exclusiva do Prefeito e os projetos de apreciação de contas, que sofrerão apenas uma discussão e votação, além da redação final quando houver emendas ou substantivo.

Art. 131 Os Projetos rejeitados em qualquer fase de discussão, serão arquivados.

Art. 132 Se houver duas ou mais proposições constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensados para a tramitação, tendo preferência o que tramita há mais tempo.

Art. 133 Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art. 134 No início de cada Legislatura, serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior, não tenham sido submetidas à discussão.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica as proposições de iniciativa do Executivo.

§ 2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação, desde que assim o requeira o Líder da Bancada, seu autor ou, no caso de Partido sem representação atual, por qualquer Vereador.

§ 3º Em proposição de autoria da Mesa ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação dar-se-á por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§ 4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário de Comissão de Mérito.

SEÇÃO III

Da Primeira Discussão e da Discussão e Votação Únicas

Art. 135 Encerrada a discussão dos pareceres ou na falta destes, dar-se-á início à primeira discussão ou à discussão única do projeto.

Art. 136 Encerrada a discussão, passar-se-á à primeira ou à única votação.

Art. 137 Havendo emendas estas serão votadas preferencialmente aos respectivos substitutivos e ao projeto original.

§ 1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§ 2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o parágrafo anterior.

§ 3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente com o consentimento do Plenário, poderão as emendas ser votadas em globo ou em grupos devidamente especificados.

§ 4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas serão consideradas prejudicadas.

Art. 138 Se apresentados substitutivo ou emenda nesta fase, deverá ser observado o disposto no § 10 do art. 47 deste Regimento, devendo o Projeto ser incluído, com ou sem parecer, na pauta da Ordem do Dia da primeira Sessão subsequente ao término do respectivo prazo.

Art. 139 Se houver substitutivos, serão estes votados com antecedência sobre o projeto original, na ordem inversa de sua apresentação.

§ 1º O substitutivo oferecido por qualquer Comissão terá sempre preferência para a votação sobre os de autoria de Vereador.

§ 2º Admite-se pedido de preferência para votação de substitutivo de Vereador, respeitado o que dispõe o parágrafo anterior.

§ 3º A aprovação de um substitutivo prejudica os demais, bem como o projeto original.

§ 4º Na hipótese de rejeição dos substitutivos, passar-se-á à votação do projeto original.

Art. 140 Exceto para as proposições que devam observar interstício, o projeto ou o substitutivo aprovado com ou sem emendas, figurará na pauta da primeira Sessão Ordinária subsequente.

Art. 141 O projeto aprovado em discussão e votação únicas será despachado à Comissão de Redação de leis para redigir conforme o vencido dentro do prazo máximo e improrrogável de sete dias.

SEÇÃO IV

Da Segunda Discussão e Votação

Art. 142 Encerrada a segunda discussão, passar-se-á à segunda votação.

§ 1º Não será admitida a apresentação de substitutivos nesta fase.

§ 2º Quando apresentadas emendas nesta fase, deverá ser observado o disposto no § 10 do art. 47 deste Regimento, devendo o Projeto ser incluído, com ou sem parecer, na pauta da Ordem do Dia da primeira Sessão subsequente ao término do respectivo prazo.

§ 3º As emendas apresentadas nesta fase serão votadas nos termos do disposto no art. 137 deste Regimento.

Art. 143 Aprovado o projeto será despachado à Comissão de Redação de leis para redigir conforme o vencido dentro do prazo de quinze dias, figurando na pauta da primeira Sessão Ordinária subsequente.

SEÇÃO V

Da Redação Final

Art. 144 A redação final será proposta em parecer da Comissão de Redação de Leis, que concluirá pelo texto definitivo do projeto, com as alterações decorrentes das emendas e dos substitutivos aprovados, no prazo máximo e improrrogável de sete dias, figurando na pauta da primeira Sessão Ordinária subsequente.

§ 1º Quando se tratar de projeto orçamentário, a redação final será proposta pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, na forma do art. 192, §§ 3º e 5º, observado, no que couber, o disposto pelos arts. 145 a 149 deste Regimento.

§ 2º À exceção das propostas de alteração da Lei Orgânica e do Regimento Interno, dos projetos que visem alterar códigos ou planos diretores, poderá a redação final ser aprovada ad referendum das Comissões, a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, ouvido o Presidente da Comissão respectiva.

§ 3º Quando na elaboração da redação final for constatada incorreção, omissão, impropriedade de linguagem ou outro qualquer erro acaso existente na matéria aprovada, poderão as Comissões corrigi-lo, desde que a correção não implique em deturpação da vontade legislativa, devendo nesta hipótese, mencionar expressamente em seu parecer a alteração feita, com ampla justificativa.

Art. 145 Se existir qualquer dúvida quanto à vontade legislativa, em decorrência de incoerência notória, contradição evidente ou manifesto absurdo, acaso existente na matéria aprovada, deverá a Comissão eximir-se de oferecer redação final, propondo em seu parecer a reabertura da discussão, quanto tão somente ao aspecto da incoerência da contradição ou do absurdo e concluindo pela apresentação das necessárias emendas corretivas, se for o caso.

Art. 146 O parecer propondo redação final será distribuído aos Vereadores antes do início da Sessão Ordinária destinada à sua aprovação, para receber emendas de redação.

§ 1º Havendo emendas de redação, estas serão discutidas e votadas uma a uma, após o que o processo retornará a Comissão de Constituição e Justiça para redigir o vencido, dentro do prazo máximo e improrrogável de cinco dias, aplicando-se o disposto no art. 145 deste Regimento.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, será a matéria incluída na Ordem do Dia da Sessão subsequente, com distribuição de avulsos da redação final para que o Presidente a declare aprovada, sem votação.

Art. 147 Se a reabertura da discussão proposta em parecer for rejeitada, a matéria voltará à Comissão para redigir o vencido na forma do já deliberado pelo Plenário.

Art. 148 Se a reabertura da discussão proposta em parecer for

aprovada, esta versará exclusivamente sobre o aspecto do engano ou erro, considerando-se todos os dispositivos não impugnados como aprovadas em segunda discussão.

§ 1º Faculta-se a apresentação de emendas, desde que estritamente relativas ao aspecto da matéria cuja discussão foi reaberta e subscrita por um terço no mínimo dos membros da Câmara.

§ 2º Encerrada a discussão, quando for o caso, passar-se-á à votação das emendas de redação uma a uma.

§ 3º A matéria com emendas aprovadas retornará à Comissão para elaboração de redação final.

Art. 149 Declarada aprovada a redação final do projeto, será este enviado à sanção do Prefeito ou à promulgação do Presidente.

SEÇÃO VI

Do Adiamento

Art. 150 O adiamento da discussão ou da votação de proposição poderá ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito, devendo especificar a finalidade do adiamento proposto.

§ 1º O requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira, até que o Plenário sobre o mesmo delibere.

§ 2º Quando houver orador na Tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação, o requerimento de adiamento só por ele poderá ser proposto.

§ 3º Apresentado um requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados antes de proceder a votação, que se fará rigorosamente pela ordem de apresentação dos requerimentos, não se admitindo, nesse caso, pedido de preferência.

§ 4º A aprovação de um requerimento de adiamento prejudica os demais apresentados na mesma Sessão.

§ 5º Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 3º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiamentos com a mesma finalidade.

§ 6º O adiamento da discussão e da votação só poderá ser concedido por duas vezes e no máximo de uma sessão em cada pedido.

SEÇÃO VII

Do Arquivamento de Proposição

Art. 151 O arquivamento de proposição em qualquer fase de sua tramitação dar-se-á:

I - por solicitação de seu autor, por escrito, a qualquer tempo, despachado de plano pelo Presidente, desde que a matéria não tenha recebido emenda ou substitutivo de outros Vereadores.

II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário.

III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada a qualquer tempo, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos de outros Vereadores.

§ 1º As proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros, na forma dos incisos I e II deste artigo.

§ 2º As proposições arquivadas na forma deste artigo, somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente.

SEÇÃO VIII

Da Tramitação de Projetos de Lei com Prazo Legal Estabelecido para Apreciação

Art. 152 Considera-se projeto com prazo legal estabelecido para apreciação:

I - projeto de lei de origem do Poder Executivo remetido à Câmara Municipal com pedido de urgência.

II - projeto de decreto legislativo que dispõe sobre as contas da

Prefeitura e seus órgãos, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias.
Art. 153 Os Projetos de Lei com prazo estabelecido para apreciação, lidos no Pequeno Expediente da primeira Sessão Ordinária seguinte ao seu recebimento pela Câmara serão despachados pelo Presidente às Comissões Permanentes.

Parágrafo único. Sendo a propositura do Executivo e não havendo Sessão Ordinária convocada, o Presidente os despachará de plano, na forma do caput deste artigo.

Art. 154 Se a propositura tiver prazo legal para apreciação, a Comissão de Constituição e Justiça terá sete dias úteis improrrogáveis, contados do recebimento do processo, para emitir parecer sobre o aspecto legal ou constitucional.

Art. 155 Para emitir parecer sobre a matéria, as Comissões Permanentes terão, contados da data do recebimento do processo, sete dias úteis, para projetos com prazo de apreciação fixado em quarenta e cinco dias.

Art. 156 Esgotado o prazo as proposições serão incluídas em pauta para primeira discussão com ou sem parecer, sendo vedado o adiamento da discussão ou da votação para audiência das mesmas Comissões.

Art. 157 Aplica-se, no que couber, a esta seção as normas dos projetos em tramitação ordinária.

SEÇÃO IX Da Preferência

Art. 158 Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

§ 1º Os projetos em tramitação com prazo legal gozam de preferência sobre os em regime de urgência e estes sobre os que, a seu turno, tenham preferência sobre os em tramitação ordinária.

§ 2º Quanto às proposições, tramitam em ordem de preferência as de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa ou de Comissões Permanentes e estas, a seu turno, sobre as demais.

§ 3º Havendo substitutivo de mais de uma Comissão, terá preferência o da Comissão com competência específica sobre o mérito da proposição.

SEÇÃO X Da Urgência Urgentíssima

Art. 159. Urgência urgentíssima é a abreviação de processo legislativo, em virtude de interesse público relevante, com a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Parágrafo único. Não se dispensa exigência de publicação em avulso da proposição principal e acessórias, prevista no art. 128 deste Regimento.

Art. 160 A urgência poderá ser determinada:

I - pela Mesa, em projetos de sua autoria, por decisão da maioria de seus membros e aprovado por dois terços do Plenário;

II - a requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores, aprovado por dois terços do Plenário.

§ 1º Aprovado o requerimento de urgência urgentíssima pelo Plenário, será a proposição incluída na Ordem do Dia da Sessão imediata.

§ 2º Se não houver pareceres e a Comissão ou Comissões que devam opinar sobre a matéria não se julgarem habilitadas a fazê-lo na referida Sessão, poderão solicitar para isso, o prazo de três dias que será obrigatoriamente concedido pelo Presidente e comunicado ao Plenário, sendo conjunto quando mais de uma Comissão tiver de pronunciar-se, findo o qual será a proposição incluída na Ordem do Dia com parecer ou sem ele.

§ 3º Neste último caso, o Presidente designará relator especial, que dará o seu parecer verbalmente, dispondo de 30 minutos no decorrer da Sessão ou na Sessão seguinte se assim o requerer.

Art. 161 Incluída a proposição na Ordem do Dia, conforme o dispositivo acima, a discussão e votação das proposições em regime de urgência em primeira e em segunda discussão seguirão, no

que couber, as normas estabelecidas neste Título, obedecido os seguintes princípios:

I - o prazo, para pronunciamento das Comissões sobre as emendas, será de três dias;

II - findo o prazo a que se refere o item I, proceder-se-á conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo anterior;

III - será conjunto o prazo concedido, quando duas ou mais Comissões tiverem de se pronunciar;

IV - o parecer sobre as emendas poderá ser ofertado verbalmente;

V - após falarem dois Vereadores de cada partido ou de cada bloco partidário, encerrar-se-á automaticamente a discussão;

VI - as proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação;

VII - encerrada a discussão com emendas serão elas imediata e simultaneamente distribuídas a todas as Comissões que devem opinar sobre a matéria;

VIII - as emendas deverão ser apresentadas até o início da Ordem do Dia da Sessão em que figurado pela primeira vez o projeto;

IX - a Comissão de Constituição e Justiça tem o prazo de dois dias para redigir o vencido;

X - não cabe urgência em casos de reforma do Regimento ou em projetos que alterem no todo ou em parte matérias codificadas.

Art. 162 Urgência é a abreviação de processo legislativo, em virtude de interesse público relevante, com a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

§ 1.º . Não se dispensa exigência de publicação em avulso da proposição principal e acessórias, prevista no art. 128 deste Regimento.

§ 2.º A urgência poderá ser requerida:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para compromisso e a posse de Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 27, V, da Lei Orgânica.

a) Aprovado o requerimento de urgência por maioria absoluta pelo Plenário, será a proposição despachada à Comissão ou às Comissões que devam opinar sobre a matéria, que terão o prazo de sete dias, cada uma delas, para emitir parecer.

b) As emendas deverão ser apresentadas até a primeira reunião da Comissão inicial para analisar a proposição.

c) Se houver emendas não analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto retornará para que a Comissão emita parecer no prazo improrrogável de três dias, findo o qual será a proposição incluída na Ordem do Dia com ou sem parecer.

CAPÍTULO VI Dos Substitutivos e das Emendas

Art. 163 Emendas ou substitutivos só serão admitidos quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritos por um terço dos membros da Câmara ou, em projeto de autoria da Mesa, pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Não será permitido a Vereadores, a Comissão ou a Mesa apresentar mais de um substitutivo a mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

Art. 164 Não serão aceitos em qualquer fase do processo legislativo, por impertinentes, substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria contida na proposição a que se referam.

§ 1º Os substitutivos ou emendas apresentados em Plenário, considerados impertinentes, serão declarados prejudicados pelo

Presidente da Mesa, de ofício ou a requerimento.

§ 2º A aprovação de emendas ou substitutivos a proposições que visem alterar planos diretores, apresentadas em qualquer fase do processo legislativo, deverá ser precedida de nova audiência pública, bem como receber parecer técnico do órgão municipal de planejamento.

TÍTULO VIII

Dos Debates e Deliberações

CAPÍTULO I

Da Discussão

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 165 Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Art. 166 Para discutir qualquer matéria constante da Ordem do Dia, o Vereador deverá inscrever-se previamente junto à Mesa.

§ 1º Não se admite troca de inscrição, facultando-se a cessão total de tempo entre Vereadores inscritos para discutir a mesma proposição, na conformidade do disposto nos parágrafos seguintes.

§ 2º A cessão de tempo far-se-á mediante comunicação obrigatoriamente verbal pelo Vereador cedente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

§ 3º É vedada na mesma fase de discussão nova inscrição ao Vereador que tenha cedido a outro o seu tempo.

Art. 167 Entre os Vereadores inscritos para discussão de qualquer matéria, a palavra será dada na seguinte ordem de preferência:

- a) ao autor da proposição;
- b) aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;
- c) ao primeiro signatário de substitutivo, respeitada a ordem de sua apresentação.

Art. 168 O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo:

- a) para dar conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da Sessão e para colocá-lo em votação;
- b) para fazer comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara;
- c) para recepcionar autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou
- d) para suspender ou encerrar a Sessão em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara;

e) chamar a atenção do orador, quando esgotar o tempo a que tem direito.

SEÇÃO II

Dos Apartes

Art. 169 Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 170 Não serão permitidos apartes:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - paralelos e cruzados;
- III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, em explicação pessoal ou em questão de ordem.

§ 1º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§ 2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

SEÇÃO III

Do Encerramento da Discussão

Art. 171 O encerramento da discussão dar-se-á:

- a) por inexistência de orador inscrito;
- b) a requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores presentes, mediante deliberação do Plenário.

Art. 172 A discussão de qualquer matéria não será encerrada quando houver requerimento de adiamento de votação pendente por falta de quórum.

Art. 173 Se o requerimento de encerramento de discussão for rejeitado, só poderá ser reformulado depois de terem falado, no mínimo, mais três Vereadores.

CAPÍTULO II

Da Votação

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 174 Votação é o ato complementar da discussão, por meio do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º Quando, no curso de uma votação, esgota-se o tempo destinado à Sessão, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de quórum para deliberação, caso em que a Sessão será encerrada imediatamente.

Art. 175 O Vereador presente à Reunião da Câmara deverá abster-se de votar quando tiver ele próprio parente afim ou consanguíneo até terceiro grau, inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação.

§ 1º O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

§ 2º Nos demais casos o Vereador poderá escusar-se de votar, registrando simplesmente abstenção, sendo computada a sua presença para efeito de quórum.

Parágrafo único. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se todavia sua presença para efeito de quórum.

Art. 176 O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto:

- I - na votação secreta;
- II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
- III - nas votações nominais; e
- IV - quando houver empate em qualquer votação no Plenário, salvo nas votações secretas.

SEÇÃO II

Do Destaque

Art. 177 Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§ 2º O requerimento de destaque só será admitido antes de iniciada a votação.

SEÇÃO III

Do Encaminhamento da Votação

Art. 178 A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria debatida e com discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Parágrafo único. No encaminhamento da votação será assegurada a cada bancada, por um de seus membros, falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

SEÇÃO IV

Dos Processos de Votação

Art. 179 São três os processos de votação:

- a) simbólico;
- b) nominal; e
- c) secreto.

Art. 180 O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os Vereadores que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favorável ou em contrário.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 181 A votação nominal far-se-á pela lista de presença dos Vereadores, que serão chamados pelo 1.º Secretário, e responderão "sim ou não", conforme forem favoráveis ou contrários a decisão.

§ 1º Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I - matéria objeto de votação;

II - data e hora em que se processou a votação;

III - o resultado da votação; e

IV - os nomes dos Vereadores votantes, discriminando os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º A listagem de votação será publicada juntamente com a ata da Sessão, sendo rubricada pelo Presidente e pelo 1º Secretário e juntada ao respectivo processo.

Art. 182 A votação secreta far-se-á somente na eleição da mesa e das comissões, mediante cédula, e assim proceder-se-á:

I - votação em gabinete indevassável;

II - utilização de cédulas e envelopes oficiais, impressos, a serem fornecidos pela Mesa;

III - as cédulas postas nos envelopes pelos próprios votantes, serão depositados em urna colocada ao lado do 1º Secretário da Mesa, à vista do Plenário.

§ 3º Nos casos de votação mediante cédula, a apuração será feita por escrutinadores, designados por cada Partido, anotada pelo Secretário e proclamada pelo Presidente.

Art. 183 Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais serão elas desempatadas pelo Presidente. Havendo empate nas secretas, ficará a matéria para ser decidida na Sessão seguinte, reputando-se rejeitada a proposição, se persistir o empate.

SEÇÃO V

Da Verificação Nominal de Votação

Art. 184 Sempre que julgar conveniente, qualquer Vereador poderá pedir verificação de votação simbólica.

Parágrafo único. O pedido deverá ser formulado logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação e antes de se passar a outro assunto.

Art. 185 A verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado sem que constem na ata as respostas especificamente, observado o disposto no art. 181 deste Regimento.

Parágrafo único. Não se procederá a mais de uma verificação para cada votação.

SEÇÃO VI

Da Declaração de Voto

Art. 186 Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 187 A declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída por inteiro a votação de todas as peças do processo.

Art. 188 Quando a votação for secreta, não será permitida declaração de voto.

TÍTULO IX

Da Elaboração Legislativa Especial

CAPÍTULO I

Do Orçamento

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 189 Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de Sessão Ordinária, esta comportará duas fases:

I - Pequeno Expediente, com duração máxima de 15 minutos.

II - Ordem do Dia, em que o Projeto de Lei Orçamentária figurará como primeiro item seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Art. 190 Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação do Projeto de Lei Orçamentária, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

SEÇÃO II

Da Tramitação do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 191 Recebido do Executivo os Projetos de Lei de Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento anual, a Mesa destinará o Projeto à numeração, independente de leitura e logo enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, providenciando-se, ainda, sua publicação e distribuição em avulso aos Vereadores.

§ 1º A Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Tributária, no prazo máximo de dez dias de seu recebimento apresentará parecer preliminar sobre a matéria.

§ 2º O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de 48 horas, sendo que, após a publicação, a Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de cinco dias para realizar audiências públicas, na forma que dispuser regulamentação própria.

§ 3º Realizada a audiência pública, a Comissão abrirá um prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas.

§ 4º Decorrido o prazo determinado no parágrafo anterior, a Comissão disporá de dez dias úteis para emitir parecer definitivo, sendo que o relator entregará seu parecer num prazo máximo de oito dias, abrindo-se vista aos membros por dois dias.

§ 5º O projeto será devolvido à Mesa para que o parecer definitivo seja distribuído em avulso e publicado nas 48 horas seguintes.

Art. 192 Cumprido o disposto no § 5º do artigo anterior, o Projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte para discussão e votação em turno único.

§ 1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas separadamente do projeto.

§ 2º No momento da votação e no intuito de encaminhá-la, poderá o Vereador primeiro signatário da emenda ou relator, o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira ou ainda o Vereador Líder de Governo na Câmara dar explicações, observado o que dispõe o inciso VI do art. 82 deste Regimento.

§ 3º Aprovado o Projeto será o mesmo remetido à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para, no prazo máximo e improrrogável de dez dias, elaborar a redação final, observados, no

que couber, o disposto pelos arts. 145 a 149 deste Regimento e atendido o disposto pelo § 5º deste artigo.

§ 4º Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, será a redação final submetida a deliberação do Plenário.

§ 5º Os prazos constantes nesta Seção serão aplicados pela metade quando da apreciação de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias.

CAPÍTULO III

Das Contas

Art. 193 Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - despachá-lo imediatamente para processamento, sendo transformado em projeto de decreto legislativo de autoria da Mesa Diretora para posterior distribuição de avulsos aos Vereadores;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de cinco dias para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação da matéria pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado.

§ 1º Para os efeitos do inciso II a Mesa da Câmara dar-se-á por notificada no ato de leitura do Parecer Prévio em Plenário.

§ 2º Recebido o projeto de decreto legislativo pela Comissão a Assessoria Técnica terá prazo de sete dias para emitir parecer instrutivo.

§3º O relator da matéria apresentará parecer prévio no prazo de dez dias, determinando a seguir, a abertura de prazo comum e improrrogável de dez dias para apresentação de defesa pelas autoridades prestadoras das contas, prazo este em que se poderá juntar documentos.

§ 4º Vencido o prazo de defesa o projeto retornará ao relator para exarar parecer final no prazo de dez dias, após o que serão facultadas vistas aos demais integrantes da Comissão em prazo comum de sete dias.

§5º Na Sessão em que for submetido à discussão e votação do Plenário, logo após concluída a discussão do projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até vinte minutos, pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

CAPÍTULO IV

Da Reforma do Regimento Interno

Art. 194 O projeto de resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno, somente será admitido quando proposto:

- a) por um terço, no mínimo dos membros da Câmara;
- b) pela Mesa;
- c) pela Comissão de Constituição e Justiça; ou
- d) por Comissão Especial para esse fim constituída.

Parágrafo único. O Projeto de Resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado desde que discutido pelo menos em dois dias de Sessão e contar com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO V

Da Concessão de Títulos Honoríficos

Art. 195 Por projeto de resolução, aprovado em votação nominal, a Câmara poderá conceder Título Honorífico a personalidades nacionais ou estrangeiras, radicados no País, comprovadamente dignas da honraria.

§ 1º O projeto de concessão de Títulos Honoríficos deverá vir acompanhado, como registro essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

§ 2º A partir de iniciativa popular, poder-se-á proceder a indicação de qualquer personalidade nacional ou estrangeira para concessão

de Título de Cidadão Honorário, cuja indicação deverá converter-se em Projeto de Resolução, com a devida apreciação regimental. Art. 196 Cada Vereador poderá figurar como primeiro signatário em proposição que vise a concessão de Título de Cidadão Honorário apenas duas vezes por Legislatura e, por até quatro, nas demais honrarias.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput do presente artigo, os casos de rejeição ou pedido de arquivamento da matéria em questão, oportunidade em que o autor poderá oferecer novo projeto desta natureza.

Art. 197 A entrega dos Títulos será feita em Sessão Solene prevista no inciso IV, § 2º do art. 71 deste Regimento, especialmente para esse fim convocada.

Parágrafo único. Nas Sessões a que alude o presente artigo, para falar em nome da Câmara, só será permitida a palavra ao Vereador designado pelo Presidente, como orador oficial, não se admitindo em hipótese alguma pronunciamento de outro Vereador.

CAPÍTULO VI

Dos Precedentes Regimentais e dos Recursos

SEÇÃO I

Dos Precedentes Regimentais

Art. 198 Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surjam quanto à tramitação a ser dada a qualquer processo serão submetidas à decisão do Plenário que firmará o critério a ser adotado.

SEÇÃO II

Recursos às Decisões do Presidente

Art. 199 Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Até a deliberação do Plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art. 200 O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis da decisão do Presidente.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, dar-lhe provimento ou, caso contrário, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2º A Comissão de Constituição e Justiça terá o prazo improrrogável de dois dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 3º Emitido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e independente de sua aplicação, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§ 4º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

§ 5º Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

SEÇÃO III

Dos Pedidos de Informação

Art. 201 Qualquer Vereador poderá encaminhar à Mesa da Câmara, Pedidos de Informação sobre fato relacionado em matéria legislativa ou sobre fato sujeito à fiscalização da Câmara.

§ 1º Se no prazo de 48 horas tiverem chegado à Câmara os esclarecimentos pretendidos, deixará de ser encaminhado o requerimento de informação.

§ 2º Encaminhado um requerimento de informação, se esta não for prestada dentro de trinta dias, o Presidente da Câmara fará reiterar o pedido por meio de ofício, acentuando aquela circunstância.

§ 3º O recebimento de resposta a pedido de informação será lido no Pequeno Expediente, encaminhando-se cópia ao Vereador requerente.

TÍTULO X

Dos Períodos de Convocação Extraordinária

Art. 202 O Presidente dará conhecimento aos Vereadores dos termos da convocação, diligenciando para que todos dela sejam cientificados.

§ 1º Sempre que possível, a convocação far-se-á em Sessão, hipótese em que será comunicada, por escrito, apenas aos ausentes.

§ 2º Serão enviados aos Vereadores os termos da convocação, bem como o texto integral das proposições nele referidas, que não tiverem sido ainda distribuídos.

§ 3º Quando a convocação extraordinária ocorrer durante o recesso, o prazo máximo para convocação será de três dias de antecedência, salvo acordo entre os líderes.

Art. 203 No período de convocação extraordinária, serão obedecidas as normas de tramitação estabelecidas por este Regimento, para os projetos relacionados na convocação, com prazo de apreciação.

Parágrafo único. Será respeitada, se for o caso, a fase de tramitação iniciada antes do período de convocação extraordinária.

TÍTULO XI

Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 204 Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por regulamento próprio, que deverá ser elaborado pela Mesa e aprovado pelo Plenário no prazo máximo de 180 dias após a promulgação deste Regimento.

Parágrafo único. Caberá à Mesa superintender os referidos serviços fazendo observar o regulamento.

Art. 205 A Mesa da Câmara instituirá o controle interno que terá sua estrutura e atribuição disciplinadas em regulamento próprio.

Art. 206 Qualquer interpelação de Vereador sobre os serviços administrativos da Câmara, será dirigida à Mesa, mediante o Presidente, devendo ser formulado obrigatoriamente por escrito.

§ 1º Depois de devidamente informado por escrito, a interpelação será encaminhada ao Vereador interessado para conhecimento, cabendo, no caso de julgar que houve omissão ou exorbitância por parte da Mesa, tomar as providências apontadas no § 1º, art. 24 deste Regimento.

TÍTULO XII

Da Assessoria Militar

Art. 207 Compete privativamente ao Presidente, por intermédio da Assessoria Militar competente:

I - promover a segurança, o transporte e o atendimento aos Vereadores e às autoridades convidadas ou recepcionadas pelo Poder; II - orientar e supervisionar o cerimonial dos atos solenes e as representações do Poder.

§ 1º A Assessoria Militar poderá ser feita por Policiais Militares e Cíveis ou outros servidores requisitados da Secretaria de Segurança Pública, postos à disposição da Câmara Municipal.

§ 2º O Presidente da Câmara baixará Portaria regulamentando as atribuições da Assessoria Militar.

Art. 208 No edifício da Câmara é proibido o porte de armas por qualquer pessoa, inclusive por Vereadores, exceto pelos membros do corpo de segurança.

Art. 209 É vedado aos espectadores manifestarem-se agressivamente e ofensivamente sobre o que se passar em Plenário.

Parágrafo único. O Presidente poderá suspender ou encerrar a Sessão nos casos de perturbação da ordem dos trabalhos.

TÍTULO XIII

DO NEPOTISMO

Art. 210 É vedada a prática do nepotismo nos termos dos princípios constitucionais e Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal

TÍTULO XIV

Da Convocação e do Comparecimento à Câmara

Art. 211 Os Secretários Municipais dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, de economia mista, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal poderão ser convocados pela Câmara para prestar informações que lhes forem solicitadas, sobre assunto de sua competência administrativa.

§ 1º A convocação far-se-á por requerimento escrito, por no mínimo um terço dos membros da Câmara, discutido e votado no Prolongamento do Expediente, sem encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§ 2º O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação, especificando os quesitos que serão propostos ao convocado.

§ 3º Aprovado o requerimento de convocação, o Presidente da Câmara expedirá o respectivo ofício ao Prefeito, comunicando o dia e a hora para o comparecimento do convocado.

§ 4º A convocação deverá ser atendida dentro do prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento do ofício.

Art. 212 A Câmara reunir-se-á em Sessão Ordinária ou Extraordinária, em dia e hora previamente estabelecidos, com o fim específico de ouvir o convocado sobre os motivos da convocação.

§ 1º Aberta a Sessão, o convocado terá o prazo de trinta minutos, prorrogável por igual período de tempo, mediante deliberação do Plenário, a pedido de qualquer Vereador ou dele próprio, para discorrer sobre os quesitos constantes no requerimento de convocação, não sendo permitidos apartes.

§ 2º Concluída a exposição inicial do convocado, faculta-se a qualquer Vereador solicitar esclarecimentos sobre os itens constantes do requerimento de convocação, dispondo de cinco minutos para fazê-lo.

§ 3º Para responder às interpelações que lhes forem dirigidas nos termos do parágrafo anterior, o convocado disporá de cinco minutos para cada resposta.

§ 4º Ao Vereador que formulou os esclarecimentos é facultado se manifestar logo após, tendo para isto cinco minutos.

§ 5º O convocado disporá em seguida, se assim desejar, de cinco minutos para resposta.

Art. 213 O convocado e os Vereadores não poderão desviar-se da matéria da convocação.

Art. 214 Poderá o Prefeito comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuna expor pessoalmente.

Parágrafo único. Na Sessão Ordinária ou Extraordinária convocada para este fim, o Prefeito fará uma exposição sobre os motivos que o levaram a comparecer à Câmara, respondendo às indagações que eventualmente sejam feitas pelos Vereadores.

Art. 215 Sempre que comparecer à Câmara, o Prefeito será noticiada a sua presença.

TÍTULO XIV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 216 A Mesa Diretora promoverá a composição das novas Comissões Permanentes nos termos dos artigos 30 a 37 deste Regimento.

Art. 217 Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Regimento Interno de 03 de dezembro de 1992 e as Resoluções que o alteraram.

Câmara Municipal de Irineópolis, em 12 de Dezembro de 2011.

ANTONIO CARLOS SENFF
Presidente da Mesa

CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA
Vice-Presidente

ANGELO MARCOS BORGES
1º Secretário

ADEMIR GALLE
2º Secretário

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 23/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 16/12/2011 Horário: 09h:00m

Licitação /Modalidade CONVITE

PROCESSO Nº 23/2011

Nº107/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura nas Escolas: Frei Valentim, Pré Escola Gente Feliz, E Creche Mundo Encantado, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 09/12/2011 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, RONALDO DO NASCIMENTO & CIA LTDA ME, CNPJ/MF: 08.495.775/0001-97, e ISAMARA FERNANDES COAN DA SILVA ME, CNPJ/MF: 01.432.128/0001-97. Retirou edital a empresa: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME. Exatamente às 08h:30m encerraram os prazos para protocolo de envelopes de habilitação e proposta. Protocolou envelope a empresa:

| Data | Prot. | Horário | Empresa | CNPJ/MF |
|------------|-------|---------|---|--------------------|
| 16/12/2011 | 451 | 07h:55m | MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME | 00.263.284/0001-09 |

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, foi constatado que a empresa estava de acordo com edital portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao resultado classificatório de R\$ 112.634,68 (cento e doze mil seiscentos e trinta e quatro e sessenta e oito centavos), deste modo, a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, foi vencedora do objeto, observando que o valor estimado pela Secretaria de Educação para esta licitação foi de R\$ 114.140,19 (cento e quatorze mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, e consultado o representante da empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

TABAMAR LTDA ME, manifestou-se oralmente a renúncia do direito de recurso, portanto abdica o direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente Da Comissão De Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro

Licitantes presentes:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

TABAMAR LTDA ME

OSMAR RIBEIRO MEYER

CNPJ/MF: 895.455.169-68

Extrato do Contrato Nº 90/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSIL TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA, com sede á Rua Capitão Antonio Joaquim Barbosa, nº 198, Bairro: Vila Idalina, na cidade de São José dos Pinhais/PR inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.244238/0001-50 e Inscrição Estadual n.º 90425928-43.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 14/2011 - PROCESSO Nº 105/2011;

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para a execução de 6.500m² de tratamento anti pó para a regularização de leito de ruas do município, conforme projeto básico, memorial descritivo, ART, e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

Valor total: R\$ 77.025,00 (setenta e sete mil e vinte e cinco reais).

Orçamento: Órgão 11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Unidade 01 - Departamento de Obras, projeto/atividade: 1.017 - Pavimentação de Ruas, ficha: 143, elemento: 4.4.90, subelemento 4.4.90.51.98 - Obras Contratadas, Vínculo: 14200;

Data da assinatura: 16/12/2011;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e término condicionado a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço

Itapoá, 16 de dezembro de 2011.

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Contrato Nº 91/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: ADAIR ANDRIGHI, brasileiro, casado, do comércio, portador do CI. RG n.º 518.830-0 SSP/SC, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 345.877.219-72, residente e domiciliado a AV. Julio Bender nº 582, Bairro: centro, na cidade de Paial/SC.

Licitação:DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2011 - PROCESSO Nº 108/2011;

Objeto: Constitui o objeto deste contrato à locação de um Imóvel em alvenaria, contendo 03 (três) quartos, sala, cozinha, copa, 02 (dois) banheiros, garagem, área coberta nos fundos com aproximadamente 50 m2, totalizando a área construída de 96 m2, com quintal aberto na frente e nos fundos do imóvel, murado, localizado sob a Rua Madalena Hau, nº 340, constituído pelo Lote nº 07 da Quadra nº 63 do loteamento denominado Balneário Jardim Pérola do Atlântico, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de nº 4.000 - livro nº 02 - ficha nº 01 Valor total: R\$ R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Orçamento: A despesa decorrente do presente contrato correrá pela dotação orçamentária: Fundo de Assistência Social - Manutenção do Abrigo provisório - Órgão nº 15 - Unidade nº 01 - Departamento de Assistente Social - projeto /atividade nº 2.128 - Ficha nº 08 - no elemento nº 3.3.90, sub-elemento nº 3.3.90.36.15 Locação de imóveis, vínculo 10000.

Data da assinatura: 16/12/2011;

Data vigência contratual: O presente contrato terá início em 16/12/2011, finalizando-se em 16/12/2012, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

Itapoá, 16 de dezembro de 2011.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal em Exercício

Termo Aditivo N.º 63/2011

TERMO ADITIVO N.º 63/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 88/2010. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro nº 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, e de outro lado a Empresa IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, com sede à Av. Trompowsky, nº 354, 7º andar, Conj.701, Edifício Centro Executivo Ferreira Lima, Bairro: Centro, CEP: 88.015-300, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.258.027/0001-41, e Inscrição Estadual: 253.419.417, representada neste ato pelo representante legal e administrador, Sr. ALDO LUIZ MESS, portador do CNPF/MF nº 292.867.519-15, e do CI.RG nº 7/R.865.793, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a contratação de serviços de informática para cessão de licenciamento de uso de sistemas, pelo qual se obriga a prestar os serviços constantes no objeto do contrato, na forma e condições estabelecidas no edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 16/2010 - PROCESSO Nº 111/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

1.1. Altera cláusula terceira "Preço e reajuste", reajustando com base no índice do INPC (IBGE) conforme cláusula contratual nº 3.6, totalizando um percentual de 5,5731100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 12.702,56 (doze mil, setecentos e dois reais e cinquenta e seis centavos), resultando em um VALOR TOTAL GERAL PARA O PERÍODO DE DOZE MESES de R\$ 152.430,72 (cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e dois centavos) referente a Tabela 3.3. Licenciamento e Suporte

a Software.

1.1.1. Resta reajustado também a Tabela 3.4. Serviços Técnicos de Demanda Variável executados pela CONTRATADA, resultando em um VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES, de R\$ 26.816,00 (vinte e seis mil oitocentos e dezesseis reais). O somatório dos VALORES TOTAIS GERAIS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES (referente às Tabelas 3.3 e 3.4) resultam num VALOR GLOBAL estimado de R\$ 179.246,72 (cento e setenta e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), conforme abaixo descrito:

3.3. LICENCIAMENTO E SUPORTE A SOFTWARES:

| ITEM | QTD | UNID | SISTEMAS/SOFTWARES | VALOR MENSAL | VALOR 12 MESES |
|-------|-----|------|---|---------------|----------------|
| 2.1. | 12 | mês | Programas de Planejamento | R\$ 317,15 | R\$ 3.805,80 |
| 2.2. | 12 | mês | Programas de Licitações e Contratos | R\$ 657,62 | R\$ 7.891,44 |
| 2.3. | 12 | mês | Programas de Gestão Contábil | R\$ 682,00 | R\$ 8.184,00 |
| 2.4. | 12 | mês | Programas de Recursos Humanos | R\$ 562,65 | R\$ 6.751,80 |
| 2.5. | 12 | mês | Programas para Gestão da Frota Municipal | R\$ 333,40 | R\$ 4.000,80 |
| 2.6. | 12 | mês | Programas de Patrimônio | R\$ 355,99 | R\$ 4.271,88 |
| 2.7. | 12 | mês | Programas de Almoxarifado | R\$ 572,10 | R\$ 6.865,20 |
| 2.8. | 12 | mês | Programas de IPTU | R\$ 454,80 | R\$ 5.457,60 |
| 2.9. | 12 | mês | Programas de ISSQN | R\$ 583,40 | R\$ 7.000,80 |
| 2.10. | 12 | mês | Programas de Nota fiscal Eletrônica de Serviços | R\$ 1.039,68 | R\$ 12.476,16 |
| 2.11. | 12 | mês | Programas de Escrita Fiscal | R\$ 893,57 | R\$ 10.722,84 |
| 2.12. | 12 | mês | Programas para Fiscalização Fazendária | R\$ 1.005,90 | R\$ 12.070,80 |
| 2.13. | 12 | mês | Programas de Fiscalização de Obras e Posturas | R\$ 232,98 | R\$ 2.795,76 |
| 2.14. | 12 | mês | Programas de Receitas Diversas | R\$ 323,58 | R\$ 3.882,96 |
| 2.15. | 12 | mês | Programas de Contribuição de Melhoria | R\$ 251,16 | R\$ 3.013,92 |
| 2.16. | 12 | mês | Programas de Arrecadação | R\$ 635,36 | R\$ 7.624,32 |
| 2.17. | 12 | mês | Programa de Dívida Ativa | R\$ 390,34 | R\$ 4.684,08 |
| 2.18. | 12 | mês | Programas de Protocolo | R\$ 359,16 | R\$ 4.309,92 |
| 2.19. | 12 | mês | Programas para Atendimento ao Cidadão | R\$ 631,81 | R\$ 7.581,72 |
| 2.20. | 12 | mês | Programa de Controle Interno | R\$ 593,85 | R\$ 7.126,20 |
| 2.21. | 12 | mês | Programas para a Procuradoria | R\$ 641,46 | R\$ 7.697,52 |
| 2.22. | 12 | mês | Programas para o Portal do Cidadão | R\$ 631,82 | R\$ 7.581,84 |
| 2.23. | 12 | mês | Programas de Business Intelligence | R\$ 552,78 | R\$ 6.633,36 |
| TOTAL | | | | R\$ 12.702,56 | R\$ 152.430,72 |

3.4. SERVIÇOS TÉCNICOS DE DEMANDA VARIÁVEL:

| ITEM | QTDE. ESTIMA- DA | UN. | ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS OU TECNO- LOGIA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|------------------------|----------------------|--|-------------------|-------------------|
| 3.1 | 200 | Hora tra- balhada | Serviço de atendimen- to técnico local, reali- zável após implanta- ção do sistema. | R\$ 89,74 | R\$ 17.948,00 |
| 3.2 | 80 | Hora tra- balhada | Serviços de customi- zação de softwares. | R\$ 110,85 | R\$ 8.868,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 26.816,00 |
| VALOR TOTAL GLOBAL [Serviços de Licenciamento e Suporte 12 Meses Serviços de Demanda Variável] | | | | | R\$ 179.246,72 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 88/2010 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 17/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 88/2010, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 88/2010, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 15 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
MÁRIO ELÓI TAVARES
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA
IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA
ALDO LUIZ MESS

Testemunhas:

NOME: NOME:
CNPJ/MF: CNPJ/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato Anulação PP 61/2011/PMJ - PL 130/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
NOTA DE ANULAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 130/2011/PMJ
EDITAL PP Nº 61/2011/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a anulação do Pregão Presencial nº 130/2011/PMJ - Processo Licitatório nº 61/2011/PMJ, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 20 (vinte) kits de informática destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino, incluindo treinamento aos professores para preparação de aulas e uso das lousas interativas", com data de processamento marcada para 22/12/2011, às 14 horas e credenciamento e entrega dos envelopes marcada para até as 14 horas do mesmo dia. Quaisquer esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura de Joaçaba, avenida XV de novembro, 378, Centro, ou através dos telefones 49 3527 8828/8805 e do endereço eletrônico compras@joacaba.sc.gov.br

Joaçaba (SC), 07 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 16 PP 13 FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2011/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 16/2011/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 13/2011/FAS.

Objeto: a aquisição de equipamentos de processamento de dados, energéticos, áudio, vídeo, foto, comunicação, eletrodomésticos, móveis e aparelhos em geral, destinados aos serviços e projetos mantidos pela Secretaria de Ação Social.

- Empresas Vencedoras:

COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

VALOR R\$ 2.080,50

REFRIGERAÇÃO TIEPPO LTDA

VALOR R\$ 1.750,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 12.352,00

TARSIO CALEB COM E REP LTDA

VALOR R\$ 9.012,40

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 15 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito e Gestor do Fundo

Extrato PP 38/2011/FMS - PL 45/2011/PMJ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS JOAÇABA (SC) AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2011/FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011/FMS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 10/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso.

Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZÍLIO

Gestor do FMS

Extrato TP 3/2011/FMS - PL 46/2011/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2011/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2011/FMS

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de muros com alambrados, nos limites dos terrenos do ESF Nossa Senhora de Lourdes (Avenida Santa Luzia, Bairro Nossa Senhora de Lourdes), e ESF Frei Bruno (Avenida Caetano Natal Branco, Bairro Frei Bruno), neste Município. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 11/01/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 11/01/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZILIO

Gestor do FMS

IMPRES

Resumo Contrato JHL 0023/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2011/IMPRES

PL 1/2011/IMPRES - CV Nº 1/2011/IMPRES

CONTRATANTE: IMPRES

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, de sistema de Contabilidade Pública e de Folha de Pagamento, através de licença de uso, bem como sua manutenção legal e corretiva, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica atendendo ao especificado no Edital de Convite nº 1/2011/IMPRES e em seus anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.180,00 (nove mil, cento e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IMPRES

3 - 3.3.90.00.00.00.00.0104 - OUTRAS DESP. CORRENTES

- Aplicações Diretas

DATA DE ASSINATURA: 21/11/2011.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/12/2012.

Balancete Financeiro Novembro - IMPRES**SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

| Receita | | Despesa | |
|---|---------------|-------------------------------------|---------------|
| Títulos | Valor | Títulos | Valor |
| Receita Orçamentária | 725.172,92 | Despesa Orçamentária | 221.624,64 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 110.529,29 | Despesas exceto Intra-orçamentárias | 221.624,64 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 346.176,66 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.207,35 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 5.082,79 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 218.417,29 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME | 221.384,18 | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇA | 42.000,00 | | |
| Receita Extra - Orçamentária | 264.576,29 | Despesa Extra - Orçamentária | 268.037,54 |
| DEPOSITOS | 42.951,65 | DEPOSITOS | 41.051,04 |
| CONSIGNACOES | 42.951,65 | CONSIGNACOES | 41.051,04 |
| PENSAO ALIMENTICIA | 1.284,84 | PENSAO ALIMENTICIA | 1.284,84 |
| TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL | 6.937,95 | TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL | 6.937,95 |
| PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M | 11.560,73 | PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA | 11.560,73 |
| EMPRESTIMOS | 18.110,55 | EMPRESTIMOS | 16.209,94 |
| OUTROS CONSIGNATARIOS | 5.057,58 | OUTROS CONSIGNATARIOS | 5.057,58 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 221.624,64 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 221.253,75 |
| OBRIGACOES A PAGAR | 221.624,64 | OBRIGACOES A PAGAR | 221.253,75 |
| FORNECEDORES | 4.165,44 | FORNECEDORES | 4.165,44 |
| PESSOAL A PAGAR | 3.207,35 | PESSOAL A PAGAR | 3.207,35 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 4.617,89 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 4.247,00 |
| DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 209.633,96 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 209.633,96 |
| | | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 5.732,75 |
| | | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 5.732,75 |
| | | OUTRAS BAIXAS DE VALORES | 5.732,75 |
| Saldos anteriores | 23.949.701,03 | Saldos atuais | 24.449.788,06 |
| Aplicações do RPPS | 23.939.195,03 | Aplicações do RPPS | 24.449.687,31 |
| BANCO C/ MOVIMENTO | 10.506,00 | BANCO C/ MOVIMENTO | 100,75 |
| INVESTIMENTOS DO RPPS | 0,00 | INVESTIMENTOS DO RPPS | 0,00 |
| TESOURARIA GERAL | 0,00 | TESOURARIA GERAL | 0,00 |
| Total | 24.939.450,24 | Total | 24.939.450,24 |

JOACABA, 15/12/2011

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR CRCSC 025688/O

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

SIMAE**Justificativa Inexigibilidade de Licitação JHL 0002/2001 - SIMAE**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JHL 0002/2011

PROCESSO 0070/2011

O SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, através de sua Diretora Presidente Elisabe Maria Zanela Sartori, torna público a Inexigibilidade de Licitação para Telefonia Fixa para o exercício de 2012.

Justificativa: Inviabilidade de competição.

Fundamento Legal: Caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 19 de dezembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Lages**PREFEITURA****Resultado PE 36-2011 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2011 - FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS UNIDADES, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: COMPANHIA ULTRAGAZ

VALOR: R\$ 21.210,00 (vinte e um mil, duzentos e dez reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Resultado PE 37-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2011 - PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO, PARA CONSUMO NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: STANG & STANG LTDA.

VALOR: R\$ 498.950,00 (quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta reais).

VENCEDOR: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II LTDA.

VALOR: R\$ 1.280.309,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil, trezentos e nove reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Resultado PE 38-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2011 - PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITAS), PARA AS FRENTES DE TRABALHO DA SECRETARIA DE OBRAS, PARA CONSUMO NO ANO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CRISTIANE VIEIRA PEREIRA ME

VALOR: R\$ 35.364,00 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta e quatro reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Resultado PP 18-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2011 - SMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES, PARA O EXERCÍCIO DE 2012

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA. ME.

VALOR: R\$ 11.461,00 (onze mil, quatrocentos e sessenta e um reais).

VENCEDOR: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES ME.

VALOR: R\$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Resultado PP 23-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2011 - SMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: VÁRIOS
VALOR: R\$ 72.035,00 (setenta e dois mil e trinta e cinco reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

Resultado TP 02-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011 - SMS
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Catarina, nesta cidade, com área de 388,90 m², com fornecimento de material.
 O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: FRANMEX ENGENHARIA LTDA.
VALOR: R\$ 479.121,82 (quatrocentos e setenta e nove mil, cento e vinte e um reais e oitenta e dois centavos).

Lages, 14 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

Resultado TP 03-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2011 - SMS
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Pró-Morar, nesta cidade, com área de 388,90 m², com fornecimento de material.
 O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA.
VALOR: R\$ 477.774,27 (quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

Lages, 14 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei Nº 845/2011

LEI Nº 845 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 13.934,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 13.934,00
 Função 20 Agricultura 13.934,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 13.934,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 13.934,00
 Projeto/Atividade 1.035 Construção da Unidade Agroindustrial 13.934,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00.00 Despesa de Capital 13.934,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00.00 Investimentos 13.934,00
 Modalidade de aplicação 90 Aplicação Direta 13.934,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recurso Ordinário 13.934,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 13.934,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor
 Recurso Ordinário 0.1.0000 13.934,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO UTILIZADO 13.934,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Decreto Nº 146 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO da SEGURIDADE SOCIAL, do INSTITUTO de PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL

DECRETO Nº 146 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, II, da Lei nº 778 de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1o. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte estrutura, e no seguinte valor:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 10 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL 16.000,00
 Unidade Orçamentária 01 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL 16.000,00
 Função 09 Previdência Social 16.000,00
 Sub-função 272 Previdência do Regime Estatutário 16.000,00
 Programa 13 Regime Próprio de Previdência - RPPS 16.000,00
 Atividade 2.033 Funcionamento e Manutenção do Regime Próprio de Previdência - RPPS 16.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00.00 Despesas Correntes 16.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa

3.3.00.00.00
Pessoal e Encargos Sociais
16.000,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 16.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0003 Contribuição do Servidor Ativo Civil -
Superavit Financeiro
16.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 16.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial das dotações com a seguinte estrutura e no limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 10 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL
16.000,00
Unidade Orçamentária 01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL
16.000,00
Função 09 Previdência Social 16.000,00
Sub-função 272 Previdência do Regime Estatutário 16.000,00
Programa 13 Regime Próprio de Previdência - RPPS 16.000,00

Atividade 2.033 Funcionamento e Manutenção do Regime Próprio de Previdência - RPPS 16.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa
3.1.00.00.00
Pessoal e Encargos Sociais
6.000,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 6.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0003 Contribuição para o Regime Próprio de Previdência
6.000,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa
4.4.00.00.00
Investimentos
10.000,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0003 Contribuição para o Regime Próprio de Previdência
10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto Nº 147 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO da SEGURIDADE SOCIAL, do INSTITUTO de PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL

DECRETO Nº 147 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, I, da Lei nº 778 de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte estrutura,

e no seguinte valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 10 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL
12.000,00
Unidade Orçamentária 01 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL
12.000,00
Função 09 Previdência Social 12.000,00
Sub-função 272 Previdência do Regime Estatutário 12.000,00
Programa 13 Regime Próprio de Previdência - RPPS 12.000,00
Atividade 2.033 Funcionamento e Manutenção do Regime Próprio de Previdência - RPPS
12.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa
3.3.00.00.00
Pessoal e Encargos Sociais
12.000,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0003 Contribuição do Servidor - Ativo Civil
12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte e valor:

Fonte Código Valor
Contribuição do Servidor - Ativo Civil 0.1.0003 12.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 186/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 186/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LINDÓIA DO SUL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXAM OBJETIVOS E DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

TÍTULO I
CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lindóia do Sul, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lindóia do Sul, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Lindóia do Sul abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal Nº 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo.

I - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

II - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - as regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo Único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Lindóia do Sul, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social, Infraestrutura e Socioeconômico e Ambiental.

A - São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social:

I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal Habitação de Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

V - garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

VI - coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

IX - oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação de um Observatório Habitacional e Urbano;

XIII - fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - propiciar a participação da população moradora e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política habitacional;

XV - instituir o Conselho Municipal de Habitação e demais instância de participação;

XVI - fornecer gratuitamente assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

XVII - reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

XVIII - articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIX - garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa a ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XX - viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XXI - estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos as condicionantes do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXII - considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXIII - adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros.

B - São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

C - São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

II - preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

D - São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Lindóia do Sul, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;

IV - sustentabilidade econômica, financeira e social os programas e projetos elencados;

V - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;

VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VII - observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;

VIII - desenvolvimento Institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;

IX - implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS - Lindóia do Sul:

1 - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;

2 - Programa de Infra-Estrutura;

3 - Programa Sócio-Econômico;

4 - Programa Ambiental.

TÍTULO II PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O Programa tem por definição promover o direito à moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infraestrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

I - mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O Programa de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura social têm como medidas prioritárias:

I - implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas ou em conjunto para redução do déficit habitacional na área urbana e rural;

II - implantação de programa de reforma e ampliação das unidades habitacionais na área rural, para redução do déficit habitacional;

III - relocação das famílias que se encontram em áreas e risco;

V - criação de ZEIS - Zona Especial de Interesse Social;

VI - criação de um observatório habitacional;

VII - melhoria das áreas de lazer na área urbana;

VIII - melhoria da infraestrutura física das escolas;

IX - melhoria e ampliação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos;

X - melhoria e ampliação do quadro de profissionais da área da saúde (especialistas);

XI - ampliação da unidade de saúde;

XII - ações voltadas à saúde preventiva;

XIII - contratação de técnicos para área de planejamento e fiscalização.

CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS SEÇÃO I DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

I - produção de unidades habitacionais;

II - urbanização das áreas ocupadas precariamente;

III - regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;

IV - melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo Único: A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

I - predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência

de criminalidade;

II - incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;

III - alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;

IV - estar residindo no município a mais de cinco anos;

V - famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.

VI - famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;

VII - famílias em situação de coabitação;

VIII - não ter sido beneficiado por programa habitacional;

IX - não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;

X - morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;

XI - famílias com maior número de filhos;

XII - preferência a mulheres chefes de famílias;

XIII - ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

SEÇÃO II DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) exigência de que pelo menos 20% das unidades construídas satisfaçam aos critérios de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- d) criação de mutirão.

II - incentivo à autoprodução de moradias;

III - estímulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º. A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar a:

I - redução do preço final das unidades imobiliárias;

II - a destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º. Visando a orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão quando da criação do observatório municipal habitacional.

SEÇÃO III DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir

a permanência da comunidade em seu local de moradia;

II - as obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;

III - a intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

SEÇÃO IV DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art.12. O Executivo municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

II - concessão de direito real de uso, de acordo com o Plano Diretor do Município;

III - assistência técnica, urbanística, jurídica e social gratuita.

SEÇÃO V DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo Único: No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

I - a capacidade de endividamento da clientela;

II - a instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;

III - a necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

SEÇÃO VI DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo Único: O Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

I - oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;

II - realização de obras de contenção de risco;

III - prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;

IV - prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO

Art.15. A gestão da questão Habitacional de Interesse Social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os

sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

a) implantação e regulamentação do Fundo Rotativo Habitacional, instituído pela Lei nº 98/1991 e do Conselho Municipal de Habitação, instituído pela Lei Complementar nº 109/2007, para o qual serão dirigidos os recursos destinados à Habitação de Interesse Social;

b) formação, treinamento e capacitação de agentes promotores e financeiros não-estatais, tais como as cooperativas e associações comunitárias autogestionárias e, pequenas e microempresas de construção para implementação de projetos habitacionais de interesse social.

II - desburocratização do setor financeiro-imobiliário, dos procedimentos cartoriais e dos aprobatórios da administração municipal, especialmente no que tange ao licenciamento de construções e emissão de alvará e habite-se, de modo a tornar mais ágil a análise e aprovação dos processos e diminuir custos de legalização, sem prejuízo das precauções legais quanto à legitimidade da propriedade e do respeito às normas instituídas para o uso e ocupação do solo;

III - estímulo à adoção dos processos de autogestão e co-gestão de equipamentos coletivos, serviços sociais, infra-estrutura urbana e habitações coletivas, tanto na implementação dos programas e execução das obras, como na preservação e manutenção das áreas urbanizadas;

IV - promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

V - estruturação de um sistema de informações habitacionais, articulado ao sistema de informação municipal, bem como, estruturação de um banco de projetos de casas populares - Projeto Padrão.

Art.16. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão habitacional deve permear cada etapa da implementação e avaliação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, com as seguintes diretrizes:

I - institucionalização de canais de participação e controle social por meio de:

- a) Conferência Municipal de Habitação;
- b) Conselho Municipal de Habitação;
- c) Audiências Públicas;
- d) a gestão orçamentária participativa.

II - criação de mecanismos de controle social que incorporem representantes dos vários agentes públicos e privados e dos grupos sociais envolvidos, organizando moradores e grupos carentes de moradia para elaboração de propostas habitacionais subsidiadas e em parceria com o Poder Público;

III - garantia de participação da comunidade envolvida na regularização e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - apoio à criação e fortalecimento de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, para a potencialização de fundos próprios ou outros elementos de geração de recursos financeiros.

SEÇÃO I DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 17. São objetivos da conferência municipal de habitação:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da Política Pública Habitacional do Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da Política Habitacional do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho Municipal de Habitação visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como medidas prioritárias.

Art. 18. A Conferência Municipal de Habitação deverá, dentre outras atribuições:

I - avaliar a implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e programas da Política Habitacional de Interesse Social deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - debater os relatórios bianuais de gestão da política habitacional, apresentando críticas e sugestões;

III - sugerir ao Executivo municipal adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração desta Lei, no que se refere à questão habitacional, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Parágrafo Único: A conferência Municipal de Habitação ocorrerá ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 19. A conferência Municipal de habitação terá regimento próprio elaborado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

III - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO II DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 20. A Lei Complementar nº 109/2007, cria o Conselho Municipal de Habitação - CMH.

Art. 21. O Conselho Municipal de Habitação de Lindóia do Sul será órgão integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lindóia do Sul e terá como atribuições:

I - promover estudos e divulgações de conhecimento relativo às ações no que se refere a Habitação de Interesse Social;

II - colaborar com a equipe técnica municipal encarregada da área habitacional do município, encaminhando sugestões, crítica e reivindicações e emitir pareceres sobre os mesmos;

III - zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano

Municipal de Habitação;

IV - realizar bianualmente a Conferência Municipal de Habitação para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social revendo as diretrizes e os rumos da política para:

- 1 - redução do déficit habitacional;
- 2 - redução do desemprego;
- 3 - garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
- 4 - integrar as diferentes políticas sociais.

V - aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;

VI - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

VII - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

VIII - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

IX - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

X - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, para que os mesmos estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XI - zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho Municipal de Habitação de Lindóia do Sul integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho Municipal de Habitação de Lindóia do Sul será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso VIII deste artigo.

Art. 22. O Conselho será formado pela totalidade dos titulares do Conselho Municipal de Habitação de Lindóia do Sul e por membros representativos da sociedade e poder público, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação a cada dois anos.

Art. 23. O Poder Executivo apresentará cada dois anos à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Habitação relatório das ações realizadas contidas na Tabela de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta Lei.

SEÇÃO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

- I - a cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Lindóia do Sul;
- II - promover debates sobre temas de interesse da Política Habitacional com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;
- IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade,

em especial:

- 1 - organizações e movimentos populares;
- 2 - associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- 3 - associações de classe;
- 4 - fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais .

Art. 25. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 26. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 27. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO IV DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 28. No âmbito do Município de Lindóia do Sul, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa tendo por objetivos:

- I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
- II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 29. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO V DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 30. Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e à produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS.

Art. 31. As Zonas Especiais de Interesse Social tem como objetivos:

I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;

II - assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade;

III - incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas Habitacionais de Interesse Social;

IV - permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;

V - promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;

VI - proteger os assentamentos ocupados pela população de baixa renda da pressão do mercado imobiliário.

Art. 32. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas discutidas e definidas com a participação popular definidas no Plano Diretor do Município de Lindóia do Sul.

Art. 33. Atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Planos Específicos, ou de Programas Habitacionais.

Parágrafo Único: A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir em alteração do Zoneamento do Município, serão feitos obrigatoriamente por Lei Municipal.

Art. 34. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 35. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

TÍTULO III PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 36. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infraestrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 37. O Programa tem por Objetivos:

I - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infra-estrutura na área rural;

II - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;

III - implantar sistema adequado de saneamento básico.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 38. O programa de Infraestrutura tem como medidas prioritárias:

I - melhoria e alargamento das estradas municipais;

II - ampliação da pavimentação das ruas;

III - viabilização de construção de anel viário;

IV - captação de recursos para construção de ponte que liga a Rua 29 de Julho com a Rua Adolfo Antonio Rech;

V - captação de recursos para construção da ponte que liga a rua Getúlio Vargas com a Rua Barão do Rio Branco;

V - implantação de passeios públicos de acordo com a Lei de Acessibilidade;

VI - articulação para melhoria da telefonia fixa e móvel no interior;

VII - articulação para ampliação dos serviços de internet;

VIII - articulação para implantação de energia elétrica trifásica;

IX - articulação para melhoria da manutenção da iluminação pública;

X - captação de recursos para implantação de rede estação de tratamento de esgoto;

XI - implantação de programas de instalação de fossas, filtros e sumidouros individuais nas residências, principalmente na área rural;

XII - melhoria do abastecimento de água;

XIII - utilização do sistema de cisternas;

XIV - ampliação da rede de drenagem;

XV - ampliação da frequência de coleta seletiva de lixo no interior;

XVI - aquisição de nova área para cemitério municipal;

XVII - viabilização para aumento do efetivo policial.

TÍTULO IV PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 39. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 40. O Programa tem por objetivos:

I - qualificar a mão-de-obra;

II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 41. O programa sócio-econômico tem como medidas prioritárias:

I - diversificação da atividade industrial e viabilização da aquisição de novo terreno para área industrial;

II - fortalecimento do setor terciário;

III - melhoria dos programas de incentivo a agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;

IV - implantação de ações voltadas a fixação da população na área rural;

V - viabilização para parcerias para implantação de cursos técnicos e profissionalizantes.

TÍTULO V PROGRAMA AMBIENTAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.42. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas;

Art.43. O programa tem por objetivo:

I - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;

III - implantar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;

IV - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos.

**CAPITULO II
DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

Art.44. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:

I - programas de conscientização da população para destinação adequada do lixo tóxico.

**TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 45. Fica definido o tempo de quatro anos para as ações de curto prazo, sete anos para as ações de médio prazo e dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta lei.

Art. 46. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

I- de cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.
II - de cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
III - de cento e oitenta dias, para que se propiciem as condições para instalação do Conselho Municipal de Habitação de Lindóia do Sul, com as atribuições previstas no Art. 21º da presente Lei.

Parágrafo Único: As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 47. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lindóia do Sul deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único: Qualquer alteração no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

Art. 48. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra o anexo:

Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lindóia do Sul.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.50. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

ANEXO I

PRAZO DAS AÇÕES DO PMHIS

CURTO PRAZO: 04 ANOS

MÉDIO PRAZO: 4,1 A 07 ANOS

LONGO PRAZO: 7,1 A 10 ANOS

Lei Complementar Nº 187/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
REVOGA LEI COMPLEMENTAR Nº 169/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica revogada a Lei Complementar nº 169/2009, de 16 de Maio de 2011, que Dispõe sobre a concessão de incentivos a empresa vencedora de processo licitatório e dá outras providências.
Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Complementar Nº 188/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 188/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ALTERA LEI Nº 122/2009, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Título II, Capítulo III - Das Funções de Confiança, da Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

[]****
TÍTULO II

CAPÍTULO III**DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA**

Art. 20. As funções de confiança são providas exclusivamente por servidores do quadro permanente do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. As funções de confiança estão identificadas no anexo III, estando vinculadas aos órgãos de direção e/ou órgãos de chefia e assessoramento, conforme vier a ser estabelecido em ato administrativo próprio, com a respectiva remuneração e obedecendo as atribuições abaixo descritas:

I - Gerente: exercer os serviços de gerência em determinado órgão/setor administrativo, coordenando os serviços a se realizar naquela repartição, fazendo valer a ordem administrativa do setor, e por outro lado, estando submetido e vinculado ao secretário da pasta em que atua e também associado aos assuntos relacionados à respectiva secretaria.

II - Coordenador: exercer os serviços de direção em determinado órgão/setor administrativo, coordenando os serviços a se realizar naquela repartição, fazendo valer a ordem administrativa do setor, e por outro lado, estando submetido e vinculado ao secretário da pasta em que atua e também associado aos assuntos relacionados à respectiva secretaria.

III - Chefe: desempenhar atividades gerais dentro de determinada seção administrativa, estando diretamente submetido ao coordenador do setor, e tendo sob suas ordens servidores administrativos/operacionais que executam os diversos serviços na pasta.

IV - Encarregado: desempenhar atividades específicas dentro de determinada repartição pública, executando serviços afins ao setor, adiante do assessoramento aos servidores hierárquicos.

V - Responsável: desempenhar atividades gerais dentro de determinada seção administrativa, estando diretamente submetido ao chefe ou coordenador do setor, e tendo sob suas ordens servidores administrativos/operacionais que executam os diversos serviços na pasta.

[] ***

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da lei original.

Art. 3º O Anexo III da Lei Complementar n. 122, de 02 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Fica revogada a Lei Complementar N. 146/2010 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

1. ANEXO ÚNICO

| IDENTIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA | PADRÃO | NÚMERO DE VAGAS | VALOR |
|--|--------|-----------------|------------|
| Gerente | FG | 01 | R\$ 800,00 |
| Coordenador | FG | 02 | R\$ 620,00 |
| Chefe | FG | 10 | R\$ 520,00 |
| Encarregado | FG | 06 | R\$ 330,00 |
| Responsável | FG | 06 | R\$ 250,00 |

Lei Complementar Nº 189/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 070, DE 26 DE JANEIRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar n.070, de 26 de janeiro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

Os serviços administrativos da Câmara Municipal de Vereadores poderão ser desempenhados por servidores do quadro da Prefeitura Municipal, os quais, poderão ser gratificados de acordo com a legislação municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Complementar Nº 190/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município autorizado doar bens móveis e imóveis de propriedade do município, mediante celebração de Termo de Doação para entidades consignadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Após a celebração do Termo de Doação os bens poderão ser baixados do patrimônio do Município

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Anexo I

| Bem a ser Doado | Entidade Beneficiada |
|--|--|
| Linha Telefônica de número 49 37960903, localizada em Linha Salto Grande e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Salto Grande |
| Linha Telefônica de número 49 34913617, localizada em Linha Salto Grande e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Salto Grande |
| Linha Telefônica de número 48 F3305562, localizada em Linha Salto Grande e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Salto Grande |
| Linha Telefônica de número 49 34913620, localizada em Linha Salto Grande e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Salto Grande |
| Linha Telefônica de número 49 34913776, localizada em Linha Sanga Martins e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Sanga Castelhanos e Sanga Martins. |
| Linha Telefônica de número 49 34913775, localizada em Linha Sanga Castelhanos e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Sanga Castelhanos e Sanga Martins. |
| Linha Telefônica de número 49 34913619, localizada em Linha Acordi e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Sertãozinho |
| Linha Telefônica de número 49 34913606, localizada em Linha Sertãozinho e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Sertãozinho |
| Linha Telefônica de número 49 34913776, localizada em Lajeado dos Pinheiros e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Lajeado dos Pinheiros |
| Linha Telefônica de número 49 34461143, localizada em Linha Azul e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Mimosa |
| Linha Telefônica de número 48 F3519600, localizada em Linha Cotovelo e equipamentos de telefonia vinculados à mesma | Associação de Agricultores de Linha Maria Guinther |

Área de terra com 3.379,19m², com matrícula de nº 6.750 no Primeiro Ofício de Registro da Comarca de Concórdia, com escola edificada, Localizada em Lajeado Acídio, no estado de conservação em que se encontram. Esporte Clube Guarani, de Lajeado Acídio

Lei Complementar Nº 191/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL A RECEBER POR DOAÇÃO OS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º . Fica o Município de Lindóia do Sul autorizado a receber em doação da Senhor Juliano Rui da Fonseca, o seguinte bem imóvel:

ÁREA A SER DOADA: A poligonal da Rua Urbano Nicolau se inicia no ponto denominado 'P1', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, de Coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=392.972,92m e N=7.007.572,07m confrontando-se ao Norte com a área remanescente de Juliano Rui da Fonseca, matrícula 22.751; seguindo confrontando com Juliano Rui da Fonseca com o

azimute de 115°22'20" na distância de 12,03m até o ponto 'P2' (E=392.983,79m e N=7.007.566,91m); seguindo com o azimute de 119°21'31" na distância de 14,48m até o ponto 'P3' (E=392.996,41m e N=7.007.559,81m); seguindo com o azimute de 107°34'41" na distância de 26,28m até o ponto 'P4' (E=393.021,46m e N=7.007.551,88m); seguindo com o azimute de 98°52'11" na distância de 141,68m até o ponto 'P5' (E=393.161,45m e N=7.007.530,03m); seguindo com o azimute de 93°39'58" na distância de 77,68m até o ponto 'P6' (E=393.238,98m e N=7.007.525,06m). Ao Leste, confrontando com a SC-488, com o azimute de 183°55'19" na distância de 12,00m até o ponto 'P7' (E=393.238,16m e N=7.007.513,09m). Ao Sul, seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora, matrículas: 26.720, 26.719, 26.718, 26.717 e 26.722, com o azimute de 273°39'58" na distância de 78,17m até o ponto 'P8' (E=393.160,14m e N=7.007.518,09m); seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora, matrículas: 26.716, 26.715 e 26.714, com o azimute de 278°52'49" na distância de 52,08m até o ponto 'P9' (E=393.108,69m e N=7.007.526,13m); seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora, matrículas: 26.713, 26.712, 26.711, 26.710, 26.709, 26.708 e 26.707, com o azimute de 278°51'50" na distância de 91,07m até o ponto 'P10' (E=393.018,71m e N=7.007.540,16m); seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora, matrículas: 22.706 e 22.705, com o azimute de 287°34'41" na distância de 28,43m até o ponto 'P11' (E=392.991,61m e N=7.007.548,75m); seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora, matrícula: 22.704 com o azimute de 299°21'31" na distância de 15,30m até o ponto 'P12' (E=392.978,27m e N=7.007.556,25m); seguindo confrontando com Jair Ângelo Dartora na matrícula 22.703 com o azimute de 295°22'20" na distância de 5,91m até o ponto 'P13' (E=392.972,93m e N=7.007.558,7m). Ao Oeste, seguindo confrontando com Rua Urbano Nicolau com o azimute de 359°56'56" na distância de 13,29m até o início da descrição, ponto 'P1', fechando assim o perímetro da poligonal com 568,40m (quinhentos e sessenta e oito vírgula quarenta metros), com área de 3.258,02m² (três mil, duzentos e cinquenta e oito vírgula zero dois metros quadrados) ou 0,325802ha (zero vírgula três dois cinco oito zero dois hectares).

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.065/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.065/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º O Orçamento do Município de Lindóia do Sul, dos Poderes Executivo e Legislativo, para o exercício financeiro de 2012, estima a receita em R\$ 12.269.500,00, fixa a despesa em R\$

10.097.400,00, e transferências financeiras em R\$ 2.172.100,00.

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada, composto pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, estima a receita em R\$ 450.200,00, acrescido das transferências financeiras especificadas no art. 1º, e fixa a despesa no valor de R\$ 2.622.300,00, e pelo Fundo Municipal de Assistência Médica – FAM, que estima receita e fixa despesas em R\$ 145.600,00.

Parágrafo único. O valor total consolidado do Orçamento do Município para receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 12.865.300,00.

Art. 3º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o art. 17 da Lei nº 1.042 de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – LDO 2012.

Art. 4º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 7º O limite autorizado no art. 6º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II – atender ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III – atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções, excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro do mesmo programa.

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão independente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares e especiais de projetos, atividades ou operações especiais, bem como abertura da modalidade

de aplicação.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para aquisição de máquinas e equipamentos, saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra-garantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos federal, estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta e com as entidades previstas no art. 15 da Lei nº 1.042 de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – LDO 2012.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 17. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º da Lei nº 1.042 de 24 de outubro de 2011.

Art. 18. Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 19. Ficam atualizados os anexos da Lei nº 854 de 31 de agosto de 2009 do Plano Plurianual – PPA 2010/2013, e da Lei nº 1.042 de 24 de outubro de 2011 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012, com base nos valores desta Lei.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 5º, II da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000

Renúncia de Receita em 2012¹

| | R\$ |
|--------------------|-----------|
| Incentivos Fiscais | 22.000,00 |

| | |
|--|-----------|
| Desconto para pagamento de tributos em parcela única | 11.000,00 |
| Total | 33.000,00 |

A demonstração acima contempla apenas os novos benefícios a serem concedidos em 2012, na forma da legislação municipal, observada em qualquer caso, a LC 101/2000.

1ª Já impactada no Orçamento da Receita. Art. 14, I da LRF.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 5º, II da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000

Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2012

| | R\$ |
|--|------------|
| 1. Aumento da arrecadação | 750.000,00 |
| 2. Margem bruta (aumento da arrecadação) | 750.000,00 |

Obs.: a margem bruta, acima referida, restringe-se à compensação mediante "aumento permanente da receita". Fica ressalvada a expansão com base na redução permanente da despesa, a ser demonstrada, caso a caso, na forma do art. 17 da LC 101/2000.

RISCOS FISCAIS

Art. 5º, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

| IDENTIFICAÇÃO | R\$ | R\$ | R\$ |
|---|------------|------------|------------|
| | 2012 | 2013 | 2014 |
| 1. Processos em fase de Execução | 198.000,00 | 218.000,00 | 239.800,00 |
| 2. Intempéries, emergências e calamidades | 22.000,00 | 24.000,00 | 26.000,00 |
| TOTAL | 220.000,00 | 242.000,00 | 265.800,00 |

Providências para neutralização/atenuação dos riscos fiscais

1. Acompanhamento sistemático dos itens orçamentários pertinentes aos riscos eleitos acima.
2. Readequação das despesas para o restante do exercício, reduzindo-as proporcionalmente ao prejuízo fiscal estimado/constatado.
3. Revisão dos cronogramas de desembolso, para apropriação das providências do item anterior.
4. Limitação de empenho de conformidade com o disposto no art. 8º desta Lei.
5. Revisão dos benefícios tributários em vigor.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 44 da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIOS | | |
|-------------------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2008 – R\$ | 2009 – R\$ | 2010 – R\$ |
| ATIVO REAL LÍQUIDO | 8.314.981,92 | 8.962.830,20 | 10.385.376,83 |
| PASSIVO REAL DESCOBERTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | |
|--------|--------------|--------------|---------------|
| TOTAIS | 8.314.981,92 | 8.962.830,20 | 10.385.376,83 |
|--------|--------------|--------------|---------------|

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIOS | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|
| | 2008 – R\$ | 2009 – R\$ | 2010 – R\$ |
| Receita de Alienação + Rendimentos | 88.845,64 | 245.084,98 | 222.945,00 |
| Aquisição de Equipamentos / Asfalto | 88.845,64 | 245.084,98 | 222.945,00 |

Lei Ordinária N.º 1.066/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.066/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 837/2009, DE 22 DE JUNHO DE 2009 TORNA OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO NA MERENDA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL O PERCENTUAL DE ATÉ 30% DE ALIMENTOS DE ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adieron Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica alterado o at. 1º da Lei Ordinária N. 837/2009, de 22 de junho de 2009 passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Município de Lindóia do Sul obrigado, na aquisição da merenda escolar da rede de ensino público, destinar o percentual de 30% (trinta por cento) do orçamento municipal aplicado à compra de produtos de origem da agricultura familiar."

Art. 2º Ficam inalterados os demais artigos da Lei Original.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.067/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.067/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADE VISANDO A REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adieron Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio de

cooperação com a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude para a entidade representar o Município de Lindóia do Sul em competições esportivas regionais, estaduais e interestaduais.

Art. 2º Como participação do Município para a concretização do objetivo do convênio especificado no artigo anterior poderá efetuar o pagamento de bolsa aos atletas, providenciar o fardamento e/uniformes aos mesmos, devidamente identificados com o nome do Município de Lindóia do Sul, viabilizar transporte aos atletas para o local das competições e demais despesas relacionadas aos eventos desportivos em que houver a representação.

Art. 3º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2012 e serão executadas de forma direta pela municipalidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.068/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.068/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênio com a entidade Águas do Auto Uruguai Convention&Visitors Bureau visando a execução do Projeto Roteiro Turístico Integrado Regional "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense", cadastrado no Seitec e aprovado pelo Fundo Estadual de Turismo, podendo o Município de Lindóia do Sul participar com o repasse recursos financeiros no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.069/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.069/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
ALTERA A LEI ORDINÁRIA N.º 912/2010, DE 05 DE MARÇO DE 2010 QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL A REALIZAR DESPESAS PARA AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. O inciso 1º do art. 1º da Lei n. 912, de 05 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [].

"§1º . Fica estabelecido o valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para os gastos com as festividades do caput do presente artigo.

[]

Art. 2º. Ficam inalterados os demais artigos da Lei Original..

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.070/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.070/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
ALTERA A LEI ORDINÁRIA N.º 995/2011, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011 QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL A REALIZAR DESPESAS PARA AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. O inciso 1º do art. 1º da Lei n. 995, de 25 de fevereiro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [].

"§1º . Fica estabelecido o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para os gastos com as festividades do caput do presente artigo.

[]

Art. 2º. Ficam inalterados os demais artigos da Lei Original.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.071/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.071/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênio com a entidade Associação de Agricultores de Linha Mimosa visando destinar recursos para a manutenção da entidade podendo o Município de Lindóia do Sul participar com o repasse recursos financeiros no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.072/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.072/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da

Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0105- Aplicações Diretas R\$ 11.806,60

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio
3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Inst. Sem Fins Luc R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 2.306,60

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.017 - Diretoria de Educação - Educação Especial
3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Inst. Sem Fins Luc R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 03 - Fundo Rotativo Habitacional
Projeto/Atividade 2.036 - Habitação Urbana e Rural - FRH
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.073/2011, de 15 de Dezembro de 2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.073/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 730/2007, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 QUE FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A REALIZAÇÃO DA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE EXECUÇÃO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Ficam alterados os at. 1º, 2º e 3º da Lei Ordinária N. 730/2007, de 26 de setembro de 2007 passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica fixado o valor de 2,5 Unidades Fiscal de Referência Municipal - UFRM para a realização da cobrança de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal através de execução Fiscal.

Art. 2º Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador do Município, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de valor consolidado igual ou inferior 2,5 Unidades Fiscal de Referência Municipal - UFRM

Art. 3º Os valores de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a 2,5 Unidades Fiscal de Referência Municipal - UFRM ainda não objeto do ajuizamento de Execução Fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º Ficam inalterados os demais artigos da Lei Original.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado, Em, 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Decreto N.º 2.206/2011, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO N.º 2.206/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
DECLARA DE NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe

confere a alínea “d”, do inciso I, do Artigo 113, da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, alínea “c” e “i”, do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e na Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;

CONSIDERANDO que a área abaixo mencionada destinar-se-á à viabilização de acesso viário, tendo em vista a situação de emergência decretada e prorrogada pelo Decreto Municipal 2.204, de 12 de dezembro de 2011, pela continuidade dos efeitos do deslizamento do solo, caracterizado por uma depredação do mesmo devido as fortes chuvas, no dia 26 de abril de 2010, intensificando o problema com as fortes chuvas ocorridas entre os dias 10 a 13 de dezembro de 2010 e 06 a 09 de setembro de 2011 atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos ao referido Decreto e que atingem o acesso principal do Município.

CONSIDERANDO que não houve autorização por parte dos proprietários do imóvel abaixo descrito para penetrar no imóvel para fins de levantamento topográfico do mesmo, com fins de confecção do competente projeto de construção.

CONSIDERANDO que a situação se configura emergencial, tendo em vista que o Município de Lindóia do Sul, a qualquer momento poderá ter seu único acesso obstruído pelo deslizamento de terras, na forma do Decreto Nº 2.204, de 12 de dezembro de 2011.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, a área de terra abaixo identificada:

I - Área aproximada de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de terra, podendo ocorrer variação para mais ou para menos com a finalização do projeto, área esta pertencente a Marcelo Vieira e Márcio Vieira, com reserva de usufruto vitalício, tendo como usufrutuária vitalícia Iracema Pellin Vieira, “parte do lote rural nº 375, do Bloco Sertãozinho da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 39.474,00m², sem benfeitorias, situado no Distrito de Lindóia, neste Município e Comarca, confrontando: ao Norte, com terras de Olívio Jura e Giarema P. Giron; ao Sul, com parte do mesmo lote de propriedade de Oreste Frare; ao Leste, com a estrada Linha Joana, e ao Oeste, com parte do mesmo lote de propriedade de Giarema P. Giron e Tranquilo Bertol.” Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia. 1º Ofício de Registro de Imóveis, Livro nº 2 “AN”, Fls. 001, Ano 1988, Matrícula Nº 9498.

Art. 2º - Cabe ao Poder Executivo Municipal, a partir da publicação do presente Decreto, proceder às medidas judiciais e/ou administrativas necessárias à consecução do ato expropriatório previsto no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.
Em 15 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.195/2011

DECRETO Nº 2.195/2011, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.056/2011 de 25 de Novembro de 2011:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura
Projeto/Atividade 1.004 - Reestruturação da Diretoria de Infraestrutura e Transporte
4.4.90.00.00.00.00.00.0021 - Aplicações Diretas R\$ 17.409,99
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
Projeto/Atividade 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - Funderural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do Convênio N.º 706360/2009 - MI e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Fonte: Superávit financeiro do Convênio N.º 706360/2009 - MI: R\$ 17.409,99

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 1.007 - Esportes - Investimentos Gerais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.71.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 15.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
4.4.71.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 5.000,00

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS
3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 15.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 8.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - Funderural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 25 de Novembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.205/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 2.205/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.072/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0105 - Aplicações Diretas R\$ 11.806,60

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por da anulação da seguinte

dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio

3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Inst. Sem Fins Luc R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 2.306,60

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.017 - Diretoria de Educação - Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Inst. Sem Fins Luc R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 03 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto/Atividade 2.036 - Habitação Urbana e Rural - FRH

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Edital Pregão Transporte Escolar MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de Transporte Escolar em Linhas do Interior do Município e para transporte de alunos universitários e de cursos profissionalizantes, para o ano letivo de 2012, no dia 05 de janeiro de 2012 as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, na Secretaria Geral de Governo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 16 de dezembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Decisão

Processo de Licitação nº: 44/2011

Pregão Presencial nº: 29/2011

Contrato Administrativo nº: 84/2011

Interessado: BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA

DECISÃO

Nos termos do parecer de parecer jurídico de Fls. 233 a 235, o qual adoto como razão de decidir, CONHEÇO do recurso administrativo interposto por Bob Máquinas Hidromecânica Garcia Ltda, Protocolo nº 0378, em 05/12/2011, Fls. 208 a 232 e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO.

Na mesma oportunidade notifique-se para pagamento voluntário da multa aplicada, no prazo de 5 (cinco) dias, com os acréscimos legais.

Publique-se e notifique-se.

Lindóia do Sul/SC, 15 de dezembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1425

DECRETO Nº 1425 de 16 de dezembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 945 DE 30/11/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA(SC)"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto ao orçamento vigente, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por conta do excesso de arrecadação apurado nos recursos ordinários do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, na forma do disposto no art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

28.846.0029.0.003 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 OUTRAS DESP CORRENTES - Aplic. Diretas..R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Alteração de carga horária

EDITAL Nº 005/2011 de 15 de dezembro de 2011.

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, abre inscrições e baixa normas para alteração da carga horária dos Professores da Rede Municipal de Ensino do Município, nas condições estabelecidas neste Edital.

I - DAS VAGAS

Por necessidade e mediante a existência de vagas, no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público do Município, instituído pela Lei Complementar nº 033, de 08 de dezembro de 2003, ficam abertas 04 (quatro) vagas para alteração de carga horária de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, como segue:

| Vagas | Carga Horária Semanal | Área - Disciplina | Cargos/Nível |
|-------|-----------------------|-------------------|---------------|
| 01 | 20 horas | Língua Inglesa | Professor III |
| 01 | 20 horas | Matemática | Professor III |
| 01 | 10 horas | Ciências | Professor III |
| 01 | 20 horas | Língua Portuguesa | Professor III |

II - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se unicamente professores efetivos da Rede Municipal de Ensino nomeados para atuarem na Educação Infantil ou Ensino Fundamental de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª nas disciplinas específicas constantes deste Edital.

III - DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas no período de 16 de dezembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de Luzerna, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Município de Luzerna(SC).

No momento da inscrição deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- * Carteira de Identidade
- * Certificado de Habilitação Profissional
- * Certidão de Tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino de Luzerna.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

Havendo mais de um interessado na alteração da carga horária, a classificação seguirá os critérios estabelecidos no do §2º do art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, tendo preferência o profissional da Educação:

1. com maior qualificação profissional (habilitação);
2. maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
3. não ter infringido as normas previstas na CLT.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes coordenar o Processo de que trata este Edital.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado no Mural Público Municipal.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Maracajá**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 43/2011 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Fornecimento parcelado de produtos alimentícios para Merenda Escolar aos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI do município, durante o exercício 2012.

Abertura da Sessão: a partir das 13:30 horas do dia 29/12/2011.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111.

Massaranduba**CÂMARA MUNICIPAL****Renovacao Cadastral 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone: 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br - Massaranduba - Santa Catarina
CNPJ: 83.539.668/0001-39 - Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
RENOVAÇÃO DE CADASTRO

A Câmara Municipal de Massaranduba, cumprindo com o que estabelecido o art. 34 da nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará a partir do dia 10/01/2012 o Registro e /ou Renovação de cadastro de fornecedores, p/ habilitações das empresas à participarem em licitações : Informações, sito rua Paulo Cardoso nº 166 Centro ou pelo fone 3379-1571 das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h.

Massaranduba, 16 de Dezembro de 2011
JOSE OSNIR RONCHI
Presidente da Câmara Municipal Massaranduba

Meleiro**PREFEITURA****Portaria n.º 431/2011**

PORTARIA n.º 431/2011
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, RESOLVE:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal LÚCIA MOTA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/12/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 210/2011.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 432/2011

PORTARIA n.º 432/2011

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO, ocupante do cargo de Recepcionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 217/2011.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de LOCAÇÃO de SISTEMA de INFORMÁTICA, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO e ATUAIZAÇÕES PARA FUNDO

TERMO ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUAIZAÇÕES PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Nº 05/2010.

Das Partes:**CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 456 km 15, s/nº - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves.

CONTRATADO

BETHA SISTEMAS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, 134 1º andar Centro, na cidade de Criciúma estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. GUILHERME KAASTRUP BALSINI.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Termo Aditivo nº 01/2010 do Contrato de nº 05/2010, referente LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, CONFORME CLÁUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na Prorrogação por mais 12 meses, para o exercício de 2012, referente a locação de sistemas de Contabilidade Pública, de Planejamento (PPA, LDO e LOA), Compras e Licitações, Patrimônio, Folha de Pagamento, Tributação, Tesouraria, Frotas, Home Page Contas Públicas, conforme características e limitativos descritos no Anexo I, incluindo implantação, conversão de dados e suporte técnico após a implantação dos sistemas, bem como a inserção e hospedagem de página na internet com dados relativos à publicação de contas públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

Pela prestação dos serviços constantes do objeto do presente contrato o MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA os seguintes valores:

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | VLR UNIT |
|------|------|-----|---|----------|
| 1.1 | 12 | Mês | Contabilidade Pública com até 05 usuários simultâneos | 957,23 |
| 1.2 | 12 | Mês | Planejamento com 01 usuário | 272,44 |
| 1.3 | 12 | Mês | Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos | 272,44 |
| 1.4 | 12 | Mês | Patrimônio com 1 usuário | 157,79 |
| 1.5 | 12 | Mês | Folha de Pagamento com até 02 usuários simultâneos | 624,35 |
| 1.6 | 12 | Mês | Tributação Municipal com até 02 usuários simultâneos | 646,69 |
| 1.7 | 12 | Mês | Tesouraria com 1 usuário | 167,54 |
| 1.8 | 12 | Mês | Frotas com 1 usuário | 167,54 |
| 1.9 | 12 | Mês | Home Page Contas Públicas sem limitação de usuários | 55,85 |

2. Locação dos sistemas para Fundo de Saúde:

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | VLR UNIT |
|------|------|-----|--|----------|
| 2.1 | 12 | Mês | Contabilidade Pública com 01 usuário | 167,54 |
| 2.2 | 12 | Mês | Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos | 78,18 |
| 2.3 | 12 | Mês | Tesouraria com 01 usuário | 67,01 |

3. Locação dos sistemas para Fundo de Reequipamento Bombeiros:

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | VLR UNIT |
|------|------|-----|--------------------------------------|----------|
| 3.1 | 12 | Mês | Contabilidade Pública com 01 usuário | 167,54 |

4. Serviços Técnicos

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | VLR UNIT |
|------|-------|--------|--|----------|
| 4.1 | 100 | Hora | Suporte Técnico após implantação dos sistemas | 67,01 |
| 4.2 | 15 | Diária | Diária para custeio de despesas de estadia e deslocamento no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico | 111,69 |
| 4.3 | 10000 | KM | Deslocamento no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico | 0,66 |

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE CORREÇÃO DOS VALORES
A correção dos valores só serão levados a efeito, e, poderão ser cobrados nas faturas a partir da data de 12 de fevereiro de 2012, quando o contrato terá efetivamente a vigência de 12 meses, sendo as faturas anteriores a esta data, serem emitidas com o valor praticados no contrato nº 05/2010.

CLAUSULA QUARTA - DA ADEQUAÇÃO CONTRATUAL
O Município de Monte Carlo, não utilizará mais o Sistema de Faturas, constante do item 1.9 do contrato original, motivo pelo qual não prorrogará o contrato neste item.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS
Do desconto por antecipação de pagamento:
- O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento de parcelas;
- O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionado a comprovação de ganhos financeiros reais para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS
Os serviços serão prestados até a data de 31/12/2011, podendo ser prorrogados em até 60 meses, em períodos de 12 meses, conforme dispõe art. 57, Inc. II da Lei Federal 8666/93, bem como a previsão em edital e no contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
Parágrafo primeiro: A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
Parágrafo segundo: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento DO EXERCÍCIO DE 2012, o qual se encontra na Câmara de Vereadores para apreciação e aprovação, e, tão logo ocorra, será juntado ao presente processo o parecer contábil, bem como ocorrerá o bloqueio contábil.
Parágrafo terceiro: As outras cláusulas, condições, itens e regras permanecem inalteradas na forma original do edital e contrato original, a que este termo aditivo se subordina inteiramente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO
Para as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o Foro da cidade de Fraiburgo/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC, 15 de dezembro de 2011.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
GUILHERME KAASTRUP BALSINI
Contratada

TESTEMUNHAS:
SABRINA BECKER GAUER
CPF - 006.523.799-40
ALBERTINHO MANGOLT
CPF - 789.268.079-91

Termo Aditivo Nº 02/2011 do Contrato Administrativo de LOCAÇÃO de MAQUINAS FOTOCOPIADORAS Nº 18/2009.

TERMO ADITIVO Nº 02/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS FOTOCOPIADORAS Nº 18/2009.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 Km 15 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SC CÓPIAS LTDA - ME inscrita no CNPJ nº 03.367.127/0002-12 representada neste ato pelo Sr. ROQUE MARTARELLO, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 4.948.526, residente e domiciliado em CURITIBANOS-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 11/2008, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

- O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2011, é a prorrogação do contrato original nº 18/2009, com início em 01/01/2012 e fim em 31/12/2012, ficando o preço contratado, conforme proposta anexa ao processo original, em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), por 3.000 cópias mensais, referente a máquina locada para a Administração, e, em R\$ 300,00 (trezentos reais), por 5.000 cópias mensais, referente a máquina locada para Secretaria de Educação. Fica também contratado o preço unitário de R\$ 0,06 (zero virgula zero cinquenta e sete centavos) por cópia excedente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 18/2009 e do edital pregão presencial 11/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 15/12/2011.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SC CÓPIAS LTDA - ME
JOSELI ADELIA CRIPPA VIVIAN

TESTEMUNHAS:
SABRINA BECKER GAUER
CPF - 006.523.799-40
ALBERTINHO MANGOLT
CPF - 789.268.079-91

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 150/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2011

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: SAUL CONSTANTE MAZZOCHI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 456, nº 1478, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 08.934.369/0001-83, neste ato representada pelo Sr. Saul Constante Mazzochi, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de HORAS/MÁQUINAS para CONTRATAÇÃO FUTURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA MELHORIAS NAS VIAS PÚBLICAS URBANA E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO CONFORME A NECESSIDADE, E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS CONSTANTES NO ANEXO VII.

Pela prestação dos serviços o FORNECEDOR receberá as importâncias abaixo identificadas, por cada item, conforme as quantidades solicitadas e efetivamente prestadas, como segue:
SAUL CONSTANTE MAZZOCHI M

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Preço Unitário |
|------|---|---------|-------------|----------------|
| 1 | SERVIÇO DE MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EM HS | HS | 800,00 | 138,00 |

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, CONFORME SEGUE:

68 09.02 2.023 3.3.90.00.00.00.00
71 09.02 2.023 3.3.90.00.00.00.00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo

Licitatório nº 68/2011, Pregão Presencial nº 33/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12(DOSE) MESES A CONTAR DA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 15 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Órgão Gerenciador

SAUL CONSTANTE MAZZOCHI ME
SAUL CONSTANTE MAZZOCHI
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 151/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2011

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: RAULUIZ TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Ruas Carlos Pisani, nº 1478, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.150.582/0001-57, neste ato representada pelo Sr. Luiz Tadeu Mazzochi, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de HORAS/MÁQUINAS para CONTRATAÇÃO FUTURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA MELHORIAS NAS VIAS PÚBLICAS URBANA E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO CONFORME A NECESSIDADE, E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS CONSTANTES NO ANEXO VII.

Pela prestação dos serviços o FORNECEDOR receberá as importâncias abaixo identificadas, por cada item, conforme as quantidades solicitadas e efetivamente prestadas, como segue:

RAULUIZ COMERCIO E TRANSPORTES LTDA

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Preço Unitário |
|------|--|---------|-------------|----------------|
| 2 | SERVIÇOS DE MAQUINA MOTONIVELADORA EM HS | HS | 800,00 | 192,00 |
| 3 | SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA PARA TRANSPORTE DE CASCALHO | M³/K | 80000,00 | 1,15 |
| 4 | SERVIÇO DE MÁQUINA TRATOR DE ESTEIRA EM HORAS | HRS | 800,00 | 148,00 |

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, CONFORME SEGUE:

68 09.02 2.023 3.3.90.00.00.00.00

71 09.02 2.023 3.3.90.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 68/2011, Pregão Presencial nº 33/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12(DOSE) MESES A CONTAR DA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 15 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Órgão Gerenciador

RAULUIZ TRANSP. E COM. LTDA
LUIZ TADEU MAZZOCHI
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 152/2011**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2011**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ADELIR VALDUGA E CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod. SC 456, Km 23, nº 15, na cidade de Monte Carlo-SC inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.200.394/0001-57, neste ato representada pelo Sr. ADELIR VALDUGA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, maquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto, o fornecedor receberá as importâncias unitárias pelos itens que foi vencedora, pelas quantidades que efetivamente forem solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

ADELIR VALDUGA & CIA LTDA

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Preço Unitário |
|------|----------------------------|---------|-------------|----------------|
| 1 | OLEO DIESEL COMUM FILTRADO | LTS | 160000,00 | 1,99 |
| 2 | GASOLINA COMUM FILTRADA | LT | 50000,00 | 2,79 |
| 3 | ALCOOL COMUM FILTRADO | LT | 5000,00 | 2,49 |

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 70/2011, Pregão Presencial nº 35/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2012 até a data de 31 de dezembro de 2012.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 15 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

ADELIR VALDUGA E CIA LTDA
ADELIR VALDUGA
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 153/2011**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2011**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, na cidade de São José-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 80.954.555/0001-01, neste ato representada pelo Sr. MAURICIO ANSELMO COELHO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, maquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto, o fornecedor receberá as importâncias unitárias pelos itens que foi vencedora, pelas quantidades que efetivamente forem solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBR

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Preço Unitário |
|------|---|---------|-------------|----------------|
| 6 | Óleo lubrificante Semi -sintético SAE 5W40 API SM | LT | 50,00 | 12,08 |

| | | | | |
|----|---|------|--------|--------|
| 9 | Óleo transmissão hidráulica ATF tipo (A) | BALD | 30,00 | 122,50 |
| 11 | Óleo para engrenagens API GL 5 SAE 140 | BALD | 10,00 | 141,69 |
| 15 | Óleo fluido de freio Dot 3 que atenda a norma ABTN -NBR | FRAS | 50,00 | 5,11 |
| 16 | Óleo de freio Dot 4 que atenda a norma ABTN - NBR 9292 | FRAS | 15,00 | 6,58 |
| 17 | Óleo de freio a base de óleo mineral ISSO 7308 NH 610 | LT | 20,00 | 44,59 |
| 18 | Óleo de motores 2tempos diluição 50:1 | FRAS | 100,00 | 12,74 |
| 19 | Aditivo P/radiador concentrado | LT | 60,00 | 13,63 |
| 20 | Graxa abase de lítio MP 2 que atenda as especificações NGLI | BALD | 10,00 | 154,15 |
| 21 | Óleo lubrificante API GL - 4 SAE SAE 10W30 | BALD | 30,00 | 144,00 |

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 70/2011, Pregão Presencial nº 35/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2012 até a data de 31 de dezembro de 2012.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 15 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

MAUCOR DIST. LUBRIFICANTES LTDA
MAURICIO ANSELMO COELHO
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 154/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2011

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MOTORTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Laudir José Junckes, nº 40, Galpão 02, na cidade de Palhoça-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o

nº 07.426.684/0001-37, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Ranzoni, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto, o fornecedor receberá as importâncias unitárias pelos itens que foi vencedora, pelas quantidades que efetivamente forem solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

MOTORTECH IMPORTAÇÃO E C

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Preço Unitário |
|------|--|---------|-------------|----------------|
| 4 | Óleo lubrificante SAE 15W40 API CI | BALD | 180,00 | 141,00 |
| 5 | Óleo lubrificante sintético 15W 40 API SM | LT | 300,00 | 13,72 |
| 7 | Óleo lubrificante hidráulico 68que atenda as especificação | esBALD | 40,00 | 142,00 |
| 8 | Óleo lubrificante API GL-4 SAE30 | BALD | 10,00 | 143,90 |
| 10 | Óleo para engrenagens API GL 5 SAE 90 | BALD | 10,00 | 140,00 |
| 12 | Óleo Para engrenagens API GL 5 SAE 85W140 | BALD | 15,00 | 143,00 |
| 13 | Óleo lubrificante Motocicleta 20W50 API SF /CC P/ Motor | LT | 50,00 | 7,21 |

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 70/2011, Pregão Presencial nº 35/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2012 até a data de 31 de dezembro de 2012.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 15 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

MOTORTECH IMP E COM. DE LUBRIFICANTE LTDA
EDUARDO RANZONI
Fornecedor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Complementar Nº. 006/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 006/2011

ALTERA O ANEXO I, IV E V DA LEI 1284/2008, ALTERANDO E CONCEDENDO REAJUSTE SALARIAL A CARGOS ESPECÍFICOS DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste salarial sobre o vencimento básico de servidores públicos do Município de Morro da Fumaça, constantes do anexo I da lei 1284/2008, especificados nos parágrafos abaixo.

§1º Para as Atividades de Nível Superior - ANS o reajuste será concedido aos servidores ocupantes dos cargos de Advogado, Analista de Recursos Humanos, Arquiteto e Urbanista, Contador, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrimensor e Engenheiro Sanitarista.

§2º Para as Atividades Operacionais de Administração Geral - OAG o reajuste será concedido aos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar de Agrimensura e Telefonista.

§3º Para os Serviços Auxiliares e Transporte - SAT o reajuste será concedido aos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Zelador.

Art. 2º. Fica alterada a carga horária para os servidores, constante do anexo I, Atividade de Nível Superior - ANS, ocupantes dos cargos de Advogado, Analista de Controle Interno, Arquiteto e Urbanista, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Sanitarista.

Art. 3º. Fica concedido reajuste salarial sobre o vencimento básico do empregado celetista, constante do anexo IV, ocupante do cargo de Arquiteto.

Art. 4º. Fica concedido reajuste salarial sobre o vencimento básico dos servidores do "quadro permanente de serviço público municipal - extintos quando vagar" do anexo V, ocupantes dos cargos de Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Enfermagem, Instrutor de Curso Profissionalizante, Vigia e Vigilante Sanitário.

Parágrafo Único - Ao ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem constante do anexo V, que possuir todos os requisitos do ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem constante do anexo I, poderá requerer equiparação salarial.

Art. 5º. A alteração do salário para os demais cargos previstos no Anexo I, IV e V da Lei Municipal 1284/2008 se dá em razão dos reajustes que foram concedidos anualmente.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas na lei orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

LEI COMPLEMENTAR 006/2011

ANEXO I

TABELA DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

| CARGO OU FUNÇÃO | HORAS | VENCIMENTOS - R\$ |
|------------------------------|-------|-------------------|
| ADVOGADO | 30 | 3.313,82 |
| ANALISTA DE CONTROLE INTERNO | 30 | 3.313,82 |
| ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS | 40 | 3.313,82 |
| ARQUITETO E URBANISTA | 30 | 3.313,82 |
| ASSISTENTE SOCIAL | 40 | 2.011,24 |
| CONTADOR | 40 | 4.252,00 |
| ENFERMEIRO | 40 | 2.011,24 |
| ENGENHEIRO CIVIL | 30 | 3.313,82 |
| ENGENHEIRO AGRIMENSOR | 30 | 3.313,82 |
| ENGENHEIRO SANITARISTA | 30 | 3.313,82 |
| BIOQUÍMICO | 40 | 2.011,24 |
| FARMACÊUTICO | 40 | 2.011,24 |
| FISIOTERAPEUTA | 40 | 2.011,24 |
| FONOAUDIÓLOGO | 40 | 2.011,24 |
| MÉDICO CLÍNICO GERAL | 20 | 2.011,24 |
| MÉDICO PEDIATRA | 20 | 2.011,24 |
| MÉDICO GINECOLOGISTA | 20 | 2.011,24 |
| MÉDICO VETERINÁRIO | 40 | 2.011,24 |
| ODONTÓLOGO | 20 | 2.011,24 |
| PSICÓLOGO | 40 | 2.011,24 |

ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

| CARGO OU FUNÇÃO | HORAS | VENCIMENTO - R\$ |
|--------------------------------|-------|------------------|
| AGENTE DE LICITAÇÃO/CONTRATO | 40 | 1.642,59 |
| AUXILIAR DE AGRIMENSURA | 40 | 750,00 |
| OFICIAL ADMINISTRATIVO | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM CONTABILIDADE | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM INFORMÁTICA | 40 | 1.037,42 |
| TÉCNICO EM PATOLOGIA | 40 | 1.037,42 |
| TELEFONISTA | 30 | 750,00 |
| TESOUREIRO | 40 | 1.642,59 |
| FISCAL TRIBUTÁRIO | 40 | 1.642,59 |
| FISCAL DE OBRAS | 40 | 1.642,59 |
| FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 40 | 1.642,59 |

SERVIÇOS AUXILIARES E TRANSPORTES - SAT

| CARGO OU FUNÇÃO | HORAS | VENCIMENTOS - R\$ |
|-----------------|-------|-------------------|
|-----------------|-------|-------------------|

| | | |
|-------------------------------|----|----------|
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 40 | 750,00 |
| ELETRICISTA | 40 | 1.037,42 |
| MECÂNICO | 40 | 1.037,42 |
| MOTORISTA | 40 | 1.037,42 |
| OPERADOR DE EQUIPAMENTOS | 40 | 1.123,88 |
| OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA | 40 | 1.123,88 |
| OPERADOR DE MOTONIVELADORA | 40 | 1.123,88 |
| PEDREIRO | 40 | 1.037,42 |
| ZELADOR | 40 | 750,00 |

ANEXO IV EMPREGADO CELETISTA

| NOME DO SERVIDOR | CARGO OU FUNÇÃO | VENCIMENTOS - R\$ |
|------------------------|-----------------|-------------------|
| MARCIAL CABRAL SCHMITZ | ARQUITETO | 3.313,82 |

ANEXO V QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - EX-TINTOS QUANDO VAGAR

| CARGO | N.º DE PESSOAL | VENCIMENTO |
|--------------------------------------|----------------|------------|
| AGENTE ADMINISTRATIVO | 02 | 1.037,42 |
| AGENTE DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 01 | EXTINTO |
| AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 16 | 750,00 |
| AUXILIAR DE ENFERMAGEM | 20 | 750,00 |
| DESENHISTA | 01 | 1.123,88 |
| FISCAL DE TRIBUTOS | 01 | 1.267,40 |
| INSEMINADOR ARTIFICIAL | 01 | 1.037,42 |
| INSTRUTOR DE CURSO PROFISIONALIZANTE | 13 | 750,00 |
| VIGIA | 01 | 750,00 |
| VIGILANTE SANITÁRIO | 01 | 1.642,59 |

Lei Complementar Nº. 007/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 007/2011

"ESTABELECE A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES, O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residências unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra sinistros, conforme legislação estadual pertinente.

Parágrafo Único - O requerimento que solicite aprovação de uma obra ou alteração, e posterior "Habite-se", bem como os referentes à concessão de Alvará de Localização ou Funcionamento, que dependam da instalação desses sistemas de segurança, deverá ser instruído com a prova de aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Fica criado o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Morro da Fumaça, com a finalidade de prover recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio da Organização de Bombeiro Militar.

Parágrafo Único - O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo será identificado pela sigla "FUNREBOM".

Art. 3º Os recursos financeiros do FUNREBOM são constituídos de:

Receita proveniente da taxa de prevenção contra sinistros – TPCS, conforme Anexo IV, Tabela VII da Lei Estadual nº 7.541/88, e alterações posteriores, arrecadada diretamente no município mediante convênio com o Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com o estabelecido no § 1º do Art. 18 da Lei Estadual nº 7.541/88;
Contribuição comunitária para a segurança contra sinistros;
Auxílios, subvenções ou doações municipais, estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados pelo Legislativo Municipal ao Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município;
Recursos decorrentes de dívida ativa e da alienação de material, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio Fundo;
Recursos advindos da co-participação dos municípios limítrofes ou da região, ajustadas em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços pelo Corpo de Bombeiros Militar;
Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação do FUNREBOM;
Multas, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com o "Anexo I" desta Lei, em edificações que não dispuserem, não apresentarem em projeto ou não mantiverem em condições de emprego imediato, os sistemas de segurança contra sinistros, conforme legislação estadual;

Recursos e equipamentos oriundos de convênios, termos de ajuste, acordos e instrumentos congêneres de qualquer natureza, firmados pela Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público e outros órgãos oficiais, destinado ao FUNREBOM;

§ 1º Para cobertura dos custos operacionais dos serviços de atividades técnicas, fica estabelecido que a taxa de prevenção contra sinistros, referida na letra "a" deste artigo terá o valor mínimo correspondente a 150 m2 (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída.

§ 2º O valor máximo da taxa de prevenção contra sinistros, referida na letra "a" deste artigo corresponderá a uma área construída de 30.000 m2 (trinta mil metros quadrados).

Art. 4º A Contribuição Comunitária para a Segurança contra Sinistros terá caráter voluntário e será cobrada mensalmente de acordo com os valores previstos no anexo II desta Lei e tem por objetivo realizar investimentos no Corpo de Bombeiros Militar sediado no município.

§ 10 A efetivação da contribuição se dará através da cobrança mensal na fatura de energia elétrica, sendo os recursos depositados diretamente na conta bancária do FUNREBOM.

§ 2º O contribuinte que não desejar contribuir, ou que sendo contribuinte decidir interromper a contribuição, fará manifestação expressa junto a Organização de Bombeiro Militar que fará o encaminhamento do pedido para o Departamento de eletrificação municipal, requerendo o cancelamento da contribuição.

§ 3º A contribuição comunitária para a segurança contra sinistros terá seus valores corrigidos nos mesmos índices e datas dos demais tributos municipais.

§ 4º O pagamento da contribuição é facultativo e o não pagamento não gera dívida ativa.

Art. 5º Na constituição do FUNREBOM observar-se-á o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64.

Art. 6º O FUNREBOM é dotado de autonomia financeira, com escrituração contábil própria, desvinculada de qualquer órgão da Administração Municipal.

Art. 7º Os recursos constitutivos do FUNREBOM, oriundos desta Lei, serão integral e obrigatoriamente depositados em conta

bancária de Banco Oficial, denominada: "FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Morro da Fumaça", a qual será movimentada, exclusivamente, pelo Conselho Diretor do Fundo.

§ 1º Os recursos arrecadados de acordo com esta lei serão depositados diretamente na conta bancária prevista no caput, na data do seu pagamento.

§ 2º Considerando a autonomia financeira do FUNREBOM, prevista no artigo 6º desta Lei, o atraso na transferência de recursos a que trata este artigo, sujeitará o Município à atualização monetária dos valores devidos, pelos índices oficiais, definidos pelo Governo Federal, e implicará em responsabilidade funcional a quem der causa, cabendo o ressarcimento aos cofres públicos dos prejuízos causados, independente das demais penalidades previstas em lei.

Art. 8º Contra a conta bancária de que trata o Art. 7º desta Lei, somente serão admitidos saques mediante cheques assinados por no mínimo dois dos seguintes membros: Prefeito Municipal, Presidente do Conselho Diretor, Secretário Municipal de Finanças ou tesoureiro do fundo.

Art. 9º Da aplicação dos recursos do FUNREBOM será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Art. 10. A receita atribuída ao FUNREBOM será destinada exclusivamente para investimentos e custeio da Organização de Bombeiro Militar.

Art. 11. O FUNREBOM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros:

Prefeito Municipal - Presidente;
Comandante da Organização de Bombeiro Militar do Município - Vice-Presidente;
Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários - Membro;
Secretário Municipal da Administração - Membro;
Secretário Municipal da Fazenda - Membro;
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo Membro;
Secretário Municipal de Saúde - Membro;
Presidente da Associação Comercial e Industrial - Membro;
Presidente da Câmara de Diretores Lojistas - Membro;
Um representante do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único - Competirá ao Comandante da Organização de Bombeiro Militar, a elaboração e a execução dos planos de aplicação do FUNREBOM, mediante diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e aprovação pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 12. O FUNREBOM terá, ainda, um serviço administrativo responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros e será composto de um tesoureiro, um secretário e um contador.

§ 1º O tesoureiro, o secretário e o contador serão designados dentre os servidores Municipais que possuam atividades e capacitação funcional inerente às funções, contando com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

§ 2º É vedada a concessão de gratificações aos componentes do serviço administrativo por conta de FUNREBOM.

Art. 13. O Conselho Diretor do FUNREBOM, na tomada de decisões eminentemente técnicas, poderá ser assessorado por um corpo técnico.

§ 1º Serão componentes do corpo técnico um Engenheiro indicado pela Prefeitura Municipal, o Comandante da OBM e um integrante da seção de atividades técnicas do CEMSC.

§ 2º É vedada a concessão de gratificações aos componentes do corpo técnico por conta do FUNREBOM.

Art. 14. O Poder Executivo Municipal fixará, em regulamento, a competência dos membros, do Conselho Diretor, dos componentes do serviço administrativo e do corpo técnico do FUNREBOM.

Art. 15. O Corpo de Bombeiros Militar, através da seção de atividades técnicas, executará vistorias periódicas nas edificações que trata o Art. 1º desta Lei, para verificar a segurança contra sinistros nas edificações.

Parágrafo Único - Nas edificações antigas, após a vistoria, o Corpo de Bombeiros Militar expedirá um Laudo de Exigências, no qual constará todas as medidas que deverão ser tornadas, para equipar-se previamente contra sinistros de acordo com o que estabelecem as Normas de Segurança Contra Incêndios e as condições peculiares de cada edificação.

Art. 16. Os alvarás de localização e/ou funcionamento, somente serão concedidos, pelo setor competente da Prefeitura Municipal com comprovação de que a edificação está de acordo com as normas de segurança contra incêndios do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação do atestado de vistoria para funcionamento.

Parágrafo Único - As Edificações residenciais privativas multifamiliares, ficam obrigadas à renovação anual do atestado de vistoria de manutenção.

Art. 17. A infringência das normas de segurança contra incêndios ou desta Lei, implicará, isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades legais específicas, nas seguintes sanções administrativas:

Advertência - pelo Corpo de Bombeiros Militar;
Multa conforme o Anexo I desta Lei - pelo Corpo de Bombeiro Militar;

Suspensão, impedimento ou interdição da obra, estabelecimento, prédio ou locação - pela Prefeitura Municipal, mediante requerimento ou não, do Corpo de Bombeiros Militar;

Denegação ou cancelamento do alvará de localização, funcionamento ou habite-se - pela Prefeitura Municipal, mediante requerimento ou não, do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 18. A falta de pagamento da multa no prazo devido sujeitará o contribuinte, cumulativamente, as seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

a) Multa de 2 % (dois por cento);

Juros de 1% (um por cento) ao mês;

Atualização monetária de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal.

Art. 19. Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo da Organização de Bombeiro Militar e incorporados ao patrimônio do Município, podendo ser doados para o patrimônio do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ANEXO I TABELAS DE MULTAS

| MULTA: | DESCRIÇÃO: | Valor |
|---------------------------------|---|---|
| Sistemas preventivos | Por falta ou irregularidade no sistema. | R\$ 500,00 por sistema. |
| Alvará de Funcionamento vencido | Por exercício. | 200% do valor do alvará e no mínimo R\$ 300,00. |

ANEXO II

CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA PARA A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS

| TIPO DE EDIFICAÇÃO/ ESTABELECIMENTO | VALOR EM R\$ PARA 01 (UMA) COTA MENSAL: |
|--|---|
| Edificações residenciais e/ou mistas. | 2,00 |
| Edificações industriais, comerciais, prestação de serviços e outros tipos de ocupação. | 8,00 |

Lei Nº 1493/2011

LEI Nº 1493/2011

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder Transferência Financeira a título de Auxílio Financeiro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante Convênio, ao Centro Universitário Barriga Verde- UNIBAVE, localizada na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.975.236/0001-08.

Parágrafo Único- A transferência financeira concedida a título de auxílio mencionado no caput será destinada exclusivamente para bolsa-auxílio aos estudantes fumacenses de Engenharia Cerâmica que estão na Universidade de Aveiro, Portugal.

Art. 2º - A prestação de contas do referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada após a conclusão do curso.

Parágrafo Único- A referida prestação de contas será composta de:

- I- Balancete de Prestação de Contas;
- II- Extrato de movimentação bancária.

Art. 3º - As despesas decorrentes da concessão do auxílio financeiro previsto nesta lei correrão por conta de verbas orçadas, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2011.
BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1494/2011

LEI Nº. 1494/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O PODER JUDICIÁRIO, OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL - CASA DA CIDADANIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Poder Judiciário Estadual, objetivando a criação, instalação, manutenção e funcionamento do Fórum Municipal - Casa da Cidadania no município.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lei 1269, de 25 de Março de 2008.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1495/2011

LEI Nº. 1495/2011

"Institui a Política Municipal do Livro e o da Semana Municipal da Leitura".

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal do Livro, como base de difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e do aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.

Art. 2º - A Política Municipal do Livro tem como diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito ao acesso ao livro e a seu uso;
II - apoiar e fomentar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
III - estimular a produção intelectual dos escritores e autores locais, tanto de obras científicas como de obras culturais;
IV - promover e incentivar o hábito da leitura;
V - propiciar os meios para fazer do Município um grande centro editorial e difusor da leitura;
VI - apoiar a livre circulação do livro no Município;
VII - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
VIII - instalar e ampliar livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
IX - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

X - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Art. 3º - Fica instituída a Semana Municipal da Leitura, a ser comemorada, anualmente, naquela que coincidir com o dia 23 de Abril.

§ 1º - Na semana de que trata o caput deste artigo, haverá uma extensa programação com leitura para crianças e adultos em vários locais nas cidades do Município de Morro da Fumaça, além de oficinas para os educadores.

§ 2º - Toda programação da Semana Municipal da Leitura será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente integrada com demais órgãos e entidades competentes, públicas e privadas, devidamente constituídas no Município.

§ 3º - A referida secretaria de que trata o parágrafo anterior, poderá firmar convênios ou parcerias com editoras, fundações, Academias de Letras, livrarias e outros estabelecimentos e órgãos afins, como formas de incentivar e incrementar o cumprimento dos objetivos da Semana Municipal da Leitura.

Art. 4º - A referida data passa a ser considerada um Evento Cultural Oficial, integrante do Calendário do Município de Morro da Fumaça.

Art. 5º - É facultado ao Poder Público Municipal apoiar na divulgação e comemoração desta data, que terá como objetivo principal, difundir e estimular a leitura em nosso Município.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 7º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1496/2011

LEI Nº. 1496/2011

"Institui o Dia Municipal de Combate ao Uso de Drogas".

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal de Combate ao Uso de Drogas, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de Novembro.

§ 1º - Na semana de que trata o caput deste artigo, poderá haver programação específica, tratando de divulgação, ações e projetos atinentes ao tema de que trata a presente Lei.

§ 2º - Toda programação será elaborada pela Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, dentre outras devidamente designadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que atuará de forma integrada com demais órgãos e entidades congêneres, públicas e privadas, nacionais ou internacionais.

§ 3º - A referida secretaria de que trata o parágrafo anterior, poderá firmar convênios ou parcerias com organismos públicos ou privados e afins, como forma de efetivar e incrementar o cumprimento dos objetivos desta Lei.

Art. 2º - A referida data passa a ser considerada um Evento Oficial, e integrante do Calendário do Município de Morro da Fumaça.

Art. 3º - É facultado ao Poder Público Municipal apoiar na divulgação e comemoração desta data, que terá como objetivo principal, difundir o combate ao uso de drogas, enaltecendo seus efeitos maléficos e coibir a sua utilização, distribuição e comercialização.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 112/2011

DECRETO Nº 112/2011, de 14 de dezembro de 2011.

"FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009, DE 21/12/2009, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE TODOS OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 237, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º - É Fixado o Índice de Correção Monetária de todos os Tributos Municipais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 5,97%, para o ano de 2012, conforme art. 237, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 002/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registre-se e publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 113/2011

DECRETO Nº 113/2011, de 14 de dezembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DA UFM (Unidade Fiscal Municipal), CONFORME ART. 416 e 557, DA LEI COMPLEMENTAR 002/2009 (Código Tributário Municipal)."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º. A Unidade Fiscal Municipal - (UFM), para o ano de 2012 (dois mil e doze), passa a vigorar com o valor de R\$ 2,19 (dois reais e dezenove centavos), para atualização dos Tributos Municipais.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registre-se e publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 114/2011

DECRETO Nº 114/2011, de 14 de dezembro de 2011.

"FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, REFERENTE AO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2012, referente ao recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Artigo 2º - O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) terá desconto de 20% (vinte por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 12 de Abril de 2012.

Artigo 3º - As parcelas referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) obedecerão ao seguinte calendário:

I. Parcela 01 - com vencimento em 12 de abril de 2012;

II. Parcela 02 - com vencimento em 14 de maio de 2012;

III. Parcela 03 - com vencimento em 12 de junho de 2012;

IV. Parcela 04 - com vencimento em 13 de julho de 2012;

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registre-se e publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 115/2011

DECRETO Nº 115/2011, em 16 de dezembro de 2011.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA REFERENTE A VALA ARTIFICIAL PARA ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA MINERAÇÃO."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área referente a vala artificial para escoamento das águas da mineração, com profundidade média de 1,70 m, largura média 2,20 m, extensão 1.200,00 m, que se inicia no cruzamento da Rua Santo Antônio e João de Rochi e finaliza no Rio Cocal, Distrito de Estação Cocal, Município de Morro da Fumaça/SC.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se para posterior desapropriação.

Art. 3º - É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Estado na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º - Fica o Município de Morro da Fumaça autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de dezembro de

2011.
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Declara de utilidade pública imóvel para construção de praça do PAC

DECRETO N º 628 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, bem como fundamentado nas políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social,
DECRETA:

Art. 1 º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, o imóvel representado pela parte correspondente a 5.355,555 m² de um terreno sem benfeitorias situado nesta cidade de Navegantes, no lugar São Domingos, à época da aquisição pertencente ao município de Itajaí, sede da Comarca do mesmo nome, com a área total de 48.200,00 metros quadrados, registrado sob a matrícula nº 33.604 do 1 º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí/SC, parte essa que possui as seguintes medidas e confrontações: "frente que faz ao leste com a rua acima citada onde mede 121,72 metros; Fundos que faz a Oeste com terras de Santo Manoel Coelho onde mede 121,72 metros; extrema ao Norte com a Rua Natalino Cesário onde mede 44,00 metros; e extrema ao Sul com terras de Santo Manoel Coelho onde mede 44,00 metros"; e as seguintes coordenadas geográficas: "Partindo do marco 1 coordenadas Norte= 7.025.665,360 e Este= 730.401,210 sentido norte para o sul medindo 121,72 metros, chega-se ao marco 2 coordenadas Norte= 7.025.543,802 e Este= 730.394,929, segue sentido leste para oeste 44,00 metros, chega-se ao marco 3 coordenadas Norte= 7.025.546,072 e Este= 730.350,987, segue sentido sul para o norte 121,72 metros, chega-se ao marco 4 coordenadas Norte= 7.025.667,630 e Este= 730.357,268 e segue sentido oeste para o leste 44,00 metros e chega-se ao marco 1".

Parágrafo Único: A área descrita neste artigo destina-se à construção de uma Praça, com recursos advindos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), visando a integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Art. 2 º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta da dotação orçamentária do Município de Navegantes.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 801 de 27 de março de 2003.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nessa data.
Navegantes, 15 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 170/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT VESTUÁRIO VERÃO E INVERNO PARA ATENDER OS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, PARA O ANO LETIVO DE 2012. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 30/12/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 30/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 19 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 184/2011PMN

–PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO (LOCAÇÃO DE LUZ), TENDAS, ALAMBRADOS (PARA FECHAMENTO) TELÕES, PAINEIS DE LED, SANITÁRIOS QUÍMICOS E GERADORES, PARA AS FESTIVIDADES DE PRE-REVEILLON E REVEILLON, CONFORME PROJETO MINISTÉRIO DO TURISMO Nº 012203/2011. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 29/12/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 29/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 16 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 139, de 09 de dezembro de 2011

DECRETO Nº 139/2011 de 09 de dezembro de 2011

Prorroga a vigência do Decreto nº 088, de 12 de setembro de 2011, que Declara Situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurradas.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições legais conferidas pelo artigo 94, item VIII e XXVIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925 de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual Nº 3.924 de 11 de janeiro de 2006, e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 08 de setembro de 2011, que elevou o nível do Rio do Braço e seus afluentes, alagando residências, comércios e indústrias atingindo parte do município na área rural e urbana, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação do Estado de Situação de Emergência, por um período de mais 90 (noventa) dias, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos e pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Decreto nº 088, de 12 de setembro de 2011, que Declara Estado de Situação de Emergência no Município de Nova Trento, por desastre.

Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização da campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, em 09 de dezembro de 2011.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação ao PL Nº 58/11

CONVITE Nº 18/11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/11

HOMOLOGAÇÃO: 15/12/11

CONTRATADO: TATIANE COMUNELLO ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de horas máquinas de serviços de Caminhão Caçamba e Escavadeira Hidráulica, com operador, para manutenção e conservação das estradas vicinais do município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 110.600,00 (cento e dez mil seiscentos reais)

DATA: 15/12/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 057/2011

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 057/2011

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : TATIANE COMUNELLO ME

Valor : 110.600,00 (cento e dez mil seiscentos reais)

Vigência : Início: 15/12/2011 Término: 13/03/2012

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2011

Recursos: Dotação: 2.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (83), 2.028.4.4.90.00.00.00.00.00 (170)

Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de horas máquinas de serviços de Caminhão Caçamba e Escavadeira Hidráulica, com operador especializado e habilitado, para manutenção e conservação das estradas vicinais do município.

NOVO HORIZONTE, 15 de Dezembro de 2011

Extrato de Adjudicação ao PL Nº 13/11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/11

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 15/12/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora dos serviços para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, recarga de toner e cartucho de tinta e fornecimento de suprimentos de informática para os vários Departamentos da

Prefeitura Municipal e Escolas Municipais do Município, de acordo com as exigências, quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: GEFERSON LUIZ DA SILVEIRA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 42,00 (Quarenta e dois reais).

DATA: 15/12/2011 -SANTOS ZILLI- Prefeito Municipal em Exercício

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.572, de 14 de dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.572, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA ATÉ R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MILDE REAIS)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 3.388, de 30 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar crédito adicional especial de reforço na dotação do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

Suplementa

11.00 - Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

11.01 - Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Projeto/ Atividade: 2022 - Funcionamento e Manutenção. Da Educação Infantil

Elemento:

Red. 145 - 31.90.00.00.00.00.00.01.010017 - Aplicações Diretas

Projeto/Atividade: 2021 - Funcionamento e Manutenção do ensino Fundamental

Elemento:

Red. 108 - 31.90.00.00.00.00.00.01.0017- Aplicações Diretas

Red. 113 - 31.91.00.00.00.00.00.01.0017 - Aplicações Diretas

TOTAL

500.000,00

500.000,00

200.000,00

1.200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta do excesso de arrecadação do FUNDEB (fonte de Recursos. 01.0017) R\$ 1.200.000,00. (um milhão e duzentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.341, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº 1.341, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

PRODUTIVIDADE. Dispõe sobre o pagamento da gratificação do inciso IV do artigo 113 e art. 122, todos da Lei Complementar n. 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A gratificação atribuída nos termos do artigo 122 da Lei Complementar n. 096, de 15 de dezembro de 2010, será destinada aos técnicos efetivos do CREAS, estando limitada ao valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por servidor, e será concedida identificando-se nominalmente os beneficiários, cumprimento da tabela específica e respectivos valores.

Art. 2º A gratificação prevista no caput não será devida nos dias em que o servidor:

I - não comparecer ao trabalho, espontânea ou compulsoriamente;

II - não cumprir integralmente o expediente; e

III - estiver em afastamento remunerado;

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput:

I - o período de usufruto regulamentar de:

a) Férias;

b) Licença Prêmio;

c) Tratamento de Saúde.

II - as faltas, devidamente comprovadas, decorrentes de:

a) óbito dos pais ou irmãos, limitadas a 3 (três) dias;

b) óbito do cônjuge ou filhos, limitadas a 8 (oito) dias;

c) casamento do servidor, limitadas a 8 (oito) dias;

d) doação de sangue, limitado ao respectivo dia;

e) submissão à cirurgia médica ou odontológica, pelo prazo recomendado pelo médico ou odontólogo responsável pela intervenção cirúrgica;

f) consulta médica ou odontológica, limitado ao respectivo dia;

g) participação em júri, por convocação judicial;

h) participação de eleições oficiais, quando convocado pela Justiça Eleitoral;

§ 2º Considerar-se-á como dia trabalhado a participação do servidor em congressos, conferências, cursos e outros eventos cuja finalidade seja a capacitação profissional.

Art. 3º O desconto referente aos dias considerados como não trabalhados serão calculados a razão de 1/20 (um vigésimo) do valor atribuído ao servidor.

Art. 4º A produtividade será paga por número de famílias atendidas, sendo que para usufruírem do benefício na totalidade deverão comprovar os seguintes requisitos concomitantes:

I - Atenderem no mínimo 20(vinte) famílias mensais;

II - Atenderem até o limite mensal de 35(trinta e cinco) famílias.

Art. 5º Mensalmente a Secretária de Assistência deverá encaminhar e convalidar, até o dia 10 de cada mês, à Superintendência de Recursos Humanos, relatório constando o nome do técnico e a respectiva lista total de famílias atendidas no mês anterior.

Parágrafo Único: Cada nova família atendida, além das 20 (vinte) famílias que já são atendidas, somará 34 (trinta e quatro) pontos, sendo que cada ponto corresponderá a R\$ 1,00 (um real).

Art. 6º Fica vedado o pagamento do benefício a técnicos que não estejam atuando no CREAS.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.342, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº 1.342, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

TRIBUTOS. Atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições que lhe confere o artigo 433 da Lei Complementar n. 18, de 30 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a aplicar a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC apurada no exercício de 2011, de 6,18% (seis vírgula dezoito por cento) sobre todos os lançamentos tributários, para exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.343, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 1.343, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA ATÉ R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MILDE REAIS).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.572, de 14 de dezembro de 2011 e Lei Orçamentária nº 3.388, de 30 de dezembro de 2010, RESOLVE:

D E C R E T A R:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar crédito adicional especial de reforço na dotação do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

Suplementa

11.00 - Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

11.01 - Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Projeto/ Atividade: 2022 - Funcionamento e Manutenção. Da Educação Infantil

Elemento:

Red. 145 - 31.90.00.00.00.00.00.01.010017 - Aplicações Diretas

Projeto/Atividade: 2021 - Funcionamento e Manutenção do ensino

Fundamental

Elemento:

Red. 108 - 31.90.00.00.00.00.00.01.0017- Aplicações Diretas

Red. 113 - 31.91.00.00.00.00.00.01.0017 - Aplicações Diretas

TOTAL

500.000,00

500.000,00

200.000,00

1.200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação do FUNDEB (fonte de Recursos. 01.0017) R\$ 1.200.000,00. (um milhão e duzentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.344, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 1.344, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Nomeia membros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º Ficam nomeados como CONSELHEIROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para compor a 8ª gestão do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Palhoça, biênio 2012/2013, os membros abaixo relacionados, sendo 09 (nove) representantes da sociedade civil e suplentes e 09 (nove) representantes governamentais e suplentes:

I - Governamental:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Arlene Marli Wagner da Silva

Suplente: Suzana Cardoso da Silva Wiethorn

Titular: Janaina Pereira da Silva

Suplente: Judite Serazolli

Titular: Rosi Meri da Silva

Suplente: Sirlene de Farias

Titular: Giorgia Kretzer da Silva

Suplente: Helaine Cristina da Silva

b) Secretaria Municipal de Habitação:

Titular: Karina Porto

Suplente: Adriana Fernanda Costa

c) Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Cristiane Olgo Martins

Suplente: Deise Lima Souza

d) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Margarete Joaquina da Rosa

Suplente: Tamara de Souza Delfino

e) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Rosinei de Souza Horácio

Suplente: Jean Carlo Medeiros

f) Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Regiane Duggen Mauricio

Suplente: Eduardo Freccia

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes de usuários ou organizações de usuários e usuários da Política de Assistência Social:

Titular: Carlos Rogério da Silva;

Titular: Rogério Estivaletto Tolentino;

Titular: Marlene Day

III - Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social:

a) Associação João Paulo II

Titular: Enedir Cardoso da Silveira de Bona

Suplente: Daniela da Silva Bombazaro

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Miriam de Lurdes Fonseca

Suplente: Marcia Murita Jansen

c) Conselho Comunitário da Ponte do Imaruim

Titular: Lucélia Lorenzete Alves

Suplente: Macléia Ferminio Adão

d) Associação Pró Brejuru

Titular: Nadia Muller de Jesus

Suplente: Janemar de Araujo

e) CADI - Centro Assistencial de Desenvolvimento Integral

Titular: Roberto de Souza Chenk

Suplente: Cloi Polastro

IV - Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

a) SITRAMPA

Titular: Luciana Maria da Silva

Suplentes: Rafael Arns Stobler e Renata Paula Garcia de Almeida Jordani

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 15 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.345, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº 1.345, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.388, alterada pela Lei 3.430, de 16 de março de 2011, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

20.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.078 - Func. e Manutenção da Faculdade Municipal de Palhoça R\$ 30.000,00

Red. 2 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

20.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.078 - Func. e Manutenção da Faculdade Municipal de Palhoça R\$ 30.000,00

Red. 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 311/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 311/2011

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 311/2011, no dia 20 de janeiro de 2012 as 9:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto a aquisição de materiais para conserto e manutenção de vias e tubulações para drenagem de diversas localidades do município de Palhoça - SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 14 de dezembro de 2011.

PREGOEIRO (A).

Extrato de Contrato N.º044/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº044/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº037/2011 - Convite n.º032/2011 - Reforma da ala antiga da Unidade de Saúde Central onde atualmente funciona os consultórios de enfermagem, psiquiátrico, farmácia de alto custo e assistência social. E reforma do imóvel localizado na rua José de Souza n.º035, no bairro São Sebastião para ser utilizado para realização de esterilização de cães e gatos errantes e de proprietários de baixa renda deste município - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PUEL ENGENHARIA CONSULTORIA E AVALIAÇÃO LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado por mais 70 (setenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Serviços. DATA: 27/10/2011.

Termo Aditivo N.º045/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº045/2011, PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N.º142/2010 - aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias

Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a redução do valor do item 05 (actos 30mg caixa com 15 comprimidos). O valor que vinha sendo praticado era de R\$ 66,84 (sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) passando para R\$ 37,3791 (trinta e sete reais e três mil setecentos e noventa e um milésimos de centavos). DATA: 23/11/2011.

IPPA

Portaria nº 074/2011

PORTARIA Nº 074/2011.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Alberto Prim, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR Portaria n. 029/2010, relativa aos benefícios concedidos nos atos aposentatórios, decorrentes da ação judicial nº 045.08.011643-9, ou seja, onde lê-se "Palhoça, em 30 de setembro de 2009", leia-se "Palhoça, em 30 de setembro de 2010".

Palhoça, em 29 de novembro de 2011.

ALBERTO PRIM

Diretor Executivo - IPPA

Matrícula 300007

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 794/2011

LEI Nº .794, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

"DETERMINA AS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

I - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 1º Os ocupantes de cargos do quadro permanente e comissionado da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, tem as seguintes atribuições:

I - Denominação: Servente.

a) Atribuições: Realizar a limpeza geral da Câmara de Vereadores, bem como, serviços de copa e cozinha, executar a remoção de mobiliários; coletar o lixo e acondicioná-lo em recipientes apropriados para depositá-los, posteriormente, em lixeiras em incinerador ou em outro local previamente definido; recolher e zelar pela perfeita conservação e pela limpeza de equipamentos e utensílios para a execução do trabalho cuidado para evitar danos e perda dos mesmos; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

II - Denominação: Recepcionista.

Atribuições: cumprir e fazer cumprir as determinações superiores atinentes a seu cargo; receber e distribuir toda a correspondência externa e interna da Câmara Municipal; providenciar o encaminhamento da correspondência da externa da secretaria aos locais solicitados; apanhar materiais de consumo em depósitos, conferindo-os com as requisições, transportá-los e guardá-los em lugar apropriado; controlar estoques, distribuindo o material solicitado e providenciando sua reposição de acordo com as normas preestabelecidas; receber material de fornecedores conferindo as especificações dos materiais com os documentos da entrega, bem como descompor e/ou supervisionar o descarregamento dos mesmos, afim de extravios ou danos; elaborar sob orientação, demonstrativos e relações, realizando os levantamentos necessários; proceder a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos de arquivos específicos; realizar as atividades de controle de estoque, afim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento; controlar o acesso de pessoas às dependências de uso privativo de vereadores e funcionários, bem como abrir e fechar o prédio da câmara em dias de expediente e em audiências e reuniões agendada pela câmara; atender a todos com urbanidade e encaminhar pessoas que procuram vereadores e funcionários, bem como prestar-lhes informações; manter atualizado o registro de ponto de funcionários (relógio ponto); Recepcionar, informar e encaminhar o público interno e externo, obedecendo às normas internas do local de trabalho; atender telefones, anotar e transmitir recados; identificar e registrar visitantes; receber, conferir, registrar e distribuir correspondências e documentos; repassar informações e relatórios conforme a necessidade do serviço; controlar entrada e saída de visitantes, de equipamentos e de utensílios; operar máquinas de escritório de natureza simples, tais como: telefones, computadores, impressoras, aparelhos de fax e outros; responder a chamadas telefônicas, propiciando informações gerais e precisas, interna e externamente; Operar equipamentos de comunicação (pabx, fax, computador e outros); receber, fazer e transferir ligações telefônicas; prestar informações ao público interno e externo; garantir a qualidade no atendimento; controlar as chamadas telefônicas internas e externas; identificar tipo e origem de chamadas e cadastrá-las; Acompanhar e interceptar ligações; direcionar pessoas a outros serviços; Registrar pendências de ligações, retornar contato com o cliente; Manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso; atentar para comunicados, preencher livros de ocorrências diárias, registrar reclamações e elaborar relatórios mensais; Zelar pela conservação e limpeza dos equipamentos utilizados; Zelar pela ordem do local de trabalho; demonstrar habilidades tais como: falar formalmente, manter sigilo, escutar atentamente, transmitir informações corretamente, ser objetivo, cordial, paciente e pronunciar claramente as palavras; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior; comunicar ao superior imediato a constatação de qualquer anormalidade na recepção; outras atividades correlatas ao bom funcionamento da Câmara Municipal a critério da chefia superior ou presidência.

III - Denominação: Agente Administrativo I

a) Atribuições: Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores atinentes a seu cargo. Redigir ofícios, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções, leis, declarações, emendas e outros documentos solicitados. Zelar pela limpeza e conservação de computadores e outros equipamentos utilizados. Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado. Auxiliar o Oficial Legislativo nas seguintes tarefas: manter registro numérico da correspondência. Secretariar reuniões e redigir atas. Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção

de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados. Receber o pedido de licença dos vereadores e suplentes, registrá-los e dar-lhes o devido encaminhamento. Manter controle dos prazos regimentalmente impostos para apreciação e encaminhamento das proposições. Reunir as informações e proceder as pesquisas que se fizerem necessárias para decisões importantes na órbita administrativa. Conferir exatidão de documentos fazendo as devidas revisões, quando necessário. Secretariar as reuniões das comissões legislativas temporárias, lavrando atas, datilografando depoimentos reduzidos a termo e relatório, bem como, realizando diligências determinadas pelo Presidente da Comissão, atualizar diariamente o site da câmara de vereadores. Executar outras tarefas correlatas.

IV - Denominação: Técnico em Contabilidade:

a) Atribuições: Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores atinentes a seu cargo. Proceder a escrituração dos atos e fatos administrativo-financeiros da Câmara. Levantar balancetes e balanços gerais, relativos a situação financeira da Câmara. Organizar prestação de contas. Emitir notas de empenho e ordens de pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente. Elaborar relatórios contábeis e financeiros. Manter fichários atualizados e individualizados dos pagamentos feitos ao pessoal, bem como dos respectivos descontos feitos em folhas, sob todos os títulos. Proceder estudos e emitir pareceres técnicos sobre matéria contábil-financeira, submetidos a sua apreciação. Realizar o exame e o controle da despesa da Câmara, dos bens da Câmara e das operações da Tesoureira da Câmara. Proceder estudos, sugerindo soluções, no que tange à implantação de rotinas de trabalho afins com a natureza do cargo. Elaborar relatórios sobre a prestação de contas anual da Câmara. Controlar a execução orçamentária, quando solicitado, de modo que a Mesa mantenha as despesas dentro dos limites estabelecidos. Fazer as notas de empenho e liquidação das despesas, elaborando as respectivas guias.

V - Denominação: Procurador jurídico:

a) Atribuições: Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores atinentes ao seu cargo; Representar judicial e extrajudicial a Câmara de vereadores, sempre que solicitado pela Mesa Diretora; dar parecer nos contratos a serem efetuados pela Câmara de vereadores; Prestar assessoramento técnico jurídico à elaboração das leis em geral; Assessorar juridicamente as comissões permanentes e temporárias; Oferecer parecer sobre a constitucionalidade ou não de matérias em tramitação.

II - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

VI - Denominação: Chefe do Departamento Legislativo:

a) Atribuições: Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores atinentes ao seu cargo; supervisionar todo o processo legislativo da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, determinando o cumprimento de tarefas pelo quadro de servidores, na execução de serviços de expediente do Processo Legislativo, protocolo, correspondência oficial da Casa, controle e distribuição de material de expediente; assessoria direta do Presidente da Câmara, no que tange ao processo e a técnica legislativa; assessorar a Mesa determinando aos demais servidores as tarefas afins; fazer pesquisa e orientar as Comissões Permanentes, supervisionando a redação dos respectivos documentos; elaboração de projetos de leis, projetos de decretos legislativos, projetos de resolução, portarias, ofícios, indicações, requerimentos, emendas a projetos de leis; elaborar roteiros das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e repassar ao presidente uma hora antes da sessão; proceder a leitura das matérias no horário das sessões; dirigir os trabalhos de assessoria nas reuniões plenárias.

Condições de Trabalho: período normal de 20 horas semanais, quando não for exigida presença em horário extraordinário.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correm à custa do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.
Art. 3º. Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se a resolução nº 02/2011, e resolução 02/2009.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 795/2011

LEI Nº.795, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ALTERA A LEI Nº 592, DE 20 DE MARÇO DE 2007", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O artigo 2º da referida lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As atribuições do procurador jurídico está prevista na lei que determina as atribuições dos servidores do quadro permanente e comissionados da câmara municipal de vereadores de Passo de Torres, e dá outras providências, inciso V, "a".

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, corre às custas do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 796/2011

LEI Nº 796, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 Ensino Regular

Projeto Atividade 1.015: Implantação e Ampliação de Laboratórios

de Informática

Modalidade: 4.4.90.00.00.0100 (27) - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

Projeto Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular
Modalidade: 4.4.90.00.00.0100 (41) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Órgão 07 Secretaria de Turismo
Unidade: 01 Departamento de Turismo
Projeto Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo
Modalidade: 3.1.90.00.00.0100 (75) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

Órgão 13 Encargos Gerais
Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais
Modalidade: 4.6.90.00.0100 (144) - Aplicações Diretas
R\$ 12.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 02 Ensino Regular

Projeto Atividade: 2.011: Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00.0100 (44) - Aplicações Diretas
R\$ 29.000,00
Projeto Atividade: 2.012: Manutenção da Merenda Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00.0100 (47) - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 797/2011

LEI Nº 797, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 1.961,63 (Hum mil e novecentos e sessenta e um reais, sessenta e três centavos) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores
Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo
Modalidade: 3.3.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 1.961,63

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá

pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores
Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo
Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 1.961,63

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº202/2011

DECRETO Nº. 202, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

" SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 796/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 02 Ensino Regular
Projeto Atividade 1.015: Implantação e Ampliação de Laboratórios de Informática
Modalidade: 4.4.90.00.00.0100 (27) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Projeto Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular
Modalidade: 4.4.90.00.00.0100 (41) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07 Secretaria de Turismo
Unidade: 01 Departamento de Turismo
Projeto Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo
Modalidade: 3.1.90.00.00.0100 (75) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 13 Encargos Gerais
Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais
Modalidade: 4.6.90.00.0100 (144) - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 02 Ensino Regular

Projeto Atividade: 2.011: Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00.0100 (44) - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
Projeto Atividade: 2.012: Manutenção da Merenda Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00.0100 (47) - Aplicações Diretas R\$

35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº203/2011

DECRETO Nº 203, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 797/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 1.961,63 (Hum mil e novecentos e sessenta e um reais, sessenta e três centavos) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.3.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 1.961,63

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 1.961,63

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 14 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 095/2011

PORTARIA Nº. 095, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

“CONCEDE LICENÇA INTERESSE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL JOELSON DA SILVA REZENDE”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Interesse ao Servidor Público Municipal, Joelson da Silva Rezende, de acordo com o que dispõe o Artigo 111, combinado com o paragrafo 1º. do artigo 107 da Lei Municipal Nº 118 de 13 de outubro de 1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A Licença Interesse, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 01 (um) ano, e sem remuneração, começando em 01 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Controle da Origem e DOS GASTOS COM ENSINO MÊS de Novembro de 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE NOVEMBRO DE 2011

| 1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS | |
|--|-----------------------|
| Receitas Oriundas de Impostos | Arrecadação Até o Mês |
| 1.1 - IPTU | 131.294,13 |
| 1.2 - ITBI | 17.396,00 |
| 1.3 - ISS | 1.152.637,72 |
| 1.4 - FPM | 4.306.603,86 |
| 1.5 - IRRF | 102.866,72 |
| 1.6 - ICMS | 2.569.485,84 |
| 1.7 - IPI | 49.427,28 |
| 1.8 - IPVA | 423.166,28 |
| 1.9 - ITR | 8.197,46 |
| 1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação | 19.749,81 |
| 1.11 - Dívida Ativa de Impostos | 20.851,64 |
| 1.12 - Multas e Juros de Mora | 12.892,39 |
| TOTAL | 8.814.569,13 |

| 2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO | |
|--|---------------------|
| Especificação | Acumulado até o Mês |
| 2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos | 2.203.642,28 |
| 2.2 - Cota-Parte do FUNDEB | 1.699.834,70 |
| 2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB | 13.097,66 |
| 2.3 - Convênios | 597.276,07 |
| TOTAL | 4.513.850,71 |

| 3 - APLICAÇÃO | | | |
|---|-----------------------|---------------------|--------------------|
| Especificação | Exigência Legal (1) | Realizada (2) | Diferença (3) |
| 3.1 - Contribuição ao FUNDEB | 1.475.326,11 | 1.477.409,59 | 2.083,48 |
| 3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60% | 1.027.759,42 | 1.061.024,81 | 33.265,39 |
| 3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40% | 685.172,94 | 490.861,85 | -194.311,09 |
| 3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional | 728.316,18 | 769.314,66 | 40.998,48 |
| 3.5 - Convênios e Transferências | 597.276,07 | 471.496,68 | -125.779,39 |
| TOTAL | 4.513.850,71 | 4.270.107,59 | -243.743,12 |

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2011.

% APLICADO : 25,49%

Aplicado a maior : 43.081,97

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTROLE da ORIGEM e DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS de Novembro de 2011**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE NOVEMBRO DE 2011**

| 1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS | |
|--|------------------------------|
| Receitas Oriundas de Impostos | Arrecadação Até o Mês |
| 1.1 - IPTU | 131.294,13 |
| 1.2 - ITBI | 17.396,00 |
| 1.3 - ISS | 1.152.637,72 |
| 1.4 - FPM | 4.306.603,86 |
| 1.5 - IRRF | 102.866,72 |
| 1.6 - ICMS | 2.569.485,84 |
| 1.7 - IPI | 49.427,28 |
| 1.8 - IPVA | 423.166,28 |
| 1.9 - ITR | 8.197,46 |
| 1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação | 19.749,81 |
| 1.11 - Dívida Ativa de Impostos | 20.851,64 |
| 1.12 - Multas e Juros de Mora | 12.892,39 |
| TOTAL | 8.814.569,13 |

| 2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE | |
|---|----------------------------|
| Especificação | Acumulado até o Mês |
| 2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos | 1.322.185,37 |
| 2.2 - Rendimento de Aplicação | 8.292,97 |
| 2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc. | 807.445,11 |
| TOTAL | 2.137.923,45 |

| 3 - APLICAÇÃO | | | |
|---|------------------------------|------------------------|------------------------|
| Especificação | Exigência Legal (1) | Realizada (2) | Diferença (3) |
| 3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional | 1.322.185,37 | 1.702.913,53 | 380.728,16 |
| 3.2 - Convênios e Transferências | 815.738,08 | 624.936,06 | -190.802,02 |
| | | | 0,00 |
| | | | 0,00 |
| | | | 0,00 |
| TOTAL | 2.137.923,45 | 2.327.849,59 | 189.926,14 |

% aplicado = 19,32%
 Aplicado a maior = 380.728,16

Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2011.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

DEMONSTRATIVO da DESPESA COM PESSOAL Dezembro/2010 A Novembro/2011

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO/2010 A NOVEMBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|--|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 5.656.661,36 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 5.482.916,63 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 173.744,73 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 3.792,81 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.792,81 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 5.652.868,55 | 0,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | 5.652.868,55 | |
| | | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 12.274.000,66 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 46,06 | |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54% | 6.627.960,36 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3% | 6.296.562,34 | |
| FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS | | |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO da DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL e da SEGURIDADE SOCIAL Julho de 2010 A Junho de 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JULHO DE 2010 A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| CAMPO | DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | |
|-------|---|---------------------|--|
| | | (Últimos 12 meses) | |
| | | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| 1 | DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4) | 5.442.760,41 | 0,00 |
| 2 | Pessoal Ativo | 5.271.465,90 | 0,00 |
| 3 | Pessoal Inativo e Pensionistas | 171.294,51 | 0,00 |
| 4 | Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| 5 | DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9) | 160.618,34 | 0,00 |
| 6 | Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 87.498,95 | 0,00 |
| 7 | Decorrentes de Decisão Judicial | 18.952,84 | 0,00 |
| 8 | Despesas de Exercícios Anteriores | 54.166,55 | 0,00 |
| 9 | Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| 10 | DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 5.282.142,07 | 0,00 |
| 11 | DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb) | | 5.282.142,07 |

| CAMPO | APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|-------|--|---------------|
| 12 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 11.424.723,65 |
| 13 | % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 46,23 |
| 14 | LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%) | 6.169.350,77 |
| 15 | LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%) | 5.860.883,23 |

| CAMPO | ATO DECLARATÓRIO | DATA DA PUBLICAÇÃO | MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc) |
|-------|---|--------------------|---|
| 16 | Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir | | DOM |

Nota: Durante o exerc., somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No final do exerc., as desp. não liquid. insc. em Restos a Pagar não proces. são também consideradas execut. Para maior transparência, as desp. execut. estão segregadas em:

a) Desp. liquidadas: aquelas em que houve a entrega do material/serviço - art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Desp. emp. mas não liquid., insc. em Restos a Pagar não proces., consideradas liquid. no exercício - inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JULHO DE 2010 A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

R\$ 1,00

| CAMPO | TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | | | | | | | | |
|-------|--|---|--------------|------------------------------|---|-------------------------|-----------|-----------------------------------|----------------------|-----------|
| | | Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite | | | Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso | | | Quadrimestre seguinte | | |
| 1 | . | | | | | | | | | |
| CAMPO | | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c) | Limite (e) = (b - d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite. (h) = (a) | % DTP (i) |
| 2 | . | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| CAMPO | TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO | | | | | | | | | |
|-------|---|---|--------------|------------------------------|--|-------------------------|-----------|---|----------------------|-----------|
| | | Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite | | | Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso | | | Terceiro e quarto quadrimestres seguintes | | |
| 3 | . | | | | | | | | | |
| CAMPO | | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c) | Limite (e) = (b - d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite. (h) = (a) | % DTP (i) |
| 4 | . | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| CAMPO | DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011 |
|-------|---|-----------------------------|----------------------------|
| | | | Até o 1º Semestre |
| 1 | DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7) | 1.930.260,85 | 1.846.176,52 |
| 2 | Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Dívida Contratual = (4+5) | 292.551,43 | 208.936,26 |
| 4 | Interna | 292.551,43 | 208.936,26 |
| 5 | Externa | 0,00 | 0,00 |
| 6 | Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos | 1.631.510,81 | 1.631.510,81 |
| 7 | Demais Dívidas | 6.198,61 | 5.729,45 |
| 8 | DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11) | 1.110.671,31 | 1.685.887,78 |
| 9 | Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.231.359,67 | 1.816.144,08 |
| 10 | Demais Haveres Financeiros | 5.885,98 | 5.885,98 |
| 11 | (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 126.574,34 | 136.142,28 |
| 12 | DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II) | 819.589,54 | 160.288,74 |
| 13 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 10.785.773,83 | 11.424.723,65 |
| 14 | % da DC sobre a RCL (I/RCL) | 17,90 | 16,16 |
| 15 | % da DCL sobre a RCL (III/RCL) | 7,60 | 1,40 |
| 16 | LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | | 13.709.668,38 |

| CAMPO | DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011 |
|-------|---|-----------------------------|----------------------------|
| | | | Até o 1º Semestre |
| 17 | DÍVIDA DE PPP | 0,00 | 0,00 |
| 18 | PARCELAMENTO DE DÍVIDAS = (19+20+23) | 292.551,43 | 208.936,26 |
| 19 | De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| 20 | De Contribuições Sociais = (21+22) | 292.551,43 | 208.936,26 |
| 21 | Previdenciárias | 292.551,43 | 208.936,26 |
| 22 | Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| 23 | Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| 24 | DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |

| CAMPO | OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011 |
|-------|---|-----------------------------|----------------------------|
| | | | Até o 1º Semestre |
| 25 | PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | - | - |
| 27 | DEPÓSITOS | 169.983,13 | 251.367,69 |
| 28 | RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 460.583,82 | 1.320.249,62 |
| 29 | ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 |

| CAMPO | REGIME PREVIDENCIÁRIO | | |
|-------|---|-----------------------------|----------------------------|
| | DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011 |
| | | | Até o 1º Semestre |
| 30 | DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) = (31+32) | 0,00 | 0,00 |
| 31 | Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 |
| 32 | Demais Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| 33 | DEDUÇÕES (V)² = (34+35+36-37) | 253.232,13 | 262.003,52 |
| 34 | Disponibilidade de Caixa Bruta | 253.232,13 | 262.003,52 |
| 35 | Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| 36 | Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 |

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| | | | |
|----|--|-------------|-------------|
| 37 | (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 |
| 38 | OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC | 0,00 | 0,00 |
| 39 | DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV-V) | -253.232,13 | -262.003,52 |

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II)¹ for negativo, colocar um "-" nessa linha.

² Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros e os Investimentos for menor que Restos a Pagar Processados, os campos de DEDUÇÕES (V)² deverão ser preenchidos com "-".

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA

DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

| TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO | | | | | | | |
|---|---------------------------|-----------------|------------------------|---------|--------------|------|------|
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2001 | | | 2002 | | |
| | | 3º Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | DCL | Excedente ¹ | Redutor | 1º | 2º | 3º |
| 1 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2003 | | | 2004 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 3 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2005 | | | 2006 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 5 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2007 | | | 2008 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 7 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2009 | | | 2010 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 9 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2011 | | | 2012 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 11 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2013 | | | 2014 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 13 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| | | | | | | | |
| CAMPO | Exercício Financeiro | 2015 | | | 2016 | | |
| | | Quadrimestre | | | Quadrimestre | | |
| | | 1º | 2º | 3º | 1º | 2º | 3º |
| 15 | % da DCL sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | % Limite de Endividamento | | | 0,00 | | | 0,00 |

¹ O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS
 CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
 DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
 CPF.: 595.888.299-68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| CAMPO | GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2011 |
|-------|---|--------------------------------|--------------------------------|
| | | | Até o 1º Semestre |
| 1 | EXTERNAS (I) = (2+3) | 0,00 | 0,00 |
| 2 | Aval ou Fiança em Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ | 0,00 | 0,00 |
| 4 | INTERNAS (II) = (5+6) | 0,00 | 0,00 |
| 5 | Aval ou Fiança em Operações de Crédito. | 0,00 | 0,00 |
| 6 | Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ . | 0,00 | 0,00 |
| 7 | TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II) | 0,00 | 0,00 |
| 8 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 10.785.773,83 | 11.424.723,65 |
| 9 | % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 |
| 10 | LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 2.372.870,24 | 2.513.439,20 |

| CAMPO | CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2011 |
|-------|---|--------------------------------|--------------------------------|
| | | | Até o 1º Semestre |
| 11 | EXTERNAS (V) = (12+13) | 0,00 | 0,00 |
| 12 | Aval ou Fiança em Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 13 | Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ | 0,00 | 0,00 |
| 14 | INTERNAS (VI) = (15+16) | 0,00 | 0,00 |
| 15 | Aval ou Fiança em Operações de Crédito. | 0,00 | 0,00 |
| 16 | Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ . | 0,00 | 0,00 |
| 17 | TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI) | 0,00 | 0,00 |
| 18 | MEDIDAS CORRETIVAS : | | |

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

| CAMPO | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|-------|---|---------------------------|-------------------------------------|
| | | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| 1 | SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5) | 0,00 | 0,00 |
| 2 | Mobiliária = (3+4) | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Interna | 0,00 | 0,00 |
| 4 | Externa | 0,00 | 0,00 |
| 5 | Contratual = (6+16) | 0,00 | 0,00 |
| 6 | Interna. = (7+8+11+14+15) | 0,00 | 0,00 |
| 7 | Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 8 | Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10) | 0,00 | 0,00 |
| 9 | Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| 11 | Antecipação de Receita = (12+13) | 0,00 | 0,00 |
| 12 | Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| 13 | Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| 14 | Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| 15 | Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 16 | Externa. = (17+...+21) | 0,00 | 0,00 |
| 17 | Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 18 | Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| 19 | Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| 20 | Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas, incluindo os parcelamentos de dívidas não-tributárias | 0,00 | 0,00 |
| 21 | Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| 22 | NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (23+29+30+31) | 0,00 | 0,00 |
| 23 | Parcelamento de Dívidas = (24+25+28) | 0,00 | 0,00 |
| 24 | De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| 25 | De Contribuições Sociais = (26+27) | 0,00 | 0,00 |
| 26 | Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| 27 | Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| 28 | Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| 29 | Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| 30 | Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| 31 | Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01 do CMN | 0,00 | 0,00 |

| CAMPO | APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|-------|---|-----------------|---------------|
| 32 | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 11.424.723,65 - | |
| 33 | OPERAÇÕES VEDADAS (III) | 0,00 | 0,00 |
| 34 | TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III) | 0,00 | 0,00 |
| 35 | LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 1.827.955,78 | 16,00 |
| 36 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III,
alínea "c")

R\$ 1,00

| | | | |
|----|---|------------|------|
| 37 | LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 799.730,66 | 7,00 |
| 38 | TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa) | 0,00 | 0,00 |

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA

DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

CPF.: 595.888.299-68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2011

CVA: 2011121516155300201052

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

| CAMPO | DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|-------|--|--------------|---------------|
| 1 | Despesa Total com Pessoal - DTP | 5.282.142,07 | 46,23 |
| 2 | Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%) | 6.169.350,77 | 54,00 |
| 3 | Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%) | 5.860.883,23 | 51,30 |

| CAMPO | DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|-------|---|---------------|---------------|
| 4 | Dívida Consolidada Líquida | 160.288,74 | 1,40 |
| 5 | Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 13.709.668,38 | 120,00 |

| CAMPO | GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|-------|---|--------------|---------------|
| 6 | Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| 7 | Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 2.513.439,20 | 22,00 |

| CAMPO | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|-------|---|--------------|---------------|
| 8 | Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| 9 | Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas | 1.827.955,78 | 16,00 |
| 11 | Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita | 799.730,66 | 7,00 |

| CAMPO | RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|-------|----------------|--|--|
| 12 | Valor Total | - | - |

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 15/12/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 710/2011

DECRETO Nº 710, de 15 de dezembro de 2011.

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 646, de 26 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 2º do Decreto nº 646, de 26 de dezembro de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2011”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 711/2011

DECRETO Nº 711, de 15 de dezembro de 2011.

Determina a data de vencimento das parcelas e descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, TFR - Taxa de Funcionamento Regular, TOS - Taxa de Ocupação de Solo, TCL - Taxa de Coleta de Lixo para o exercício de 2012, de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos Artigos 28, 69 e 249 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente ao exercício de 2012:

I- a vista, até 15 de março de 2012, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

| PARCELA | VENCIMENTO |
|---------|----------------------|
| 1ª | 15 de março de 2012 |
| 2ª | 16 de abril de 2012 |
| 3ª | 15 de maio de 2012 |
| 4ª | 15 de junho de 2012 |
| 5ª | 16 de julho de 2012 |
| 6ª | 15 de agosto de 2012 |

| | |
|----|------------------------|
| 7ª | 17 de setembro de 2012 |
| 8ª | 15 de outubro de 2012 |
| 9ª | 16 de novembro de 2012 |

Art. 2º Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (por homologação) deverão efetuar o pagamento do referido tributo no mês imediatamente posterior ao do fato gerador de acordo com a seguinte tabela:

| FATO GERADOR | VENCIMENTO |
|--------------|-------------------------|
| Janeiro | 15 de fevereiro de 2012 |
| Fevereiro | 15 de março de 2012 |
| Março | 16 de abril de 2012 |
| Abril | 15 de maio de 2012 |
| Maio | 15 de junho de 2012 |
| Junho | 16 de julho de 2012 |
| Julho | 15 de agosto de 2012 |
| Agosto | 17 de setembro de 2012 |
| Setembro | 15 de outubro de 2012 |
| Outubro | 16 de novembro de 2012 |
| Novembro | 17 de dezembro de 2012 |
| Dezembro | 15 de janeiro de 2013 |

Art. 3º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (base fixa) referente ao exercício de 2012:

I- a vista, até 30 de março de 2012, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

| PARCELA | VENCIMENTO |
|---------|---------------------|
| 1ª | 30 de março de 2012 |
| 2ª | 30 de abril de 2012 |
| 3ª | 31 de maio de 2012 |
| 4ª | 29 de junho de 2012 |

Art. 4º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação da Taxa de Funcionamento Regular - TFR, referente ao exercício de 2012:

I- a vista, até 20 de junho de 2012, com 10% (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

| PARCELA | VENCIMENTO |
|---------|----------------------|
| 1ª | 20 de junho de 2012 |
| 2ª | 20 de julho de 2012 |
| 3ª | 20 de agosto de 2012 |

Art. 5º A Taxa de Ocupação de Solo - TOS, referente ao exercício de 2012 deverá ser quitada em parcela única, com vencimento em 20 de junho de 2012, sem descontos.

Art. 6º Os vencimentos para a TAXA DE COLETA DE LIXO, aos contribuintes que optarem pelo pagamento via prefeitura Municipal, serão:

| MÊS GERADOR | PARCELA | VENCIMENTO |
|-------------|------------|------------|
| JANEIRO | 1ª PARCELA | 10/02/12 |
| FEVEREIRO | 2ª PARCELA | 12/03/12 |
| MARÇO | 3ª PARCELA | 10/04/12 |
| ABRIL | 4ª PARCELA | 10/05/12 |



| | | |
|----------|-------------|----------|
| MAIO | 5ª PARCELA | 11/06/12 |
| JUNHO | 6ª PARCELA | 10/07/12 |
| JULHO | 7ª PARCELA | 10/08/12 |
| AGOSTO | 8ª PARCELA | 12/09/12 |
| SETEMBRO | 9ª PARCELA | 10/10/12 |
| OUTUBRO | 10ª PARCELA | 12/11/12 |
| NOVEMBRO | 11ª PARCELA | 10/12/12 |
| DEZEMBRO | 12ª PARCELA | 10/01/13 |

I- para pagamento a vista, até 10 de fevereiro de 2012, do total anual devido, levando-se em conta as Classes correspondentes, constantes dos incisos I e II do parágrafo único do Artigo 1º da Lei 3940/2011.

II- facultado aos contribuintes que desejarem efetuar o pagamento através de COTA ÚNICA da Taxa de Coleta de Lixo para o exercício 2012, via Prefeitura Municipal, o vencimento para 31/01/2012; em não se manifestando, considera-se a opção para pagamento via fatura da Sanepar.

Art. 7º Para fins do parcelamento das taxas e impostos dispostos nos Artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do presente decreto levar-se-á em conta o valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) como valor mínimo permitido para cada parcela.

Art. 8º Este decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 954/2011 - RH

PORTARIA Nº 954, de 01 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 29 de novembro a 16 de dezembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Terezinha Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição a servidora efetiva Rosane da Silva Derengoski, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas funções junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de novembro de 2011.

Porto União - SC, em 01 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 955/2011 - RH

PORTARIA Nº 955, de 01 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de dezembro de 2011 a 28 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Samir Alves, para exercer o cargo de Professor - 6º ao 9º Anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto na Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, e seus anexos, para atuar na Coordenação do Projeto Basquete do Futuro Eletrobrás, em convenio mantido entre o Município de Porto União e a Confederação Brasileira de Basquetebol em conformidade com a Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 3.952 de 07 de dezembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 061/2011

PORTARIA Nº 061, de 15 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

Considerando que no dia 30 de dezembro de 2011 não haverá expediente bancário;

Considerando, que a data final para opção ao Refis 2011 é dia 29 de dezembro;

Considerando, que há a necessidade de encerramento das baixas contábeis no dia 30 de dezembro, referente ao movimento do dia 29 de dezembro de 2011;

Considerando, que o setor de tributação, e contabilidade tem a necessidade de efetuar encerramento contábil no dia 30 de dezembro de 2011, e efetuar as alterações para a virada de exercício bem como início de novo exercício fiscal no dia 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente externo no edifício sede da Prefeitura Municipal, nos dias 30 de dezembro de 2011 e 02 de janeiro de 2012,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2011 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 027/2011 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2011 FAS
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para a aquisição de cestas básicas e leite para manutenção do FAS. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 03 de janeiro de 2012 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site www.portouniao.sc.gov.br; e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, telefone (042) 3523-1155.

Porto União SC, 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 0776/2011

PORTARIA Nº. 0776/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0715/RH de 08/11/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art..1º Exonerar a pedido, a partir de 27/10/2011 o(a) servidor(a) municipal VILMA NIENKOETTER HINCKEL, admitido(o) em cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Dispensa de Licitação 165/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 165/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: SERVIÇOS E MATERIAIS PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO E GINÁSIO MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.
Valor aproximado R\$ 82.320,69 (oitenta e dois mil e trezentos e

vinde reais e sessenta e nove centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 15 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 166/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 166/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO E PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO DOS C.E.I. CANTINHO DO AMOR I e II, AQUARELA E DÉA BORNHAUSEN.
Valor aproximado R\$ 22.000,00 (vinde e dois mil reais).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 15 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 169/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 169/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 4.030M² DE GRAMA COM COLOCAÇÃO NO PARQUE HARRY HOBUS
Valor aproximado R\$ 25.792,00 (vinde e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 16 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portarias

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 4566, de 16 de novembro de 2011. Designa. Márcia Sueli Weiller Pscheidt.

Portaria/SEMED nº 4567, de 16 de novembro de 2011. Designa. Lenara Matilde Bauer Ropke.

Portaria/SEMED nº 4568, de 16 de novembro de 2011. Designa. Rosemari Ivane Strack Candido.

Portaria/SEMED nº 4569, de 05 de dezembro de 2011. Designa. Amélia Kotovicz Friedrich.

Portaria/SEMED nº 4570, de 05 de dezembro de 2011. Designa. Cristiani Stoeberl Machado.

Portaria/SEMED nº 4571, de 05 de dezembro de 2011. Designa. Kerstien Marye Kaiser Neppel.

Portaria/SEMED nº 4572, de 05 de dezembro de 2011. Designa. Patricia Popadiuk Córdova.

Portaria/SEMED nº 4573, de 05 de dezembro de 2011. Designa. Patricia Popadiuk Córdova.

Portaria/SEMED nº 4574, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Luciana Tavares Monteiro Randig. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4575, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Maria Adriana Farias da Cruz Narlock. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4576, de 05 de dezembro de 2011. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho. Maria Dias Piassoli. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4577, de 05 de dezembro de 2011. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho. Regina Maria de Sena Santana. Professor.

Portaria/SEMED nº 4578, de 05 de dezembro de 2011. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Rosane Daudt Loures. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4579, de 05 de dezembro de 2011. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Diucélia Giese. Professor.

Portaria/SEMED nº 4580, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Maria Aparecida Grober da Rosa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4581, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Ivonete Lehnert Fagundes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4582, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Franciellen Steiner. Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 4583, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Verenice Sueli Scholze Bonett. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4584, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Claudete Aparecida Stiz. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4585, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Graziela Francisca Martins Stueber. Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 4586, de 05 de dezembro de 2011. Concede Licença Prêmio. José Olinto da Silva de Castro. Professor.

Portaria/SEMED nº 4587, de 08 de dezembro de 2011. Concede Auxílio Doença - INSS. Marcia Cristina do Prado Ribeiro. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4588, de 08 de dezembro de 2011. Concede Licença Maternidade. Isabel Cristina Dybas Terres. Professor.

Portaria/SEMED nº 4589, de 08 de dezembro de 2011. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Isabel Cristina Dybas Terres. Professor.

Portaria/SEMED nº 4590, de 08 de dezembro de 2011. Concede

Licença Maternidade. Rodinei Dranka. Atendente Educativo - ACT. Portaria/SEMED nº 4591, de 08 de dezembro de 2011. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Rodinei Dranka. Atendente Educativo - ACT.

Portaria/SEMED nº 4592, de 12 de dezembro de 2011. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Desdemona Carmelina Pugliesi. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 4593, de 12 de dezembro de 2011. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Selma Leontina Planca Botapoff. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4594, de 12 de dezembro de 2011. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Neiva Aparecida da Silva Ferreira. Professor.

Portaria/SEMED nº 4595, de 14 de dezembro de 2011. Concede Alteração de Carga Horária. Jucélia Maria Ferreira de Lima Rosá. Professor ACT.

Portaria/SEMED nº 4596, de 14 de dezembro de 2011. Concede Alteração de Carga Horária. Geizi Largura. Professor ACT.

Portaria/SEMED nº 4597, de 14 de dezembro de 2011. Concede Alteração de Carga Horária. Caroline Berger. Professor ACT.

Portaria/SEMED nº 4598, de 14 de dezembro de 2011. Concede Alteração de Carga Horária. Scheila Junkes Gomes Bueno. Professor ACT.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

Resultado da Homologação CP 356/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 356/2011

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 356/11, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CARLOS GOERTLER, CARLOS RUCKL, JORGE BAYERL, LUIS FERNANDO HASTREITER E MIGUEL GSCHWENDTNER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO BADESC CIDADES Nº 2011008600 EM ANEXO, para à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, TOTALIZANDO EM R\$ 3.364.474,75.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito

Resultado de Julgamento CP 356/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 356/2011

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 356/11, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CARLOS GOERTLER, CARLOS RUCKL, JORGE BAYERL, LUIS FERNANDO HASTREITER E MIGUEL GSCHWENDTNER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO BADESC CIDADES Nº 2011008600 EM ANEXO, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 585/2011

PORTARIA IPRESBS Nº 585/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/12/2011 a 13/12/2011, à servidora ELISABETH TE-REZINHA DA SILVA SCHWARZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 2), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/11/2011 a 11/12/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2011.

São Bento do Sul, 16/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 586/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 586/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/12/2011 a 31/01/2012, concedido ao servidor PAULO REGODZINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 127/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/12/2011.

São Bento do Sul, 16/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

SAMAE

PORT/SAMAE/SBS Nº 214, RETIFICADORA de 15 de Dezembro de 2011

Portaria/SAMAE/SBS Nº - 214, RETIFICADORA, de 15 de dezembro de 2011.

" CONCEDE LICENÇA PRÊMIO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 0011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito

Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER à servidora MARLI ALVES DE CARVALHO LACERDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde 01/04/2002, lotada nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no Processo nº 026/2011.

Art. 2º -A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2005/2008 e será usufruída de 15/12/11 a 14/01/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Extrato ContratoS 71 A 78/2011

.....

Contrato Nº.: 71/2011

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: BRASIL SUL SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.

Valor.....: 88.050,00 (oitenta e oito mil e cinqüenta reais) total;

Vigência.....: Início: 01/12/2011 Término: 02/06/2012

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2011

Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.37.00.00.00.00 (24), 2.065.3.3.90.37.00.00.00.00 (51)

Objeto.....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA , VESPERTINA/NOTURNA,

NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER

PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE,

DIARIAMENTE NOS POST OS:

- NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA;

- NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - CENTRO E

- NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - BAIRRO BRASILIA).

São Bento do Sul, 01 de Dezembro de 2011

.....

Contrato Nº.: 72/2011

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: RENILDA MARIA PSCHIEDT

Valor.....: 336,24 (trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)

Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012

Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00.00 (28)

Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS, ATRAVÉS DO PROJETO

"PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO VERMELHO", CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL,

CUJO OBJETIVO É PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS, VISANDO

ATENDER O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE FORMA PRIORITÁRIA, À

MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE

RESERVA LEGAL. TEM COMO OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,

COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO, CONTROLE DE POLUENTE

São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

.....

Contrato Nº.: 73/2011

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: ALDO MUEHLMANN

Valor.....: 336,24 (trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)

Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012

Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00.00 (28)

Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,

ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO

VERMELHO", CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL,

CUJO OBJETIVO É PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO

AMBIENTAL DE IMÓVEIS, VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE FORMA PRIORITÁRIA, À

MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE

PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO

OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,

COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,

CONTROLE DE POLUENTE

São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

.....
Contrato Nº.: 75/2011
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: NILSON RIBEIRO MODRO
Valor.....: 336,24 (trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012
Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00 (28)
Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,
ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO VERMELHO",
CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CUJO OBJETIVO É
PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS,
VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE
FORMA PRIORITÁRIA, A MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO
OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,
COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,
CONTROLE DE POLUENTE
São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

.....
Contrato Nº.: 76/2011
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: CARLOS DALABONA
Valor.....: 336,24 (trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012
Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00 (28)
Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,
ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO VERMELHO",
CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CUJO OBJETIVO É
PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS,
VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE
FORMA PRIORITÁRIA, A MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO
OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,
COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,
CONTROLE DE POLUENTE
São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

.....
Contrato Nº.: 77/2011
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: OSVALDO DREVECK
Valor.....: 336,24 (trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012
Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00 (28)
Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,
ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO
VERMELHO", CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL,
CUJO OBJETIVO É PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO
AMBIENTAL DE IMÓVEIS, VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE FORMA PRIORITÁRIA, A
MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO
OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,
COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,
CONTROLE DE POLUENTE
São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

Contrato Nº.: 78/2011

Contratante...: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada....: ANICE WACTAWSKI

Valor.....: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012

Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00.00 (28)

Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,
ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO
VERMELHO", CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL,
CUJO OBJETIVO É PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO
AMBIENTAL DE IMÓVEIS, VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE FORMA PRIORITÁRIA, À
MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO
OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,
COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,
CONTROLE DE POLUENTE

São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

Contrato Nº.: 74/2011

Contratante...: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada....: CLÁUDIO JUSVIACK

Valor.....: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência.....: Início: 05/12/2011 Término: 05/12/2012

Recursos: Dotação: 2.064.3.3.90.93.00.00.00.00 (28)

Objeto.....: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS,
ATRAVÉS DO PROJETO "PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO
VERMELHO", CRIADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL,
CUJO OBJETIVO É PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO
AMBIENTAL DE IMÓVEIS, VISANDO ATENDER O DISPOSTO NA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E, DE FORMA PRIORITÁRIA, À
MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. TEM COMO
OBJETIVO TAMBÉM A RECUPERAÇÃO DO SOLO DEGRADADO,
COMBATE A EROSÃO E ASSOREAMENTO, EUTROFIZAÇÃO,
CONTROLE DE POLUENTE

São Bento do Sul, 05 de Dezembro de 2011

GERALDO WEIHERMANN - DIRETOR PRESIDENTE

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 139, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 139, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera a Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Anexos V e VII, da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I e II, desta Lei Complementar, sucessivamente.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Lei Complementar nº 139, de 15 de dezembro de 2011)

"ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS CARGOS CRIADOS PELA PRESENTE LEI COMPLEMENTAR
(Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005)

OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO - NAT"

4. TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO

4.4. Vagas: 45

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO II
(Lei Complementar nº 139, de 15 de dezembro de 2011)

"ANEXO VII
(Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005)

QUADRO RESUMO DE VAGAS"

GRUPO OCUPACIONAL CARGO VAGAS

OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO - NAT

TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO 45

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.987, de 15 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.987, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 54.484.248,56 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito mil e cinquenta e seis centavos).

§ 1º As Transferências Financeiras totalizam R\$ 9.084.957,25 (nove milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), as quais serão repassadas para o Fundo Municipal de Saúde, Instituto Cultural de São Lourenço, Comitê Desportivo Municipal e Câmara Municipal de Vereadores.

§ 2º Integra a consolidação do Orçamento Geral do Município as entidades: Prefeitura Municipal, Comitê Desportivo Municipal, Instituto Cultural de São Lourenço, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Vereadores. Também integram o Orçamento Geral do Município, na forma de Unidades Orçamentárias, os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, de Habitação e de Saneamento.

§ 3º A Receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 4º A Despesa do Município de São Lourenço do Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a receita em 51.781.048,56 (cinquenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil, quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), e fixa a despesa em R\$ 42.696.091,34 (quarenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, noventa e um reais e trinta e quatro centavos) e de Transferências Financeiras para as demais entidades, no valor de R\$ 9.084.957,22 (nove milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

§ 1º A Receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2012 estima a receita em R\$ 2.703.200,00 (dois milhões, setecentos e três mil e duzentos reais) e de transferências financeiras recebidas do Município em R\$ 6.866.869,72 (seis milhões,

oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos); e fixa a despesa em R\$ 9.570.069,72 (nove milhões, quinhentos e setenta mil, sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Art. 4º O Orçamento do Instituto Cultural de São Lourenço para o exercício de 2012 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 531.787,50 (quinhentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Transferências Financeiras R\$531.787,50

Parágrafo único. A Despesa do Instituto Cultural de São Lourenço será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

a) Instituto Cultural de São Lourenço R\$ 531.787,50

CAPÍTULO V

DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Art. 5º O Orçamento do Comitê Desportivo Municipal para o exercício de 2012 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais).

Transferências Financeiras R\$ 465.000,00

Parágrafo único. A despesa do Comitê Desportivo Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

a) Comitê Desportivo Municipal R\$ 465.000,00

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 6º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2012 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 1.221.300,00 (um milhão, duzentos e vinte e um mil e trezentos reais).

Transferências Financeiras R\$ 1.221.300,00

Parágrafo único. Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

a) Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.221.300,00

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçada ou orçada à menor.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Durante o exercício de 2012 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, nos termos da legislação aplicável, mediante autorização legislativa através de lei específica.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas correntes decorrentes de convênios, acordos ou ajustes e as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. O excesso de arrecadação será apurado em cada fonte de recurso, observada a tendência do exercício.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 16. Os anexos da despesa que integram a presente Lei foram elaborados até o nível de Modalidade de Aplicação, sendo que a execução orçamentária será realizada em nível de Elemento de Despesa.

Art. 17. O Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso de arrecadação verificado na forma do § 1º, 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, apurado em cada fonte de recurso;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos na forma do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964;

III - o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 1º e 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964;

IV - a receita de operações de crédito.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.988, de 15 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.988, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza o ingresso do Município de São Lourenço do Oeste no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de São Lourenço do Oeste no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Resolução CMAS Nº. 016 de 14 de dezembro de 2011.

Resolução CMAS nº. 016 de 14 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para continuidade da transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social para o exercício de 2011, no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93 que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.040 de 21 de outubro de 1996 e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2011; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para continuidade da transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social para o exercício de 2011, no município de São Lourenço do Oeste - SC, pelo mesmo justificar condições para planejar e cofinanciar a rede de proteção social de acordo com o preconizado na legislação vigente.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro do corrente ano, registrada em ata de Nº016/2011 deste Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARLI HENTGES

Presidente CMAS/SLO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria n.º 381/2011

PORTARIA n.º 381/2011

Exonera ANA CAROLINE DA CUNHA do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINE DA CUNHA do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 001/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 382/2011

PORTARIA n.º 382/2011

Exonera KARINA SILVANO do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar KARINA SILVANO do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 002/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 383/2011

PORTARIA n.º 383/2011

Exonera ANA CAROLINA JUNCQUES do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINA JUNCQUES do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 005/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 384/2011

PORTARIA n.º 384/2011

Exonera CLARICIA ELIANI KNISS do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CLARICIA ELIANI KNISS do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 008/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 385/2011

PORTARIA n.º 385/2011

Exonera CRISTIANE HOFMANN do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CRISTIANE HOFFMANN do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 009/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 386/2011

PORTARIA n.º 386/2011

Exonera NEY PLATT do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar NEY PLATT do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 010/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 387/2011

PORTARIA n.º 387/2011

Exonera JULIO CESAR MANOEL do cargo de Professor I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JULIO CESAR MANOEL do cargo de Professor I, contrato de trabalho nº. 015/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 388/2011

PORTARIA n.º 388/2011

Exonera FRANCIELE VIEIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELE VIEIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 019/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 389/2011

PORTARIA n.º 389/2011

Exonera SIMONE HOFFMANN do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SIMONE HOFMANN do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 020/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 390/2011

PORTARIA n.º 390/2011

Exonera SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 026/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 391/2011

PORTARIA n.º 391/2011

Exonera ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 028/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 392/2011

PORTARIA n.º 392/2011

Exonera TAINARA PITZ do cargo de Agente Administrativo.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar TAINARA PITZ do cargo de Agente Administrativo, contrato de trabalho nº. 030/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 393/2011

PORTARIA n.º 393/2011

Exonera SEZIANE TURATTO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SEZIANE TURATTO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 031/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 394/2011

PORTARIA n.º 394/2011

Exonera LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 033/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 395/2011

PORTARIA n.º 395/2011

Exonera THIAGO RODRIGUES do cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar THIAGO RODRIGUES do cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 034/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 396/2011

PORTARIA n.º 396/2011

Exonera LARICE PATRÍCIA DE ALMEIDA do cargo de Professor I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LARICE PATRÍCIA DE ALMEIDA do cargo de Professor I, contrato de trabalho nº. 036/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 397/2011

PORTARIA n.º 397/2011

Exonera ALLAN FRANCISCO DE SOUZA do cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALLAN FRANCISCO DE SOUZA do cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 038/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 398/2011

PORTARIA n.º 398/2011

Exonera GISÉLE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GISÉLE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 040/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 399/2011

PORTARIA n.º 399/2011

Exonera DANIELI ELIANE NAU do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DANIELI ELIANE NAU do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 041/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 400/2011

PORTARIA n.º 400/2011

Exonera DIELI HOFFMANN do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DIELI HOFMANN do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 042/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 401/2011

PORTARIA n.º 401/2011

Exonera PATRICIA PETRY LAURENTINO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar PATRICIA PETRY LAURENTINO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 048/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 402/2011

PORTARIA n.º 402/2011

Exonera NELCI MARIA VENDRAMINI do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar NELCI MARIA VENDRAMINI do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 027/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº106/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº106/2011

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, REFERENTE AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, DEFINIDO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 066/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 13 da Lei Complementar n.º 066/2008, de 16 de dezembro de 2008, que passa a vigor com a seguinte redação:

[]

Art. 13. Ficam estabelecidas 05 (cinco) classes de ruas no

município de Schroeder, cujos parâmetros de enquadramento e a indicação de ruas por classe serão definidos por meio de Lei Municipal, sendo que a valoração mínima do metro quadrado se dará da seguinte forma:

| CLASSIFICAÇÃO | VALOR DO M² |
|---------------|-------------|
| 1ª CLASSE | 0,120 UFM |
| 2ª CLASSE | 0,100 UFM |
| 3ª CLASSE | 0,080 UFM |
| 4ª CLASSE | 0,060 UFM |
| 5ª CLASSE | 0,040 UFM |

Parágrafo único. Na ocorrência de pavimentação de ruas, fica vedada a sua reclassificação antes de decorridos dois exercícios financeiros, a contar do exercício imediatamente posterior ao término da respectiva obra pública.

[]

Art. 2º Fica alterado o art. 17 da Lei Complementar n.º 066/2008, de 16 de dezembro de 2008, que passa a vigor com a seguinte redação:

[]

Art. 17. A alteração das alíquotas previstas no art. 12, §1º, VIII, e no art. 12, §2º, VIII, da presente Lei Complementar, em decorrência de pavimentação do logradouro, somente ocorrerá após dois exercícios contados a partir do evento.

Parágrafo único. Aos novos loteamentos não se aplica o disposto no caput, devendo a alíquota respectiva ser aplicada com base na situação do imóvel no momento de sua implantação.

[]

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Complementar Nº107/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº107/2011

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR No 060/2008.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o O Anexo I da Lei Complementar no 060/2008, de 11 de novembro de 2008, passa a vigorar com a redação que lhe dá esta lei.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº107/2011

ANEXO I

Definição dos cargos, requisitos, quantitativo das vagas e remuneração aplicável aos profissionais.

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

| Atividade | Requisitos | Carga Horária | Vagas | Remuneração R\$ |
|-----------------|--|---------------|-------|-----------------|
| Médico | Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional | 40h/semanais | 05 | R\$ 9.258,75 |
| Enfermeiro | | | 05 | R\$ 2.841,88 |
| Odontólogo | | | 03 | R\$ 3.657,48 |
| Educador Físico | | | 01 | R\$ 1.250,21 |
| Farmacêutico | | | 01 | R\$ 2.046,78 |
| Fisioterapeuta | | | 01 | R\$ 2.046,78 |
| Psicólogo | | | 01 | R\$ 2.046,78 |

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

| Atividade | Requisitos | Carga Horária | Vagas | Remuneração R\$ |
|----------------------------------|---|---------------|-------|-----------------|
| Técnico de Enfermagem | Portador do diploma ou certificado do curso técnico respectivo, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo Órgão fiscalizador do exercício profissional, bem como registro do profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional. | 40h/semanais | 08 | R\$ 976,12 |
| Auxiliar de Enfermagem | Portador do diploma de ensino médio e de registro profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional. | | 04 | R\$ 952,33 |
| Técnico em Higiene Bucal | Portador do diploma ou certificado do curso técnico respectivo, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo Órgão fiscalizador do exercício profissional, bem como registro do profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional. | | 02 | R\$ 976,12 |
| Auxiliar de Consultório Dentário | Portador do diploma de ensino médio e de registro profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional. | | 03 | R\$ 841,81 |

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO

| Atividade | Requisitos | Carga Horária | Vagas | Remuneração R\$ |
|-----------------------------|--|---------------|-------|-----------------|
| Agente Comunitário de Saúde | Titular, no mínimo, de ensino fundamental, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar. | 40h/semanais | 29 | R\$ 759,41 |

Lei Nº1.871/2011

LEI Nº1.871/2011

AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SCHROEDER STRASSE FM.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor total de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), à Associação Rádio Comunitária Schroeder Strasse FM, para execução do Projeto Informe Schroeder - A Informação Está no Ar, cujo objetivo é promover a informação e a inclusão social através da implantação do referido projeto, via ondas sonoras da emissora, fortalecendo a qualidade de informação no sentido da divulgação dos pontos turísticos do Município, das ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, em caráter educacional e de orientação, dentre outras atividades relativas à comunicação social à população.

§ 1º Os recursos serão repassados mensalmente, com início a contar do mês de janeiro de 2012, em parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal de Schroeder do valor repassado em até 30 (trinta) dias após o repasse;

§ 3º O repasse da parcela do mês subsequente está condicionado a Prestação de Contas da parcela anterior.

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados conforme plano de aplicação mensal a ser objeto de ajuste entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 05.03.3.3.50.43 - Subvenções Sociais, proveniente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Setor de Cultura, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício do ano de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.872/2011

LEI Nº1.872/2011

ALTERA A LEI N.º 1.699/2008, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER A CONCEDER, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OS AUXÍLIOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o Inciso IX ao art. 1º da Lei n.º 1.699/2008, de 9 de dezembro de 2008, nos termos seguintes:

[]

IX - Lentes oftalmológicas, excluídas as de contato.

[]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.873/2011

LEI Nº1.873/2011

ALTERA A LEI N.º 1.170/1999, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999, QUE AUTORIZA FAZER ADIANTAMENTO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 1º, da Lei n.º 1.170/1999, de 14 de setembro de 1999, cuja redação passa a vigor da forma seguinte:

[]

Art. 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a fazer o Adiantamento de Numerário para Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Assessores e demais servidores e empregados públicos da Prefeitura Municipal de Schroeder, bem como aos Conselheiros Tutelares.

[]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.874/2011

LEI Nº1.874/2011

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$313.900,00 (trezentos e treze mil e novecentos reais), para reforço dos programas e verbas abaixo especificados, constantes da Lei Orçamentária nº1.819/10 de 09 de novembro de 2010.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUT.DO SETOR DE CONTAB., PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição para o PIS/PASEP R\$ 13.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$10.500,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 64.000,00

05.04.12.361.0005.2.025 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 900,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

05.04.12.362.0005.2.024 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 18.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 92.500,00

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.02 - SETOR DE AGRICULTURA
 07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
 08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
 08.01.17.512.0014.2.044 - COLETA DE LIXO
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art. 2º Fica igualmente anulada a importância de até 313.900,00 (Trezentos e treze mil e novecentos reais), dos elementos orçamentários abaixo discriminados, constantes da Lei Orçamentária nº1.819/10 de 09 de novembro de 2010.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
 03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA
 03.02.04.122.0003.2.004 - MANUT.DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO
 4.4.90.51.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 47.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 19.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 13.000,00
 05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 64.000,00
 05.04.12.306.0005.2.011 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
 05.04.12.306.0005.2.012 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 05.04.12.362.0005.2.024 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 900,00
 05.04.12.365.0005.1.001 - CONSTRUÇÃO/AMPLICAÇÃO DE CENTRO DE EDUC.INFANTIL
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 28.000,00
 05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 22.000,00
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 21.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
 06.01.15.452.0008.2.032 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 18.000,00
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 8.000,00
 06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01.22.661.0012.2.040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 3º Os recursos para a cobertura do Art.1º, serão oriundos da anulação parcial do item especificado no Art.2º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º da Lei 1.669/2008 de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de dezembro de 2011.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº1.875/2011

LEI Nº1.875/2011

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER GRATIFICAÇÃO NATALINA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente lei

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder gratificação aos servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores de Schroeder, no valor de R\$70,00 (setenta reais), a ser paga juntamente com o salário do mês de dezembro de 2011.

Art. 2º As despesas para execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 14 de dezembro de 2011.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº2.370/2011, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº2.370/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por ENXURRADAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 71, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º, do Decreto Federal no

7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- as enxurradas provocadas por chuvas intensas e concentradas, ocorridas no dia 13 de dezembro de 2011, atingindo parte do município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, agravado pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Schroeder, 15 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Data para Abertura das Propostas Carta Convite Nº 09/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ABERTURA DAS PROPOSTAS
CARTA CONVITE Nº. 09/2011-FAS
PROCESSO Nº. 44/2011-FAS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a ABERTURA DAS PROPOSTAS, marcada para dia 19 de dezembro de 2011 às 09h, da licitação Carta Convite nº. 09/2011-FAS, Processo nº. 44/2011-FAS, para a contratação de empresa especializada para realizar Curso de Design Gráfico e Manutenção e Configuração de computadores para os usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, com as empresas habilitadas INFO. COM TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA e ABNER ESDRAS DOS SANTOS ME.

Schroeder, 16 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Decisão Prefeito Municipal Carta Convite Nº 09/2011-FAS

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Licitatório n.º 44/2011-FAS

Convite n.º 09/2011-FAS

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar Curso de Design Gráfico e Manutenção e Configuração de computadores para os usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 79/2011-PROJUR, que pugna diante da realidade fático-jurídica apresentada, que seja o presente recurso recebido, e que seja realizada, pelo Administrador Público, uma ponderação de princípios vigentes pertinentes às licitações públicas, especialmente o da seleção da proposta mais vantajosa, reanalisando a inabilitação de Info.Com. Treinamento em Informática Ltda. ME., no âmbito do Convite n.º 09/2011-FAS, de modo que a mesma seja considerada conforme com relação às disposições editalícias, pelas razões anteriormente expostas, permitindo-se a abertura de seu envelope de proposta comercial, bem como o de sua concorrente no certame, utilizando como razões para decidir aquelas traçadas pela Procuradoria Jurídica do Município, no parecer supra identificado, DECIDO pelo conhecimento do presente recurso, por tempestivo e, no mérito, prover-lhe, em face da ponderação de princípios (vinculação ao edital x seleção de proposta mais vantajosa), visto que a inadequação dos documentos apresentados não causa nenhum prejuízo à Administração Pública, sendo que tal análise vem ao encontro do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, insculpido no art. 3º da L. 8.666/93.

Retorne a licitação à fase de abertura das propostas comerciais

Base Legal: arts. 3º da Lei n.º 8.666/93. Art. 109, §4º da Lei n.º 8.666/93. Art. 37, XXI, da Carta Magna.

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 15 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Resultado final do Processo Seletivo Nº 02-2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da Comissão Responsável pela realização do Processo Seletivo de Professores e Serventes, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2012, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 002/2011 / SECEL / PMS, resolve:

1. TORNAR PÚBLICO

1.1 – Para conhecimento dos interessados, errata do Resultado Final do Processo Seletivo nº02/2011/SECEL/PMS:

| | | | |
|----------------|--|-----------|--------------|
| Especialidade: | 4.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s | Resultado | |
| | DIONATA DOS SANTOS RAMOS | 5,44 | Classificado |

| | | | |
|----------------|-----------------------------|-----------|---|
| Especialidade: | 3.1 Educação Infantil 40h/s | Resultado | |
| | FABIANE VORPAGEL HERRMANN | 5,44 | Desclassificado (Conforme Edital, item 5.7) |

1.2 - A divulgação do Resultado Final, após realização das Provas Objetivas e de Títulos dos candidatos inscritos no processo seletivo para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

RESULTADO FINAL

| Nome do Candidato | | | | |
|-------------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------|---------------|
| Professor A | | | | |
| | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação |
| 1.1 Educação Infantil 40h/s | | | | |
| PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA | 6,80 | 0,00 | 6,80 | 1º |
| DOUGLAS DA SILVA BREMM | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 2º |
| IVONETE MARIA MANFRINI JUNCKES | 5,44 | 0,50 | 5,94 | 3º |
| LUCIANA RIEDEL DE LIMA | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 4º |
| CLAUDETE DUARTE | 5,44 | 0,02 | 5,46 | 5º |
| SIRLENE APARECIDA DE TOLEDO PEREIRA | 5,44 | 0,02 | 5,46 | 6º |
| CLAUCINÉIA CAROLINA DA SILVA PORTO | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 7º |
| ANA CARLA VOGEL | 5,10 | 0,02 | 5,12 | 8º |
| ZENILDA MARIANO FERREIRA | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 9º |
| LEIDY MARIA FOGOLARI | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 10º |

| | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
|--|------------------------|-----------------------------|------------|---------------|--|--|--|
| 1.2 Educação Infantil 30h/s | | | | | | | |
| MICHELLY DAYANA PASSIG ERN | 6,46 | 0,00 | 6,46 | 1º | | | |
| VANDERLÉIA SCHULLER | 5,44 | 0,20 | 5,64 | 2º | | | |
| TAÍS CORREA | 5,44 | 0,04 | 5,48 | 3º | | | |
| LUANA NAGEL DE LIMA | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 4º | | | |
| 1.3 Educação Infantil 20h/s | | | | | | | |
| PATRICIA HASSE ONOFRE | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 1º | | | |
| 2.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s | | | | | | | |
| FRANCIELE RODRIGUES DA ROSA SOARES | 5,10 | 0,20 | 5,30 | 1º | | | |
| 2.3 Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40h/s | | | | | | | |
| PRICILA LOURENÇO | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 1º | | | |
| Professor B | | | | | | | |
| 10.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula | | | | | | | |
| ERICK DIEGO DOS SANTOS | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 1º | | | |
| 14.1 Subárea – Ciências (Séries Finais) 20h/aula | | | | | | | |
| TAMI ELISE MICHALAK | 5,44 | 0,02 | 5,46 | 1º | | | |
| JULIANA REGINA GOMES | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 2º | | | |

| | | | | | | | |
|--|------|------|------|----|--|--|--|
| MARCOS ZILS | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 3º | | | |
| 15.1 Subárea – Língua Portuguesa (Séries Finais) 20h/aula | | | | | | | |
| VERA REGINA SENFF | 5,78 | 0,70 | 6,48 | 1º | | | |
| 16.1 Subárea – Matemática (Séries Finais) 20h/aula | | | | | | | |
| CHEIRUM MICHAEL RIBEIRO | 7,48 | 0,00 | 7,48 | 1º | | | |
| GIOVANNI BARUFFI | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 2º | | | |
| 3.1 Educação Infantil 40h/s | | | | | | | |
| KATIA DOS SANTOS MOSER | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 1º | | | |
| CLAUDIANE DE OLIVEIRA RAMOS | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 2º | | | |
| LURDES DA APARECIDA DE MATOS | 5,44 | 0,14 | 5,58 | 3º | | | |
| 4.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s | | | | | | | |
| JULIANE TEREZINHA REINEHR | 6,80 | 0,20 | 7,00 | 1º | | | |
| ESTELA CORDEIRO | 6,80 | 0,00 | 6,80 | 2º | | | |
| VANESSA SKOREK | 6,12 | 0,62 | 6,74 | 3º | | | |
| KETLIN DISLAINE KONELL | 6,46 | 0,20 | 6,66 | 4º | | | |
| DIONATA DOS SANTOS RAMOS | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 5º | | | |
| CATIA CRISTINA STINGHEN | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 6º | | | |
| FRANCIELI FIUT | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 7º | | | |
| MICHELY DOS SANTOS | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 8º | | | |

| | | | | | | | |
|---|------------------------|-----------------------------|------------|---------------|--|--|-----|
| 5.2 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 20h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | | | | |
| ANDRÉA MAFFEZZOLLI | 7,14 | 0,50 | 7,64 | 1º | | | |
| Professor C | | | | | | | 10º |
| 17.1 Educação Infantil 40h/s | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| SIRLENE FERREIRA DE JESUS | 5,78 | 0,36 | 6,14 | 1º | | | |
| LUCIANE MARIA JUNGTON | 5,10 | 0,00 | 5,10 | 2º | | | |
| 17.3 Educação Infantil 20h/s | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| SAMANTA PATRICIA DORING SIEVERS | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 1º | | | |
| 18.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| CHRISTIANE DALA RIVA DA SILVA METZNER | 6,46 | 1,28 | 7,74 | 1º | | | |
| LINDONOR NEVES PRAEDES | 5,10 | 0,70 | 5,80 | 2º | | | |
| ROSELIA ALVES LISBOA MADALENA GONZAGA | 5,44 | 0,30 | 5,74 | 3º | | | |
| TEREZA STEFAN HARMEL | 5,10 | 0,64 | 5,74 | 4º | | | |
| ODETTE JAQUELINE SADZINSKI | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 5º | | | |
| 18.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| SUELI NELI SANDMANN | 5,10 | 0,34 | 5,44 | 1º | | | |

| | | | | | | | |
|--|------------------------|-----------------------------|------------|---------------|--|--|--|
| 19.1 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| MILTON AMORIM DE SOUZA SOBRINHO | 6,12 | 1,04 | 7,16 | 1º | | | |
| 23.1 Ensino Religioso (Séries Finais) 10h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 1º | | | |
| 24.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| CARINA PARABONI VOLTZ | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 1º | | | |
| 25.1 Subárea – Artes 40h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| DÉBORA KISTENMACHER POTT | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 1º | | | |
| 30.1 Subárea – Matemática (Séries Finais) 20h/aula | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| MAYKEL ROBERTO LAUBE | 8,16 | 0,36 | 8,52 | 1º | | | |
| SERVENTE | | | | | | | |
| Geral 40h/s | Nota da Prova Objetiva | Total de pontos dos Títulos | Nota Final | Classificação | | | |
| MARA DENISE DE SOUZA | 9,52 | 0,00 | 9,52 | 1º | | | |
| LENIR LUFT | 9,18 | 0,00 | 9,18 | 2º | | | |
| ANA PAULA QUEIROZ | 8,84 | 0,00 | 8,84 | 3º | | | |
| NAYARA MARA LEAO DO NASCIMENTO SANTOS | 8,84 | 0,00 | 8,84 | 4º | | | |
| KARINE GOES ATAÍDE | 8,84 | 0,00 | 8,84 | 5º | | | |

| | | | | | | | |
|---------------------------------------|------|------|------|-----|--|--|--|
| SUELI MARTINS DE OLIVEIRA KLITZKE | 8,50 | 0,00 | 8,50 | 6° | | | |
| ZENEIDE LEITE SEVERO PEREIRA | 8,16 | 0,00 | 8,16 | 7° | | | |
| ERICA APARECIDA REICHARDT GONÇALVES | 7,82 | 0,00 | 7,82 | 8° | | | |
| MARIA APARECIDA FANDERUFF | 7,82 | 0,00 | 7,82 | 9° | | | |
| KENIA REGINA NASCIMENTO | 7,82 | 0,00 | 7,82 | 10° | | | |
| LUZINEI RODRIGUES | 7,48 | 0,00 | 7,48 | 11° | | | |
| ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA | 7,48 | 0,00 | 7,48 | 12° | | | |
| ANELISE TEREZINHA TIBULO LONGEN | 7,14 | 0,00 | 7,14 | 13° | | | |
| EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS | 7,14 | 0,00 | 7,14 | 14° | | | |
| ILCE SCHONS | 6,80 | 0,00 | 6,80 | 15° | | | |
| ADRIANA KREIS | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 16° | | | |
| OSMILDA DE BRITO | 6,12 | 0,00 | 6,12 | 17° | | | |
| TEREZA DOS SANTOS PACIFICO | 5,78 | 0,00 | 5,78 | 18° | | | |
| DEBORA MARTINS DE ARAUJO LEITE | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 19° | | | |
| MARGARIDA DE FATIMA SOARES DE AZEVEDO | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 20° | | | |
| LUCIANA SANTOS SCHNEIDER | 5,44 | 0,00 | 5,44 | 21° | | | |

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2011.
Comissão de Processo Seletivo

Siderópolis

PREFEITURA

Portaria nº 284/2011

PORTARIA Nº 284, DE 09 DE DEZEMBRO 2011
Revoga a Portaria nº 209/2010 e dá outras providências

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art. 51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

Considerando a recomendação do Ministério Público, e a necessidade premente de funcionário habilitado que atenda a demanda de motorista,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 209/2011 que, coloca o servidor Belarmino Lampert à disposição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, a contar desta data, determinado o seu retorno às funções de motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 09 de Dezembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2588, de 09 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2588, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa o Conselho Municipal de Educação a competência para monitorar, acompanhar e fiscalizar as ações previstas no Plano de Ações Articuladas do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação instituído pelo Decreto Federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, Lei Municipal nº 1957, de 20 de agosto de 1997, e,

Considerando que desde 2007, o Município de Timbó tem firmado com o Ministério da Educação o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação instituído pelo Decreto Federal nº 6.094 de 24 de abril de 2007;

Considerando que a articulação técnica e/ou financeira para consecução do aludido Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é feita através do PAR - Plano de Ações Articuladas;

Considerando as orientações do Ministério da Educação, no sentido do município organizar um Comitê Local para verificar/acompanhar as ações previstas no Plano de Ações Articuladas;

Considerando que referido Comitê pode ser substituído pelo Conselho Municipal de Educação nos Municípios em que este órgão estiver instituído;

Considerando que o Município de Timbó, possui um Conselho Municipal de Educação de forma ativa perante as escolas e a

comunidade timboense,

DECRETA:

Art.1º Fica designado o Conselho Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 1957, de 20 de agosto de 1997, para monitorar, acompanhar e fiscalizar as ações previstas no Plano de Ações Articuladas de que trata o Decreto Federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007, através das seguintes competências:

I - analisar o diagnóstico da situação educacional do município;

II - analisar as estratégias de implementação das respostas do Plano de Ações Articuladas - PAR;

III - acompanhar a execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;

IV - analisar os relatórios de progresso da execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;

V - avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Ações Articuladas - PAR;

VI - identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;

VII - identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;

VIII - contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da adesão e execução do Plano de Ações Articuladas PAR e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2491, de 01 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2491, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

Suspende os efeitos da Portaria nº 2.468 de 21 de novembro de 2011, restabelecendo os efeitos da Portaria nº 2.099, de 03 de setembro de 2007.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a instauração do processo FUNPREV n. 057/2011, cujo objeto se trata da averiguação de irregularidades na elaboração do cálculo do benefício concedido à pensionista Paula Graciela Tomaselli Klitzke;

Considerando-se o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, através do qual fica assegurado à pensionista o direito de manifestação acerca da decisão que altera o valor do aludido benefício;

Considerando-se a necessidade de expedição de ato para fins de suspender a Portaria nº 2.468, de 21 de novembro de 2011, para restabelecer os efeitos da Portaria nº 2.099, de 03 de setembro de

2007, até ulterior manifestação da pensionista,

RESOLVE:

Art.1º Suspender os efeitos da Portaria nº 2.468, de 21 de novembro de 2011, para o fim de restabelecer os efeitos da Portaria nº 2.099, de 03 de setembro de 2007, no intuito de propiciar à pensionista prazo para manifestação acerca da decisão proferida junto ao processo FUNPREV nº 057/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Presencial n.º 33 2011 Gêneros Alimentícios CAPS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000033/2011 - FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) PARA O ANO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 18 de janeiro de 2012. ABERTURA: dia 18/01/2012 as 09h10min. Os interessados deverão solicitar o edital e demais arquivos pelo e-mail: licitacoes@timbo.sc.gov.br, ou pelo telefone: (47) 3382-3655, ramal 2018 ou 2038.

Timbo (SC), 14/12/2011.
LAÉRCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Dispensa de Licitação 147_2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2011
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: AMARILDO SANTINHO TISO

OBJETO: Dispensa de Licitação para contratação de empresa de para a confecção de informativos de prestação de contas
VALOR TOTAL: R\$ 21.350,00 (vinte um mil, trezentos e cinquenta reais).

Timbó, 16 de dezembro de 2011
LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 5 2011 Aquisição de cestas básicas

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 5/2011
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços aquisição de gêneros alimentícios para composição de cestas básicas (sacolé), leite integral e recarga de gás de cozinha P13, a serem distribuídas às famílias carentes residentes no Município de Timbó e que estão cadastradas junto à Assistência Social, ou por determinação judicial.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Comercial Abelam Ltda; Companhia Ultragaz S.A.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 157.860,00 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 15/12/2012
Órgãos Participantes: Fundo Municipal de Assistência Social

Timbó, 15/12/2011
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Convocação para Assinatura Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Edital de Pregão Presencial Tipo Maior Preço/Oferta - nº. 141/2011
Objeto: Contratação de instituição financeira para a prestação, com exclusividade, dos serviços e operações bancárias relacionadas ao depósito dos valores da folha de salário/pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, estatutários, celetistas e contratados da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo, tudo em conformidade com os procedimentos operacionais da folha de pagamento.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL

O Município de Timbó CONVOCA o licitante vencedor Banco Bradesco S/A (CNPJ/MF nº. 60.746.948/0001-12), para, no prazo máximo de 3(três) dias úteis contados da publicação deste, comparecer perante o Departamento de Licitações localizado junto a sede da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC, PARA ASSINATURA DO CONTRATO decorrente do referido Edital, além de comprovar, no mesmo ato, o depósito integral dos valores correspondentes a proposta vencedora, sem prejuízo do cumprimento dos demais ditames editalícios.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

JOSÉ STOLF
Presidente da Comissão de Licitações

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1202/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1202/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| LXN4692 | 54767196C | 5185/1 | 08/07/2011 | R\$ 127,69 | 167 |
| MDT5157 | 54766721C | 7048/1 | 06/08/2011 | R\$ 191,53 | 244 * II |
| MGH0519 | 54766494C | 5835/0 | 03/08/2011 | R\$ 127,69 | 195 |
| MGH0519 | 54766495C | 7030/2 | 03/08/2011 | R\$ 191,53 | 244 * I |
| MGH0519 | 54766496C | 7048/1 | 03/08/2011 | R\$ 191,53 | 244 * II |
| MHT0279 | 54766738C | 5835/0 | 12/08/2011 | R\$ 127,69 | 195 |
| MHT0279 | 54766739C | 5215/1 | 12/08/2011 | R\$ 191,53 | 170 |
| MIE5973 | 54766853C | 7030/2 | 13/08/2011 | R\$ 191,53 | 244 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1205/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1205/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| ABE8469 | 54769671C | 6920/0 | 01/06/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| DHY3676 | 54769672C | 6920/0 | 01/06/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| DUV2788 | 54766923C | 5169/1 | 28/08/2011 | R\$ 957,69 | 165 |
| DUV2788 | 54766924C | 6408/0 | 28/08/2011 | R\$ 85,12 | 221 |
| MAG9508 | 54766904C | 5010/0 | 24/07/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| MET7427 | 54769670C | 6920/0 | 01/06/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| MGS9773 | 54765298C | 5169/1 | 23/07/2011 | R\$ 957,69 | 165 |
| MHF5673 | 54769669C | 6920/0 | 01/06/2011 | R\$ 127,69 | 233 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1210/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1210/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| MHJ6659 | 54765808C | 7030/2 | 30/04/2010 | R\$ 191,53 | 244 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756
248/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 248/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| ADP1979 | 8756013785 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| AED3348 | 8756013770 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| AEU8861 | 8756012927 | 7455/0 | 26/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| AHE6631 | 8756014007 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| AHG9857 | 8756013826 | 7455/0 | 13/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| AKZ5616 | 8756014693 | 7455/0 | 18/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| ANM5104 | 8756012830 | 7455/0 | 30/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| ANW4080 | 8756013765 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| ASS2906 | 8756014074 | 5673/2 | 01/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| BCR1749 | 8756013463 | 7455/0 | 29/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CCR5909 | 8756013687 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| CFM7711 | 8756013984 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CHT9845 | 8756013752 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CSD4763 | 8756013003 | 7463/0 | 03/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| CZZ7555 | 8756014019 | 7463/0 | 26/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| DAR6712 | 8756013467 | 7455/0 | 27/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| DGU8488 | 8756013789 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| DXT9945 | 8756014116 | 7455/0 | 28/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| EDP6596 | 8756014021 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| GYZ2394 | 8756013868 | 7455/0 | 11/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| GZW7530 | 8756013634 | 7455/0 | 06/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| IFQ0595 | 8756013887 | 7455/0 | 20/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| IID1703 | 8756014038 | 5673/2 | 01/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| IJR1684 | 8756013707 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LWT7743 | 8756013888 | 7455/0 | 20/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LWW0376 | 8756013408 | 7455/0 | 27/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| LXA8156 | 8756013697 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LXK3606 | 8756013722 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYC2512 | 8756013370 | 7455/0 | 22/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYD0488 | 8756013974 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYH5643 | 8756013733 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYX6726 | 8756013775 | 7471/0 | 12/07/2011 | R\$ 574,61 | 218 * III |
| LYZ6179 | 8756014211 | 7455/0 | 06/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LZO6935 | 8756014144 | 5673/2 | 04/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MAC1436 | 8756013016 | 7455/0 | 31/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MAG0622 | 8756014096 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MAG2396 | 8756014113 | 7455/0 | 30/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MAQ1570 | 8756013533 | 7455/0 | 05/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MBA0519 | 8756014142 | 5673/2 | 04/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MBD5225 | 8756013674 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MBJ7767 | 8756012719 | 7455/0 | 18/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MBO8358 | 8756012958 | 7455/0 | 01/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MBW7539 | 8756014185 | 5673/2 | 02/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MCE5864 | 8756013446 | 7463/0 | 27/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MCF3335 | 8756014015 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MCH7525 | 8756014256 | 7463/0 | 04/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MCS0892 | 8756012993 | 7455/0 | 01/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MCX7648 | 8756013917 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MDI6683 | 8756014604 | 6050/3 | 17/08/2011 | R\$ 191,53 | 208 |
| MDO4558 | 8756014111 | 7455/0 | 27/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MDR4015 | 8756013957 | 7455/0 | 22/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MDT2936 | 8756013758 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MDY6796 | 8756013891 | 7455/0 | 20/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEC2065 | 8756013677 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MEF0714 | 8756013704 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MEG4260 | 8756013825 | 7455/0 | 13/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEH7033 | 8756013737 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEJ4918 | 8756013655 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MES0558 | 8756013919 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEW1211 | 8756013920 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEZ6085 | 8756014025 | 5673/2 | 29/07/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MFI6934 | 8756014198 | 5673/2 | 07/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MFT2660 | 8756014217 | 7455/0 | 07/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| MGB0573 | 8756013754 | 7471/0 | 12/07/2011 | R\$ 574,61 | 218 * III |
| MGB7179 | 8756013875 | 7455/0 | 16/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGJ1230 | 8756013881 | 7455/0 | 20/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGM7810 | 8756014181 | 7463/0 | 07/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MGQ1183 | 8756013120 | 7455/0 | 08/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGR2655 | 8756014055 | 7455/0 | 29/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGX7634 | 8756014161 | 5673/2 | 04/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MHG9330 | 8756013133 | 7455/0 | 11/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MHP4484 | 8756013786 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MHT8587 | 8756014167 | 5673/2 | 07/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MID7695 | 8756013942 | 7455/0 | 21/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MID9245 | 8756013992 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MIF2504 | 8756013980 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MII9517 | 8756013972 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MIT6359 | 8756014259 | 7455/0 | 07/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MJC8180 | 8756014087 | 7455/0 | 28/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MJG0006 | 8756013829 | 7463/0 | 13/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MML7790 | 8756013990 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756
251/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 251/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| AEQ1116 | 8756013104 | 7463/0 | 08/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| AGN6851 | 8756013253 | 7455/0 | 14/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| BMM1551 | 8756013939 | 7455/0 | 18/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| BVY6175 | 8756014226 | 7455/0 | 07/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CPW6982 | 8756012842 | 7455/0 | 30/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| DOD4114 | 8756013248 | 7455/0 | 16/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| DRW8787 | 8756014763 | 7455/0 | 28/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| GUL2726 | 8756012730 | 7463/0 | 18/05/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| LAN6181 | 8756014154 | 6050/3 | 02/08/2011 | R\$ 191,53 | 208 |
| LXJ8000 | 8756014731 | 5673/2 | 25/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| LYC5309 | 8756014141 | 5673/2 | 03/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| LYO6012 | 8756015030 | 7455/0 | 03/09/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYQ3765 | 8756014163 | 5673/2 | 05/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| LYQ6334 | 8756013180 | 7455/0 | 14/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LZP4912 | 8756013366 | 7463/0 | 25/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MAH1932 | LE00000288 | 7455/0 | 21/06/2008 | R\$ 85,13 | 218 * I |
| MAO0947 | 8756013280 | 7455/0 | 20/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MAY4922 | 8756014335 | 6050/3 | 12/08/2011 | R\$ 191,53 | 208 |
| MBR0729 | 8756013146 | 7455/0 | 07/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MCH8771 | 8756014918 | 5673/2 | 03/09/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MDU1143 | 8756012999 | 7463/0 | 02/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MDX4264 | 8756013235 | 7455/0 | 14/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEJ7659 | 8756013966 | 7455/0 | 25/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGB6288 | 8756014208 | 7463/0 | 05/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MGO6417 | 8756013241 | 7455/0 | 13/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MHM6446 | 8756015001 | 7455/0 | 01/09/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| MHP0662 | 8756014014 | 7455/0 | 26/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MJJ3392 | 8756014240 | 7455/0 | 02/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756
253/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 253/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| ADQ2049 | 8756013474 | 7455/0 | 29/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| BOC3932 | 8756014446 | 7455/0 | 08/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CKI2999 | 8756014364 | 7455/0 | 12/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CKI2999 | 8756014396 | 5673/2 | 12/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| CKI2999 | 8756014679 | 7455/0 | 15/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CTC6123 | 8756014531 | 7455/0 | 17/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| CYK7522 | 8756013668 | 7463/0 | 12/07/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| DKX2889 | 8756013779 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| DXU2962 | 8756013846 | 7455/0 | 11/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| IDO5754 | 8756013402 | 7455/0 | 27/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LAO1922 | 8756013831 | 7455/0 | 13/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LRZ1347 | 8756014244 | 7455/0 | 06/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LXD7937 | 8756013471 | 7455/0 | 29/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LXR6579 | 8756013265 | 7455/0 | 13/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LXS1924 | 8756014399 | 5673/2 | 14/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| LXV6113 | 8756013620 | 7455/0 | 05/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYC7421 | 8756013419 | 7455/0 | 28/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LYW7960 | 8756013743 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LZS9906 | 8756013688 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MAD2558 | 8756014407 | 6050/3 | 11/08/2011 | R\$ 191,53 | 208 |
| MAI4408 | 8756014230 | 7463/0 | 07/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MAK0679 | 8756013859 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MBD8570 | 8756014199 | 5673/2 | 02/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MBL9100 | 8756015154 | 7455/0 | 10/09/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MCH4755 | 8756014370 | 7463/0 | 14/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MCO6583 | 8756014505 | 7463/0 | 15/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| MCY5813 | 8756014249 | 7463/0 | 02/08/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MDG1373 | 8756014189 | 5673/2 | 04/08/2011 | R\$ 85,12 | 183 |
| MDP7823 | 8756013290 | 7455/0 | 20/06/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MED1485 | 8756014549 | 7455/0 | 17/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MEL2613 | 8756013519 | 7455/0 | 05/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MFC7474 | 8756012914 | 7455/0 | 28/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MFD1005 | 8756013482 | 7455/0 | 01/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MFT9747 | 8756013669 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MFW9688 | 8756013617 | 7455/0 | 09/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGG2886 | 8756013738 | 7455/0 | 12/07/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MGQ4446 | 8756013462 | 7463/0 | 28/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |
| MGZ0997 | 8756015024 | 7455/0 | 04/09/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MIA2265 | 8756014363 | 7455/0 | 11/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MIR3059 | 8756014277 | 7455/0 | 08/08/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| MMK0190 | 8756012839 | 7455/0 | 30/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1201/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1201/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| AHV6472 | 54764544C | 5010/0 | 07/08/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| AHV6472 | 54764545C | 6599/2 | 07/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| ALJ7336 | 54768458C | 6920/0 | 28/07/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| IGP3093 | 54768453C | 6920/0 | 26/07/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| LNE0226 | 54766482C | 6912/0 | 27/07/2011 | R\$ 53,20 | 232 |
| LWX4764 | 54766483C | 6912/0 | 27/07/2011 | R\$ 53,20 | 232 |
| LWX4764 | 54766485C | 5045/0 | 27/07/2011 | R\$ 191,53 | 162 * V |
| LWX4764 | 54766486C | 6599/2 | 27/07/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| LXG9852 | 54768468C | 6920/0 | 01/08/2011 | R\$ 127,69 | 233 |
| LYA4613 | 54766709C | 6599/2 | 31/07/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| LYA4613 | 54766710C | 5010/0 | 31/07/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| LYH0942 | 54766703C | 6599/2 | 15/07/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| LZC4251 | 54766727C | 6599/2 | 08/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| LZJ6151 | 54764546C | 6599/2 | 07/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| LZJ6151 | 54764547C | 6912/0 | 07/08/2011 | R\$ 53,20 | 232 |
| LZX8091 | 54766713C | 6556/5 | 06/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * I |
| MBU1924 | 54766906C | 6599/2 | 10/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| MBU1924 | 54766907C | 5045/0 | 10/08/2011 | R\$ 191,53 | 162 * V |
| MDJ7549 | 54763794C | 5010/0 | 07/06/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| MDT5157 | 54766720C | 5010/0 | 06/08/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| MEH6927 | 54763779C | 6637/2 | 25/05/2011 | R\$ 127,69 | 230 * IX |
| MHT0279 | 54766737C | 5010/0 | 12/08/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |
| MHT0279 | 54766740C | 6637/2 | 12/08/2011 | R\$ 127,69 | 230 * IX |
| MHY6413 | 54767165C | 6599/2 | 14/06/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| MJP5900 | 54769291C | 6920/0 | 10/06/2009 | R\$ 127,69 | 233 |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1206/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1206/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| MDP7346 | 54767186C | 5541/1 | 30/06/2011 | R\$ 53,20 | 181 * XVII |
| MDQ2451 | 54766246C | 7030/2 | 02/09/2011 | R\$ 191,53 | 244 * I |
| MFJ7648 | 54766881C | 5550/0 | 04/09/2011 | R\$ 85,12 | 181 * XVIII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098
1209/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1209/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| DIT3544 | 54766207C | 6599/2 | 17/08/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| DIT3544 | 54766208C | 6610/2 | 17/08/2011 | R\$ 127,69 | 230 * VII |
| MDK0832 | 54766566C | 6599/2 | 27/07/2011 | R\$ 191,53 | 230 * V |
| MEI6472 | 54768201C | 5010/0 | 06/09/2011 | R\$ 574,61 | 162 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756
249/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 249/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| LBH4019 | 8756012934 | 7455/0 | 28/05/2011 | R\$ 85,12 | 218 * I |
| LBH4019 | 8756013168 | 7463/0 | 11/06/2011 | R\$ 127,69 | 218 * II |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento
de Infração de Trânsito Nº 098 1203/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1203/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|-----------------|
| AID7195 | 54768487C | 6920/0 | 01/09/2011 | 233 |
| GQP4396 | 54764498C | 5010/0 | 23/08/2011 | 162 * I |
| GQP4396 | 54764499C | 5061/0 | 23/08/2011 | 163 c/c 162 * I |
| LWR2240 | 54768377C | 5045/0 | 13/10/2011 | 162 * V |
| LZA4214 | 54764286C | 6637/1 | 17/02/2011 | 230 * IX |
| MBH0485 | 54768489C | 6920/0 | 01/09/2011 | 233 |
| MEJ8379 | 54766762C | 6670/0 | 09/10/2011 | 230 * XIII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1204/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1204/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|-------------------|
| GQP4396 | 54764500C | 5185/1 | 23/08/2011 | 167 |
| MAF8937 | 54766581C | 5185/1 | 29/08/2011 | 167 |
| MEJ8379 | 54766760C | 7056/2 | 09/10/2011 | 244 * III c/c §1º |
| MEJ8379 | 54766761C | 5835/0 | 09/10/2011 | 195 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 250/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 250/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|---------------|
| AEJ7193 | 8756015313 | 7455/0 | 17/09/2011 | 218 * I |
| AFS3713 | 8756015330 | 5673/2 | 20/09/2011 | 183 |
| AHC5455 | 8756015871 | 7455/0 | 12/10/2011 | 218 * I |
| AHC5455 | 8756015924 | 7463/0 | 12/10/2011 | 218 * II |
| AIB0029 | 8756014526 | 7455/0 | 16/08/2011 | 218 * I |
| ASS0116 | 8756014509 | 7455/0 | 15/08/2011 | 218 * I |
| BFD3398 | 8756015628 | 7455/0 | 01/10/2011 | 218 * I |
| BHN6239 | 8756015906 | 7455/0 | 14/10/2011 | 218 * I |
| BPP0721 | 8756015942 | 7455/0 | 10/10/2011 | 218 * I |
| CMM3470 | 8756015302 | 7455/0 | 14/09/2011 | 218 * I |
| CWF9970 | 8756009702 | 7455/0 | 17/01/2011 | 218 * I |
| HCA1305 | 8756015861 | 5673/2 | 14/10/2011 | 183 |
| HSK8799 | 8756015908 | 7455/0 | 16/10/2011 | 218 * I |
| IFV9651 | 8756015222 | 6050/3 | 17/09/2011 | 208 |
| LWU9594 | 8756015888 | 7455/0 | 10/10/2011 | 218 * I |
| LXF5328 | 8756015406 | 6050/3 | 19/09/2011 | 208 |
| LXL8756 | 8756015895 | 7455/0 | 14/10/2011 | 218 * I |
| LXO3650 | 8756015307 | 7455/0 | 15/09/2011 | 218 * I |
| LXU0964 | 8756015847 | 5673/2 | 13/10/2011 | 183 |
| LYQ2908 | 8756015234 | 5673/2 | 15/09/2011 | 183 |
| LYV7404 | 8756015807 | 5673/2 | 12/10/2011 | 183 |
| LZN0241 | 8756015933 | 7455/0 | 14/10/2011 | 218 * I |
| LZO1882 | 8756014644 | 6050/3 | 20/08/2011 | 208 |
| LZS6669 | 8756015867 | 7455/0 | 10/10/2011 | 218 * I |
| LZU5927 | 8756009826 | 5673/2 | 20/01/2011 | 183 |
| LZV2831 | 8756014738 | 6050/3 | 22/08/2011 | 208 |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
| LZY2294 | 8756015417 | 5673/2 | 19/09/2011 | 183 |
| LZZ3612 | 8756015881 | 7455/0 | 14/10/2011 | 218 * I |
| MAI8762 | 8756015287 | 7455/0 | 18/09/2011 | 218 * I |
| MAR5245 | 8756014960 | 5673/2 | 04/09/2011 | 183 |
| MAV0367 | 8756015164 | 5673/2 | 13/09/2011 | 183 |
| MAW8283 | 8756014474 | 7463/0 | 15/08/2011 | 218 * II |
| MAW8283 | 8756015227 | 5673/2 | 13/09/2011 | 183 |
| MAY1885 | 8756015868 | 7455/0 | 11/10/2011 | 218 * I |
| MBE9815 | 8756009819 | 5673/2 | 17/01/2011 | 183 |
| MBR0729 | 8756014661 | 7455/0 | 17/08/2011 | 218 * I |
| MBS1538 | 8756015610 | 7455/0 | 27/09/2011 | 218 * I |
| MBY5121 | 8756014601 | 5673/2 | 15/08/2011 | 183 |
| MCE3730 | 8756014833 | 7463/0 | 28/08/2011 | 218 * II |
| MCW2655 | 8756015182 | 6050/3 | 17/09/2011 | 208 |
| MDM5113 | 8756015293 | 7463/0 | 18/09/2011 | 218 * II |
| MDP1051 | 8756015889 | 7455/0 | 13/10/2011 | 218 * I |
| MDS0539 | 8756015944 | 7455/0 | 10/10/2011 | 218 * I |
| MDT3252 | 8756015841 | 7455/0 | 16/10/2011 | 218 * I |
| MDV6511 | 8756015891 | 7455/0 | 14/10/2011 | 218 * I |
| MDW6011 | 8756015910 | 7455/0 | 11/10/2011 | 218 * I |
| MDZ6827 | 8756009789 | 7455/0 | 22/01/2011 | 218 * I |
| MEH6584 | 8756016087 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| MFW5639 | 8756015859 | 6050/3 | 14/10/2011 | 208 |
| MGA4280 | 8756015016 | 7455/0 | 05/09/2011 | 218 * I |
| MGJ4207 | 8756015101 | 6050/3 | 06/09/2011 | 208 |
| MGM0914 | 8756015522 | 7455/0 | 27/09/2011 | 218 * I |
| MGM0914 | 8756015600 | 7455/0 | 28/09/2011 | 218 * I |
| MGM7810 | 8756015824 | 7455/0 | 12/10/2011 | 218 * I |
| MGY2877 | 8756015921 | 7455/0 | 12/10/2011 | 218 * I |
| MHB6681 | 8756010360 | 7455/0 | 08/02/2011 | 218 * I |
| MHD7059 | 8756014519 | 7463/0 | 15/08/2011 | 218 * II |
| MHT9107 | 8756014533 | 7455/0 | 17/08/2011 | 218 * I |
| MHW3778 | 8756015898 | 7455/0 | 12/10/2011 | 218 * I |
| MHZ0064 | 8756014817 | 7463/0 | 21/08/2011 | 218 * II |
| MHZ0064 | 8756015390 | 7455/0 | 25/09/2011 | 218 * I |
| MHZ0064 | 8756015430 | 7455/0 | 25/09/2011 | 218 * I |
| MIE7761 | 8756015547 | 7455/0 | 02/10/2011 | 218 * I |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
| MII9517 | 8756015918 | 7455/0 | 10/10/2011 | 218 * I |
| MIO4216 | 8756015333 | 5673/2 | 20/09/2011 | 183 |
| MIU3391 | 8756016029 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| MJA4185 | 8756016019 | 7455/0 | 17/10/2011 | 218 * I |
| MJC1434 | 8756015319 | 7455/0 | 12/09/2011 | 218 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1200/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1200/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|---------------|
| MGV5351 | 54768667C | 5835/0 | 19/09/2011 | 195 |
| MJG3489 | 54766866C | 5185/1 | 29/08/2011 | 167 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 6 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação Por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|---------------|
| BWG2825 | 54768239C | 5045/0 | 29/09/2011 | 162 * V |
| BWG2825 | 54768240C | 6912/0 | 29/09/2011 | 232 |
| BZC0375 | 54768364C | 6645/0 | 01/10/2011 | 230 * X |
| BZC0375 | 54768365C | 6653/1 | 01/10/2011 | 230 * XI |
| IBT7281 | 54768629C | 5045/0 | 11/10/2011 | 162 * V |
| IBT7281 | 54768630C | 6599/2 | 11/10/2011 | 230 * V |
| LWX8118 | 54766873C | 6610/2 | 03/09/2011 | 230 * VII |
| LWY9699 | 54766595C | 6556/4 | 10/10/2011 | 230 * I |
| LWY9699 | 54766596C | 5010/0 | 10/10/2011 | 162 * I |
| LWY9699 | 54766597C | 6599/2 | 10/10/2011 | 230 * V |
| LXI4285 | 54768381C | 6912/0 | 20/10/2011 | 232 |
| LYT8037 | 54768637C | 6653/1 | 22/10/2011 | 230 * XI |
| MAZ1450 | 54766420C | 6602/0 | 29/09/2011 | 230 * VI |
| MCL8921 | 54766928C | 6610/2 | 22/10/2011 | 230 * VII |
| MFZ2748 | 54768237C | 6556/1 | 26/09/2011 | 230 * I |
| MGC7448 | 54766416C | 6602/0 | 29/09/2011 | 230 * VI |
| MGC7448 | 54766417C | 6610/2 | 29/09/2011 | 230 * VII |
| MHR7123 | 54768675C | 6912/0 | 30/09/2011 | 232 |
| MHS0328 | 54768623C | 5010/0 | 08/10/2011 | 162 * I |
| MLD1609 | 54768512C | 6599/2 | 23/10/2011 | 230 * V |
| MLD1609 | 54768513C | 5045/0 | 23/10/2011 | 162 * V |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1208/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1208/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|---------------|
| BWG2825 | 54768241C | 5541/1 | 29/09/2011 | 181 * XVII |
| CHQ3306 | 54768368C | 5541/1 | 04/10/2011 | 181 * XVII |
| IGI7496 | 54768384C | 5541/1 | 21/10/2011 | 181 * XVII |
| LWS8390 | 54766589C | 5185/1 | 24/09/2011 | 167 |
| LWX8118 | 54766874C | 6858/0 | 03/09/2011 | 231 * VII |
| LWX8118 | 54766875C | 5835/0 | 03/09/2011 | 195 |
| LWX8118 | 54766876C | 5215/2 | 03/09/2011 | 170 |
| LXI4285 | 54768380C | 5541/1 | 20/10/2011 | 181 * XVII |
| LXY6725 | 54768374C | 5541/1 | 08/10/2011 | 181 * XVII |
| MCG7131 | 54766899C | 5541/1 | 22/09/2011 | 181 * XVII |
| MCL8921 | 54766908C | 7056/1 | 22/10/2011 | 244 * III |
| MEB9842 | 54766677C | 7030/2 | 28/04/2011 | 244 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 252/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 252/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|------------------------------------|------------------|---------------|
| AGZ5555 | 8756015416 | 6050/3 | 24/09/2011 | 208 |
| BCC6606 | 8756014452 | 7455/0 | 15/08/2011 | 218 * I |
| BNV8885 | 8756015526 | 7455/0 | 28/09/2011 | 218 * I |
| BNV8885 | 8756015538 | 7455/0 | 01/10/2011 | 218 * I |
| BYO7556 | 8756016116 | 7463/0 | 17/10/2011 | 218 * II |
| CRD7895 | 8756016010 | 5673/2 | 22/10/2011 | 183 |
| CVL4748 | 8756015661 | 5673/2 | 04/10/2011 | 183 |
| DDS5225 | 8756016362 | 7455/0 | 06/11/2011 | 218 * I |
| DEJ5533 | 8756015958 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| DKV5252 | 8756015397 | 5673/2 | 19/09/2011 | 183 |
| GZS5310 | 8756015474 | 7455/0 | 23/09/2011 | 218 * I |
| HMP7830 | 8756016237 | 7463/0 | 29/10/2011 | 218 * II |
| IKL7284 | 8756015432 | 5673/2 | 25/09/2011 | 183 |
| JPP3657 | 8756015742 | 7463/0 | 08/10/2011 | 218 * II |
| KCA1529 | 8756016195 | 6050/3 | 26/10/2011 | 208 |
| KMB3880 | 8756016319 | 7455/0 | 01/11/2011 | 218 * I |
| LBS6646 | 8756015960 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| LWR7094 | 8756016165 | 6050/3 | 30/10/2011 | 208 |
| LWS4542 | 8756016273 | 5673/2 | 02/11/2011 | 183 |
| LXO6923 | 8756016025 | 7463/0 | 19/10/2011 | 218 * II |
| LXP3782 | 8756015712 | 6050/3 | 08/10/2011 | 208 |
| LXW2293 | 8756016129 | 7463/0 | 23/10/2011 | 218 * II |
| LXW2293 | 8756016130 | 7463/0 | 23/10/2011 | 218 * II |
| LXW2293 | 8756016135 | 7455/0 | 23/10/2011 | 218 * I |
| LYG1510 | 8756015441 | 7455/0 | 23/09/2011 | 218 * I |
| LYM1180 | 8756015786 | 7455/0 | 04/10/2011 | 218 * I |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
| LYQ5027 | 8756015745 | 7455/0 | 08/10/2011 | 218 * I |
| LYZ2315 | 8756015462 | 7455/0 | 21/09/2011 | 218 * I |
| LZB9438 | 8756015994 | 5673/2 | 18/10/2011 | 183 |
| LZK2506 | 8756015659 | 5673/2 | 03/10/2011 | 183 |
| LZW0839 | 8756015578 | 7455/0 | 30/09/2011 | 218 * I |
| MAA7800 | 8756015495 | 5673/2 | 29/09/2011 | 183 |
| MAD4881 | 8756015623 | 7455/0 | 29/09/2011 | 218 * I |
| MAQ5812 | 8756016045 | 5673/2 | 23/10/2011 | 183 |
| MAQ5812 | 8756016070 | 5673/2 | 22/10/2011 | 183 |
| MAW9584 | 8756016160 | 7455/0 | 28/10/2011 | 218 * I |
| MBF2555 | 8756016098 | 7455/0 | 23/10/2011 | 218 * I |
| MBK3589 | 8756016176 | 5673/2 | 24/10/2011 | 183 |
| MBM5112 | 8756016027 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| MBW1365 | 8756016207 | 7455/0 | 24/10/2011 | 218 * I |
| MBY9422 | 8756016006 | 5673/2 | 22/10/2011 | 183 |
| MCA4371 | 8756014768 | 7455/0 | 30/08/2011 | 218 * I |
| MCE3730 | 8756015665 | 5673/2 | 08/10/2011 | 183 |
| MCG8503 | 8756015948 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| MCH4755 | 8756015543 | 7455/0 | 01/10/2011 | 218 * I |
| MCH4755 | 8756015572 | 7463/0 | 28/09/2011 | 218 * II |
| MCI4033 | 8756016352 | 7455/0 | 04/11/2011 | 218 * I |
| MCL7866 | 8756016125 | 7455/0 | 21/10/2011 | 218 * I |
| MCO1443 | 8756016305 | 7455/0 | 01/11/2011 | 218 * I |
| MCT4685 | 8756015560 | 5673/2 | 28/09/2011 | 183 |
| MCY5435 | 8756014796 | 5673/2 | 21/08/2011 | 183 |
| MDA5466 | 8756015778 | 7455/0 | 06/10/2011 | 218 * I |
| MDC5129 | 8756015728 | 7455/0 | 03/10/2011 | 218 * I |
| MDD8404 | 8756015423 | 6050/3 | 21/09/2011 | 208 |
| MDR7727 | 8756016224 | 7455/0 | 25/10/2011 | 218 * I |
| MDR7727 | 8756016229 | 7455/0 | 29/10/2011 | 218 * I |
| MDY6901 | 8756016283 | 7455/0 | 06/11/2011 | 218 * I |
| MEA2073 | 8756015691 | 7455/0 | 07/10/2011 | 218 * I |
| MEA2073 | 8756015741 | 7455/0 | 07/10/2011 | 218 * I |
| MEF0714 | 8756015989 | 7455/0 | 20/10/2011 | 218 * I |
| MEH9405 | 8756015568 | 7455/0 | 27/09/2011 | 218 * I |
| MEH9405 | 8756015571 | 7463/0 | 28/09/2011 | 218 * II |
| MEH9405 | 8756015729 | 7463/0 | 04/10/2011 | 218 * II |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
| MEH9405 | 8756015743 | 7463/0 | 08/10/2011 | 218 * II |
| MEU7417 | 8756016242 | 5673/2 | 31/10/2011 | 183 |
| MEZ1476 | 8756015411 | 5673/2 | 21/09/2011 | 183 |
| MFC4400 | 8756015670 | 7455/0 | 04/10/2011 | 218 * I |
| MFL0456 | 8756016111 | 7455/0 | 21/10/2011 | 218 * I |
| MFS6969 | 8756015595 | 7455/0 | 26/09/2011 | 218 * I |
| MFV4275 | 8756016119 | 7463/0 | 18/10/2011 | 218 * II |
| MFY2372 | 8756015671 | 7455/0 | 04/10/2011 | 218 * I |
| MGB0376 | 8756015534 | 7455/0 | 30/09/2011 | 218 * I |
| MGB0376 | 8756015669 | 7455/0 | 04/10/2011 | 218 * I |
| MGB0376 | 8756015674 | 7455/0 | 05/10/2011 | 218 * I |
| MGB0376 | 8756015685 | 7455/0 | 07/10/2011 | 218 * I |
| MGB3170 | 8756016013 | 5673/2 | 19/10/2011 | 183 |
| MGM7810 | 8756016270 | 7455/0 | 31/10/2011 | 218 * I |
| MGR7616 | 8756015796 | 7455/0 | 08/10/2011 | 218 * I |
| MGT8989 | 8756015419 | 5673/2 | 19/09/2011 | 183 |
| MGY2743 | 8756016052 | 5673/2 | 19/10/2011 | 183 |
| MHC0757 | 8756016150 | 7455/0 | 25/10/2011 | 218 * I |
| MHM2144 | 8756016069 | 5673/2 | 22/10/2011 | 183 |
| MHN8077 | 8756015509 | 6050/3 | 28/09/2011 | 208 |
| MHS3151 | 8756016067 | 6050/3 | 21/10/2011 | 208 |
| MHT4933 | 8756015763 | 7455/0 | 06/10/2011 | 218 * I |
| MIE2695 | 8756015471 | 7455/0 | 22/09/2011 | 218 * I |
| MII7492 | 8756015668 | 7455/0 | 03/10/2011 | 218 * I |
| MII8324 | 8756016005 | 5673/2 | 21/10/2011 | 183 |
| MIU3391 | 8756015573 | 7455/0 | 28/09/2011 | 218 * I |
| MIY8579 | 8756016064 | 5673/2 | 18/10/2011 | 183 |
| MJH3512 | 8756016192 | 6050/3 | 26/10/2011 | 208 |
| MJP5769 | 8756015331 | 5673/2 | 20/09/2011 | 183 |
| MJR0140 | 8756015170 | 5673/2 | 14/09/2011 | 183 |
| MJR0140 | 8756015770 | 7455/0 | 08/10/2011 | 218 * I |
| MJT5400 | 8756015664 | 6050/3 | 08/10/2011 | 208 |

| Placa | Auto de Infração | Código da Infração / Desdobramento | Data da Infração | Enquadramento |
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|
|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------|

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução MD Nº 11/2011**

Antecipa o pagamento dos subsídios aos vereadores e da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que o dia previsto para pagamento dos subsídios aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal - 25 de Dezembro de 2011 - Natal recairá no domingo, RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o pagamento do subsídio aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, referente ao mês de Dezembro de 2011, realize-se no dia 21 de Dezembro de 2011, quarta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 13 de Dezembro de 2011.

ISMAEL MAAS

Presidente

WIEGOLD STARKE

Vice-Presidente

RUBENS BORCHARDT

Secretário

SAMAE**Extrato de Contrato 2011/209**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/209

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: COOPERFIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS COM QUALIDADE E ELABORAÇÃO DE PLANO DE METAS PARA MELHORAR OS ÍNDICES DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SAMAE.

PRAZO: 04 (QUATRO) MESES

VALOR TOTAL: DE R\$ 46.500,00 (QUARENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS))

TIMBÓ, 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

WALDIR GIRARDI

DIRETOR PRESIDENTE

Extrato de Contrato 2011/212

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/212

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: HABITARK ENGENHARIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ JUNTO À FUNASA-PAC2, BEM COMO ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E EMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA A OBTENÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS, ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DA ETE E APRESENTAÇÃO DO PROJETO EM 3D.

PRAZO: 75 (SETENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS

VALOR TOTAL: R\$ 97.950,00 (NOVENTA E SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

TIMBÓ, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Ata de Registro de Preço 60/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011

Órgão Gestor: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Objeto: Registro de preço para aquisição de tubos e conexões destinados a manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água.

Empresas fornecedoras: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda; Saint-Gobain Canalização AS; Asperbras Bahia Ltda; C.E. Macedo e Cia Ltda; Good Steel Comercio Internacional Ltda; Multilit Industria e Comercio Ltda; Mitafer Industria e Comercio de Tubos e Conexões Ltda EPP.

Valor Total Estimado: 661.341,60 (seiscentos e sessenta e um mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: 13/12/2012

Timbó, 14 de Dezembro de 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 131/2011 Assessoria Jurídica 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2011

Convite para Compras e Serviços nº 11/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para Compras e Serviços que tem por objeto a Contratação de serviços de Assessoria Jurídica para o exercício financeiro de 2012, conforme Termo de referência, item, e quantitativos constantes em seus anexos.

Entrega das propostas até às 14h00min dia 27 de Dezembro de 2011.

Informações, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 16 de Dezembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA

Lei 2108/2011

LEI Nº 2.108/11, de 13 de dezembro de 2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TURVO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Turvo para o exercício financeiro de 2012, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais).

Art. 2º. As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

| | |
|------------------------------|-------------------|
| 1 – CORRENTES | R\$ 25.381.394,02 |
| Receita tributária | R\$ 2.644.374,47 |
| Receitas de Contribuições | R\$ 292.136,00 |
| Receita Patrimonial | R\$ 73.794,52 |
| Receita Industrial | R\$ 44.944,00 |
| Receita de Serviços | R\$ 29.775,89 |
| Transferências Correntes | R\$ 25.640.440,47 |
| Outras Receitas Correntes | R\$ 716.133,07 |
| Deduções da Receita (Fundeb) | R\$ -4.060.204,40 |
| 2 – RECEITAS DE CAPITAL | R\$ 3.618.605,98 |
| Alienação de Bens | R\$ 197.247,98 |
| Transferências de Capital | R\$ 3.421.358,00 |
| TOTAL | R\$ 29.000.000,00 |

Art. 3º. A despesa fixada, detalhada em anexos a esta Lei conforme determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos, Funções e Grupo de Natureza da Despesa:

Art. 4º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 6º. Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As alterações ocorridas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2012, com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2010 a 2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro.

Turvo(SC), 13 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MUSIC DANCING SONORIZAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Show de Apresentação Artística no dia 23 de dezembro de 2011, para festividades do sorteio de duas casas do Projeto "O Natal da Gente", no Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 158/2011.

Vargeão, SC, 15 de dezembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Anexo I - Lei Complementar Nº 116/11

ANEXO I - TERMO DE CAUCIONAMENTO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 65, IX, "e" DA LEI COMPLEMENTAR TERMO DE CAUCIONAMENTO, GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA E CONSTRUTORA FORLIN VI, CONSTANTE DO PROCESSO Nº / , APROVADO SOB DECRETO Nº / EM DE DE

A partir do dia de de , (data de inscrição do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis), passarão ao domínio da Prefeitura Municipal de Videira, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do Alvará de Construção para qualquer construção nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de

loteamento conforme processo /
Como garantia para a execução dos serviços de infra-estrutura
ficarão caucionados lotes, sendo estes os lotes nº ,
, e da quadra "...".

Averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderá em hipótese alguma ser vendido ante da aceitação, por escrito, pela Prefeitura Municipal.

Videira SC, de de

Prefeito Municipal

LOTEADOR

Anexo II - Lei Complementar Nº 116/11

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA SE OBRIGA (o loteador)

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data.

01. Partes: De um lado, a Prefeitura Municipal de Videira, SC, neste termo simplesmente nomeada Prefeitura, representada por seu Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Planejamento, e por outro lado, (o loteador), doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento (nome do loteamento), constante do processo administrativo nº

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 74 da Lei Municipal nº 62 de 09 de abril de 2008, de Parcelamento do Solo.

03. Local e Data: Lavrado e assinado aos dias do mês de do ano de , no Paço Municipal à Rua Manoel Roque, nº 188, bairro Alvorada, nesta cidade de Videira, Santa Catarina.

II - Finalidade e Objeto.

04.Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para a Prefeitura, das obras de infra-estrutura em Loteamento por ela aprovado.

05.Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das obras de infra-estrutura do Loteamento (nome do loteamento), requerido pelo Processo Administrativo nº /

III - Obrigações e Prazos.

6.Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

- abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- Rede de abastecimento de água potável;
- Rede de abastecimento e distribuição de energia elétrica;
- sistema de drenagem pluvial;
- pavimentação no mínimo com pedras irregulares.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infra-estrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive

as responsabilidades solidárias dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes.

d) Requerer, contando da data do Decreto de aprovação para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias.

e) Solicitar, casos não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeita-lo-á a multa no valor de 200 UFM, por dia útil de atraso seguinte.

f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para a Prefeitura, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

IV - Eficácia, Validade e Revogação.

07. Eficácia e validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente da Prefeitura e terá seu encerramento depois de verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Decreto de Licença para a execução das obras constantes do seu projeto.

V - Foro e Encerramento.

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Videira, Santa Catarina.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

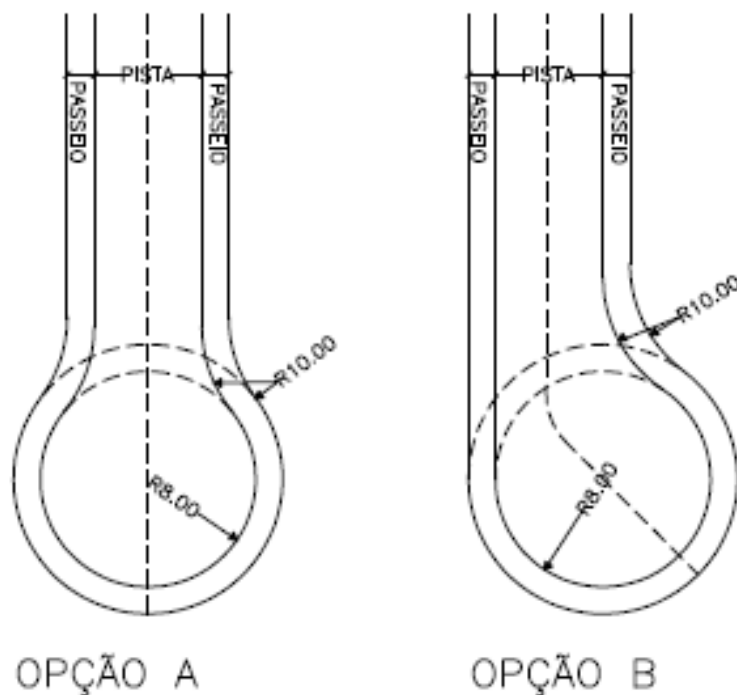
Videira SC, de de

Prefeito Municipal

LOTEADOR

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

Anexo Nº III - Lei Complementar Nº 113/11

ANEXO III – DOS BALÕES DE RETORNO

Praças de retorno com geometria variada, mas permitindo inscrição de um círculo, conforme diretrizes das opções A e B.

Lei Complementar Nº 113/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 113/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
Altera disposições na Lei Complementar nº 54/07, que Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar nº 054/07, de 30 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 As dimensões das vias ficam definidas de acordo com a tabela abaixo:

| Classificação | Dimensão total da faixa de domínio (m) | Largura mínima do passeio (m) | Largura da pista de rolamento (m) | Largura do canteiro central (m) |
|------------------------------------|---|--|--|--|
| Rodovias Estaduais | Parâmetro estabelecido pelo DEINFRA | Parâmetro estabelecido pelo DEINFRA | Parâmetro estabelecido pelo DEINFRA | Parâmetro estabelecido pelo DEINFRA |
| Vias Marginais | 18m | - | - | - |
| Vias de Contorno | Parâmetro a ser definido em projeto específico - obedecendo o mínimo de 30m | Parâmetro a ser definido em projeto específico | Parâmetro a ser definido em projeto específico | Parâmetro a ser definido em projeto específico |
| Vias Arteriais Municipais | 25m | - | - | - |
| Vias Coletoras Municipais | 20m | - | - | - |
| Vias Locais Municipais | 12m | - | - | - |
| Vias Arteriais Principais Urbanas | 20m | 2m de cada lado | 2 pistas de 7m | 2,0m |
| Vias Arteriais Secundárias Urbanas | 18m | 2m de cada lado | 14m | - |
| Vias Coletoras Urbanas | 16m | 2m de cada lado | 12m | - |
| Vias Locais Urbanas | 12m | 2m de cada lado | 8m | - |
| Travessas (NR) | 10m | 1,5m de cada lado | com extensão máxima de 136m | - |

Parágrafo Único - Nos loteamentos a serem executados em área de expansão urbana, as Vias Locais Urbanas devem ser executadas com 14m. (2m de passeio e 10m de pista).

Art. 2º O artigo 23 da Lei Complementar nº 054/07, de 30 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 As vias locais que forem interrompidas deverão possuir balão de retorno com raio mínimo de 8m (oito metros) de faixa de domínio, além do que apresentarão uma extensão máxima de 250m (duzentos e cinquenta metros). (NR)

Parágrafo Único - Para ruas com pista de rolamento superior a 8m (oito metros), o raio será adotado na largura da pista.”

Art. 3º Fica acrescido o inciso III ao artigo 31, da mesma Lei, e o Anexo III a Lei Complementar nº 054/07, de 30 de novembro de

2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31 São partes integrantes da presente Lei os seguintes anexos:

()

III - Anexo III - Dos Balões de Retorno.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 114/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 114/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011
Altera disposições da Lei Complementar nº 056/07, que Dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede do Município de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 7º da Lei Complementar nº 056/07, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 7º A área do perímetro urbano da sede do Município, conforme mapa de zoneamento anexo à presente lei, fica subdividida nas seguintes zonas:

(...)

X – Zona Cultural.” (NR)

Art. 2º Fica acrescido o artigo 17-A, na Lei Complementar nº 056/07, de 14 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 17-A A Zona Cultural compreende as áreas em torno da Igreja Matriz, áreas sobrepostas as Zonas ZR1 e ZR2, reservadas a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Parágrafo único – Na área cultural, que compreende entorno da Igreja Matriz em um raio de 150m, será utilizada as mesmas normas das Zonas ZR1 e ZR2, entretanto deverá ser adotada uma cota de nível de 4,00m (quatro metros) acima do passeio da frente da Igreja para limitar a altura das edificações.

Art. 3º Os anexos IV e VII da Lei Complementar nº 056/07, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

| ZONA | LOTE MÍNIMO(m²) | TESTADA MÍNIMA (m) | PROFUNDIDADE MÍNIMA (m) | COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO | TAXA OCUP. MÁX. (%) | ALTURA MÁXIMA (PAV.) | RECUO MÍN. ALIN. PREDIAL FRONTAL (m) | AFAST. DAS DIVISAS (m) COM ABERTURA | TAXA DE PERMEAB. MÍN. (%) |
|--|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------------------------|---|---------------------------|
| Zona Central (ZC) | 300,00 | 12,00 e 15,00 para lotes de esquina | 20,00 | 9 | 75 90-térreo comercial e 1º pavto. | 10 (4) | 2,00 (3)(8) | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura e demais pavimentos (1) | 10 |
| Zona Residencial 1 (ZR1)) (5)(6)(7) | 300,00 | 12,00 e 15,00 para lotes de esquina | 20,00 | 4 | 60 75-térreo comercial e 1º pavto | 4 | 4,00 (8) | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura e demais pavimentos (1) | 25 |
| Zona Residencial 2 (ZR2) (5)(6)(7) | 300,00 | 12,00 e 15,00 para lotes de esquina | 20,00 | 5 | 60 75-térreo comercial e 1º pavto | 6 (4) | 4,00 (3)(8) | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura =1,50m Demais pavtos (1) | 25 |
| Zona Residencial 3 (ZR3) (6)(7) | 360,00 | 15,00 | 20,00 | 7 | 60 75-térreo comercial e 1º pavto | 8 (4) | 4,00 (3)(8) | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura =1,50m Demais pavtos. (1) | 25 |
| Zona de Serviços (ZS) (2) | 600,00 (2) | 15,00 | 40,00 | 2 | 75 | 4 | Atender NORMAS DO DEINFRA | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura e demais pavimentos (1) | 25 |
| Zona Industrial (ZI) (2) | 1.000,00 (2) | 20,00 | 40,00 | 2 | 75 | 4 | 6,00 (1) | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura e demais pavimentos = 1,50m | 25 |
| Zona de Serviços e Indústria (ZSI) (2) | 2.500,00 (2) | 50,00 | 40,00 | 2 | 75 | 4 | Atender NORMAS DO DEINFRA | Sem abertura – térreo e 1º pavtos.=0 Com abertura e demais pavimentos (1) | 25 |
| Zona de Proteção Ambiental (ZPA) | Não edificável | | | | | | | | |
| Zona de Expansão (ZE) | Utilizar os parâmetros da ZR1 | | | | | | | | |
| Zona de Interesse Social(ZEIS) (7) | 150,00 | 6,00 | 15,00 | | | | | | |

Recuo mínimo de alinhamento predial:

| PAVIMENTOS | AFASTAMENTO LATERAL(m) | ALTURA MÁXIMA (m) |
|-----------------|------------------------|-------------------|
| Até 04 (quatro) | 1,50 | 17,00 |
| Até 05 (cinco) | 2,00 | 20,50 |
| Até 06 (seis) | 2,25 | 24,00 |
| Até 07 (sete) | 2,50 | 27,50 |

| | | |
|---------------|------|-------|
| Até 08 (oito) | 3,00 | 31,00 |
| Até 09 (nove) | 3,50 | 34,50 |
| Até 10 (dez) | 4,00 | 38,00 |

Nas Zonas de Serviço, Zona Industrial e Zona de Serviço e Indústria, onde os lotes não fizerem frente para as Rodovias, serão



utilizados os parcelamentos do solo os requisitos exigidos à Zona Residencial 1.

Recuo frontal a partir do 4º pavimento, onde o recuo estabelecido 0,00, o recuo será obrigatório também no recuo frontal.

Só é permitida a construção de mais de 4 pavimentos nos lotes que viabilizarem recuo de 4,00 m.

Para obtenção de alvará de construção na área de abrangência da Zona de Proteção do Aeroporto, as edificações com altura superior a 8,00 m deverão ter anuência do Comando Aéreo Regional COMAR.

Somente serão permitidos habitações em condomínios horizontais e loteamentos fechados em glebas de no máximo 48.000,00 m², sendo que cada unidade deverá ter uma fração privativa, descontadas as áreas comuns, equivalentes ao lote mínimo da Zona. Para glebas superiores a 48.000,00 m² a aprovação será condicionada a anuência do Conselho Externo de Monitoramento do Plano Diretor e ao Estudo de Impacto de Vizinhança.

Para loteamentos populares em operações urbanas consorciadas, consórcio imobiliário ou parceria privada, mediante doação de 10% de lotes de atendimento à fila da Secretaria de Ação Social, o lote mínimo de 240,00 m², testada mínima de 10,00 m recuo frontal de 2,00 m e afastamento laterais de 1,50 m.

O recuo mínimo do alinhamento predial no final da Rua Saul Brandalise que vai da Rua Fraiburgo até o trevo da Rod. Sc 303 é de 6,00 m.

Atender ao Código de Edificações que define que o limite máximo para uma construção nas divisas laterais é de 75% do comprimento do muro de divisa.

O recuo mínimo do alinhamento predial poderá ser flexibilizado nas Ruas indicadas no Anexo VII.

ANEXO VII – VIAS COM RECUOS ESPECIAIS

RECUO ESPECIAL DE 3,00 m PARA OS SEGUINTE LOCAIS:

- Loteamento Agrícola;
- Loteamento Cidade Alta;
- Rua Arthur Formighieri

RECUO ESPECIAL DE 2,00 m PARA OS SEGUINTE LOCAIS:

- Rua Caçador;
- Rua Padre Anchieta;
- Rua Pedro Andreazza;
- Rua Pedro Gaio;
- Rua Pinheiros;
- Rua Saul Brandalise
- Rua Victor Meirelles (entre a Rua Padre Anchieta e Rua Arthur Formighieri)
- Avenida Ambrósio Fiorese (entre as Ruas Francisca R. Chaves e Arlindo Longo);
- Rua Afonso Berwanger;
- Rua Alberto Zoller;
- Rua Antonio Dal Pizzol;
- Rua Antonio de Carli;
- Rua Antonio Ferlin;
- Rua Antonio Marafon (entre a Rua Brasil e a Rua José Boiteux);
- Rua Aparecida (entre a Rua São José e José Rua Alberto Grando);
- Rua Augusto Benetti;
- Rua Avelino de Carli;
- Rua Benjamin Boss;
- Rua Benjamin Grazziotin;
- Rua Bogoni;
- Rua Clério N. Basso;
- Rua Ernesto Fantin (entre a Rua Ricardo Brandalise e a Rua Ernesto Posntin);
- Rua Ernesto Grando;
- Rua Fernando Machado;
- Rua Frederico Bortolaz (entre a Rua 19 de setembro e a Rua Joaçaba);
- Rua Governador Lacerda (entre a Rua Adolfo Konder e Rua Vigário Lourenço);
- Rua Iomerê (somente do lado direito);
- Rua Irmã Concília
- Rua José Formighieri;
- Rua José Olivotto;
- Rua Júlio Dal Pizzol;
- Rua Juvelino Pires Curuca;
- Rua Lauro Muller;
- Rua Manoel Roque;
- Rua Oswaldo Cruz (entre a Rua Fernando Machado e a Rua Antonio Dal Pizzol);
- Rua Pedro Maurina;
- Rua Rosário Bogoni;
- Rua Santa Maria;
- Rua Sônia Kroeff Antunes/ Rua Mario Porto Lopes – da Rua 5 de Dezembro até o seu final.
- Rua Tangará;
- Rua Tiradentes;
- Rua Urussanga;
- Ruas do Loteamento Campo Experimental;
- Ruas do Loteamento Joaquim Amarante;
- Ruas do Loteamento Oficina;
- Ruas do Loteamento Santos Dumont;
- Ruas do Loteamento Vila Perdigão;
- Ruas do Loteamento Vila Prolar;
- Ruas do Loteamento Vila Verde;

c) RECUO ESPECIAL DE 0,00 m PARA OS SEGUINTE LOCAIS:

- Rua Osvaldo Cruz (entre a Rua Brasil e a Rua Fernando Machado);
 - Rua Antonio Fávero (da Praça Nereu Ramos até a Rua Nestor Fernandes);
 - Rua Bom Sucesso;
 - Rua Brasil (entre Av. Dom Pedro II e a Rua Cel. Fagundes);
 - Rua Brasil Correa (entre Rua Nicolau Cavon e Rua Ernesto Grando);
 - Rua Cel. Alberto Schmidt;
 - Rua Cel. Fagundes (entre a Rua Brasil e Rua Arlindo de Mattos);
 - Rua Duque de Caxias;
 - Rua Ernesto Pontin (somente lado esquerdo);
 - Rua Florianópolis;
 - Rua João Batista Gaio;
 - Rua João Contini;
 - Rua Joaquim Moreira dos Santos (entre a Rua Iomerê e Servidão);
 - Rua Marechal Floriano Peixoto (entre a Rua Florianópolis e Rua João Batista Gaio);
 - Rua Marechal Floriano Peixoto (entre a Rua Bulcão Viana e Rua Santa Catarina);
 - Rua Nestor Fernandes;
 - Rua Padre Anchieta (entre Rua Saul Brandalise e Rua Victor Meirelles);
 - Rua Padre Fidélis;
 - Rua Pedro Andreazza;
 - Rua XV de Novembro;
 - Rua Santa Catarina;
 - Rua Saul Brandalise (entre a Av. Dom Pedro II e a Rua Veneriano dos Passos);
 - Rua 7 setembro;
 - Servidão (todas as vias classificadas como Servidão) (NR)
 - Rua Ilze Ragadalli.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 115/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Altera disposições na Lei Complementar nº 059/08, que Dispõe sobre normas de polícia administrativa relativas às edificações no Município de Videira, Estado de Santa Catarina - Código de Edificações - e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso LXXXVII, do artigo 4º da Lei Complementar nº 059/08, de 4 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

(...)

"LXXXVII - Pavimento térreo - piso até o nível máximo de 1,40 m acima da cota 0,00 m do passeio;" (NR)

Art. 2º Fica acrescido, no artigo 31 da mesma Lei, o §5º com a seguinte redação:

Art. 31 Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo "Habite-se".

(...)

§5º - Nas ruas pavimentadas, só poderá ser emitido o Alvará de Habite-se, quando a edificação tiver o passeio executado dentro das normas de acessibilidade e os portões de abrir e basculantes não podem ocupar o espaço do passeio, tanto térreo como aéreo. (NR)

Art. 3º Fica acrescido, no artigo 218 da mesma Lei, os incisos VI e VII com a seguinte redação:

"Art. 218 A construção de mezaninos ou jiraus só será permitida quando satisfizer as seguintes condições:

(...)

VI – Os mezaninos não serão computados como pavimento quando estiver no pavimento térreo e não exceder a altura de 6,00m (seis metros), térreo mais o mezanino, e ocupar área máxima de 50% (cinquenta por cento) do compartimento a que serve;

VII – Caso a edificação não apresentar mezanino no pavimento térreo, esta poderá ter 30% (trinta por cento) de área coberta e 20% (vinte por cento) de área descoberta no pavimento de cobertura, não sendo este computado como pavimento, e não será computado para colocação de elevador." (NR)

Art. 4º O artigo 274 da mesma Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 274 Para o atendimento do número mínimo de vagas de garagem ou estacionamento, de acordo com os tipos de edificações, será observado o quadro a seguir:

| USO RESIDENCIAIS | NÚMERO DE VAGAS |
|--------------------------------------|--|
| Residencial Unifamiliar | 1 (uma) vaga de estacionamento por unidade residencial, quando se tratar de edificação com área igual ou acima de 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída |
| Residencial Multifamiliar Permanente | 1 (uma) vaga de estacionamento para cada unidade residencial até 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), e a partir de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) de área útil deverão ter acréscimo de mais uma vaga de garagem, com as seguintes observações: a) vagas grandes: 2,50m X 5,00m (no mínimo 5%); b) vagas médias: 2,30m X 4,50m (no mínimo 45%); c) vagas pequenas: 2,10m X 4,20m (no máximo 50%). (NR) |

| | |
|---|--|
| | 1 (uma) vaga para embarque e desembarque 1 (uma) vaga para carga e descarga. 1 (uma) vaga para cada 3 unidades (dormitórios ou apartamentos). Neste caso, as garagens poderão ser do tipo bloqueada, desde que com manobrista (hotel e apart hotel). 1 (uma) vaga por apartamento (motel). |
| Residencial Multifamiliar Transitória | |
| Residencial Multifamiliar Coletiva | 1 (uma) vaga para cada 3 (três) unidades |
| OUTROS USOS | NÚMERO DE VAGAS |
| Prestação de Serviços, consultórios, bancos e escritórios em geral | 1 vaga para cada 50 m ² de área construída, com no mínimo de 2 vagas |
| Serviços de Alimentação | 1 vaga para cada 10 m ² de salão de refeições ou similar |
| Serviços de Manutenção Pesada, Oficinas Mecânicas e Postos de Abastecimento | 5 vagas para terrenos até 500 m ² uma vaga para cada 100 m ² de terreno, quando este tiver área superior a 500 m ² |
| Comércio e serviço vicinal e de bairro em geral | Facultado até 60m ² de área construída 1 vaga para cada 40 m ² de área construída adicional, com o mínimo de 2 (duas) vagas |
| Comércio Atacadista até 400m ² | 1 vaga para cada 60 m ² de área útil 1 vaga para carga e descarga |
| Comércio Atacadista acima de 400m ² | 1 vaga para cada 100 m ² de área útil 1 vaga para carga e descarga |
| Lojas de Departamentos | 1 vaga para cada 40 m ² de área construída 1 vaga para carga e descarga |
| Mercados e Supermercados | 1 vaga para cada 30 m ² de área construída 1 vaga para carga e descarga. |
| Shopping Centers, Galerias e Centros Comerciais | 1 vaga para cada 30 m ² de área construída 1 vaga para carga e descarga |
| Indústrias | 10 % da área do terreno, mínimo de 80 m ² |
| Ambulatórios, Postos de Saúde, Prontos-socorros, Laboratórios e Clínicas | 1 vaga para cada 50 m ² de área construída, com o mínimo de 03 (três) vagas |
| Hospitais, Maternidades | 1 vaga por leito, até 50 leitos 1 vaga por 1,5 leito, entre 50 e 200 (duzentos) leitos 2 vagas para ambulância 1 vaga para táxi; 2 vagas para embarque e desembarque 1 vaga para carga e descarga. |
| Estabelecimentos de educação infantil, ensino fundamental e ensino especial | 1 vaga para cada 50 m ² de área construída; 3 vagas para embarque e desembarque. |
| Escolas de ensino médio e Profissionalizantes | 1 vaga para cada 50 m ² de área construída, com o mínimo de 8 vagas. |
| Cursos Superiores, Supletivos e Cursinhos | 1 vaga para cada 20 m ² de área construída; 1 vaga de ônibus para embarque e desembarque |

| | |
|---|--|
| Salas Públicas e Bibliotecas | 1 vaga para cada 50 m ² de área construída |
| Centro de Convenções, Auditórios, Cinemas e Teatros | 1 vaga para cada 10 m ² de auditório. |
| Igrejas, Templos e Locais de Culto | 1 vaga para cada 30 m ² de área útil dos locais destinados aos fiéis. 1 vaga para embarque e desembarque |
| Cemitérios | 1 vaga para cada 500 m ² de terreno, com mínimo de 20 vagas. |
| Campings | 1 vaga por barraca ou trailler |
| Parque de Exposições | 1 vaga para cada 50 m ² de área edificada, com o mínimo de 30 vagas; 2 vagas para táxi; 2 vagas para carga e descarga; 2 vagas para embarque e desembarque |
| Uso Recreacional | 1 vaga para cada 30 m ² de área útil dos locais destinados ao público |
| Estádios, Ginásios Cobertos e Similares | 1 vaga para cada 40 m ² de área construída ou utilizada, com o mínimo de 3 vagas. |
| Academias de Ginástica/Espportes, Piscinas e Salas de Jogos em Geral | 1 vaga para cada 40 m ² de área construída ou utilizada, com o mínimo de 3 vagas. |
| Locais para Lazer Noturno, Salões de Baile, Boates e Casas de Espetáculo, Cinemas e Teatros | 1 vaga para cada 25 m ² de área construída, com o mínimo de 3 vagas. |
| Clubes e Associações | 1 vaga para cada 500 m ² de terreno; 1 vaga para cada 25 m ² de área construída para salão de baile ou similar |

Parágrafo único - Deverá ser prevista área que permita a circulação, o carregamento e a descarga de caminhões dentro do próprio terreno, sem que gere transtornos ao tráfego de veículos local. Para as construções existentes e em desacordo com as normas deste Código, a municipalidade definirá locais e horários adequados."

Art. 5º O artigo 276 da Lei Complementar nº 059/08, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 276 Nos usos e atividades que necessitem estacionamento frontal dentro do imóvel, este deverá ter uma profundidade mínima de 6,00m (seis metros), não computados os passeios.

Parágrafo único – As edificações com estacionamento frontal não poderão ser privativos, devendo estes ficar a disposição do público".(NR)

Art. 6º O Quadro I – Edificações Residenciais, do Anexo I – Dimensionamento dos Compartimentos e Seus Elementos Constituintes, da Lei Complementar nº 059/08, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I – DIMENSIONAMENTO DOS COMPARTIMENTOS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES

QUADRO I –EDIFICAÇÕES RESIDÊNCIAIS

| COMPARTIMENTOS | CÍRCULO INSCRITO/ DIÂMETRO MÍNIMO (m) | ÁREA MÍNIMA (m ²) | VENTILAÇÃO / ILUMINAÇÃO MÍNIMA (1) | PÉ-DIREITO MÍNIMO (m) |
|----------------|---------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|-----------------------|
| DEPÓSITO | 1,60 | 4,00 | 1/10 | 2,20 |

| | | | | |
|------------------------|------|------|------|---------------------------|
| GARAGEM | 2,40 | | | 2,30 |
| ABRIGO | 2,00 | | | 2,20 |
| QUARTO DE EMPREGADA | 1,60 | 4,00 | 1/6 | 2,40 |
| CORREDOR | 0,90 | | | 2,40 |
| SÓTÃO | 2,00 | 6,00 | 1/10 | Mínima 1,80 Média 2,20 |
| DISPENSA | 1,50 | 4,00 | 1/8 | 2,00 |
| ESCRITÓRIO | | | | |
| ATELIER SALA DE ESTUDO | 2,40 | 6,00 | 1/6 | 2,40 |
| ADEGA | 1,00 | | | 1,80 |
| ESCADA | 0,80 | | | Altura mín. livre 2,20 |
| VESTÍBULO | 0,80 | 1,00 | | 2,20 |
| SALA DE ESTAR | 2,40 | 9,00 | 1/6 | 2,60 |
| SALA DE REFEIÇÕES | 2,40 | 7,00 | 1/6 | 2,60 |
| COPA | 1,50 | 4,00 | 1/8 | 2,40 |
| COZINHA | 1,50 | 3,00 | 1/8 | 2,40 |
| 1ºQUARTO | 2,40 | 9,00 | 1/6 | 2,60 |
| DEMAIS QUARTOS | 2,40 | 7,00 | 1/6 | 2,60 |
| BANHEIRO | 1,20 | 3,00 | 1/8 | 2,40 |
| LAVABO | 0,80 | 1,20 | 1/8 | 2,40 |
| LAVANDERIA | 1,30 | 2,25 | 1/8 | 2,40 |

Relação entre a área de iluminação e a área do piso de cada compartimento;

No caso de subsolos quando utilizados para fins residenciais, este deverá seguir os parâmetros de iluminação e ventilação, conforme afastamentos dos limites das divisas. (NR)

(...)."

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 116/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 116/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Altera disposições na Lei Complementar nº 062/08, que Dispõe sobre normas relativas ao parcelamento do solo urbano do Município de Videira, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o §4º ao artigo 1º da Lei Complementar

nº 062/08, de 09 de abril de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei, parte integrante do Plano Diretor, disciplina os projetos e a execução de parcelamentos do solo para fins urbanos no Município de Videira, sendo elaborada nos termos da Lei Federal 6.766/79 e demais disposições sobre a matéria, suplementadas pelas normas específicas de competência do Município.

()

"§4º O loteador poderá solicitar alterações restritivas quanto ao recuo, uso e gabarito de altura no seu empreendimento, e este deverá ser apreciado pelas Comissões de Monitoramento do Plano Diretor, para se caso deferido serem encaminhados para projeto de lei." (NR)

Art. 2º Fica acrescido, no artigo 11 da mesma Lei, o parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 11 Não será permitido o parcelamento do solo:

()

Parágrafo único - Ficam proibidas servidões para os processos de desmembramentos" (NR)

Art. 3º Fica acrescido o inciso VIII ao artigo 46 da Lei Complementar nº 062/08, de 09 de abril de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 Constitui condição essencial à aprovação de qualquer loteamento, a execução das seguintes obras e benfeitorias pelo interessado, proprietário ou loteador, após a aprovação do respectivo projeto:

().

VIII - O loteador deverá executar passeios e cerca nas áreas públicas dentro do loteamento."

Art. 4º Fica acrescido a alínea "i" ao inciso VII do artigo 64 da Lei Complementar nº 062/08, de 09 de abril de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64 Cumpridas as etapas do capítulo anterior e havendo viabilidade na implantação do loteamento, o interessado apresentará pasta técnica composta de:

();

VII. Projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias, com memorial de cálculo, que deverá ser previamente aprovado pelos órgãos competentes e apresentados em meio digital, acompanhados de 4 (quatro) vias plotadas, contendo:

()

i) Todo o processo de loteamento deverá apresentar o cálculo da bacia hidrográfica.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 83-A da mesma Lei com a seguinte redação:

Art. 83-A São partes integrantes da presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo I - Termo de Cauçionamento;
II - Anexo II - Termo de Compromisso;

III - Anexo III - Lotes com Figuras Geométricas Irregulares.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 117/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 117/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011 Acrescenta Ruas no anexo VIII, item "C" (Planta Genérica de Valores), do Código Tributário Municipal, Lei nº 69/85, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam acrescidos no Anexo VIII, item "C" - Planta Genérica de Valores, do Código Tributário Municipal, Lei 69/85, as ruas constantes da relação abaixo:

"Anexo VIII -

C - PLANTA GENÉRICA DE VALORES

| TIPO | NOME DA RUA | NÍVEL | SEÇÃO | VALOR UFM |
|------|---|-------|-------|-----------|
| Rua | Projetada 01 - Lot. Forlin VI | 9 | 280X | 7,3012 |
| Rua | Projetada 01 - Lot. Recanto da Natureza | 5 | 300X | 26,8994 |
| Rua | Projetada 02 - Lot. Recanto da Natureza | 5 | 50X | 26,8994 |
| Rua | Projetada 03 - Lot. Recanto da Natureza | 5 | 350X | 26,8994 |
| Rua | Projetada 04 - Lot. Recanto da Natureza | 5 | 450X | 26,8994 |
| Rua | Projetada 05 - Lot. Recanto da Natureza | 5 | 280X | 26,8994 |
| Est. | Est. Linha Bogoni | 12 | 1000X | 3,4584 |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.681/11

LEI Nº 2.681/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera o art. 1º da Lei nº 2.589/11, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a doação de terreno a Cirio Marques", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei 2.589/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar operação de doação a Cirio Marques, portador do RG nº 225.154 e inscrito no CPF sob o nº 250.225.479-53, do imóvel abaixo descrito, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 28.691:

"Um terreno urbano, de propriedade do Município de Videira, com a área de 288,00 m² (duzentos e oitenta e oito metros quadrados), parte de uma área maior de 197.327,79m² (cento e noventa e sete mil, trezentos e vinte e sete metros e setenta e nove décimos quadrados) imóvel Registrado sob o nº 28.691, correspondente ao Lote 07, da Quadra "A", situado em Videira-SC, no Bairro Amarante, tendo o terreno urbano as seguintes confrontações: Norte: confronta com o lote nº 6 da Quadra A do Loteamento Linha Bonita 1; Sul: confronta com área remanescente da Prefeitura Municipal de Videira; Leste: confronta com a Rua Projetada 01; Oeste: confronta-se com Sabino Vieceli." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.682/11

LEI Nº 2.682/11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Dá Denominação de Praça no Loteamento Cetrevi, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica denominada "Praça Luiz Anadir Morelato" a praça localizada no Loteamento Cetrevi, correspondente a área institucional com 1.344,18 m² (um mil, trezentos e quarenta e quatro metros e dezoito décimos quadrados), com as seguintes confrontações: ao NORTE, com o vértice das Ruas Luiz Viecelli e Adolfo Hass; ao SUL, com 31,00 metros com Lote nº 02; ao LESTE, com 82,15 metros com a rua Adolfo Hass; ao OESTE, com 78,30 metros com a Rua Luiz Viecelli, conforme mapa e memorial descritivo anexo.

Parágrafo único - A área institucional descrita no caput deste artigo

pertence a área maior de 25.857,49 m² (vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete metros e quarenta e nove decímetros quadrados), do Loteamento Cetrevi neste Município e Comarca de Videira, Registrado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob nº 14.826.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo n. 0064/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0064/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EUNICE DANIELA HOIER
CPF: 062.316.669-05
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de junho de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0083/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0083/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAROLINA GONÇALVES
CPF: 060.294.729-41
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0088/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0088/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTINA MARIA CAON GRANDO
CPF: 066.304.839-79
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0089/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0089/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS
CPF: 065.636.589-70
VIGÊNCIA: de 17 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0091/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0091/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FÁTIMA DE JESUS BARBOSA
CPF: 666.033.747-49
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0098/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0098/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE RUTE ANDRIN ALVES
CPF: 008.553.959-74
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0102/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0102/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RENATA DOS ANJOS
CPF: 007.359.419-98
VIGÊNCIA: de 24 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0117/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI
CPF: 008.789.459-97
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0135/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0135/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS
CPF: 070.750.469-42
VIGÊNCIA: de 13 de outubro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0150/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0150/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NOEMI LANZANA
CPF: 940.692.630-04
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0193/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0193/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARISSE DE OLIVEIRA
CPF: 918.668.479-53
VIGÊNCIA: de 17 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0376/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0376/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SORAIA RODRIGUES BENFICA
CPF: 012.248.946-26
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2011 até 30 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0376/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0376/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SORAIA RODRIGUES BENFICA
CPF: 012.248.946-26
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 até 30 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0382/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0382/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEUSER BÓLICO JOAQUIM
CPF: 664.876.419-87
VIGÊNCIA: de 17 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0403/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0403/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETI
CPF: 044.123.639-10
VIGÊNCIA: de 18 de outubro de 2011 até 16 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0435/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0435/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI
CPF: 005.301.989-08
VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0439/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0439/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
CPF: 846.798.089-34
VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0460/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0460/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA INES COLOMBO OLTRAMARI
CPF: 944.530.209-53
VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0484/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0484/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA
CPF: 944.593.479-20
VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0485/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0485/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IARA NOVELLO ZAGO GHELLER
CPF: 066.575.819-71

VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0491/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0491/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA CRISTINA POZZAN
CPF: 005.511.959-08
VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0504/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0504/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PAMELA REGINA GAMBATO
CPF: 055.056.539-60
VIGÊNCIA: de 17 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0523/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0523/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE SALETE DELAZZARI
CPF: 020.363.909-00
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0541/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0541/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BERNADETE CONCEIÇÃO DOS SANTOS
CPF: 629.446.579-68
VIGÊNCIA: de 14 de outubro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0543/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0543/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEIVA PEROTTONI
CPF: 782.240.989-15
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0554/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0554/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIZETE ANTUNES MOREIRA
CPF: 004.987.879-40
VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0569/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0569/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA MARLENE CORREA
CPF: 558.299.619-20
VIGÊNCIA: de 09 de outubro de 2011 até 16 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0590/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0590/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANI MARCELINO

CPF: 048.651.009-38

VIGÊNCIA: de 27 de setembro de 2011 até 23 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0645/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0645/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 989.215.173-91

VIGÊNCIA: de 26 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0671/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0671/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANA DA SILVA LAIDNES

CPF: 045.773.949-52

VIGÊNCIA: de 06 de novembro de 2011 até 30 de novembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anexo V Controle de Gastos Educação 11 2011

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2011

| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO | |
|---|-----------------------|
| 1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS | |
| Receitas Oriundas de Impostos | ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS |
| 1.1 - IPTU | 3.042.820,43 |
| 1.2 - ITBI | 1.165.557,24 |
| 1.3 - ISS | 5.213.747,67 |
| 1.5 - IRRF | 1.082.472,62 |
| 1.6 - Dívida Ativa de Impostos | 346.892,60 |
| 1.7 - Multas e Juros de Impostos | 298.418,97 |
| 1.8 SOMA | 11.149.909,53 |
| Receitas Base de Cálculo do FUNDEB | Total |
| 1.10 - Cota-Parte do FPM - 20% | 14.355.346,30 |
| 1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20% | 179.855,17 |
| 1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20% | 31.845.838,27 |
| 1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20% | 624.654,55 |
| 1.14 - Cota- Parte do ITR - 20% | 13.931,24 |
| 1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20% | 4.669.198,45 |
| 1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20% | 0,00 |
| 1.17 SOMA | 51.688.823,98 |
| 1.18 TOTAL | 62.838.733,51 |

| 2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO | Até o Mês |
|--|---------------|
| Especificação | Acumulado |
| 2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18) | 15.709.683,38 |
| 2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno) | 13.393.278,37 |
| 2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB | 179.116,52 |
| 2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2 | -11.863,26 |
| 2.4 - Cota-Parte do Salário Educação | 1.174.240,66 |
| 2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação | 124.315,14 |
| 2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4 | 793.789,95 |
| 2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino | 812.199,96 |
| 2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7 | -72.726,68 |

| 3. APLICAÇÃO | Até o mês | | |
|---|-----------------|---------------|---------------|
| Especificação | Exigência Legal | Liquidada | Diferença |
| 3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1) | 15.709.683,38 | 15.620.287,27 | -89.396,11 |
| 3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental | | 7.339.198,08 | |
| 3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil | | 8.281.089,19 | |
| 3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil) | 13.560.531,63 | 11.766.207,47 | -1.794.324,16 |
| 3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3) | 8.136.318,98 | 8.689.068,74 | 552.749,76 |
| 3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3) | 5.424.212,65 | 3.077.138,73 | -2.347.073,92 |
| 3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6) | 2.092.345,75 | 573.277,74 | -1.519.068,01 |
| 3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8) | 739.473,28 | 508.529,88 | -230.943,40 |

| 4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %) | MÍNIMO % | LIQUIDADO % | DIFERENÇA % |
|--|--------------|-------------|-------------|
| 4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18) | 25,00% | 19,71% | -5,29% |
| 4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1) | 60,00% | 64,88% | 4,88% |
| 4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1) | 40% (máximo) | 22,98% | -17,42% |

| 5. GANHO/PERDA COM FUNDEB | Valor recebido até o mês | Valor retido até o mês | Diferença |
|---|--------------------------|------------------------|--------------|
| 5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB | 13.393.278,37 | 10.337.710,05 | 3.055.568,32 |

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 12 de dezembro de 2011.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Calendário Escolar para o Ano de 2012

Calendário Escolar 2012 - Videira/SC

| Janeiro | | | | | | |
|--------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | | | | |
| 1 - confraternização Universal | | | | | | |

Dias Letivos: 16

| Fevereiro | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | | | |
| 1, 2 e 3- Reunião Pedagógica/ Preparativos | | | | | | |
| 6- Início do ano letivo | | | | | | |
| 21 - Carnaval | | | | | | |
| 20 - Recesso Escolar | | | | | | |

Dias letivos: 21

| Março | | | | | | |
|----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | | 1 | 2 | 3 |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
| 1 - Dia do Município | | | | | | |

Dias letivos: 19

| Abril | | | | | | |
|--------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | | | | | |
| 5- Recesso Escolar | | | | | | |
| 6 - Sexta-Feira Santa - Paixão | | | | | | |
| 8 - Páscoa | | | | | | |
| 21 Tiradentes | | | | | | |

Dias letivos: 22

| Maio | | | | | | |
|---------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |
| 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | |
| 1 - Dia do Trabalho | | | | | | |

Dias letivos: 19

| Junho | | | | | | |
|--------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | | | 1 | 2 |
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 7 - Corpus Christi | | | | | | |
| 8- Recesso Escolar | | | | | | |

Dias letivos: 13

| Julho | | | | | | |
|---------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | | | | |
| 19 a 31 - Recesso Escolar | | | | | | |

Dias letivos: 23

| Agosto | | | | | | |
|---------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | |
| 1- Recesso Escolar | | | | | | |
| 2 - Incício do 2º semestre com alunos | | | | | | |

Dias letivos: 19

| Setembro | | | | | | |
|-----------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | | | | | | |
| 7 - Independência do Brasil | | | | | | |

Dias letivos: 21

| Outubro | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| 12 - Nossa Senhora Aparecida - Dia das Crianças | | | | | | |
| 15 - Dia do Professor | | | | | | |

Dias letivos: 19

| Novembro | | | | | | |
|-------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | | 1 | 2 | 3 |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | |
| 2 - Finados | | | | | | |
| 15 - Proclamação da República | | | | | | |
| 16- Recesso Escolar | | | | | | |

Dias letivos: 12

| Dezembro | | | | | | |
|-------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |
| 8- Imaculada Conceição | | | | | | |
| 19 e 20- Exames Finais | | | | | | |
| 21- Entrega de boletins | | | | | | |
| 25- Natal | | | | | | |
| 22 a 31- Recesso | | | | | | |

Total de dias letivos: 204

| | |
|--|---|
| | Reunião Pedagógica e Preparativos. |
| | Feriados |
| | Início do 1º semestre, início do 2º semestre. |
| | Recesso escolar |
| | Exames Finais |
| | Entrega de boletins |

Edital Declaratório Nº 026/11

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DECLARATÓRIO 026/2011

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, prevista no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 132 e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 16525/2011, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

Declara:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas e autônomos abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: Art Flor Comercio de Artefatos Ltda
Av Videira 370 Santa Monica Fraiburgo
Inscrição Municipal: 2020858 CNPJ: 09.294.979/0001-22
Sócio Gerente: Antonio Carlos Ribeiro
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste Município sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 16/11/2011

Contribuinte: Tatiane Tayse Watzel
Rua Saul Brandalise, 785, Centro
Inscrição Municipal: 1955071 CNPJ: 06.247.673/0001-27
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Titular: Tatiane Tayse Watzel
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/09/2011

Contribuinte: Agropecuaria Giordani Ltda
Rua Angelo Grazziotim 90 Centro
Inscrição Municipal: 1947893 CNPJ: 00.376.831/0001-62
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 01 a 150 - AIDF: 060/2005.
Sócio Gerente: Cleber Giordani
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 30/09/2011.

Contribuinte: Comercio e Representações Ruschel Ltda
Rua Francisco Vanz, 245 Dois Pinheiros
Inscrição Municipal: 1903144 CNPJ: 04.498.224/0001-26
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 01 a 250 - AIDF: 029/2002.
Sócio Gerente: Valmir Ruschel
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal
Data do Cancelamento: 30/09/2011

Contribuinte: Mecanica Coltrin Ltda
Rodovia SC 453 KM 52,9 Parque Industrial
Inscrição Municipal: 75478 CNPJ: 83.686.170/0001-07
Nota Fiscal Série 2 numeração 19001 a 22000 - AIDF: 276/2006.
Sócio Gerente: Lissandro Trentin
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 06/12/2011

Contribuinte: Transportes Coltrin Ltda
Rodovia SC 453 km 52,9 1º andar Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 761311 CNPJ: 80.686.181/0001-90
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Ercilio Edefendi Trentin
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 06/12/2011

Contribuinte: Mendes Comercio de Medicamentos Ltda.
Rua Brasil, 92 sala 02 Centro
Inscrição Municipal: 1847929 CNPJ: 04.408.204/0001-17
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Daniela Mendes
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/03/2011

Contribuinte: Maria Eliane Alves da Silva Zabroski
Rua Marechal Floriano Peixoto Sn Centro
Inscrição Municipal: 183547 CNPJ: 04.338.118/0001/85
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Titular: Maria Eliane Alves da Silva Zabroski
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 01/03/2011

Contribuinte: Instituição Adventista Sul Bras de educação e Assistência Social
Rua Jose Formigheri, 333 Alvorada
Inscrição Municipal: 163315 CNPJ: 60.833.910/0010-78
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/03/2011

Contribuinte: Sergio Ribeiro
Rua Saul Brandalise, esq Padre Anchieta sala 01
Inscrição Municipal: 2049827 CPF: 828.397.297-00
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 19/08/2011

Contribuinte: Construtora Dane Ltda
Rua Brasil Correa, 58 Farroupilha
Inscrição Municipal: 1967924 CNPJ: 07.310.458/0001-96
Nota Fiscal de Prestação de Serviços Numeração 21 a 550 - AIDF: 24/2009
Sócio Gerente: Jose Luz Bay
Motivo do Cancelamento: Baixa sem apresentação de todas as Notas Fiscais.
Data do Cancelamento: 09/12/2011

Contribuinte: Mercado Zanol Ltda
Rua Saul Brandalise, 540 sala 02 Centro
Inscrição Municipal: 1605763 CNPJ: 01.575.942/0001-60
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 22/11/2011

Contribuinte: Joao Maria Albuquerque
Rua Jose Mendes dos Santos, 112 Santos Dumont
Inscrição Municipal: 2056143 CPF: 769.959.419-34
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 30/03/2011

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital. Videira-SC, 15 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

INPREVID

Extrato de Publicação

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE VIDEIRA - FASM
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011

Objeto: locação de Software de Contabilidade para uso do FASM
Locador: FASM
Locatário: Betha Sistemas Ltda

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2012 e término em 31/12/2012, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 14 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Extrato de Publico

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011
Objeto: locação de Software de Contabilidade para uso do INPREVID

Locador: INPREVID
Locatário: Betha Sistemas Ltda
Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2012 e término em 31/12/2012, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 14 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Extrato de Publico

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2010

Objeto: locação de Software de Folha de Pagamento para uso do INPREVID
Locador: INPREVID
Locatário: Betha Sistemas Ltda

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2012 e término em 31/12/2012, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 14 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Extrato de Publico

FUNDO DE ASSISTENCIA MEDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - FASM
DISPENSA Nº 01/2011
CONTRATO Nº 003/2011

Objeto: Contratação de prestação de serviços de informática
Contratado: RODRIGO CHEROBIN
Contratante: FASM
Período de Contratação: 01/01/2012 a 31/12/2012, prorrogável por igual período, a critério das partes.
Valor: R\$ 300,00 (Trezentos reais) mensais.

Videira, 15 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Extrato de Publico

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIREIRA - INPREVID
DISPENSA Nº 01/2011
CONTRATO Nº 003/2011

Objeto: Contratação de prestação de serviços de médico-perito
Contratado: PERICIAL SUL - PERICIA MEDICAS, SAUDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA
Contratante: INPREVID
Período de Contratação: 01/01/2012 a 31/12/2012, prorrogável por igual período, a critério das partes.
Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais) por perícia-médica realizada.

Videira, 15 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 097/2011

DECRETO 097/2011

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Educação 25% R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.365.010.2025 - Manutenção da Educação Infantil
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Educação 25% R\$ 5.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Dpto. de Saúde e Assistência Médica
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.7012 - Gestão do SUS - PACS R\$ 9.980,08

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 16 de dezembro de 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 233/2011

P O R T A R I A Nº 233/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ILIANI FERREIRA DE SOUZA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 01/12/2011 a 15/12/2011, sendo que a partir desta data a servidora deverá ser encaminhada ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 234/2011

P O R T A R I A Nº 234/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDUARDO DECARLI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal de Provimento Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 30/11/2011 a 14/12/2011, conforme Atestado Médico do Dr. André Marques Vieira, CRM/SC 5441, sendo que a partir desta data o servidor deverá ser encaminhado ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 235/2011

P O R T A R I A Nº. 235/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ILIANI FERREIRA DE SOUZA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 22/12/2011 a 20/01/2012, referentes ao período aquisitivo de 31/12/2010 a 30/12/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Portaria Nº 236/2011

P O R T A R I A Nº. 236/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:
de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VALDEMAR FERNANDES DE SOUZA
Cargo: MECÂNICO

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 20 (vinte) dias de férias, pelo período de 27/12/2011 a 15/01/2012, e INDENIZAR 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/10/2010 a 30/09/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 024/93.

Portaria Nº 237/2011

P O R T A R I A Nº 237/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BU CUTSCHO
Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 069/2011, de 08 de abril de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 238/2011

P O R T A R I A Nº 238/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CIRLEI FAUSTO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 057/2011, de 15 de março de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 239/2011

P O R T A R I A Nº 239/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CIRLEI FAUSTO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL II - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 152/2011, de 11 de agosto de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 240/2011

P O R T A R I A Nº 240/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: WAILUI MARLI CAMLEM
Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 070/2011, de 08 de abril de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 241/2011

P O R T A R I A Nº 241/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DARIO MONTAGNA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 047/2011, de 21 de fevereiro de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 242/2011

P O R T A R I A Nº 242/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FABIANA DE SENA LANZMASTER
Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 034/2011, de 03 de fevereiro de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 243/2011

P O R T A R I A Nº 243/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GRACIELI MONDINI
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 058/2011, de 15 de março de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 244/2011
P O R T A R I A Nº 244/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MAICON MARCELO FOSSA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 037/2011, de 03 de fevereiro de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 245/2011
P O R T A R I A Nº 245/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA HOBOLD ZALASKO
Cargo: PROFESSOR NIVEL II - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 093/2011, de 26 de maio de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 246/2011
P O R T A R I A Nº 246/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA TILLMANN
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 078/2011, de 09 de maio de 2011, 15 (quinze) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 247/2011
P O R T A R I A Nº 247/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 031/2011, de 03 de fevereiro de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 248/2011
P O R T A R I A Nº 248/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALAIR NGAMUM PATTÉ
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 067/2011, de 08 de abril de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 249/2011
P O R T A R I A Nº 249/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: KELI REGINA CAXIAS POPÓ
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 068/2011, de 08 de abril de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

AMMVI

Resolução Nº 23/11**RESOLUÇÃO nº 23/11**

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, no § 2º do art. 59, § 1º do art. 134 e art. 139, "caput" e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Convenção nº 132 da OIT (incorporado ao ordenamento jurídico pátrio na forma do Decreto nº 3.197, de 05/10/1999); e

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no período de 26.12.2011 à 08.01.2012, autorizando o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados da AMMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 13 (treze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 13 (treze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - No mês de dezembro de 2011, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único - A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 06 de Dezembro de 2011; 42º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 24/11**RESOLUÇÃO nº 24/11**

Declara ponto facultativo no dia 23/12/2011, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;
Considerando-se que as atividades da Associação se estenderão até 22/12/2011 (quinta-feira), intercalando-se a sexta-feira antes do descanso semanal remunerado e dos festejos de natal com o início das férias coletivas (26/12/2011), e que a grande maioria

dos órgãos públicos municipais já estarão sem expediente de atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 23 de dezembro de 2011 (sexta-feira).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 06 de Dezembro de 2011; 42º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 25/11

RESOLUÇÃO nº 25/11

Estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a dezembro de 2012, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que a alínea "g" do artigo 21 estabelece competência para Assembléia Geral fixar, por meio de Resolução, a contribuição dos Municípios associados, em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% do valor anual de recebimento de repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, para atender às despesas de custeio das atividades e de formação do Patrimônio da Associação;

Considerando-se a aprovação dos valores das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido o valor das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2012, na forma que segue:

| Município | Contribuição período |
|-----------------|----------------------|
| Apiúna | R\$ 65.640,00 |
| Ascurra | R\$ 65.640,00 |
| Benedito Novo | R\$ 87.370,00 |
| Blumenau | R\$ 574.800,00 |
| Botuverá | R\$ 65.230,00 |
| Brusque | R\$ 357.590,00 |
| Doutor Pedrinho | R\$ 67.100,00 |
| Gaspar | R\$ 239.390,00 |
| Guabiruba | R\$ 130.820,00 |
| Indaial | R\$ 239.440,00 |
| Pomerode | R\$ 152.540,00 |
| Rio dos Cedros | R\$ 87.410,00 |
| Rodeio | R\$ 87.410,00 |
| Timbó | R\$ 174.220,00 |

§ 1º - O valor da contribuição no período será repassado gradativamente em parcelas vencíveis nas mesmas datas de efetivação dos recebimentos do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, regularmente ocorridos nas datas de 10, 20 e 30 de cada mês, guardando proporcionalidade com o valor de cada repasse.

§ 2º - Compete a AMMVI informar os valores de cada parcela, observando-se as disposições do parágrafo anterior e o limite estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 14 de dezembro de 2011; 42º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 26/11

RESOLUÇÃO nº 26/11

Estima a Receita e fixa a Despesa da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o Exercício de 2012.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000);

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2012, aprovado pela Assembléia Geral, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.407.600,00 (Três milhões, quatrocentos e sete mil e seiscentos reais).

| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | |
|--------------------------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 2.573.100,00 |
| Receita Patrimonial | 130.000,00 |
| Transferências Correntes | 2.394.600,00 |
| Transferências Municípios | 2.394.600,00 |
| Transf. Município Apiúna | 65.640,00 |
| Transf. Município Ascurra | 65.640,00 |
| Transf. Município Benedito Novo | 87.370,00 |
| Transf. Município .de Blumenau | 574.800,00 |
| Transf. Município de Botuverá | 65.230,00 |
| Transf. Município de Brusque | 357.590,00 |
| Transf. Município de Doutor Pedrinho | 67.100,00 |
| Transf Município de Gaspar | 239.390,00 |
| Transf. Município de Guabiruba | 130.820,00 |
| Transf. Município de Indaial | 239.440,00 |
| Transf. Município de Pomerode | 152.540,00 |
| Transf. Município de Rio dos Cedros | 87.410,00 |
| Transf. Município de Rodeio | 87.410,00 |
| Transf. Município de Timbó | 174.220,00 |
| Outras Receitas Correntes | 48.500,00 |
| Receitas Diversas | 40.500,00 |
| Receita de Capital | 834.500,00 |
| Transferência de Capital | 834.500,00 |
| Total | 3.407.600,00 |

§ 1º - A Receita da AMMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

§ 2º - As Despesas de custeio da AMMVI serão realizadas

obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| | |
|--|--------------|
| Secretaria Executiva | 311.000,00 |
| Secretaria Geral e Administrativo/Financeiro | 2.121.950,00 |
| Assessoria Econômica e Contábil/Orçamentária | 206.700,00 |
| Assessoria Jurídica | 281.100,00 |
| Assessoria de Planejamento e Engenharia | 246.400,00 |
| Assessoria Saneamento Básico | 201.450,00 |
| Convênios | 25.000,00 |
| Reversa de Contingência | 14.000,00 |
| Total | 3.407.600,00 |

Art. 2º - A Presidência da AMMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência da AMMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 14 de dezembro de 2011; 42º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 27/11

RESOLUÇÃO nº 27/11

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 70.000,00.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

04.122.0002.2001 - Manutenção Secretaria Executiva
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
04.122.0002.2004 - Manutenção Assessoria Jurídica
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00
15.122.0002.2005 - Manutenção Assessoria de Planejamento e

Engenharia
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
Total Suplementação R\$ 70.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2011:

17.512.0002.2010 - Manutenção Assessoria de Saneamento Básico
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
04.123.0002.2003 - Manutenção Assessoria Econômica e Contábil / Orçamentária
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00
04.122.0003.2002 - Manutenção Secretaria Geral e Administrativo / Financeiro
3339000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
Total Anulação R\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 15 de Dezembro de 2011; 42º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

AMURES

Edital de Licitação - Convite Nº 002/2011

EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 002/2011

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, inscrita no CNPJ nº 83.227.777/0001-10, situada à rua Otacílio Vieira da Costa, 112, bairro centro, Lages/SC, por seu representante, Sr. Osni Francisco de Sousa, Presidente da AMURES, através da utilização de recursos do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico da Serra Catarinense - FUNSERRA com a autoridade que lhe é atribuída pelo Estatuto Social, torna público para conhecimento dos interessados que às 9:30h do dia 23 de dezembro de 2011 na sede da AMURES, ocorrerá à abertura da sessão, quando serão recebidos os envelopes de documentação e proposta, relativos a este processo, na modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de conformidade com os princípios e procedimentos da lei 8.666/93 e suas alterações e com as seguintes condições:

2. DO OBJETO

Contratação de serviços para execução do "Projeto Nascentes do Futuro" - Recuperação Ambiental das Áreas (APPs) - conforme especificações técnicas do projeto e orçamento quantitativo constantes no ANEXO I.

3. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO PREÇO

O preço global máximo destinado à execução deste objeto é de R\$ 48.040,00 (quarenta e oito mil e quarenta reais).

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento da AMURES exercício 2011, com recursos provenientes do FUNSERRA classificadas e codificadas sob n.º 3390.39.0000.00.00 - Aplicações Diretas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

5. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

5.1. Para a habilitação a proponente deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

5.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, do documento de eleição de seus atuais administradores;
- b) Inscrição do Ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) Em caso de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, Certidão expedida pela Junta Comercial, a ser considerada como válida por 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão, para fins de recebimento do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006;

5.1.2. Da Qualificação Técnica:

- a) Prova de registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico junto ao CREA;
- b) Comprovação de capacidade técnica em nome da licitante (declarações/atestados), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando que a empresa é apta para executar os serviços objeto desta licitação (características, quantidades, prazos);
- c) Indicação de pessoal técnico em número adequado e disponíveis para execução do objeto, bem como apresentação de currículo do coordenador dos trabalhos e da equipe técnica que se responsabilizará pelo trabalho.
- d) Comprovar possuir em seu quadro permanente, na data de entrega das propostas, profissional (engenheiro florestal ou ambiental ou agrônomo ou biólogo ou técnico agrícola) capacitado para a execução dos serviços objeto desta licitação, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica expedidos pela entidade competente relativos aos serviços a serem executados, devidamente registrado no CREA. A comprovação de vínculo empregatício do profissional deverá ser feita mediante apresentação da Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de empregados no Ministério do Trabalho. No

caso de dirigente ou sócio, apresentar contrato social registrado na junta comercial, com as últimas alterações.

5.1.3. Da Regularidade Fiscal:

- a) Certidão de Regularidade expedida INSS;
- b) Certidão de Regularidade expedida pelo FGTS;
- c) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual e Municipal;
- d) Certidão de Regularidade relativa aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou pela comissão de licitações. Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas, dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de não apresentação ou deficiência nas informações constantes no documento apresentado, os mesmos poderão ser obtidos via internet.

5.3. Às propostas devem estar integrados os seguintes itens:

- a) Cronograma de atividades (geral e detalhado) de cada uma das etapas dos trabalhos;
- b) Orçamento contemplando todas as despesas, tributos, etc., para a completa realização das atividades previstas, apresentando-os agrupados nos seguintes itens:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------|-------------------------------|---------|------------|----------------|-------------|
| 1 | Palanque | Unidade | 630 | | |
| 2 | Escoras para mestre | Unidade | 80 | | |
| 3 | Arame farpado | Metro | 12.600 | | |
| 4 | Balancins | Unidade | 630 | | |
| 5 | Mão de Obra Construção Cerca | Metro | 3.150 | | |
| 6 | Plantio de mudas | Muda | 3.563 | | |
| 7 | Manutenção de mudas plantadas | Muda | 3.563 | | |
| 8 | Grampos para Cerca | Kg | 30 | | |
| TOTAL | | | | | |

c) Cronograma de desembolso, prevendo a mobilização inicial (limitada em 10%) e distribuindo os recursos ao longo da duração dos serviços de cada etapa;

d) O cronograma de atividades (andamento físico dos trabalhos) deve estar relacionado ao cronograma financeiro, detalhando e correlacionando atividades com os seus respectivos valores.

6. DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar quaisquer empresas comerciais prestadoras de serviços cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação.

6.2. Poderão participar as cooperativas que possuírem em seu objeto social a prestação de serviços a terceiros e cujas finalidades e atividades encontrem conformidade com o objeto desta licitação.

6.3. Para participar os licitantes deverão:

6.3.1. Identificar-se como representantes legais das empresas, mediante apresentação de carteira de identidade e procuração/declaração, contrato social, conforme o caso, que demonstre a sua autorização para representá-la (documentos devem estar fora dos envelopes).

6.3.2. Apresentar 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

AMURES

PROCESSO LICITATÓRIO - CONVITE Nº 002/2011

ENCERRAMENTO ÀS 9:30 DO DIA 23/12/2011

NOME DO PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

AMURES

PROCESSO LICITATÓRIO - CONVITE Nº 002/2011

ENCERRAMENTO ÀS 9:30 DO DIA 23/12/2011

NOME DO PROPONENTE:

7. DO JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de MENOR PREÇO GLOBAL, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, o estabelecido na Lei 8.666/93 e, as seguintes condições:

- a) Comprovação de que o serviço proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;
- b) MENOR PREÇO, desde que cumpridas as formalidades do item "a";
- c) No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas,

e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, sendo vedado outro procedimento.

8. DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com sistema de medição mensal com base nos quantitativos executados, de forma que tais medições seguirão cronogramas físico-financeiros previstos e o pagamento será efetuado proporcionalmente.

8.2. Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

9. DAS PENALIDADES

9.1. A não execução regular do serviço contratado, objeto da proposta por parte da contratada, referente ao compromisso ora assumido, implicará na rescisão da operação de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, interpelação ou protesto judicial ou extrajudicial e sujeitará o contratado às cominações legais cumuladas com perdas e danos.

9.2. No caso do contratado não cumprir integralmente as obrigações assumidas, sujeitar-se-á as seguintes sanções contratuais:

I - Multa, de acordo com as seguintes alíquotas:

- a) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor da parcela prevista, por dia de atraso injustificado no cumprimento do objeto deste edital, limitados para efeitos financeiros a 10% (dez por cento);
- b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, por descumprimento de qualquer das cláusulas do contrato e pela rescisão do mesmo por culpa do contratado.

O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução da obrigação e, a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

II - Rescisão, nos seguintes casos:

- a) Quando o valor acumulado das multas aplicadas tiver alcançado 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- b) Diante do não-cumprimento das cláusulas editalícias, especificações e prazos;
- c) Diante do cumprimento irregular das cláusulas editalícias, especificações e prazos.

9.3. O contratado apresentando documentos e proposta comercial, reconhece e aceita as condições contratuais aqui previstas e sujeita-se a todas as exigências deste instrumento, bem como se obriga a cumprir todas as exigências deste edital, e determinações posteriores convenientes à execução do objeto.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

10.2. O recurso para impugnação do edital deverá seguir os termos do art. 41 da lei 8.666/93, os recursos contra os atos administrativos deverão seguir o disposto no art. 109 do mesmo diploma Legal, os quais deverão ser protocolados na Secretaria da AMURES.

11. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site da AMURES (www.amures.org.br) e também será afixado no mural da AMURES.

Lages, 15 de dezembro de 2011.
OSNI FRANCISCO DE SOUSA
Presidente AMURES

IRACI VIEIRA DE SOUZA
Presidente Comissão de Licitação

Processo
Nr. 002/2011

Consórcios

CINCO

Aviso do Pregão Eletrônico n. 0006/2011
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Hospital Municipal Frei Rogério, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Tangará e Videira, durante o período de 01 de fevereiro a 30 de junho de 2012. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 19/12/2011 até às 09:00 horas do dia 09/01/2012. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 09/01/2012. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 09/01/2012. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3039 - Ramais 3023/3039. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo.

Aviso do Chamamento Público n. 0001/2011
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2011 - CINCO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmeras de ar e protetores interessados em participar de futuras licitações a

serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito de Fraiburgo
Presidente do CINCO

CITMAR

Extrato de Dispensa de Licitação Nº. 03/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2011

Nº. Processo: 03/2011.

Objeto: a prestação de serviços de Levantamento de dados socioeconômicos da Costa Verde & Mar, capaz de fornecer informações e conhecimentos da micro-região da AMFRI composta pelas seguintes destinações Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Total de Itens Dispensados de Licitação: 00001.

Fundamento Legal: §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado pela empresa que tem capacidade técnica para planejar e executar os serviços objeto desta licitação não atingindo o limite máximo de licitação e preço praticado no mercado.

Declaração de Dispensa de Licitação em 28/11/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº.25.073.

Ratificação em 28/11/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Contratada: Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação - ISEP.

Itajaí/SC, 14 de Dezembro de 2011.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo - CITMAR

Extrato de Dispensa de Licitação Nº. 04/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2011

Nº. Processo: 04/2011.

Objeto: prestação de serviços de estudo da Costa Verde & Mar, capaz de fornecer informações e conhecimentos para subsidiar o desenvolvimento da atividade turística na micro-região da AMFRI composta pelas seguintes destinações Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Total de Itens Dispensados de Licitação: 00001.

Fundamento Legal: art. 24, inciso XIII da Lei Federal 8.666/93.

Justificativa: Verifica-se que a empresa contratada possui

capacidade técnica e portfólio dos serviços já desempenhados similares ao objeto da presente contratação. No que tange ao preço, verifica-se que este é considerado o praticado pelo mercado de eventos, devendo levar em consideração a magnitude, público alvo, sendo assim, referida empresa pratica preços de mercado. Declaração de Dispensa de Licitação em 28/11/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº.25.073. Ratificação em 28/11/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 68.731,98 (sessenta e oito mil e setecentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos).

Contratada: Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

Itajaí/SC, 14 de Dezembro de 2011.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo - CITMAR